

CARTA EDUCATIVA DA LOUSÃ

Diagnóstico e Estratégia

1.ª Revisão

2025



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
REGIÃO DE COIMBRA



Ficha Técnica

Título:

Carta Educativa do Município da Lousã

Promotor:

Município da Lousã

Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra

Coordenação Institucional:

Executivo Municipal – Pelouro da Educação – Planeamento,
Gestão da Rede Escolar e Inovação Educativa

Coordenação técnica municipal:

Carlos Batista – Chefe de Divisão

Equipa técnica municipal:

Fátima Costa, João Cruz e Vânia Moreira

Coordenação técnica:

André Silva

Hugo Teixeira

Coordenação científica:

Bruno Cunha

Carlos Delgado

Equipa Técnica:

Cátia Moreira, Carlos Cambotas, Graça Pires, Inês Marafuz,
Ricardo Gonçalves e Rúben Duarte

Data da Versão:

26 de setembro de 2025

ÍNDICE

Índice	5
Índices temáticos	7
Siglas e acrónimos.....	13
Contextualização	15
1. Introdução	15
1.1. Quadro legislativo	15
1.2. Metodologia	20
Diagnóstico retrospectivo	23
2. Enquadramento territorial	23
2.1. Localização e unidades administrativas.....	23
2.2. Acessibilidades.....	24
3. Caracterização demográfica e socioeconómica	25
3.1. População residente: variação e densidade	25
3.2. Dinâmicas demográficas	29
3.3. Estrutura etária da população.....	34
3.4. Indicadores demográficos.....	39
3.5. Migrações e população de origem estrangeira	49
3.6. Saldo natural, migratório e total	53
3.7. Caracterização da atividade económica.....	55
3.8. Movimentos pendulares	70
3.9. Indicadores socioeducativos	75
4. Sistema educativo Português.....	79
4.1. Percursos de natureza pré-escolar, escolar e extraescolar	79
4.2. Outros percursos formativos	82
5. Oferta educativa.....	85
5.1. Rede escolar pública para crianças e jovens.....	85
5.2. Rede escolar privada	97
6. Procura educativa	99
6.1. Caracterização global da procura educativa	99
6.2. Caracterização da EPE	104
6.3. Caracterização do 1.º CEB.....	108
6.4. Caracterização dos 2.º e 3º CEB e ensino secundário.....	110
6.5. Educação e formação para adultos.....	118
7. Sucesso educativo	121
7.1. Escolarização.....	121
7.2. Transição e conclusão.....	126
7.3. Retenção e desistência	127

7.4. Avaliação externa: resultados escolares	127
7.5. Situação do município face às metas da atual política governamental	129
8. Educação inclusiva	131
8.1. Recursos específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão	132
8.2. Medidas de suporte à inclusão e à aprendizagem	133
9. Apoios e complementos educativos	136
9.1. Atividades de animação e apoio à família	136
9.2. Atividades de enriquecimento curricular	137
9.3. Componente de apoio à família	138
9.4. Atividades de ocupação dos tempos livres	139
9.5. Ação social escolar	140
9.6. Refeições escolares	143
9.7. Transportes escolares	144
9.8. Recursos digitais	146
9.9. Desporto escolar	147
10. Recursos humanos	148
10.1. Pessoal docente	148
10.2. Pessoal não docente	154
11. Projetos educativos e municipais	156
12. Medidas de combate ao abandono e ao insucesso escolar	158
13. Síntese do diagnóstico	160
Diagnóstico prospetivo	163
14. Cenários demográficos	163
14.1. Método de projeção populacional utilizado	163
14.2. Projeções da população geral e em idade escolar	165
14.3. Impactos na rede educativa e parque escolar	166
15. Matriz SWOT	167
Plano de ação	169
16. Balanço da execução	169
17. Estratégia de intervenção	170
17.1. Eixo 1: Requalificar os equipamentos de educação pré-escolar e do ensino básico e secundário	171
17.2. Eixo 2: Promover a qualidade e o sucesso educativo e formativo nas escolas do Município	173
17.3. Eixo 3: Incentivar a oferta de ensino profissionalizante no Município, perseguindo as áreas prioritárias	176
18. Monitorização e avaliação	178
19. Considerações finais	182
Referências bibliográficas	183
Anexos	186

ÍNDICES TEMÁTICOS

Índice de figuras

Figura 1. Enquadramento geográfico do concelho da Lousã	23
Figura 2. Rede viária do concelho da Lousã.....	24
Figura 3. População residente (n.º) no concelho da Lousã, por sexo, 2013-2023.....	25
Figura 4. Taxa de crescimento populacional (%) por localização geográfica, 2013-2023.....	26
Figura 5. População residente (n.º) em 2011 e 2021 e variação registada, por freguesia, no concelho da Lousã.....	27
Figura 6. Densidade populacional (hab./km ²) por localização geográfica, 2013-2023.....	28
Figura 7. Densidade populacional (hab./km ²) em 2021, por freguesia, no concelho da Lousã.....	28
Figura 8. Densidade populacional (hab./km ²) em 2021, por subsecção, no concelho da Lousã.....	29
Figura 9. Taxa bruta de natalidade (‰), por localização geográfica, 2013-2023.....	30
Figura 10. Taxa de fecundidade geral (‰), localização geográfica, 2013-2023.....	31
Figura 11. Taxa bruta de mortalidade (‰), localização geográfica, 2013-2023.....	32
Figura 12. Nados-vivos (%), por escolaridade completa da mãe, em 2013 e 2023, no concelho da Lousã	33
Figura 13. Nados-vivos (%), por nacionalidade da mãe, em 2013 e 2023, no concelho da Lousã	34
Figura 14. Pirâmide etária (n.º), no concelho da Lousã, por sexo, em 2003	35
Figura 15. Pirâmide etária (n.º), no concelho da Lousã, por sexo, em 2013.....	35
Figura 16. Pirâmide etária (n.º), no concelho da Lousã, por sexo, em 2023	36
Figura 17. Taxa de variação da população em idade escolar (%), por localização geográfica, 2011-2021.....	37
Figura 18. Índice de dependência de jovens (n.º) por localização geográfica, 2013-2023.....	40
Figura 19. Índice de dependência de jovens, por freguesia do concelho da Lousã, 2011-2021.....	40
Figura 20. Índice de dependência de idosos (n.º) por localização geográfica, 2013-2023.....	41
Figura 21. Índice de dependência de idosos, por freguesia do concelho da Lousã, 2011-2021.....	42
Figura 22. Índice de dependência total (n.º) por localização geográfica, 2013-2023.....	43
Figura 23. Índice de dependência total, por freguesia do concelho da Lousã, 2011-2021.....	44
Figura 24. Índice de envelhecimento (n.º) por localização geográfica, 2013-2023.....	45
Figura 25. Índice de envelhecimento, por freguesia do concelho da Lousã, 2011-2021.....	46
Figura 26. Índice de longevidade (n.º) por localização geográfica, 2013-2023.....	47
Figura 27. Índice de renovação da população em idade ativa (n.º) por localização geográfica, 2013-2023.....	48
Figura 28. Taxa de crescimento migratório (%) por localização geográfica, 2013-2023.....	49
Figura 29. População residente com nacionalidade estrangeira (n.º) em 2011 e 2021 e variação registada, por freguesia, no concelho da Lousã	50
Figura 30. Proporção da população estrangeira (%) com estatuto legal de residente em 2013 e em 2023.....	51
Figura 31. População estrangeira (n.º) com estatuto legal de residência, efetivo e solicitado, no município da Lousã, 2013-2023.....	52
Figura 32. Nados-vivos, óbitos e saldo natural (n.º) no concelho da Lousã, 2013-2023.....	53
Figura 33. Saldo migratório e crescimento efetivo (n.º) no concelho da Lousã, 2013-2023.....	54
Figura 34. População ativa (%) por grupo etário, por localização geográfica em 2021.....	56
Figura 35. População inativa (n.º e %) por condição face ao trabalho e sexo, na Lousã em 2021.....	57
Figura 36. Taxa de atividade (%) por localização geográfica, 2011-2021.....	57
Figura 37. Taxa de emprego (%) por local de residência, em 2011 e 2021	59
Figura 38. Proporção de empresas por setor de atividade (%) por localização geográfica em 2023.....	59
Figura 39. Proporção de empresas por setor de atividade (%) no concelho da Lousã, 2013-2023	60

Figura 40. Evolução e proporção das empresas por atividade económica (%), na Lousã.....	63
Figura 41. Evolução da densidade territorial das empresas (Emp/km ²), por localização geográfica (2013-2023).....	64
Figura 42. Proporção da população empregada por nível de escolaridade e por grupo etário (%), na Lousã (2011-2021).....	65
Figura 43. Taxa de desemprego (%) por localização geográfica, 2011-2021.....	66
Figura 44. Evolução dos desempregados inscritos no Centro de Emprego e Formação Profissional, no total da população residente com 15 a 64 anos, 2013-2023	66
Figura 45. Desempregados (n.º) por sexo (%) inscritos no centro de emprego da Lousã, em 2010, 2017 e 2024.....	67
Figura 46. Desempregados (%) por tempo de inscrição no centro de emprego da Lousã, em 2010, 2017 e 2024.....	67
Figura 47. Desempregados (n.º) inscritos no centro de emprego da Lousã e situação face à procura de emprego, em 2010, 2017 e 2024	68
Figura 48. Desempregados (%) inscritos, no centro de emprego da Lousã, por faixa etária, em 2010, 2017 e 2024	68
Figura 49. Desempregados (n.º) inscritos, no centro de emprego da Lousã, por nível de escolaridade, em 2010, 2017 e 2024	69
Figura 50. Fluxos pendulares (%) da população estudante ou empregada em 2021	70
Figura 51. Meio de transporte mais usado (%), no fluxo pendular, na Lousã em 2021.....	71
Figura 52. Destino dos movimentos pendulares dos estudantes residentes nas freguesias da Lousã em 2021.....	72
Figura 53. Destino dos movimentos pendulares dos trabalhadores residentes nas freguesias da Lousã, 2021.....	74
Figura 54. Taxa de analfabetismo, por localização geográfica em 2021.....	76
Figura 55. Taxa de analfabetismo, por freguesias da Lousã em 2021.....	76
Figura 56. Número de alunos/formandos matriculados, por ano letivo, no município da Lousã.....	77
Figura 57. Taxa de abandono precoce de educação e formação	77
Figura 58. Taxa de abandono escolar, por localização geográfica (2001-2011).....	78
Figura 59. Estabelecimentos de educação e ensino do AE da Lousã.....	86
Figura 60. Áreas de influência e irradiação, pela distância, pelo tempo de percurso a pé e por transporte, a partir dos estabelecimentos com oferta de EPE da Lousã	92
Figura 61. Áreas de influência e irradiação, pela distância, pelo tempo de percurso a pé e por transporte, a partir dos estabelecimentos com oferta de 1.º CEB da Lousã.....	93
Figura 62. Áreas de influência e irradiação, pela distância, pelo tempo de percurso a pé e por transporte, a partir dos estabelecimentos com oferta de 2.º e 3.º CEB e/ou secundário	96
Figura 63. Estabelecimentos de educação e ensino, da rede privada (Solidária e lucrativa), na Lousã.....	98
Figura 64. Número de alunos estrangeiros por nacionalidade no AE da Lousã, no ano letivo de 2024/2025	103
Figura 65. Número de crianças inscritas na EPE, da rede pública da Lousã, em 2022/23 e 2023/24	105
Figura 66. Número de crianças inscritas na EPE, da rede privada da Lousã, em 2022/23 e 2023/24	106
Figura 67. Número de alunos inscritos no 1.º CEB por estabelecimento da rede escolar pública da Lousã, em 2022/23 e 2023/24.....	108
Figura 68. Número de alunos inscritos no 2.º CEB, por estabelecimento da rede escolar pública da Lousã, em 2022/23 e 2023/24.....	111
Figura 69. Número de alunos inscritos no 3.º CEB, por estabelecimento da rede escolar pública da Lousã em 2022/23 e 2023/24.....	112
Figura 70. Evolução do número de formandos nos cursos EFA, por curso, na Lousã.....	119
Figura 71. Evolução da taxa real de pré-escolarização, por localização geográfica (2013/14-2023/24).....	121
Figura 72. Evolução da taxa real de escolarização no 1.º CEB, por localização geográfica (2013/14-2023/24).....	122
Figura 73. Evolução da taxa real de escolarização no 2.º CEB, por localização geográfica (2013/14-2023/24).....	122
Figura 74. Evolução da taxa real de escolarização no 3.º CEB, por localização geográfica (2013/14-2023/24).....	123
Figura 75. Evolução da taxa real de escolarização no ensino secundário, por localização geográfica (2013/14-2023/24).....	123
Figura 76. Evolução da taxa bruta de pré-escolarização, por localização geográfica (2013/14-2023/24).....	124

Figura 77. Evolução da taxa bruta de escolarização no 1.º CEB, por localização geográfica (2013/14-2023/24)	124
Figura 78. Evolução da taxa bruta de escolarização no 2.º CEB, por localização geográfica (2013/14-2023/24).....	125
Figura 79. Evolução da taxa bruta de escolarização no 3.º CEB, por localização geográfica (2013/14-2023/24).....	125
Figura 80. Evolução da taxa bruta de escolarização no ensino secundário, por localização geográfica (2013/14-2023/24)	126
Figura 81. Evolução da taxa de transição/conclusão, por ciclo de estudos e ano letivo, na Lousã.....	126
Figura 82. Evolução da taxa de retenção/desistência, por ciclo de estudos e ano letivo, na Lousã.....	127
Figura 83. Evolução do número de alunos NE por nível de ensino do AE da Lousã, entre 2021/22 e 2023/24	135
Figura 84. Evolução do número de alunos a beneficiar de ação social escolar no AE da Lousã, por ano letivo e tipo de escalão	142
Figura 85. N.º de alunos sem NE e com NE a beneficiar de ação social escolar no AE da Lousã por nível de ensino, no ano letivo de 2023/24	143
Figura 86. Número de refeições escolares servidas no AE da Lousã (2023-2024)	144
Figura 87. Custo médio em € por refeição no AE da Lousã, entre 2018/19 e 2023/24.....	144
Figura 88. Evolução das despesas (€) com transporte escolar, entre 2018/19 e 2023/24.....	145
Figura 89. Número de alunos do município da Lousã que utilizaram o transporte escolar no ano letivo de 2023/24, por estabelecimento de educação da rede pública.....	146
Figura 90. Número de docentes ao serviço nos estabelecimentos de educação e ensino (rede pública e privada), por ano letivo, na Lousã.....	148
Figura 91. Evolução do número de docentes ao serviço nos estabelecimentos de educação e ensino (EPE), da Lousã	148
Figura 92. Número de docentes ao serviço no 1.º CEB nos estabelecimentos de ensino público da Lousã	149
Figura 93. Número de docentes ao serviço nos estabelecimentos de educação e ensino, no 2.º e 3.º CEB, na Lousã	149
Figura 94. Número de docentes ao serviço na STATUS - Escola Profissional da Lousã	150
Figura 95. Número de docentes de educação especial nos estabelecimentos de educação e ensino da Lousã.....	150
Figura 96. Rácio alunos/docente, por ano letivo, no município da Lousã	151
Figura 97. Rácio alunos/docente, por ciclo de estudos, no município da Lousã	151
Figura 98. Docentes por tipo de contrato e ciclo de ensino na rede pública do município da Lousã em 2023/24	152
Figura 99. Docentes por grupo de recrutamento do 3.º CEB /ou secundário no AE da Lousã em 2023/24	153
Figura 100. Pessoal não docente (n.º) por ano letivo no AE da Lousã	154
Figura 101. Número de pessoal não docente, por ciclo de estudo, no AE da Lousã no ano letivo de 2023/24.....	154
Figura 102. Número de pessoal não docente, por grupo etário, no AE da Lousã no ano letivo de 2023/24	155
Figura 103. Esquema simplificado da projeção por coortes.....	163
Figura 104. População em idade escolar (0-19 anos) projetada até 2030	166

Índice de tabelas

Tabela 1. Taxa de variação da população em idade escolar (%) por freguesia do concelho da Lousã, 2011-2021.....	38
Tabela 2. Índice de longevidade (n.º) por freguesia do concelho da Lousã em 2021.....	47
Tabela 3. Índice de renovação em idade ativa (n.º) por freguesia do concelho da Lousã em 2021.....	48
Tabela 4. Proporção da população com nacionalidade estrangeira, por freguesia, na Lousã em 2021.....	50
Tabela 5. População estrangeira com estatuto legal de residência efetivo e solicitado (n.º e %), na Lousã, por nacionalidade, em 2023.....	52
Tabela 6. População ativa e inativa (n.º e %) por localização geográfica, 2011-2021.....	55
Tabela 7. População ativa (n.º e %) por condição face ao trabalho e sexo, por localização geográfica em 2021.....	56
Tabela 8. Taxa de atividade (%) por freguesia, no concelho da Lousã em 2021.....	58
Tabela 9. População empregada (n.º e %) por setor de atividade e sexo, na Lousã em 2011 e 2021.....	60
Tabela 10. População empregada (%) por setor de atividade, por freguesias da Lousã, 2011-2021.....	61
Tabela 11. Taxa de desemprego (%) por freguesia da Lousã em 2021.....	69
Tabela 12. Duração média dos movimentos (min) pendulares da população residente empregada ou estudante, por localização geográfica e tipo de transporte em 2021.....	71
Tabela 13. Proporção de estudantes (%), por freguesia da Lousã, segundo o local de estudo, em 2021.....	72
Tabela 14. Destino dos estudantes que estudam fora do município da Lousã (2021).....	73
Tabela 15. Proporção de trabalhadores (%), segundo o local de trabalho, por freguesia da Lousã em 2021.....	74
Tabela 16. População residente com 15 ou mais anos por freguesia e nível de escolaridade em 2021.....	75
Tabela 17. Taxas de abandono escolar (%), por freguesia do concelho da Lousã (2001-2011).....	78
Tabela 18. Principais características dos estabelecimentos de educação e ensino do AE da Lousã.....	87
Tabela 19. Freguesias abrangidas, segundo os critérios do Quadro 7, pelos estabelecimentos de educação e ensino com EPE e/ou 1.º CEB da Lousã, e respetiva população-base.....	96
Tabela 20. Freguesias abrangidas, segundo os critérios do Quadro 8 e 9, pelos estabelecimentos de ensino com 2.º e 3.º CEB e/ou ensino secundário da Lousã, e respetiva população-base.....	97
Tabela 21. Proveniências dos alunos dos estabelecimentos de ensino do AE da Lousã, no ano letivo de 2023/24.....	101
Tabela 22. Número de crianças inscritas na creche em 2024/25.....	105
Tabela 23. Taxa de ocupação dos estabelecimentos com EPE do AE da Lousã, no ano letivo e 2023/24.....	107
Tabela 24. Taxa de ocupação dos estabelecimentos com 1.º CEB do AE da Lousã, no ano letivo e 2023/24.....	110
Tabela 25. Número de estudantes inscritos no ensino secundário (CCH) por oferta formativa da ES da Lousã, em 2023/24.....	112
Tabela 26. Número de estudantes inscritos no ensino secundário (CP) por curso da Lousã, em 2023/24.....	113
Tabela 27. Evolução da procura pelos CP da Escola Profissional da Lousã entre 2019/20 e 2023/24.....	114
Tabela 28. Taxa de ocupação dos estabelecimentos com 2.º e 3.º CEB e/ou secundário do AE da Lousã, no ano letivo e 2023/24.....	117
Tabela 29. Evolução da procura dos processos RVCC na Escola Profissional da Lousã (2019/20-2023/24).....	120
Tabela 30. Classificações (escala de 0 a 100%) médias das provas de final de ciclo (9.º ano), no município da Lousã.....	128
Tabela 31. Classificações (escala de 0 a 200) médias dos exames nacionais (12.º ano), no município da Lousã.....	129
Tabela 32. Número de alunos com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão do AE da Lousã, por valência, no ano letivo de 2023/24.....	135
Tabela 33. Número de crianças que utilizaram os serviços de AAAF, no ano letivo de 2023/24.....	136
Tabela 34. Número de alunos do 1.º CEB que se inscreveram nas AEC, no ano letivo de 2023/24.....	137
Tabela 35. Número de crianças que utilizam os serviços de CAF, no ano letivo de 2023/24.....	138
Tabela 36. Número de jovens a frequentar a resposta de CATL no município da Lousã em 2025.....	140
Tabela 37. Caracterização do parque informático dos estabelecimentos de educação e ensino da rede pública em 2023/24.....	146

Tabela 38. Alunos com acesso a equipamentos informáticos nos estabelecimentos da rede pública, no domicílio em 2023/24.....	147
Tabela 39. Docentes por grupo etário e nível de ensino na rede pública escolar do município da Lousã.....	152
Tabela 40. Docentes por grupo de recrutamento do 2.º CEB no AE da Lousã em 2023/24.....	153
Tabela 41. População residente na Lousã, por grupos etários, projetada até 2030	165

Índice de quadros

Quadro 1. Montantes anuais (€) transferidos ao abrigo do Fundo de Financiamento da Descentralização	20
Quadro 2. Empresas, pessoal ao serviço (n.º e %) e volume de negócios (€ e %) por setor de atividade, na Lousã em 2023	62
Quadro 3. Estabelecimentos de educação e ensino do AE da Lousã em 2023/24	86
Quadro 4. Caracterização dos espaços letivos dos estabelecimentos de educação e ensino do AE da Lousã	88
Quadro 5. Outras características dos estabelecimentos de educação e ensino do AE da Lousã	89
Quadro 6. Critérios para a definição das áreas de influência e irradiação dos estabelecimentos de educação e ensino com EPE e 1.º CEB	90
Quadro 7. Critérios para a definição das áreas de influência e irradiação dos estabelecimentos de ensino com 2.º e 3.º CEB e/ou secundário	94
Quadro 8. Estabelecimentos de educação e ensino da rede privada (solidária e lucrativa) da Lousã	98
Quadro 9. Evolução global da procura para crianças e jovens, por nível de ensino e oferta (2019/20-2023/24)	100
Quadro 10. Evolução global da procura para adultos, por nível de ensino e oferta (2019/20-2023/24)	101
Quadro 11. Situação dos diplomados dos cursos profissionais do AE da Lousã	115
Quadro 12. Situação dos diplomados dos cursos profissionais da Escola Profissional da Lousã	116
Quadro 13. Oferta educativa disponível por entidades formadoras	118
Quadro 14. Formação superior no município da Lousã	120
Quadro 15. Indicadores relativos às provas e exames nacionais e às taxas de retenção e desistência, no ano letivo 2023/24	130
Quadro 16. Modalidades por escalão, e número de treinos semanais do AE da Lousã	147
Quadro 17. Projetos educativos do concelho da Lousã	156
Quadro 18. Análise SWOT do sistema educativo da Lousã	168
Quadro 19. Balanço das medidas implementadas na Carta Educativa anteriormente homologada	169
Quadro 20. Requalificação dos Equipamentos de EPE, Ensino Básico e Secundária no município da Lousã	171
Quadro 21. Promoção da qualidade e o sucesso educativo e formativo nas escolas no município da Lousã	173
Quadro 22. Objetivos para o incentivo à oferta de ensino profissionalizante na Lousã	176
Quadro 23. Indicadores de realização	180

SIGLAS E ACRÓNIMOS

- AAAF:** Atividades de Animação e Apoio à Família
- ADIC:** Associação de Defesa do Idoso e da Criança
- AE:** Agrupamento de Escolas
- AEC:** Atividades de Enriquecimento Curricular
- ARCIL:** Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã
- ASE:** Ação Social Escolar
- ATL:** Atividades de Tempos Livres
- CA:** Cursos de Aprendizagem
- CAA:** Centro de Apoio à Aprendizagem
- CAE:** Cursos Artísticos Especializados
- CAF:** Componente de Apoio à Família
- CATL:** Centros de Atividades de Tempos Livres
- CCH:** Cursos Científicos-Humanísticos
- CEB:** Ciclo de Ensino Básico
- CEF:** Cursos de Educação e Formação para jovens
- CET:** Cursos de Especialização Tecnológica
- CIM-RC:** Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra
- CME:** Conselho Municipal de Educação
- CP:** Cursos Profissionais
- CRI:** Centros de Recursos para a Inclusão
- CR TIC:** Centros de Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação para a Educação Especial
- CTP:** Cursos de hotelaria e restauração e de turismo e lazer do Turismo de Portugal
- DGAL:** Direção-Geral das Autarquias Locais
- DGE:** Direção-Geral da Educação
- DGEEC:** Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
- DGERT:** Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho
- DGESTE:** Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares
- DL:** Decreto-Lei
- DN:** Despacho Normativo
- EB:** Escola Básica
- EFA:** Educação e Formação de Adultos

EPE: Educação Pré-Escolar

ES: Ensino Secundário

EVT: Educação Visual e Tecnológica

FA: Formação-Ação

FM: Formações Modulares

IEFP: Instituto do Emprego e Formação Profissional

INE: Instituto Nacional de Estatística

IPI: Intervenção Precoce na Infância

JI: Jardim de Infância

NE: Necessidades Específicas

NUTS: Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

PDM: Plano Diretor Municipal

P.P.: Ponto percentual

QNQ: Quadro Nacional de Qualificações

RVCC: Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

SNQ: Sistema Nacional de Qualificações

SPO: Serviço de Orientação e Psicologia

SWOT: Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats

TEIP: Territórios Educativos de Intervenção Prioritária

UF: União de Freguesias

CONTEXTUALIZAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

1.1. Quadro legislativo

A primeira Carta Educativa do concelho da Lousã, elaborada em 2006, foi homologada pelo Ministério da Educação em 20 de dezembro desse ano, tendo sido alvo de ações de monitorização em maio de 2015, na sequência de alterações decorrentes do reordenamento da rede escolar entretanto verificadas.

Com a entrada em vigor de nova legislação no domínio da descentralização administrativa, nomeadamente o **Decreto-Lei (DL) n.º 21/2019, de 30 de janeiro**¹, na redação vigente, o regime jurídico das Cartas Educativas foi revisto, passando estes documentos a constituir instrumentos obrigatórios e articulados com os processos de revisão dos **Planos Diretores Municipais** (PDM). Esta mudança legislativa reforça a necessidade de atualização e revisão das Cartas Educativas, enquanto instrumentos estratégicos de planeamento da rede educativa a nível local. Assim, a **Carta Educativa da Lousã** visa planear e organizar os equipamentos educativos do território, promovendo um uso eficiente dos recursos, em articulação com as dinâmicas demográficas e socioeconómicas locais. A sua elaboração responde à necessidade de **adequar a rede de estabelecimentos de educação pré-escolar (EPE), ensino básico e secundário à procura real do município**, em conformidade com o disposto no referido diploma legal.

A elaboração da Carta é da competência da Câmara Municipal, carecendo de aprovação pela Assembleia Municipal, após parecer do **Conselho Municipal de Educação** (CME) – **Anexo 1** – e **pronúncia do departamento governamental responsável** [artigo 14.º, n.º 1]. A Carta Educativa integra-se no PDM e tem um **período de vigência de 10 anos**, findo o qual será obrigatoriamente revista.

Este instrumento baseia-se na análise de diversas variáveis que influenciam o funcionamento do sistema educativo, nomeadamente os dados demográficos, as dinâmicas socioeconómicas, a organização do território, a rede educativa existente e o respetivo enquadramento normativo. Assim, e conforme definido no **artigo 6.º do DL n.º 21/2019, de 30 de janeiro**, os objetivos gerais da Carta Educativa são:

¹ <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/21-2019-118748848>

1. **Assegurar a adequação da rede** de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, para que, em cada momento, **as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efetiva existente;**
2. Apresentar, a nível municipal, o **processo de ordenamento da rede de ofertas de educação e formação;**
3. Promover a criação de **condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas**, bem como as condições para a gestão eficiente dos recursos educativos disponíveis;
4. Incluir uma **análise prospetiva**, fixando objetivos de ordenamento progressivo, **a médio e longo prazo;**
5. Garantir a **coerência da rede educativa com a política urbana do município**, nomeadamente com a distribuição espacial da população e das atividades económicas daquele.

A Carta Educativa deverá ainda (artigo 7.º do mesmo diploma):

- Identificar, a nível municipal, os **edifícios e equipamentos educativos**, e a respetiva localização geográfica, bem como as **ofertas educativas** da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário da educação escolar, incluindo as suas modalidades especiais de educação, e da educação extraescolar;
- Incidir sobre os estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino das **redes pública, privada, cooperativa e solidária;**
- Refletir a **estratégia municipal para a redução do abandono escolar precoce** e para a **promoção do sucesso educativo;**
- Prever os termos da prossecução, pelo município, de ações na área das **atividades complementares de ação educativa** e do desenvolvimento do **desporto escolar.**

Neste sentido, o documento Carta Educativa - Guião para Elaboração (maio de 2021)², desenvolvido pelo Ministério da Educação, numa parceria entre a **Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGESTE)**, o **Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P. (IGeFE)** e a **Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência**

² https://portal.igefe.mec.pt/ords/igefe/r/100/files/static/v62/Guiao_Elaboracao_Carta_Educativa.pdf

(DGEEC), assume para esta **2.ª geração de cartas educativas** os seguintes objetivos específicos:

- ✓ Determinar e avaliar o grau de execução territorial das propostas da Carta Educativa de 1.ª geração face ao conjunto de expectativas inicialmente traçadas (monitorização e avaliação das propostas realizadas e não realizadas, bem como dos resultados produzidos na esfera territorial, com particular destaque para a rede e parque escolar);
- ✓ Analisar a evolução quantitativa da rede educativa do município e avaliar a sua adequação às necessidades atuais. Este exercício prevê a apresentação de cenários populacionais presentes e futuros e o seu impacto na rede educativa, permitindo identificar assimetrias, dissonâncias ou ajustamentos necessários para garantir um desempenho pedagógico eficaz no território;
- ✓ Enquadrar as propostas educativas municipais em função dos objetivos definidos no Programa Governamental para a Educação em vigor.

Para assegurar a articulação entre as políticas educativas e sociais — nas áreas da saúde, ação social, formação e emprego, juventude, desporto e segurança —, o **CME** assume a responsabilidade pela análise e monitorização do sistema educativo local. No exercício das suas competências, propõe medidas estratégicas que visam melhorar a eficiência e a eficácia da gestão educativa. Importa ainda sublinhar que, nos termos do **artigo 6.º do DL n.º 21/2019, de 30 de janeiro**, a revisão da Carta Educativa deve garantir a coerência da rede educativa com a política de ordenamento do território, em especial quanto à distribuição espacial da população e das atividades económicas.

Nesse sentido, a **Carta Educativa da Lousã** assegura a devida articulação com o instrumento do **PDM**³ relativamente à organização espacial do território e a concretização da estratégia de desenvolvimento para o município, estruturado nos seguintes eixos estratégicos:

- **Reforço da atratividade e fixação da população:** A promoção de espaços habitacionais de baixa e média densidade, tanto nos aglomerados consolidados como nos dispersos, é acompanhada de estratégias para assegurar acessibilidade e proximidade a equipamentos educativos,

³ <https://cm-lousa.pt/autarquia/plano-diretor-municipal-pdm/>

combatendo o despovoamento das zonas periféricas e garantindo igualdade de oportunidades educativas em todo o território;

- **Valorização dos recursos naturais e culturais:** O PDM sublinha a importância da estrutura ecológica municipal e da Rede Natura 2000 — nomeadamente a Serra da Lousã —, orientando a política de uso do solo para a proteção ambiental e cultural. A Carta Educativa deve alinhar-se com este princípio, promovendo literacia ambiental e patrimonial e incentivando práticas pedagógicas que integrem os valores naturais e identitários da região;
- **Dinamização económica e inovação territorial:** Com a definição de espaços industriais e empresariais (como os de Serpins, Foz de Arouce e Alto do Padrão), o PDM da Lousã cria novas centralidades económicas. Esta aposta deve refletir-se na Carta Educativa, promovendo respostas formativas ajustadas ao tecido empresarial local, favorecendo a qualificação dos jovens e a formação contínua da população ativa;
- **Coesão territorial e justiça social:** A política de ordenamento do território privilegia o reforço das infraestruturas públicas nos aglomerados rurais (tipos I e II) e a requalificação dos espaços urbanos consolidados, garantindo condições equitativas de acesso à educação em todo o município. A Carta Educativa deve reforçar esta visão de justiça territorial, contemplando soluções adaptadas à realidade de cada freguesia;
- **Governança participativa e corresponsável:** A elaboração e revisão do PDM envolveu processos participativos alargados, refletindo os contributos das populações e entidades locais. Esta lógica de planeamento colaborativo deve ser mantida na revisão da Carta Educativa, com destaque para a escuta ativa da comunidade educativa, autarquias, associações e parceiros sociais.

Dessa forma, a Carta Educativa constitui um instrumento complementar de planeamento, integrado nas políticas municipais de ordenamento do território e estreitamente articulado com o **PDM**, garantindo uma rede educativa sustentável e adaptada às necessidades da população.

1.1.1. Transferência de competências

O novo enquadramento legal veio reforçar e alargar significativamente as responsabilidades das autarquias locais, que passaram a assumir um papel mais abrangente no domínio da educação. Para além das competências tradicionalmente associadas ao investimento, equipamento, conservação e manutenção dos edifícios escolares, as autarquias passaram igualmente a intervir em áreas de natureza pedagógica, organizacional e de gestão do sistema educativo local. Neste contexto, o Município da Lousã assumiu formalmente as competências transferidas na área da educação, nos termos do **DL n.º 125/2023, na sua redação atualizada**⁴. Esta assunção de responsabilidades traduziu-se na implementação de um conjunto de medidas estruturantes, das quais se destacam:

- A implementação da plataforma de gestão escolar INOVAR+, no ano letivo de 2021/22, como instrumento de preparação para a transferência de competências prevista para março de 2022, assegurando maior eficiência na gestão administrativa e pedagógica das escolas;
- A aprovação do Regulamento Municipal de **Ação Social Escolar** (ASE) pela Câmara Municipal da Lousã, que entrou em vigor após 1 de abril de 2022, data em que se concretizou a transferência efetiva de competências na área da educação para o município;
- A assunção de responsabilidades diretas em diversos domínios da política educativa local, nomeadamente:
 - ✓ Gestão da ação social escolar em todos os níveis de ensino existentes no Município;
 - ✓ Fornecimento de refeições escolares nos estabelecimentos de ensino, desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário;
 - ✓ Organização e gestão das **Atividades de Enriquecimento Curricular** (AEC);
 - ✓ Participação ativa no planeamento, gestão e concretização de investimentos estruturantes na área da educação.

No âmbito deste processo de descentralização, o Município passou a receber dotações da **Direção-Geral das Autarquias Locais** (DGAL), através do Fundo de

⁴ <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/125-2023-835674290>

Financiamento da Descentralização, destinadas a assegurar os encargos decorrentes do exercício das novas competências. As respetivas dotações financeiras estão sintetizadas no quadro seguinte.

Quadro 1. Montantes anuais (€) transferidos ao abrigo do Fundo de Financiamento da Descentralização

Pessoal não docente	Apoios alimentares	Transportes	Instalações (Conservação e encargos)	Equipamentos	Escola a tempo inteiro	Seguros e Higiene no trabalho
1459604,0€	207934,0€	9885,0€	299500,0€	16125,0€	184972,0€	13472,0€

Fonte: DGAL e Município da Lousã

1.2. Metodologia

A produção da presente Carta Educativa seguiu as orientações metodológicas definidas no já referido guião para a elaboração da carta educativa, um instrumento de apoio para este fim, disponibilizado aos Municípios pelo Ministério que tutela a Educação. A estrutura e os conteúdos apresentados foram delineados de acordo com as diretrizes deste documento, assegurando o alinhamento com os normativos em vigor, em particular com o disposto no **artigo 13.º do DL n.º 21/2019, de 30 de janeiro**.

Para a **construção do diagnóstico**, foi mobilizado um conjunto diversificado de fontes documentais e estatísticas, incluindo informação disponibilizada pelas entidades envolvidas no processo, bem como legislação e regulamentação específica. Entre as principais fontes consultadas destacam-se o **Instituto Nacional de Estatística** (INE), a **DGEEC**, o **IGeFE**, a Pordata, a **Direção-Geral de Educação** (DGE) entre outras. A metodologia adotada assentou na recolha e tratamento rigoroso dos dados mais relevantes e atualizados, permitindo uma **análise comparativa multi-escalar**, tanto síncrona – entre diferentes unidades geográficas (Município de Lousã > Região de Coimbra [NUTS III] > Portugal) – como diacrónica, acompanhando a evolução ao longo do tempo. Esta abordagem possibilitou a identificação de tendências, dinâmicas e padrões territoriais fundamentais para uma leitura aprofundada da realidade educativa do concelho. A informação estatística e geográfica foi sistematizada e representada graficamente e/ou cartograficamente, recorrendo aos formatos mais adequados à natureza dos dados, de forma a garantir clareza, precisão e facilidade de leitura. Esta opção

metodológica visou não só assegurar um diagnóstico robusto, mas também apoiar a tomada de decisões estratégicas fundamentadas em evidência⁵

No que respeita à **definição do plano de ação**, as propostas de intervenção resultaram de um processo participado, através da aplicação de um inquérito por questionário dirigido aos membros do **CME**. Este procedimento permitiu recolher contributos relevantes, identificar preocupações e definir orientações estratégicas face aos principais desafios do território nas áreas da educação, formação e inclusão. A auscultação dos agentes educativos foi fundamental para compreender os fatores que condicionam o sucesso escolar, o abandono precoce e a integração dos jovens, permitindo alinhar as propostas de intervenção com as reais necessidades do município e promover um percurso educativo mais inclusivo e qualificado.

O relatório da Carta Educativa organiza-se em cinco partes fundamentais, assegurando uma leitura integrada e coerente da realidade educativa do concelho:

- **Enquadramento do Município:** Apresenta a análise da inserção territorial e das principais dinâmicas demográficas, sociais e económicas, contextualizando o concelho no panorama regional e nacional;
- **Caracterização da Rede Escolar Municipal:** Descreve a oferta educativa e formativa existente, com destaque para a localização e organização espacial dos estabelecimentos escolares, incluindo a avaliação de indicadores relevantes que permitem aferir o desempenho da rede face às necessidades locais;
- **Síntese do Diagnóstico Retrospectivo:** Identifica os principais pontos fortes, fragilidades, oportunidades e desafios da rede educativa, com base numa leitura crítica e integrada da informação recolhida;
- **Diagnóstico Prospetivo da População:** Analisa as projeções demográficas da população residente e da população em idade escolar, estimando os impactos na procura educativa num horizonte temporal próximo e fundamentando a definição de respostas estratégicas sustentáveis;

⁵ Em 2021, o Eurostat informou os Estados-membros da UE sobre a atualização das NUTS de 2013, com a nova delimitação (NUTS 2024) a entrar em vigor a 1 de janeiro de 2024. Esta alteração coincidiu com a recolha de dados para a Carta Educativa da Lousã. Para evitar inconsistências, os dados globais da Região Centro não foram incluídos, uma vez que poderiam refletir informações mistas das NUTS de 2013 e 2024 (com delimitações distintas).

- **Proposta de Intervenção para a Rede Pública:** Apresenta um conjunto de medidas estratégicas orientadas para a reorganização, requalificação e adequação da rede escolar, alinhadas com as necessidades do território e com os objetivos de promoção do sucesso educativo, da equidade e da inclusão.

A Carta Educativa estrutura-se em **três partes**, correspondentes aos principais capítulos definidos no Guião para a Elaboração da Carta Educativa:

- **Diagnóstico retrospectivo**, que permitiu analisar e identificar os principais problemas, potencialidades e desafios;
- **Cenário de partida e projeções de desenvolvimento (Diagnóstico prospetivo)**, que possibilitou avaliar a evolução quantitativa e qualitativa da rede educativa concelhia e a sua adequação às necessidades atuais e futuras;
- **Proposta de intervenção (Plano de ação)**, que estabeleceu a calendarização das intervenções previstas e definiu as orientações e medidas de desenvolvimento educativo para o concelho.

DIAGNÓSTICO RETROSPECTIVO

O diagnóstico retrospectivo da Carta Educativa da Lousã constitui um exercício de análise crítica e integrada da informação recolhida, permitindo identificar os principais pontos fortes, fragilidades, oportunidades e desafios da rede educativa do município. Assenta na avaliação de dados estatísticos, territoriais e socioeducativos, oferecendo uma leitura abrangente da evolução do sistema educativo local. Esta análise possibilitou compreender as dinâmicas e os fatores que influenciam o percurso educativo do concelho, destacando elementos que favorecem o desenvolvimento e constrangimentos que importa superar, assegurando uma base sólida para a definição das propostas estratégicas de intervenção.

2. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

2.1. Localização e unidades administrativas

O município da Lousã, que ocupa uma área de **138,4 km²**, localiza-se a cerca de 35 quilómetros a sudeste da cidade de Coimbra, integrando a **Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra** (CIM-RC) e pertencendo ao distrito de Coimbra – **Figura 1**.

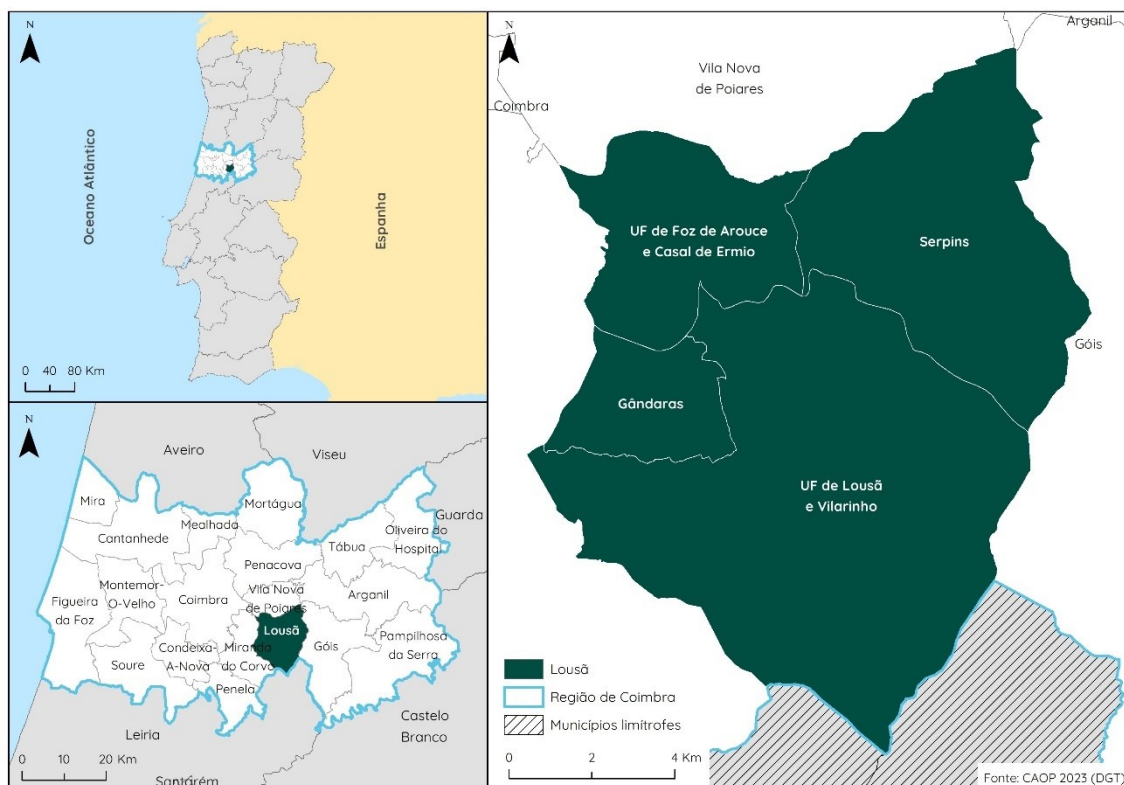


Figura 1. Enquadramento geográfico do concelho da Lousã

Administrativamente, o concelho faz fronteira a **norte** com o concelho de Vila Nova de Poiares, a **nordeste** com o de Arganil, a **este** com o de Góis, a **sudeste** com o de Castanheira de Pêra, a **sul** com o de Figueiró dos Vinhos e a **oeste** com o de Miranda do Corvo. O território municipal organiza-se em **quatro freguesias**, nomeadamente: Gândaras, Serpins, União de Freguesias (UF) de Foz de Arouce e Casal de Ermio e UF de Lousã e Vilarinho⁶.

2.2. Acessibilidades

O município da Lousã dispõe de uma rede viária diversificada, assegurando ligações nacionais e locais através da **EN17** (Estrada da Beira), **EN342**, **EM236** e várias estradas municipais. Além da infraestrutura rodoviária, conta ainda com um aeródromo e o serviço de autocarros **Metro Mondego**, que substituiu o antigo serviço ferroviário. A rede principal estende-se por todo o território, sendo complementada por paragens de transportes públicos em todas as freguesias, garantindo acessibilidade e mobilidade (**Figura 2**).

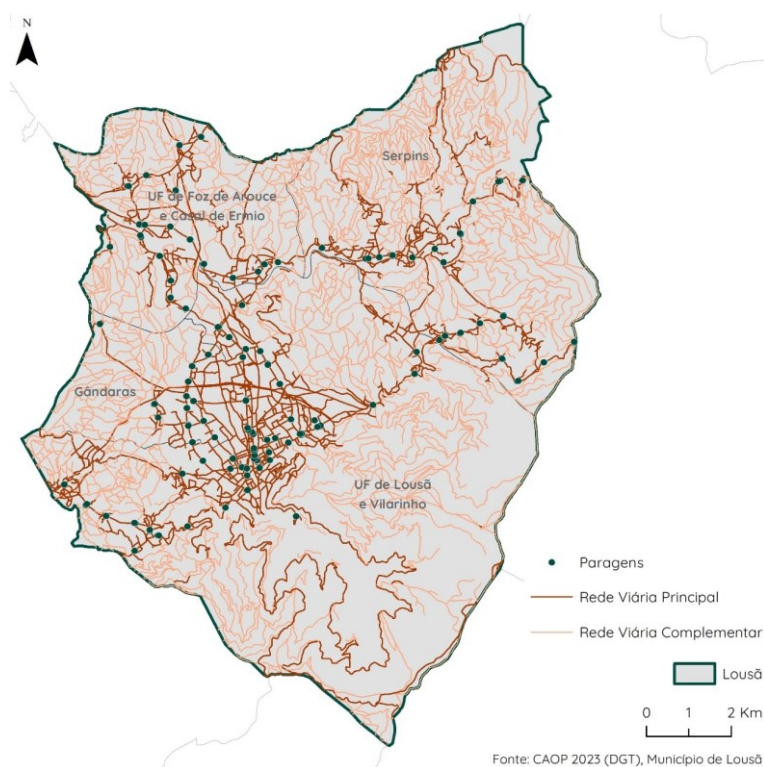


Figura 2. Rede viária do concelho da Lousã

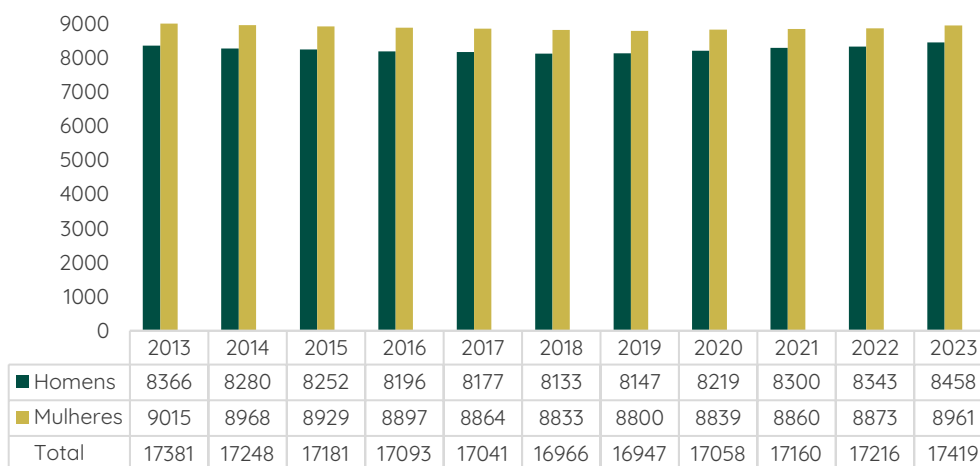
⁶ A Lei n.º 25-A/2025, de 13 de março, determinou a reposição de freguesias anteriormente agregadas pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, incluindo a desagregação da UF de Lousã e Vilarinho e a restituição das freguesias da Lousã e de Vilarinho. Esta alteração produziu efeitos após as eleições autárquicas de 12 de outubro de 2025. Assim, a presente versão da Carta Educativa mantém ainda a configuração anterior, dado ter sido aprovada em CME antes da aplicação da nova organização territorial. A atualização deverá ser considerada na fase subsequente de monitorização.

3. CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÓMICA

3.1. População residente: variação e densidade

Entre 2013 e 2023, a população residente no município da Lousã registou uma tendência globalmente estável, com ligeiras flutuações ao longo da década (**Figura 3**). Em 2023, o número total de habitantes foi de **17419**, dos quais **8458 eram homens** e **8961 mulheres**. Comparando com 2013, observa-se um **aumento de 92 homens** (de 8366 para 8458) e uma **redução de 54 mulheres** (de 9015 para 8961), o que corresponde a um **aumento global de 38 pessoas** no total da população residente (+0,2%).

Apesar de pequenas oscilações anuais, destaca-se uma **recuperação gradual da população** desde 2019, ano em que foi registado o valor mais baixo da década (16947 habitantes). Ao longo de todo o período analisado, a distribuição por sexo manteve-se relativamente estável, com uma predominância do sexo feminino.



17419 habitantes
em 2023

Fonte: INE (Estimativas oficiais)

Figura 3. População residente (n.º) no concelho da Lousã, por sexo, 2013–2023

Entre 2013 e 2023, a evolução populacional revelou dinâmicas contrastantes entre os diferentes níveis territoriais (**Figura 4**). A nível nacional, **Portugal registou um crescimento demográfico de 1,9%**, evidenciando uma evolução ligeiramente positiva ao longo da década. Em contraste, a **Região de Coimbra apresentou uma diminuição populacional de 1,3%**, refletindo uma tendência moderadamente decrescente.

No caso do **município da Lousã**, verificou-se uma **ligeira variação positiva de 0,2%** no número de residentes, com um aumento de 38 habitantes entre 2013 e 2023. Esta evolução coloca a Lousã **em contraciclo com a tendência regional negativa**,

embora o crescimento seja significativamente mais discreto do que o registado a nível nacional. Ainda assim, este resultado destaca a **resiliência demográfica local**, num contexto em que muitos territórios do interior do país enfrentam perdas populacionais contínuas.

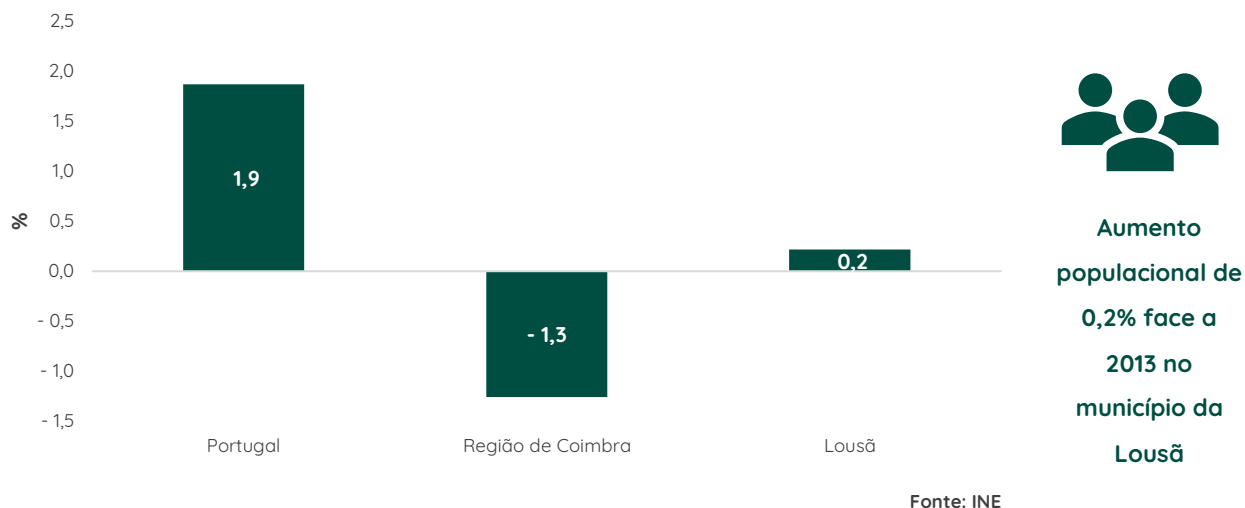


Figura 4. Taxa de crescimento populacional (%) por localização geográfica, 2013-2023

A **Figura 5** apresenta a população residente por freguesia do município da **Lousã** nos anos de **2011** e **2021**. Entre estes dois momentos censitários, observa-se um padrão demográfico marcado pela **diminuição da população em todas as freguesias do município**. Nenhuma freguesia registou crescimento populacional, sendo os decréscimos mais acentuados nas freguesias de **Gândaras (-15,06%)** e da **UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio (-12,17%)**.

As freguesias de **Serpins** e da **UF de Lousã e Vilarinho** registaram perdas mais moderadas, de **-5,05%** e **-1,03%**, respetivamente. Ainda assim, a tendência global é negativa, com todas as unidades territoriais a perder população entre 2011 e 2021. Este declínio populacional evidencia desafios demográficos típicos de zonas do interior, como o **envelhecimento da população**, **baixas taxas de natalidade** e um **saldo migratório negativo**, que afetam em particular as freguesias mais pequenas e periféricas.

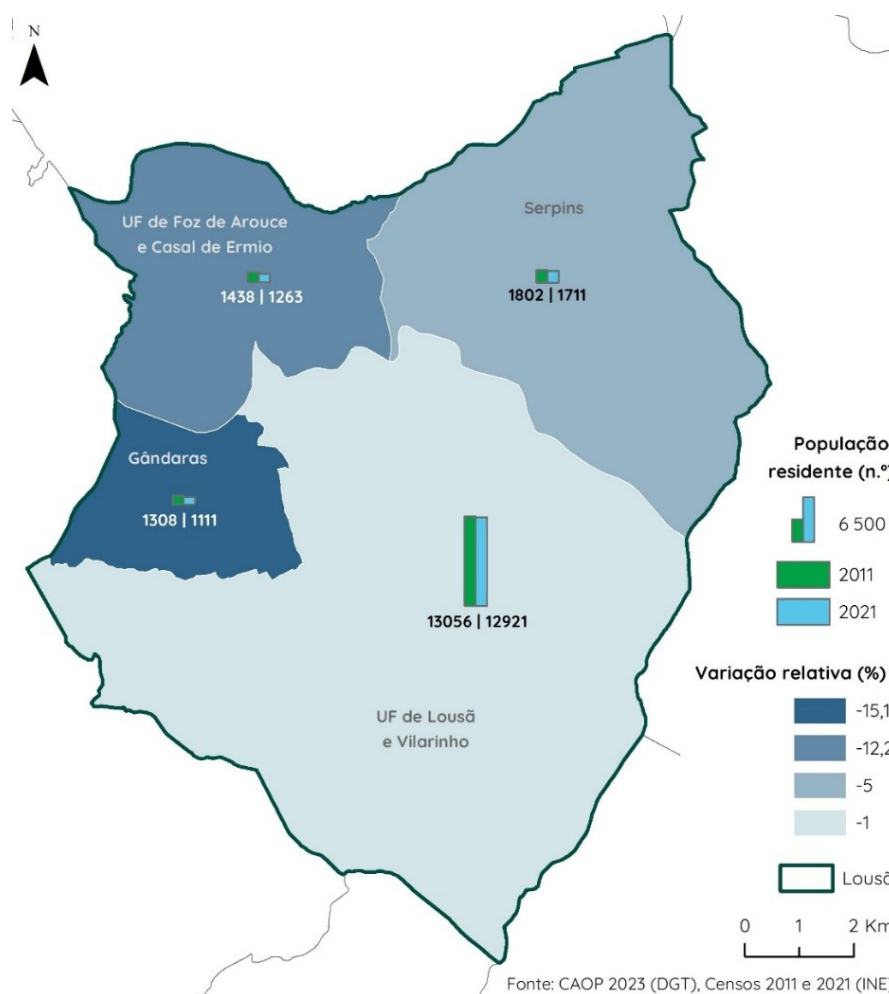


Figura 5. População residente (n.º) em 2011 e 2021 e variação registada, por freguesia, no concelho da Lousã

Entre 2013 e 2023, a densidade populacional apresentou comportamentos diferenciados entre os vários níveis territoriais analisados (Figura 6). A nível nacional, **Portugal registou um ligeiro aumento**, passando de **113,2 para 115,4 hab./km²**, refletindo uma **evolução demográfica positiva** ao longo da década.

Em contraste, a **Região de Coimbra** registou uma ligeira **redução da densidade populacional**, passando de **104,4 para 103,1 hab./km²**, sinalizando uma tendência regional de decréscimo populacional. Já o município da **Lousã manteve-se praticamente estável**, com um pequeno aumento de **125,6 para 125,9 hab./km²**, o que indica uma relativa estabilidade demográfica a nível local.

Apesar da ligeira variação, a **Lousã continua a apresentar uma densidade populacional superior à média nacional e regional**, o que evidencia uma **maior concentração populacional** face a outros territórios do interior. Esta realidade sugere um **potencial urbano mais consolidado** e uma menor dispersão dos residentes, atenuando, em parte, os desafios associados à baixa densidade que caracterizam muitas zonas rurais da região.

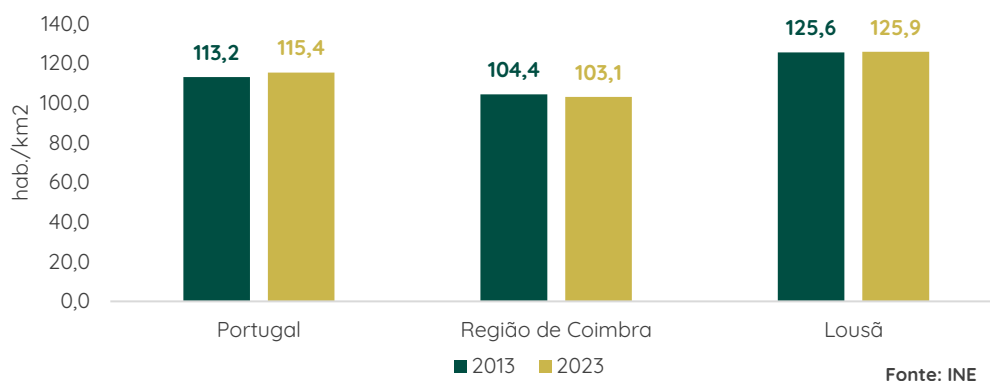


Figura 6. Densidade populacional (hab./km²) por localização geográfica, 2013-2023

Analisando a **densidade populacional** das freguesias da Lousã (Figura 7), verifica-se que a UF de Lousã e Vilarinho destaca-se em relação às restantes com a maior densidade (178,5 hab./km²). No sentido oposto, é a freguesia de Serpins (47,4 hab./km²) que regista a **menor densidade populacional**.

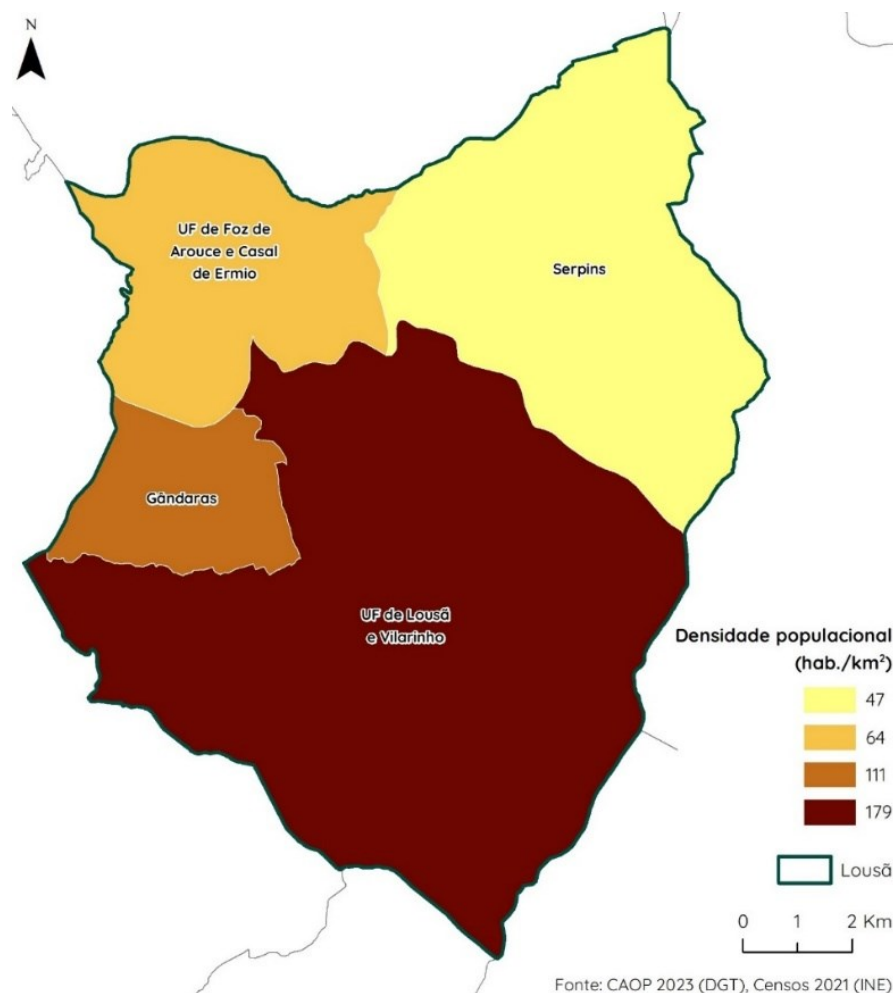


Figura 7. Densidade populacional (hab./km²) em 2021, por freguesia, no concelho da Lousã

Na análise da densidade populacional da Lousã, à escala da subsecção estatística, denotam-se vastas **áreas de baixa densidade** em todo o município, evidenciando

um **padrão de povoamento disperso**, com pequenos núcleos populacionais (**Figura 8**).

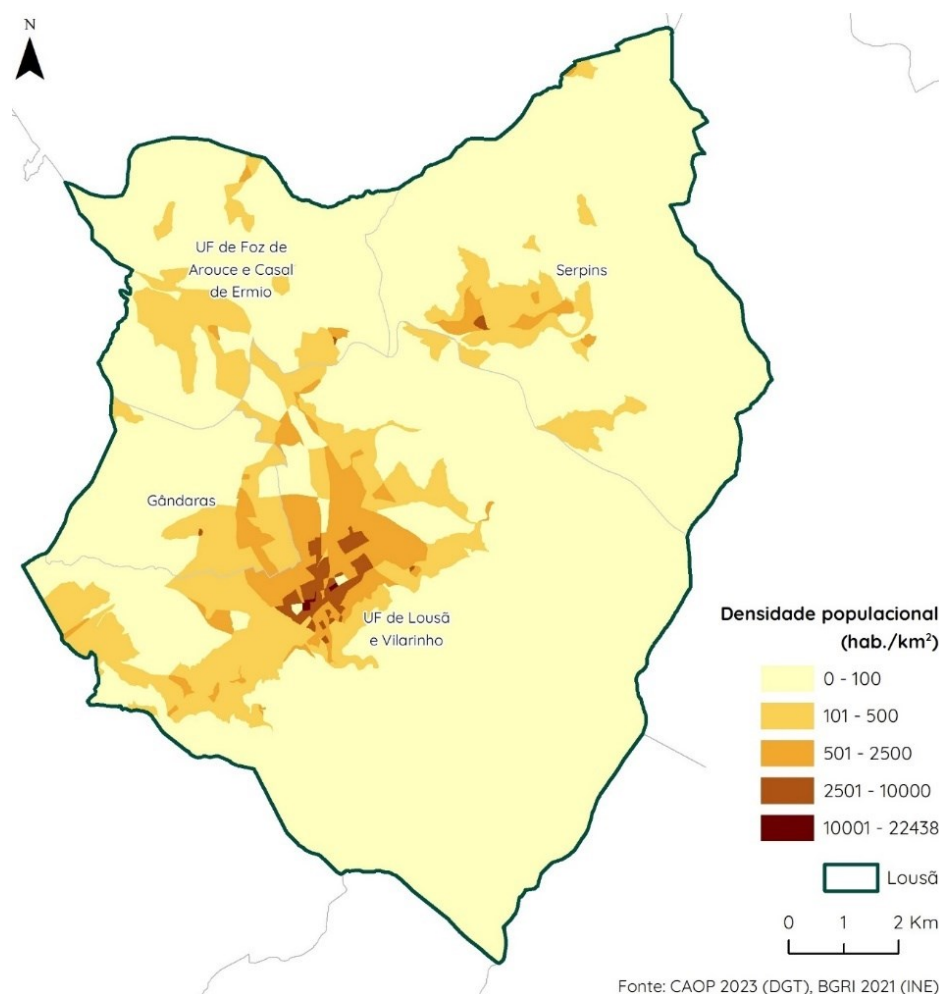


Figura 8. Densidade populacional (hab./km²) em 2021, por subsecção, no concelho da Lousã

3.2. Dinâmicas demográficas

Relativamente às dinâmicas naturais da população, é relevante proceder à análise de vários indicadores, como a natalidade, fecundidade, mortalidade e a caracterização dos nascimentos por variáveis sociodemográficas da mãe.

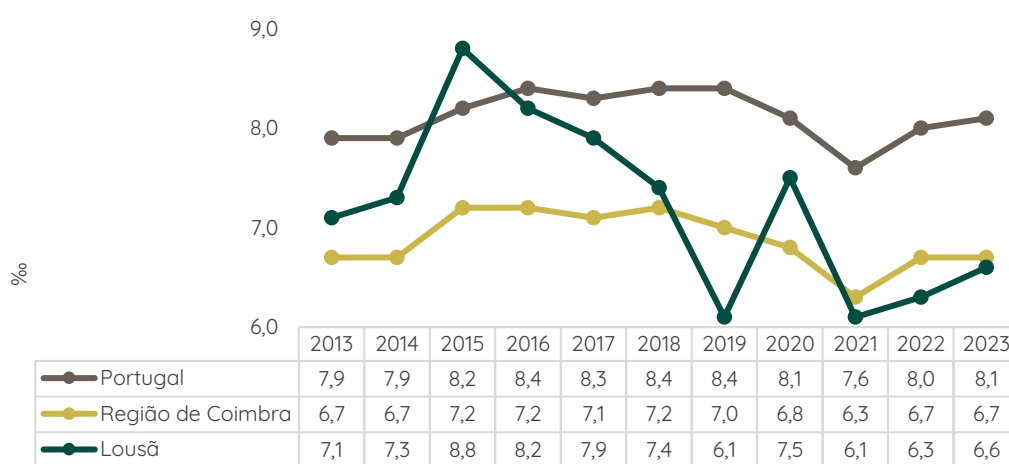
No que diz respeito à **taxa bruta de natalidade**⁷ entre 2013 e 2023, observa-se uma **tendência global de diminuição**, com **oscilações pontuais** nos três territórios analisados (**Figura 9**): Portugal, Região de Coimbra e Lousã.

O município da **Lousã** apresenta uma **evolução irregular**, com taxas geralmente superiores à média regional, mas inferiores à média nacional em grande parte do

⁷ Número de nados vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 (10³) habitantes). IN: <https://smi.ine.pt>

período. **Destaca-se o ano de 2015**, em que a Lousã atinge o seu valor mais elevado (**8,8‰**), ultrapassando tanto a Região de Coimbra (**7,2‰**) como Portugal (**8,2‰**). Contudo, a partir de 2016, regista-se uma **quebra progressiva**, atingindo um **mínimo de 6,1‰ em 2019 e novamente em 2021**, valores significativamente inferiores aos verificados a nível nacional. Em **2023**, a taxa de natalidade na Lousã foi de **6,6‰**, abaixo dos **6,7‰ da Região de Coimbra** e dos **8,1‰ de Portugal**, refletindo uma **dinâmica demográfica mais fragilizada a nível local**.

Esta evolução poderá estar associada a fatores como o **envelhecimento da população**, a **redução do número de mulheres em idade fértil**, e a **emigração jovem**, dificultando a renovação geracional no município.



Fonte: INE

Figura 9. Taxa bruta de natalidade (‰), por localização geográfica, 2013-2023

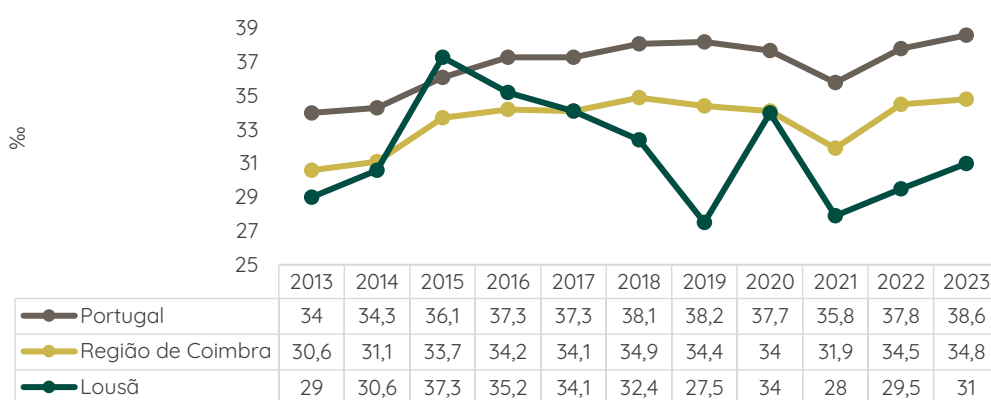
No que se refere à **taxa de fecundidade geral**⁸ (**Figura 10**), entre 2013 e 2023, verificam-se **trajetórias distintas** consoante a unidade territorial em análise. **Portugal** apresenta uma **tendência de crescimento** progressivo, passando de **34,0‰ em 2013** para **38,6‰ em 2023**, com uma evolução relativamente estável e contínua ao longo da década.

A **Região de Coimbra** revela uma **trajetória mais contida**, com **ligeiras oscilações** e valores sempre abaixo da média nacional. A taxa variou entre **30,6‰ em 2013** e **34,9‰ em 2018**, terminando em **34,8‰ em 2023**, sem registar quebras muito pronunciadas.

⁸ Número de nados vivos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao efetivo médio de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos) desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 (10³) mulheres em idade fértil). IN: <https://smi.ine.pt>

Já na **Lousã**, a evolução foi marcada por **maior volatilidade**. Após um aumento inicial de **29,0‰ em 2013** para **37,3‰ em 2015**, seguiram-se **quebras significativas**, com destaque para **2019 (27,5‰)** e **2021 (28,0‰)**, os valores mais baixos do período. Nos anos seguintes, a fecundidade recuperou ligeiramente, atingindo **31,0‰ em 2023**, valor ainda **abaixo das médias regional e nacional**.

Apesar da recuperação parcial, o Município evidencia um percurso mais instável e globalmente mais frágil, o que pode estar associado a fatores como a emigração de jovens adultos, a redução da população em idade fértil e o envelhecimento demográfico, típicos de muitos territórios do interior.



Fonte: INE

Figura 10. Taxa de fecundidade geral (%), localização geográfica, 2013–2023

A **Figura 11** apresenta a evolução da **taxa bruta de mortalidade**⁹ no município da **Lousã**, na **Região de Coimbra** e em **Portugal**, entre **2013 e 2023**. De um modo geral, o indicador manteve-se relativamente estável a nível nacional, com variações ligeiras, oscilando entre 10,1‰ e 12,0‰, com valores mais elevados em 2020 e 2021, coincidentes com os impactos da pandemia de **COVID-19**.

Na **Região de Coimbra**, observou-se uma tendência de crescimento mais acentuada, passando de 11,7‰ em 2013 para 12,8‰ em 2023, com picos em 2020 (13,6‰) e 2021 (14,1‰). Estes valores refletem a estrutura envelhecida da população regional, associada a níveis de mortalidade persistentemente superiores à média nacional.

Na **Lousã**, a evolução **da taxa foi mais moderada**, iniciando-se em 8,4‰ em 2013 e atingindo 9,9‰ em 2023. Os valores mais elevados ocorreram em 2020 (10,8‰) e

⁹ Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 (10³) habitantes). IN: <https://smi.ine.pt>

2022 (10,6‰), **em linha com o contexto pandémico**. Ao longo da década, a taxa de mortalidade da Lousã manteve-se consistentemente abaixo das médias regional e nacional, revelando um perfil demográfico comparativamente mais jovem e menos vulnerável do ponto de vista da mortalidade.

Esta evolução sugere que, apesar de algumas flutuações, a Lousã apresenta menor intensidade de envelhecimento e menor pressão demográfica associada à mortalidade, quando comparada com a região envolvente, embora continue a partilhar as tendências nacionais de aumento da mortalidade nos anos pandémicos.

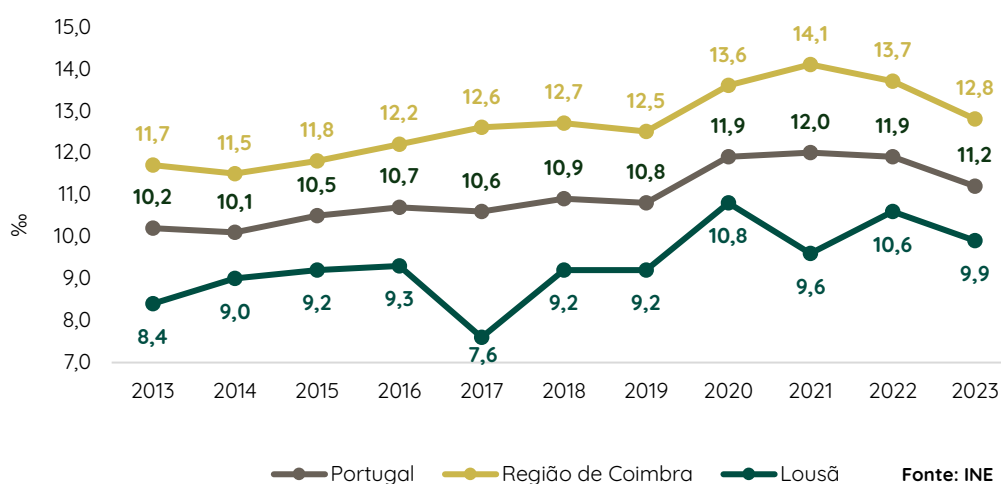


Figura 11. Taxa bruta de mortalidade (‰), localização geográfica, 2013–2023

Relativamente aos nados-vivos por nível de escolaridade das mães no município da Lousã, em **2023** a maioria das mães possuía **ensino secundário (46,5%)**, mantendo-se este como o grupo mais representativo (**Figura 12**). No entanto, regista-se uma **proximidade crescente do grupo com ensino superior**, que representa **38,6%**, evidenciando uma tendência de elevação dos níveis de escolaridade materna. Em comparação com **2013**, verifica-se uma **redução significativa da proporção de mães com apenas ensino básico**, que passou de **22,0% para 13,2%**, e um **aumento expressivo das mães com ensino superior**, que subiram de **33,3% para 38,6%**. Já o **ensino secundário** teve uma **ligeira subida**, de **43,9% para 46,5%**.

Esta evolução poderá significar uma mudança clara no perfil educacional das mães, refletindo uma valorização crescente da formação académica, possivelmente associada ao alargamento da escolaridade obrigatória, ao aumento da frequência feminina no ensino superior e ao adiamento da maternidade para idades mais avançadas. Estes fatores apontam para transformações nos percursos formativos

e reprodutivos das mulheres em idade fértil na Lousã, acompanhando tendências observadas a nível nacional.

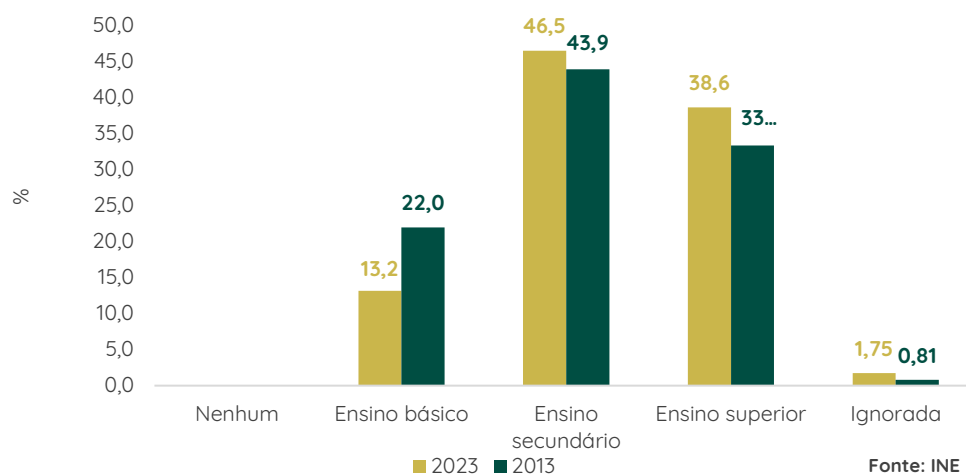


Figura 12. Nados-vivos (%), por escolaridade completa da mãe, em 2013 e 2023, no concelho da Lousã

No que se refere aos nados-vivos por nacionalidade das mães no município da Lousã, embora a **maioria continue a ser de nacionalidade portuguesa**, verifica-se um **aumento significativo da proporção de mães estrangeiras**, com um acréscimo de **3,2 p.p.** entre 2013 e 2023 (**Figura 13**).

Em **2013**, **92,7%** dos nados-vivos correspondiam a mães portuguesas e **7,3% a mães estrangeiras**. Em **2023**, esse valor desce para **89,5% de mães portuguesas**, enquanto os nascimentos de mães estrangeiras sobem para **10,5%**.

Esta evolução evidencia a crescente presença e relevância das comunidades migrantes na dinâmica demográfica local, podendo representar um contributo importante para a renovação geracional, sobretudo num contexto marcado pelo envelhecimento da população e pelo decréscimo natural da população residente. A maior diversidade de origens maternas poderá também traduzir novas necessidades e oportunidades de integração social no Município.

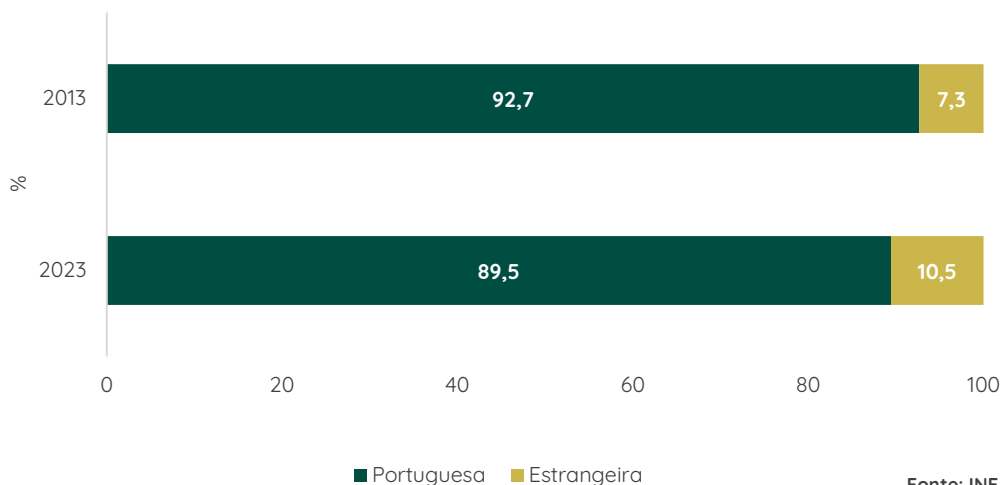


Figura 13. Nados-vivos (%), por nacionalidade da mãe, em 2013 e 2023, no concelho da Lousã

3.3. Estrutura etária da população

A análise da evolução das pirâmides etárias do município da Lousã entre 2003 e 2023 confirma um processo de **envelhecimento demográfico progressivo** e estruturalmente consolidado, visível no **estreitamento contínuo da base populacional** (grupos mais jovens) e no **alargamento progressivo do topo** (grupos idosos). Esta tendência é particularmente evidente na **redução gradual e consistente da população entre os 0 e os 14 anos**, cuja presença na estrutura demográfica tem vindo a diminuir significativamente ao longo das duas últimas décadas. Tal evolução reflete uma **quebra persistente da natalidade** e um **défi ce de renovação geracional**, que se torna mais pronunciado em 2023, com uma base muito mais estreita do que em 2003 (**Figura 14**, **Figura 15** e **Figura 16**).

Em sentido inverso, observa-se um aumento expressivo da população com 60 ou mais anos, sobretudo a partir dos 65 anos, acompanhando o envelhecimento das gerações mais numerosas. Destaca-se ainda a crescente predominância de mulheres nos escalões etários mais avançados, nomeadamente a partir dos 75 anos, o que confirma a maior longevidade feminina no município. Esta transformação demográfica resulta da conjugação de vários fatores, entre os quais se incluem o aumento da esperança média de vida, a emigração de jovens adultos, a mobilidade académica e profissional, e as dificuldades em atrair e fixar população em idade ativa no município.

O resultado é uma estrutura populacional envelhecida, com sinais de regressão demográfica nas camadas mais jovens, o que levanta desafios significativos para o

futuro da Lousã em termos de sustentabilidade económica, planeamento de serviços, equilíbrio geracional e coesão territorial.

Grupos etários

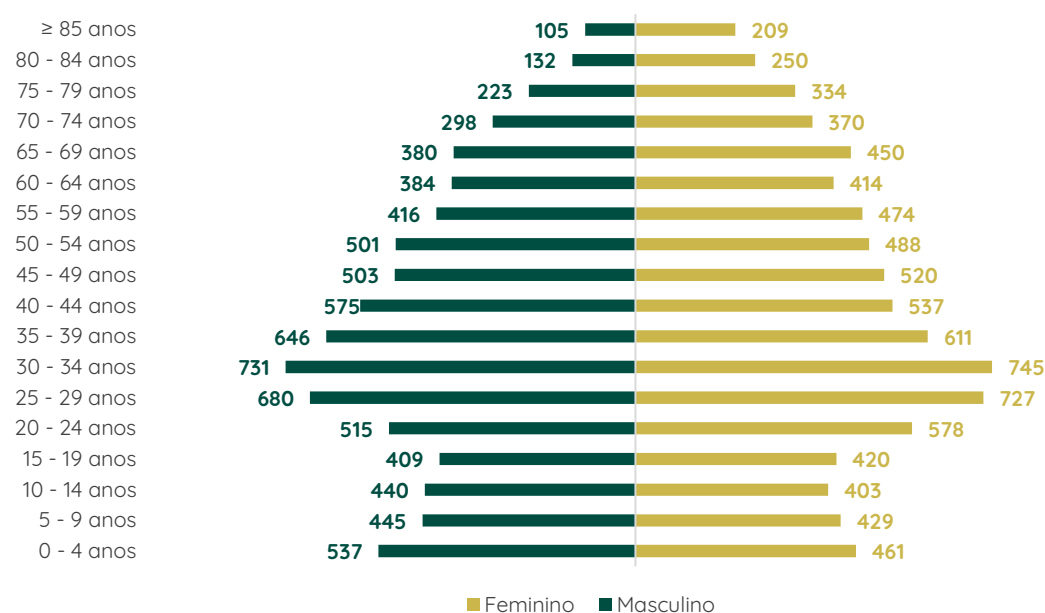


Figura 14. Pirâmide etária (n.º), no concelho da Lousã, por sexo, em 2003

Grupos etários

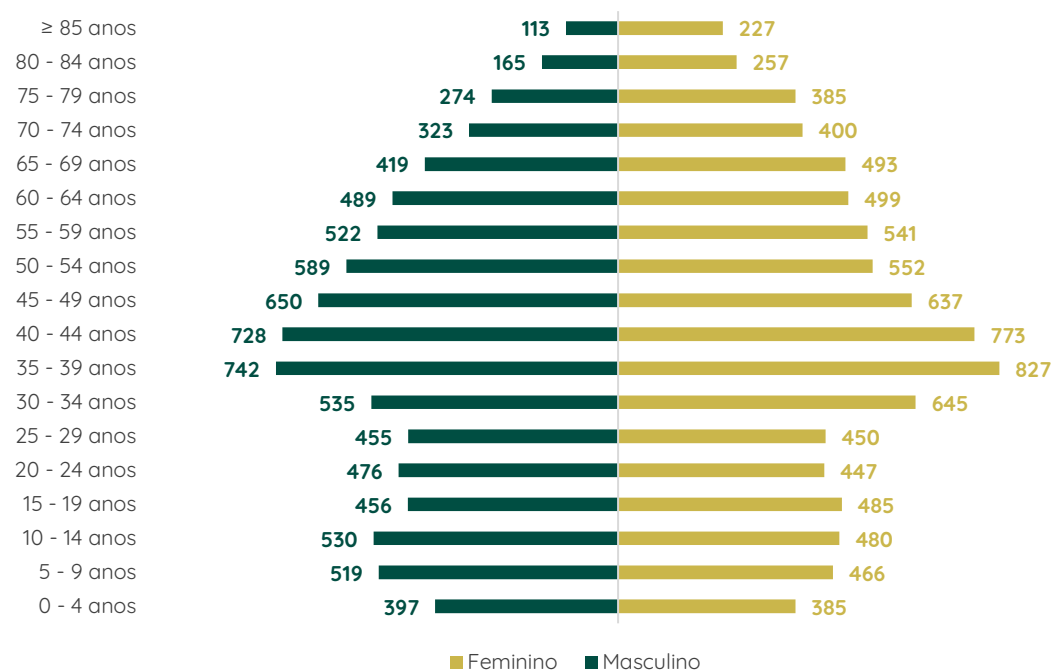
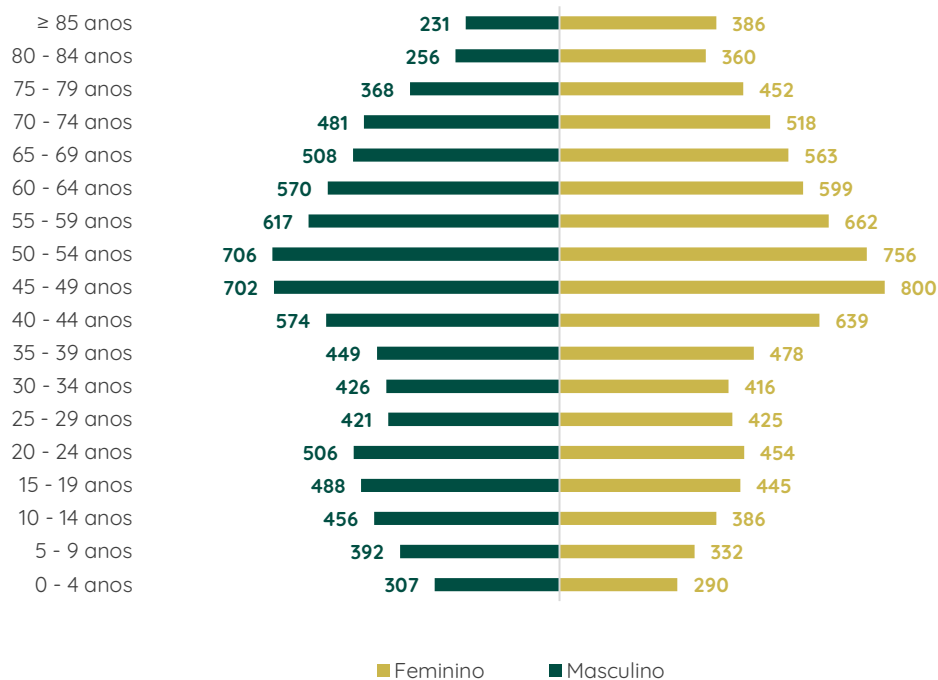


Figura 15. Pirâmide etária (n.º), no concelho da Lousã, por sexo, em 2013

Grupos etários



Fonte: INE

Figura 16. Pirâmide etária (n.º), no concelho da Lousã, por sexo, em 2023

A análise da estrutura etária da população em idade escolar (0-19 anos) e da sua evolução entre 2011 e 2021 no concelho da Lousã evidencia uma redução significativa nos grupos mais jovens, embora com intensidades variáveis, e que, em parte, supera as variações negativas registadas a nível nacional e na Região de Coimbra (Figura 17).

Comparando os dados dos três territórios:

- Na **Lousã**, a **maior quebra verifica-se no grupo dos 0-4 anos**, com uma variação de **-28,8%**, valor bastante superior à redução nacional (**-15,6%**) e regional (**-15,4%**), evidenciando uma **queda acentuada da natalidade** e da entrada de crianças no sistema educativo;
- O grupo dos **5-9 anos** também regista uma diminuição expressiva de **-20,1%**, mais elevada do que os **-17,6%** em Portugal e os **-17,0%** na Região de Coimbra;
- Já no grupo dos **10-14 anos**, a Lousã apresenta uma quebra mais moderada de **-8,2%**, abaixo da média nacional (**-13,1%**) e regional (**-16,2%**), sugerindo alguma **estabilidade relativa deste grupo etário** no município durante a década;

- No escalão dos **15-19 anos**, observa-se uma **quase estabilização**, com uma variação de apenas **-0,6%**, contrastando positivamente com os **-6,6% em Portugal** e **-10,4% na região**, podendo indicar uma **menor saída de jovens em idade adolescente**, ou algum **grau de retenção local** antes da **mobilidade académica ou profissional**.

Estes resultados apontam para uma **retração acentuada da população em idade escolar na Lousã**, sobretudo nas idades mais baixas, refletindo não só a persistente **quebra da natalidade**, mas também **possíveis dificuldades de fixação de jovens famílias** no território. Embora os grupos mais velhos revelem maior estabilidade, a tendência geral levanta preocupações quanto à **sustentabilidade futura da rede educativa local**, bem como ao **dinamismo socioeconómico e à coesão geracional da Lousã**.

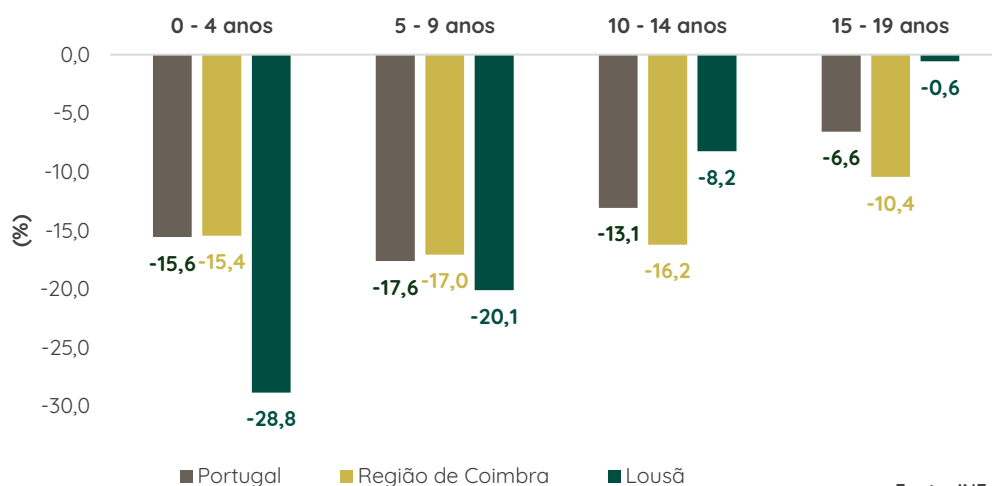


Figura 17. Taxa de variação da população em idade escolar (%), por localização geográfica, 2011-2021

A análise por freguesia (**Tabela 1**) confirma que, entre 2011 e 2021, todas as freguesias do município da Lousã registaram várias variações negativas nos grupos etários em idade escolar (0-19 anos), reforçando a tendência de diminuição da população jovem a nível local. Embora existam alguns crescimentos pontuais em faixas etárias específicas, não se verificam variações globais positivas consistentes, o que evidencia uma dinâmica de regressão demográfica juvenil no conjunto do território.

No grupo dos **0-4 anos**, **três das quatro freguesias registaram quebras acentuadas**, com destaque para **Serpins (-46,5%)** e **Gândaras (-37,3%)**, seguidas da **UF de Lousã e Vilarinho (-27,5%)**. A única exceção foi a **UF de Foz de Arouce e**

Casal de Ermio, que manteve o número de crianças estável (0,0%), ainda que sem crescimento efetivo.

No escalão dos **5-9 anos**, a tendência de redução mantém-se evidente, com **Gândaras a registar a quebra mais expressiva (-42,4%)**, seguida de **UF de Lousã e Vilarinho (-19,0%)**, **UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio (-15,0%)** e **Serpins (-15,9%)**. Estes dados confirmam a continuidade do decréscimo da população jovem que já se tinha manifestado nos anos anteriores.

No grupo dos **10-14 anos**, verificam-se novamente quebras relevantes, como os **-40,2% na UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio**, **-40,0% em Gândaras**, e **-4,3% em Serpins**. A **UF de Lousã e Vilarinho**, por sua vez, apresenta **maior estabilidade (-1,4%)**, aproximando-se de um cenário de manutenção.

Já no escalão dos **15-19 anos**, regista-se uma **inversão da tendência em duas freguesias: Serpins (+11,1%) e UF de Lousã e Vilarinho (+3,2%)**, possivelmente associada à permanência de jovens em contexto escolar ou familiar. As restantes freguesias continuam em queda: **Gândaras (-28,0%)** e **UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio (-15,7%)**.

Estes dados revelam uma **retração acentuada da população jovem nas freguesias da Lousã**, sobretudo nas faixas etárias mais novas, refletindo os efeitos combinados da baixa natalidade, envelhecimento da população e dificuldades de fixação de jovens casais. As exceções registadas em alguns grupos são pontuais e insuficientes para contrariar a tendência dominante, que acompanha o padrão regional e nacional de **declínio demográfico nas idades escolares**.

Tabela 1. Taxa de variação da população em idade escolar (%) por freguesia do concelho da Lousã, 2011-2021

Freguesias	0 - 4 anos	5 - 9 anos	10 - 14 anos	15 - 19 anos
Gândaras	-37,3	-42,4	-40,0	-28,0
Serpins	-46,5	-15,9	-4,3	11,1
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	0,0	-15,0	-40,2	-15,7
UF de Lousã e Vilarinho	-27,5	-19,0	-1,4	3,2

Fonte: INE (Cálculo próprio)

3.4. Indicadores demográficos

Os indicadores demográficos permitem uma leitura aprofundada da estrutura e evolução da população de um território, fornecendo informações fundamentais sobre a capacidade de renovação geracional e o equilíbrio entre grupos etários. Estes dados refletem o nível de envelhecimento populacional e ajudam a identificar tendências demográficas com implicações diretas no planeamento e na definição de políticas públicas. A análise destas dinâmicas é essencial para compreender os desafios e oportunidades associados às transformações da população, contribuindo para a elaboração de estratégias de desenvolvimento sustentável ajustadas às características e necessidades específicas do território.

3.4.1. Índices de dependência

O **índice de dependência de jovens**¹⁰ registou uma tendência de diminuição entre 2013 e 2023 em Portugal, na Região de Coimbra e na Lousã (**Figura 18**). Ao longo da década, os valores da Lousã foram sempre superiores aos nacionais e regionais, refletindo uma maior proporção de jovens face à população em idade ativa. Contudo, esta diferença reduziu-se progressivamente. Em 2013, a Lousã apresentava um índice de 24,6, acima dos 22,4 de Portugal e dos 19,9 da Região de Coimbra. Dez anos depois, o valor concelhio desceu para 19,4, aproximando-se dos 20,3 registados a nível nacional e ficando pouco acima dos 18,8 regionais, traduzindo uma quebra de 5,2 p.p. em dez anos. Esta evolução confirma um **ritmo de envelhecimento demográfico mais rápido na Lousã**, explicado pela redução da natalidade, pela saída de jovens casais e pela dificuldade em fixar população em idade fértil — fenómenos comuns em territórios do interior. O recuo da proporção de jovens compromete a renovação geracional, afetando a sustentabilidade dos serviços educativos, a coesão social e a vitalidade económica local. Face a este cenário, tornam-se essenciais políticas integradas que incentivem a fixação de jovens e famílias, apoiem a natalidade e promovam a atratividade do município como espaço de vida para as novas gerações.

¹⁰ Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 15-64 anos). IN: <https://smi.ine.pt>

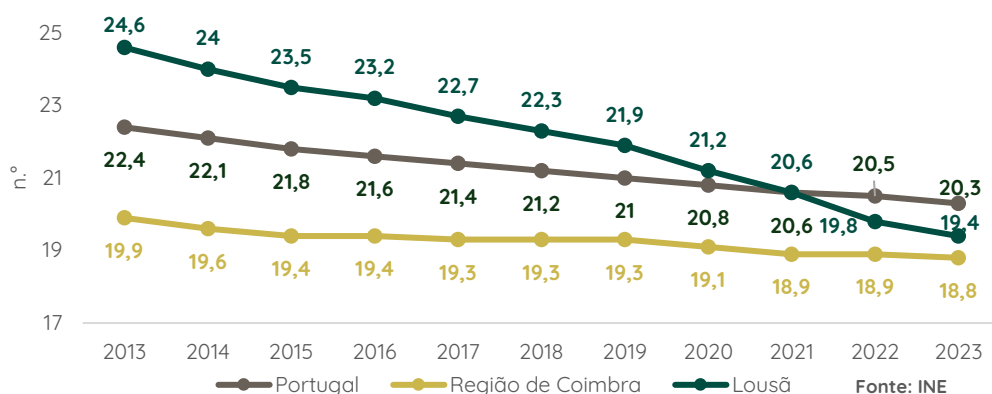


Figura 18. Índice de dependência de jovens (n.º) por localização geográfica, 2013-2023

A análise do **índice de dependência de jovens** por freguesia na Lousã, em 2021 (Figura 19), evidencia diferenças face à média municipal (19,4). A UF da Lousã e Vilarinho (21,4) e Serpins (20,7) apresentam os valores mais elevados, refletindo uma estrutura etária relativamente mais jovem. Em contraste, a UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio (18,3) situa-se ligeiramente abaixo da média, enquanto Gândaras regista o valor mais baixo (16,5), revelando maior envelhecimento demográfico.

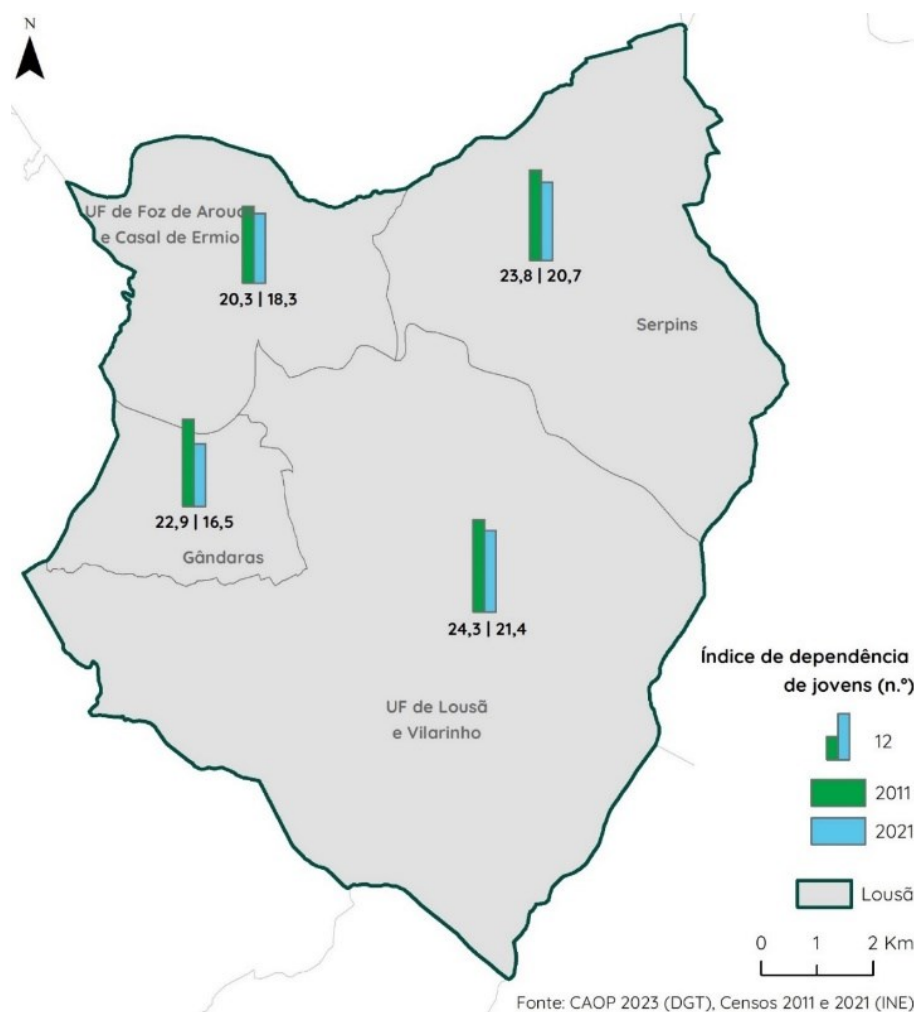


Figura 19. Índice de dependência de jovens, por freguesia do concelho da Lousã, 2011-2021

Entre 2013 e 2023, o **índice de dependência de idosos**¹¹ aumentou de forma contínua em Portugal, na Região de Coimbra e no município da Lousã (**Figura 20**). A Região de Coimbra manteve valores sempre acima da média nacional, refletindo o envelhecimento típico dos territórios do interior. Na Lousã, o índice subiu de 27,8 para 37,0 (+9,2 p.p.), aproximando-se gradualmente dos níveis nacional (38,2) e regional (46,8). Esta evolução traduz o crescimento relativo da população idosa face à população ativa, resultado da baixa natalidade, da emigração jovem e da maior longevidade. O aumento sustentado deste indicador coloca desafios acrescidos à sustentabilidade social e económica, exigindo políticas que apoiem a população sénior, promovam envelhecimento digno e atraiam população em idade ativa para mitigar os desequilíbrios geracionais.

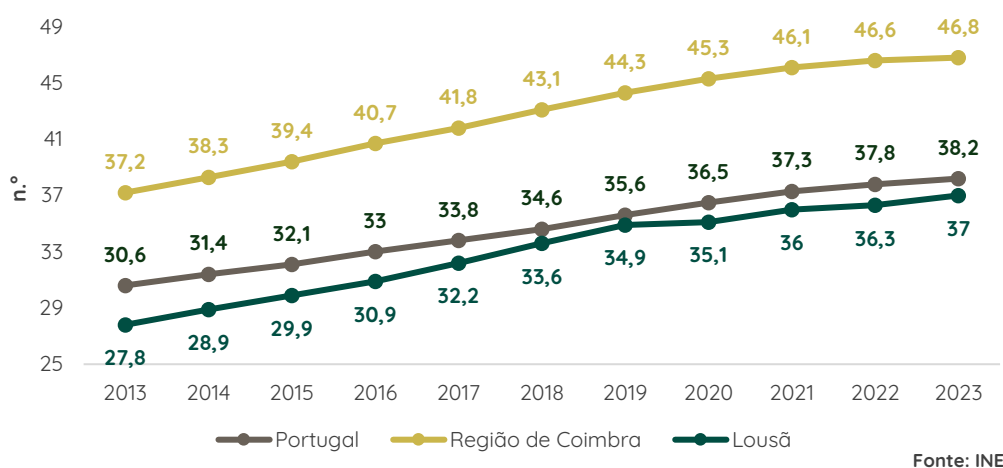


Figura 20. Índice de dependência de idosos (n.º) por localização geográfica, 2013-2023

Em 2021, as freguesias de **Gândaras (42,9)** e de **Serpins (42,7)** apresentavam os **índices de dependência de idosos mais elevados** no município da Lousã, ambos **superiores à média municipal** de 36,0 observada nesse ano. Também a **UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio** registou um valor elevado (**39,9**), enquanto a **UF de Lousã e Vilarinho** apresentava um índice inferior (**33,9**), ainda assim acima do valor nacional (**38,2**) e refletindo igualmente o processo de envelhecimento da população (**Figura 21**). Estes dados evidenciam uma **expressiva heterogeneidade demográfica entre freguesias**, com algumas áreas a registarem **níveis de envelhecimento mais pronunciados**, o que pode traduzir dinâmicas distintas em

¹¹ Relação entre a população idosa e a população em idade ativa. Definido como o quociente entre o número de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos. Geralmente é expresso em percentagem (por 100 pessoas com idades entre os 15 e os 64 anos). IN: https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0000604

termos de fixação de população jovem, natalidade e atratividade territorial. A leitura destes contrastes é fundamental para o **desenho de políticas locais diferenciadas**, ajustadas às **necessidades específicas** de cada comunidade.

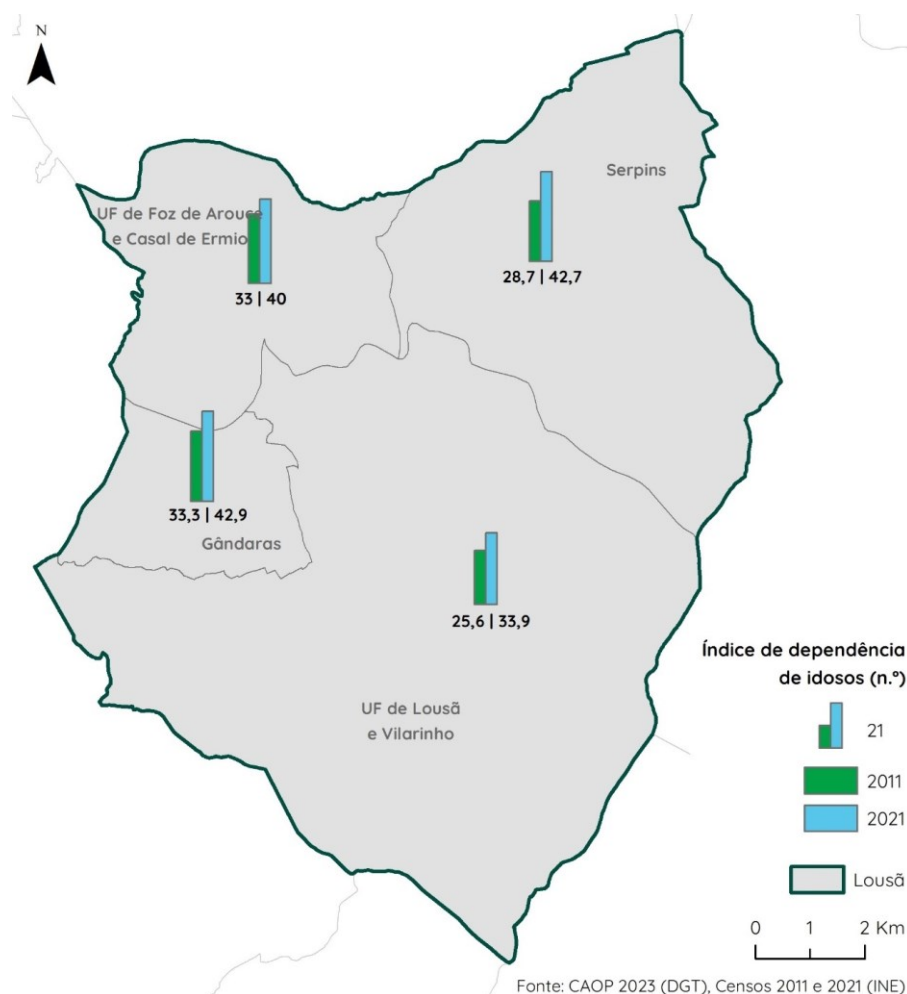


Figura 21. Índice de dependência de idosos, por freguesia do concelho da Lousã, 2011-2021

Na Lousã, o **índice de dependência total**¹² acompanha a tendência de crescimento observada a nível regional e nacional entre 2013 e 2023, embora mantendo-se **sistematicamente abaixo** dos valores registados na **Região de Coimbra** e em **Portugal** (Figura 22). Ao longo deste período, o índice aumentou de **52,4** para **56,5**, refletindo um **agravamento moderado** da pressão exercida pelas populações jovem e idosa sobre a população em idade ativa. Em comparação, a **Região de Coimbra** registou um crescimento mais acentuado, passando de **57,1** em 2013 para **65,6** em 2023, enquanto a **média nacional** evoluiu de **53,0** para **58,5**. Estes dados

¹² Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 15-64 anos). IN: <https://smi.ine.pt>

indicam que, apesar da tendência geral de envelhecimento, a **estrutura demográfica da Lousã mantém-se mais equilibrada**, com uma relação menos desfavorável entre população dependente e ativa. Ainda assim, a trajetória de crescimento contínuo do indicador ao longo da década evidencia os **desafios demográficos crescentes** que o município enfrenta, nomeadamente no reforço da resposta social ao envelhecimento e na necessidade de garantir a renovação geracional. A estabilização do índice entre 2020 e 2023 poderá indicar uma **ligeira desaceleração do processo de envelhecimento**, mas não anula a necessidade de **estratégias ativas de fixação de jovens e valorização da população em idade ativa**, essenciais para assegurar a **sustentabilidade futura do território**.

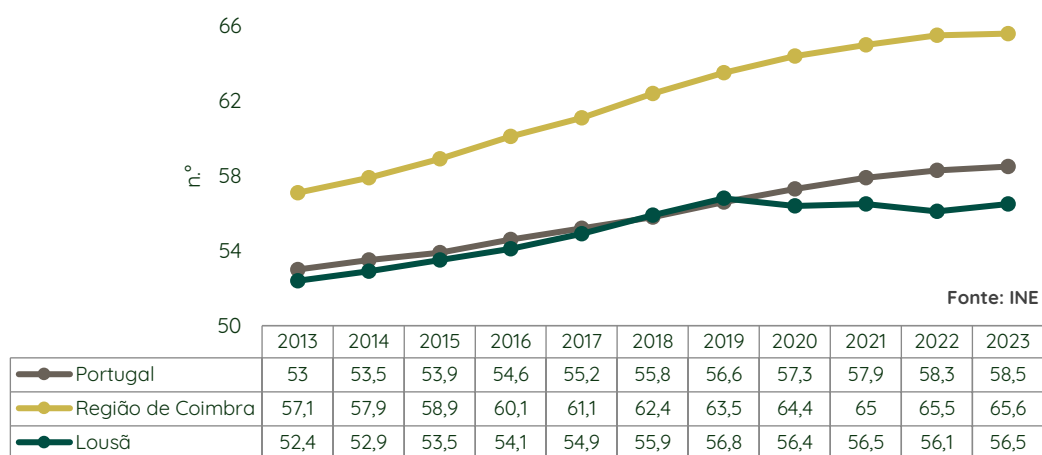


Figura 22. Índice de dependência total (n.º) por localização geográfica, 2013-2023

Em 2021, as freguesias de Serpins (63,42), Gândaras (59,4) e a UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio (58,27) registaram índices de dependência total superiores à média municipal da Lousã (56,5). Já a UF de Lousã e Vilarinho apresentou um valor ligeiramente inferior (55,32) – **Figura 23**. Estes resultados evidenciam disparidades territoriais na proporção de população dependente (jovens e idosos face à população ativa), refletindo diferentes perfis demográficos e graus de envelhecimento. Freguesias como Serpins e Gândaras enfrentam maior pressão em termos de serviços sociais e de saúde, enquanto a UF de Lousã e Vilarinho revela uma estrutura relativamente mais equilibrada. Esta diversidade interna reforça a necessidade de políticas locais diferenciadas, ajustadas às especificidades de cada freguesia, de modo a responder de forma eficaz aos desafios da sustentabilidade demográfica.

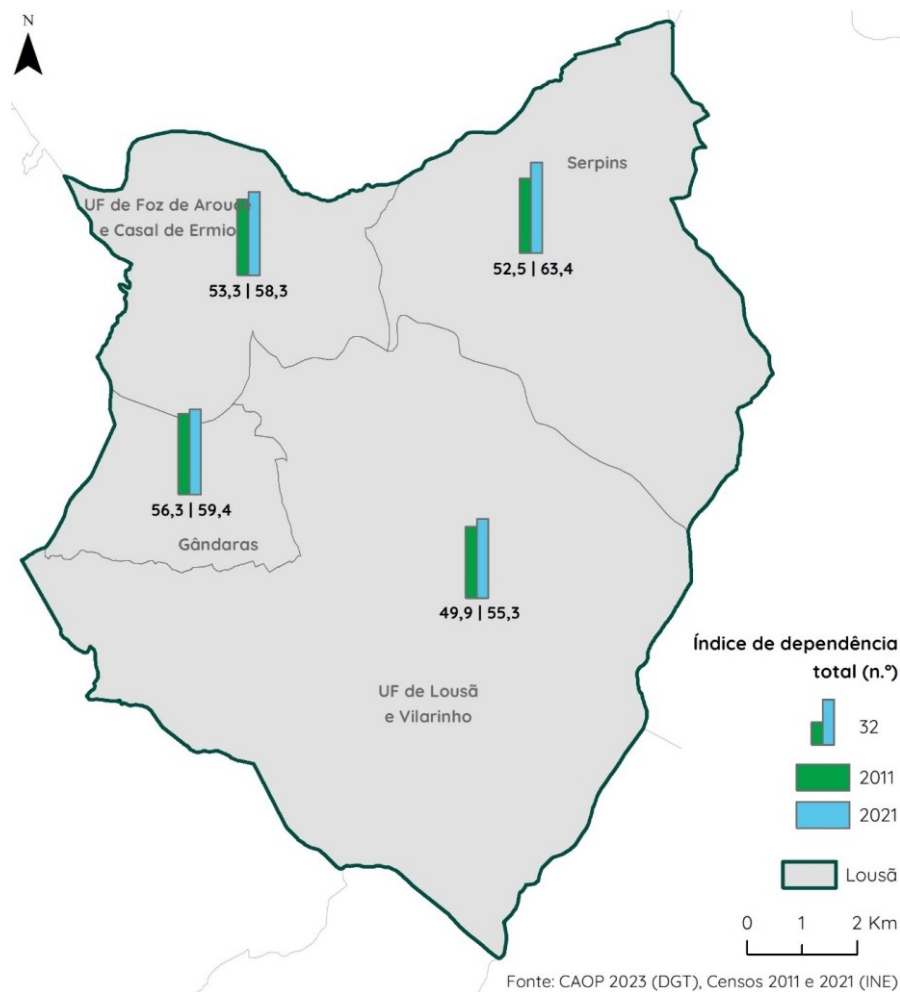


Figura 23. Índice de dependência total, por freguesia do concelho da Lousã, 2011-2021

3.4.2. Índices de envelhecimento, longevidade e renovação da população

Entre 2013 e 2023, o **índice de envelhecimento**¹³ apresentou uma trajetória de crescimento contínuo nas três unidades territoriais em análise (Figura 24), evidenciando o agravamento do desequilíbrio etário. No município da Lousã, o índice aumentou 77,3% ao longo da década, passando de 113,3 idosos por cada 100 jovens em 2013 para 190,6 em 2023. Embora este valor se mantenha abaixo da média da Região de Coimbra (249,6), aproxima-se progressivamente do valor nacional (188,1), refletindo uma aceleração do envelhecimento demográfico local.

Esta evolução resulta da conjugação do aumento da longevidade com a redução sustentada da natalidade, associada a fatores como a emigração jovem e a

¹³ Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas dos 0 aos 14 anos). IN: <https://smi.ine.pt>

difícil de fixação de famílias em idade fértil. A diminuição da população jovem e o crescimento dos escalões etários mais avançados tornam o envelhecimento um fenómeno estrutural, com impactos relevantes nas políticas sociais, de saúde, habitação e ordenamento do território.

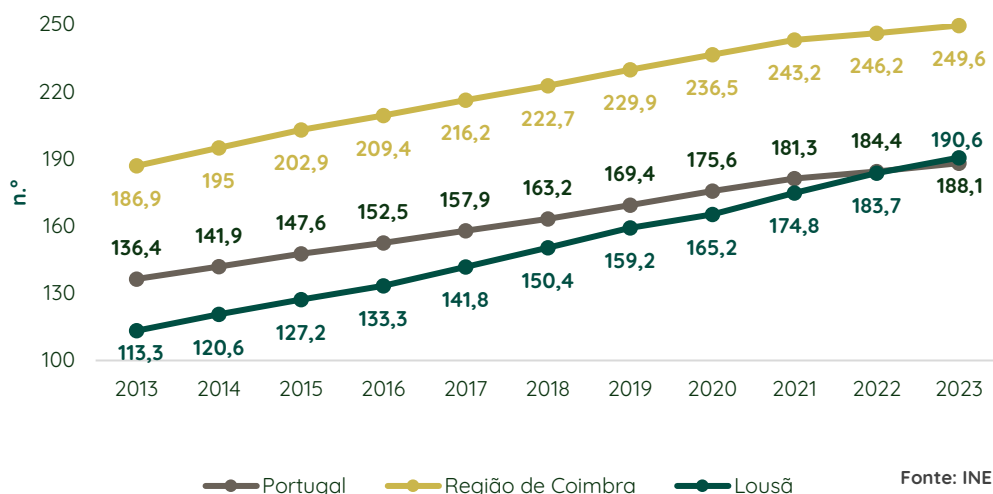


Figura 24. Índice de envelhecimento (n.º) por localização geográfica, 2013-2023

Em 2021, o índice de envelhecimento na Lousã atingia 174,8, confirmando a tendência de envelhecimento populacional. Algumas freguesias apresentavam valores ainda mais elevados (Figura 25), revelando estruturas etárias mais desequilibradas: Gândaras (260,0), a UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio (218,5) e Serpins (206,0). Já a UF de Lousã e Vilarinho registava o valor mais baixo (158,7), embora também em crescimento face a 2011 (105,3). Estes resultados mostram que, à semelhança da tendência nacional, o município enfrenta um envelhecimento demográfico acentuado, mas com fortes assimetrias internas. Este cenário reforça a necessidade de respostas locais diferenciadas, que combinem políticas de retenção e atração de jovens com a adaptação dos serviços e equipamentos a uma população cada vez mais idosa.



Figura 25. Índice de envelhecimento, por freguesia do concelho da Lousã, 2011-2021

Entre 2013 e 2023, o **índice de longevidade**¹⁴ na Lousã registou um aumento gradual, com pequenas oscilações (Figura 26). O valor passou de 47,3 em 2013 para 49,8 em 2023, refletindo o peso crescente da população com 75 ou mais anos face ao total de idosos (65+), sinal de maior esperança de vida sénior. A partir de 2017, observa-se uma recuperação sustentada, culminando em 2021 com o valor mais elevado da série (50,2). Embora se mantenha geralmente abaixo da média nacional (49,1) e regional (51,7), o município tem vindo a aproximar-se desses referenciais, evidenciando progressos no envelhecimento ativo e na longevidade da população.

¹⁴ Relação entre a população mais idosa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 65 ou mais anos). IN: <https://smi.ine.pt>

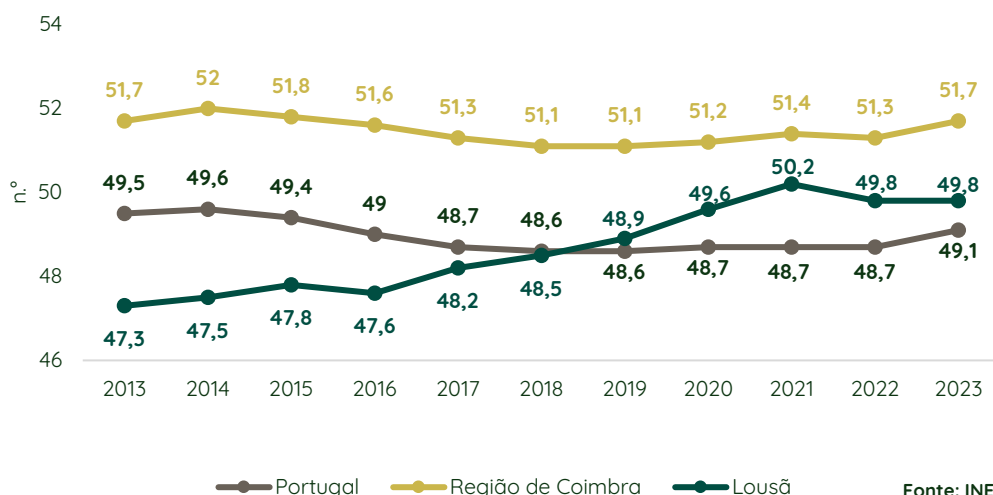


Figura 26. Índice de longevidade (n.º) por localização geográfica, 2013-2023

Em 2021, o índice de longevidade por freguesia registou o valor mais elevado na UF de Lousã e Vilarinho (50,76). Em contrapartida, a freguesia de Serpins apresentou o valor mais baixo (44,75). As freguesias de Gândaras e a UF de Foz de Arouce registaram respetivamente 49,83 e 45,77 (**Tabela 2**).

Tabela 2. Índice de longevidade (n.º) por freguesia do concelho da Lousã em 2021

Freguesia	2021
Gândaras	49,83
Serpins	44,74
UF das freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio	45,77
UF de Lousã e Vilarinho	50,76

Fonte: INE

O **índice de renovação da população em idade ativa**¹⁵ na Lousã desceu de forma acentuada entre 2013 (84,2) e 2019 (70,1), revelando um enfraquecimento da capacidade de substituição geracional. Desde 2020, regista-se uma recuperação gradual, atingindo 73,8 em 2023 (**Figura 27**). Apesar desta evolução positiva, o valor mantém-se abaixo do limiar de equilíbrio demográfico (100) e inferior ao de 2013, confirmando a insuficiência da renovação geracional para assegurar a sustentabilidade a longo prazo. Em 2023, a Lousã apresenta um índice inferior à média nacional (76,5), embora acima da Região de Coimbra (68,0). Este quadro resulta da baixa natalidade e da saída de jovens em idade ativa, fatores que comprometem o equilíbrio populacional.

¹⁵ Relação entre a população que potencialmente está a entrar e a que está a sair do mercado de trabalho, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 55-64 anos). IN: <https://smi.ine.pt>

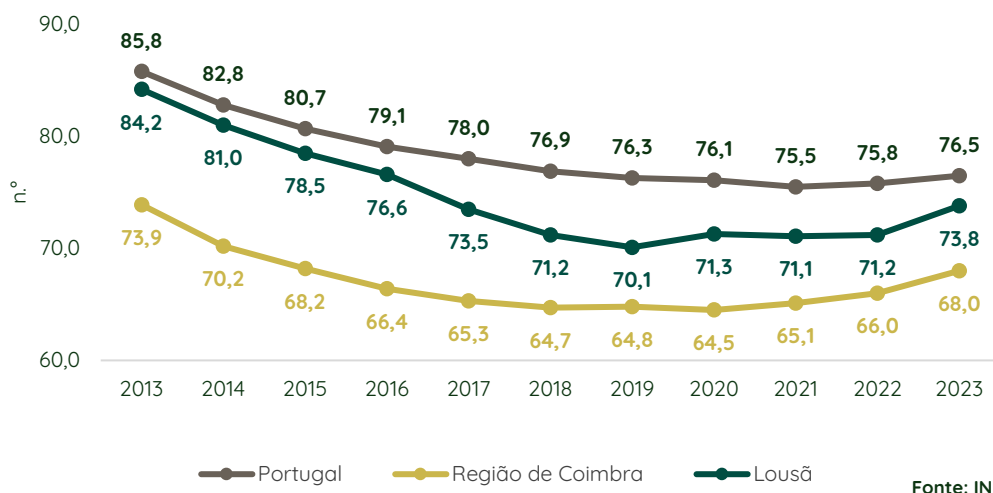


Figura 27. Índice de renovação da população em idade ativa (n.º) por localização geográfica, 2013–2023

A análise do índice de renovação da população em idade ativa (**Tabela 3**) nas freguesias da Lousã, em 2021, evidencia fortes assimetrias na capacidade de substituição geracional. A UF de Lousã e Vilarinho e Gândaras registaram os valores mais elevados, respetivamente 74,48 e 73,33, revelando estruturas etárias mais equilibradas e maior potencial de renovação da força de trabalho face à média municipal (71,1). Em contrapartida, Serpins e a UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio apresentaram índices substancialmente mais baixos (52,46 e 58,42, respetivamente) sinalizando populações mais envelhecidas e uma reposição geracional mais limitada.

Tabela 3. Índice de renovação em idade ativa (n.º) por freguesia do concelho da Lousã em 2021

Freguesia	2021
Gândaras	73,33
Serpins	52,46
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	58,42
UF de Lousã e Vilarinho	74,48

Fonte: INE

3.5. Migrações e população de origem estrangeira

A taxa de crescimento migratório¹⁶ na Lousã registou, entre 2013 e 2018, valores negativos, atingindo o mínimo em 2013-2014 (-0,60%), sinal de saída líquida de população (**Figura 28**). A partir de 2019, verifica-se uma inversão da tendência, com crescimento contínuo até 2023 (1,50%), ultrapassando a média nacional (1,47%), embora ligeiramente abaixo da Região de Coimbra (1,85%). Esta recuperação traduz uma maior atratividade territorial, associada à valorização de territórios de baixa densidade, melhorias na qualidade de vida e dinâmicas migratórias internas e internacionais mais favoráveis. O saldo positivo contribui para mitigar o envelhecimento e reforçar a população em idade ativa, exigindo políticas de fixação e integração que consolidem esta dinâmica.

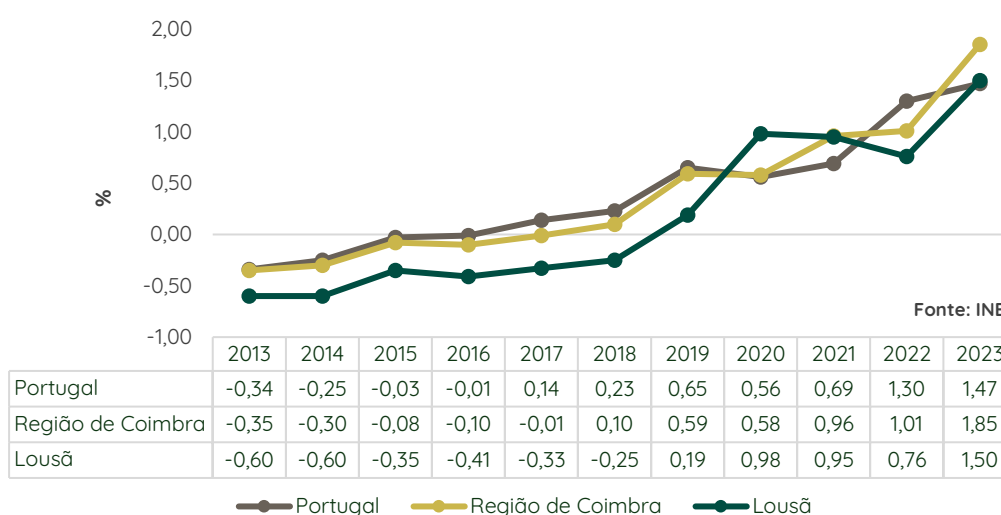


Figura 28. Taxa de crescimento migratório (%) por localização geográfica, 2013-2023

Analisando a taxa de variação da população residente estrangeira¹⁷ por freguesias (**Figura 29**) concluiu-se que entre 2011 e 2021, esta **diminuiu** em todas as freguesias, com exceção da UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio.

¹⁶ Saldo migratório observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10^2) ou 1000 (10^3) habitantes). IN: <https://smi.ine.pt>

¹⁷ Conjunto de pessoas de nacionalidade não portuguesa que sejam consideradas residentes em Portugal no momento da observação, IN: <https://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/2464#Rela%C3%A7%C3%B5es>

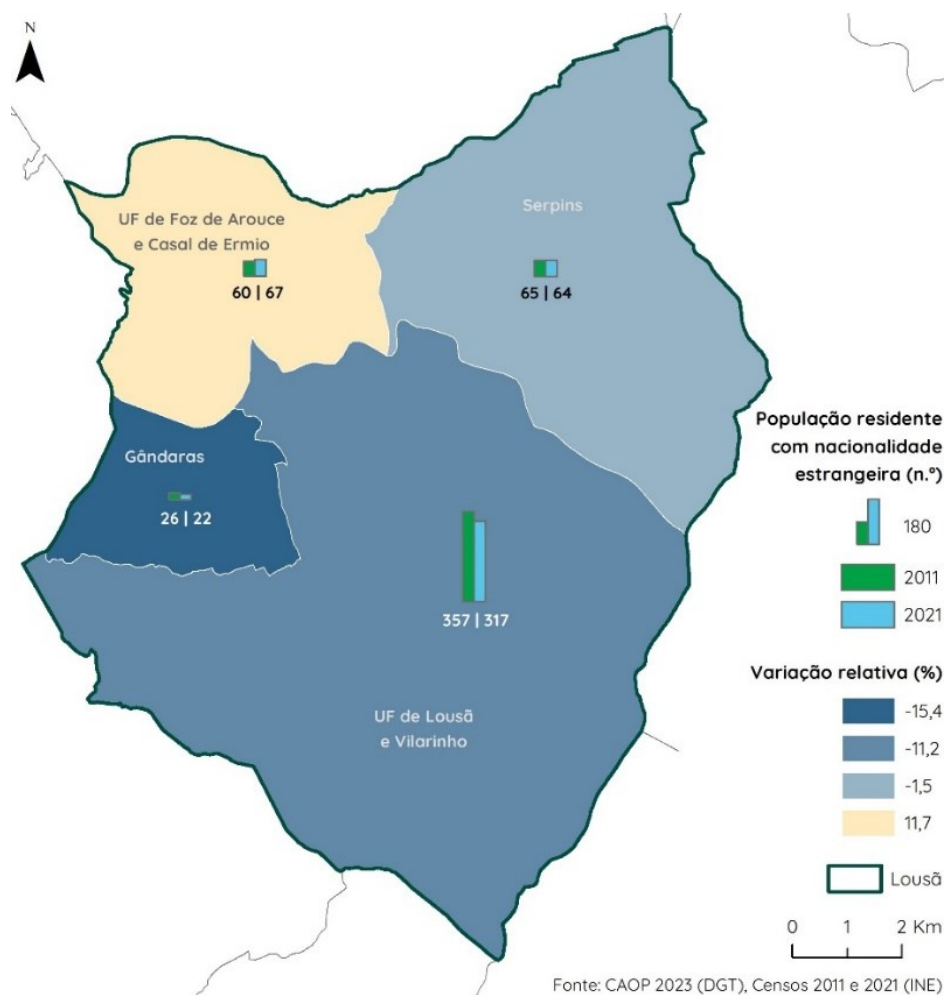


Figura 29. População residente com nacionalidade estrangeira (n.º) em 2011 e 2021 e variação registada, por freguesia, no concelho da Lousã

Em 2021, as **freguesias com maior proporção de população com nacionalidade estrangeira** corresponderam à UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio (5,3%) e Serpins (3,7%) – **Tabela 4**.

Tabela 4. Proporção da população com nacionalidade estrangeira, por freguesia, na Lousã em 2021

Freguesia	%
Gândaras	2,0
Serpins	3,7
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	5,3
UF de Lousã e Vilarinho	2,5

Fonte: INE

Entre 2013 e 2023, a **proporção da população com nacionalidade estrangeira e estatuto legal de residente** aumentou significativamente nos três níveis territoriais analisados (**Figura 30**):

- +6,0 p.p. em **Portugal** (de 3,8% para 9,8%);
- +3,9 p.p. na **Região de Coimbra** (de 2,6% para 6,5%);
- +2,4 p.p. na **Lousã** (de 2,4% para 4,8%).

Estes dados confirmam uma tendência nacional de crescimento da população estrangeira residente, com impacto direto na renovação demográfica e na diversidade sociocultural dos territórios.

No caso da Lousã, embora o aumento seja mais contido face à média nacional e regional, ele representa um reforço importante da dinâmica populacional, especialmente num contexto marcado pelo envelhecimento e pela diminuição da população jovem. Esta evolução poderá contribuir para equilibrar a estrutura etária e revitalizar a base socioeconómica local, desde que acompanhada de estratégias eficazes de integração, apoio e inclusão social.

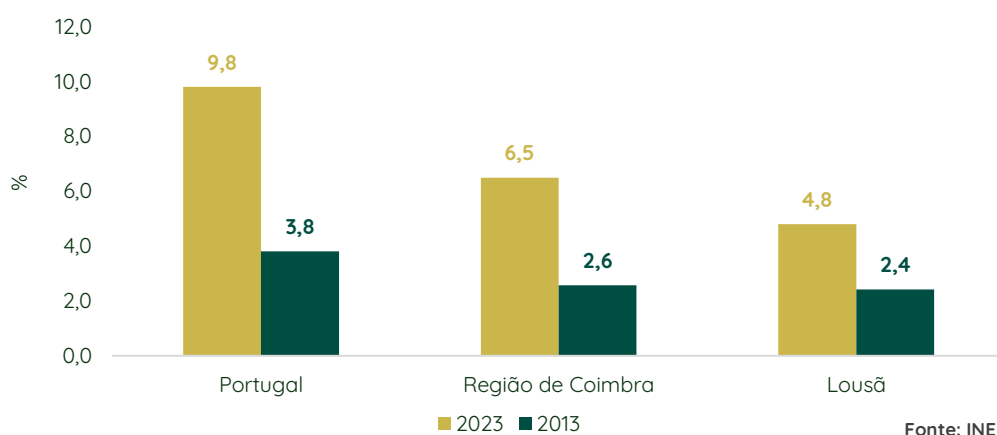


Figura 30. Proporção da população estrangeira (%) com estatuto legal de residente em 2013 e em 2023

Na Lousã, a **população estrangeira com estatuto legal de residência**¹⁸ registou um crescimento expressivo entre 2013 e 2023, passando de 421 para 837 pessoas. Este aumento constante ao longo da década traduz uma maior fixação de população estrangeira no município, reforçando o seu peso na estrutura demográfica local.

Simultaneamente, o número de estrangeiros com **estatuto solicitado**¹⁹ também cresceu de forma significativa, sobretudo a partir de 2018, destacando-se os anos de 2020 (85 pessoas) e 2023 (261 pessoas), que registaram os valores mais elevados da série (**Figura 31**). Esta evolução confirma uma tendência de crescente atratividade migratória da Lousã, num contexto de envelhecimento populacional e

¹⁸ Conjunto de pessoas de nacionalidade não portuguesa com autorização ou cartão de residência, em conformidade com a legislação de estrangeiros em vigor. Não inclui os estrangeiros com situação regular ao abrigo da concessão de autorizações de permanência, de vistos de curta duração, de estudo, de trabalho ou de estada temporária, bem como os estrangeiros com situação irregular. IN: <https://smi.ine.pt>

¹⁹ Conjunto de pessoas de nacionalidade não portuguesa que num determinado ano solicitaram um título de residência ao abrigo da legislação em vigor, que regula a entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros em território nacional. IN: <https://smi.ine.pt>

baixa natalidade. A consolidação desta dinâmica migratória poderá representar uma oportunidade estratégica para revitalizar o tecido social e económico, exigindo, contudo, respostas adequadas de acolhimento, integração e apoio aos novos residentes.



Figura 31. População estrangeira (n.º) com estatuto legal de residência, efetivo e solicitado, no município da Lousã, 2013-2023

Em 2023, a população estrangeira residente na Lousã apresentava uma composição diversificada em termos de nacionalidade, refletindo a crescente atratividade do município (**Tabela 5**). O Brasil destacou-se como principal país de origem, representando 36,7% dos estrangeiros (403 indivíduos), seguido do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, com 17,9% (196 pessoas). Com menor expressão surgem Angola (5,0%), Roménia (2,1%) e China (1,8%). O conjunto de ‘Outros países’ representa 36,5%, confirmando a pluralidade de origens. Este cenário evidencia uma dinâmica migratória diversificada, com impacto positivo potencial no desenvolvimento local, mas que coloca desafios ao nível da integração e da adaptação dos serviços públicos.

Tabela 5. População estrangeira com estatuto legal de residência efetivo e solicitado (n.º e %), na Lousã, por nacionalidade, em 2023

País de origem	n.º	%
Brasil	403	36,7
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	196	17,9
Angola	55	5,0
Roménia	23	2,1
China	20	1,8
Outros países	401	36,5
Total	1098	100,0

Fonte: INE

3.6. Saldo natural, migratório e total

A análise da evolução da dinâmica demográfica no município da Lousã assenta no saldo natural (diferença entre nados-vivos e óbitos), complementado por outras componentes de variação populacional. Entre 2013 e 2023, os nados-vivos evidenciaram uma tendência de decréscimo, passando de 123 nascimentos em 2013 para 114 em 2023, com valores particularmente baixos nos anos mais recentes. Em paralelo, os óbitos mantiveram-se em níveis elevados e crescentes, com picos de 183 em 2020 e 2022 (Figura 32). Como consequência, o saldo natural foi consistentemente negativo ao longo da década, com exceção de 2017, e atingiu os seus valores mais baixos em 2022 (-74) e 2023 (-57). Este padrão confirma o impacto de um envelhecimento demográfico acentuado e de uma fraca dinâmica de nascimentos, revelando dificuldades estruturais na renovação populacional. Estes dados refletem uma realidade demográfica exigente, que coloca pressões acrescidas sobre o futuro da coesão social e da vitalidade económica do município, sendo por isso essencial investir em políticas de apoio à natalidade, atração de jovens e valorização da fixação populacional.

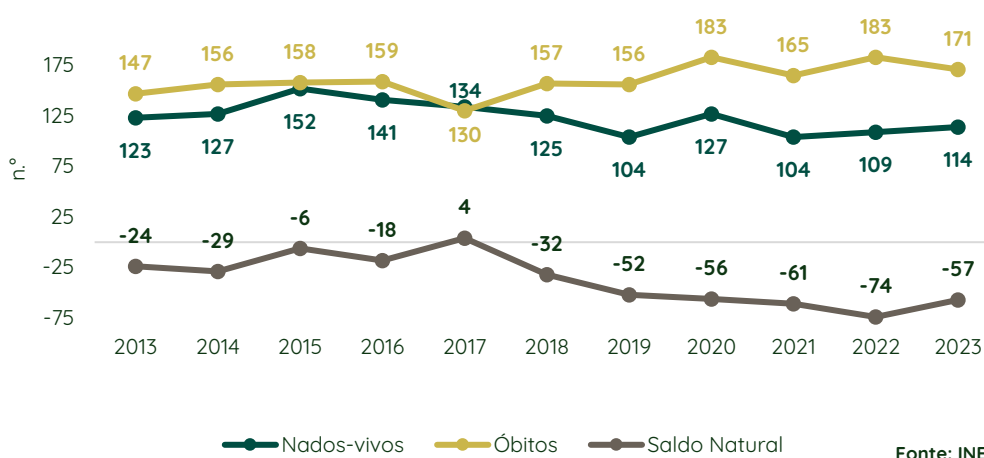


Figura 32. Nados-vivos, óbitos e saldo natural (n.º) no concelho da Lousã, 2013-2023

Complementando a análise da dinâmica demográfica da Lousã, os dados relativos ao **saldo migratório**²⁰ e do **saldo efetivo**²¹ entre 2013 e 2023 permitem observar uma **viragem significativa a partir de 2019** (Figura 33). Ao longo de grande parte

²⁰ Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo. IN: <https://smi.ine.pt>

²¹ Diferença entre os efetivos populacionais em dois momentos do tempo (habitualmente dois fins de ano consecutivos). O saldo efetivo pode ser calculado pela soma do saldo natural e do saldo migratório. IN: <https://smi.ine.pt>

da década em análise, o município da Lousã registou saldos migratórios negativos, com particular destaque para os anos de 2013 e 2014, ambos com um saldo de -104, refletindo uma perda líquida de população associada aos movimentos migratórios. Contudo, a partir de 2019, observa-se uma inversão clara desta tendência, com o registo de saldos migratórios positivos e progressivamente mais elevados, atingindo 260 em 2023, o valor mais alto de todo o período considerado.

Esta inversão teve um impacto direto no saldo efetivo do município, que passou de valores sistematicamente negativos até 2018 para saldos positivos a partir de 2020. Nesse ano, o crescimento populacional foi de 111 pessoas, valor que continuou a aumentar nos anos seguintes, alcançando 203 em 2023. Este comportamento recente evidencia um reforço da atratividade territorial da Lousã, com a mobilidade populacional a assumir um papel cada vez mais relevante na compensação do saldo natural negativo.

A consolidação desta trajetória positiva dependerá, contudo, da capacidade do município em acolher, integrar e fixar a nova população residente, num contexto marcado pelo envelhecimento demográfico e por níveis de natalidade reduzidos, exigindo políticas territoriais integradas e sustentáveis.

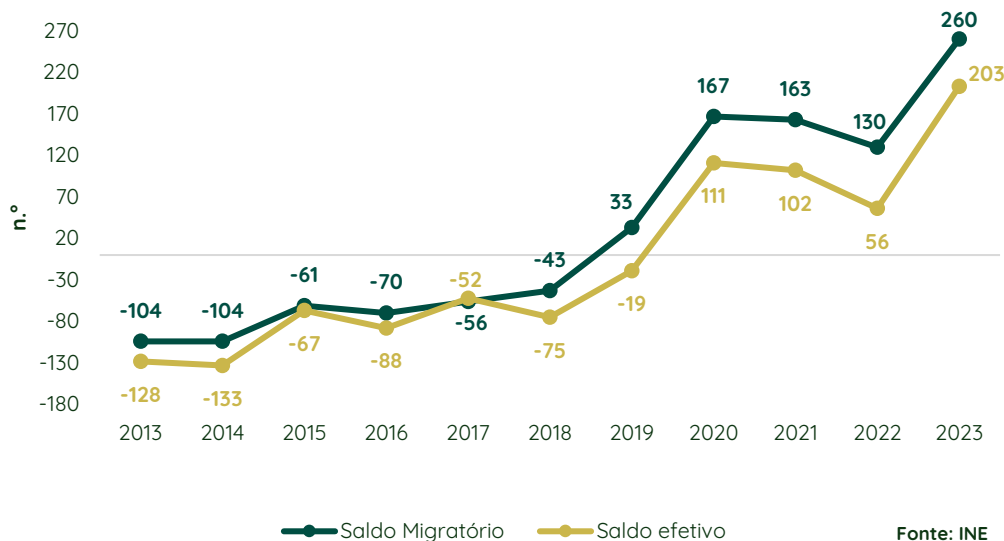


Figura 33. Saldo migratório e crescimento efetivo (n.º) no concelho da Lousã, 2013–2023

3.7. Caracterização da atividade económica

3.7.1. População ativa e taxa de atividade

Entre 2011 e 2021, tanto em Portugal como na Lousã registou-se uma diminuição da população ativa e um aumento dos inativos²² (**Tabela 6**). A nível nacional, a proporção de ativos desceu de 55,9% para 53,5%, acompanhada por um crescimento dos inativos. Na Lousã, verificou-se uma quebra da população ativa de 8.284 para 7.830 indivíduos, reduzindo a sua proporção de 55,9% para 53,1%, enquanto os inativos aumentaram ligeiramente de 6.540 para 6.919 pessoas, refletindo o envelhecimento da estrutura etária. Este padrão traduz uma redução da base produtiva e pressiona a reposição geracional, colocando desafios à sustentabilidade económica e social. Embora acompanhe a tendência nacional, a Lousã enfrenta igualmente a necessidade de políticas que atraiam e fixem população em idade ativa, fundamentais para contrariar esta trajetória.

Tabela 6. População ativa e inativa (n.º e %) por localização geográfica, 2011–2021

Unidades geográficas	2011				2021			
	Ativa	%	Inativa	Total	Ativa	%	Inativa	Total
Portugal	5023367	55,9	3966482	8989849	4817978	53,5	4193900	9011878
Região de Coimbra	210601	52,5	190260	400861	196423	50,7	190793	387216
Lousã	8284	55,9	6540	14824	7830	53,1	6919	14749

Fonte: Pordata (2011 e 2021)

Em 2021, a população ativa da Lousã apresentava uma distribuição equilibrada entre homens (49,9%) e mulheres (50,1%) – **Tabela 7**. Contudo, a análise da taxa de desemprego por sexo evidencia disparidades: 5,5% nos homens (216 desempregados em 3.904 ativos) face a 7,6% nas mulheres (300 desempregadas em 3.926 ativas). Embora os níveis globais de desemprego sejam relativamente baixos, esta diferença revela maior vulnerabilidade feminina no acesso ao emprego, sugerindo a persistência de desigualdades de género no mercado de trabalho local. Neste cenário, ganha relevância o reforço de políticas que promovam igualdade de oportunidades, inclusão laboral feminina e eliminação de barreiras estruturais à sua plena participação.

²² População que, independentemente da idade, no período de referência, não podia ser considerada economicamente ativa, i.e., não estava empregada, nem desempregada. IN: <https://smi.ine.pt>

Tabela 7. População ativa (n.º e %) por condição face ao trabalho e sexo, por localização geográfica em 2021

Unidade geográfica	Homens		Mulheres		Total	
	Empregados	Desempregados	Empregados	Desempregados	Total	% H
Portugal	2256526	178942	2169935	212575	4817978	50,5
Região de Coimbra	92064	5469	92678	6212	196423	49,7
Lousã	3688	216	3626	300	7830	49,9

Fonte: INE (2021)

Em 2021, a população ativa da Lousã concentrava-se sobretudo na faixa etária dos 45–54 anos (30,4%), seguida pelos 35–44 anos (26,7%) – **Figura 34**. Este padrão repete-se na Região de Coimbra (27,6% e 25,2%, respetivamente) e em Portugal (26,8% e 25,4%). A estrutura etária da Lousã revela, assim, um perfil ativo tendencialmente maduro, com ligeira maior concentração nos 35–54 anos face às médias nacional e regional. Esta configuração reforça a necessidade de políticas que estimulem o rejuvenescimento da força de trabalho, através da fixação de jovens e da promoção de emprego qualificado e atrativo no Município.

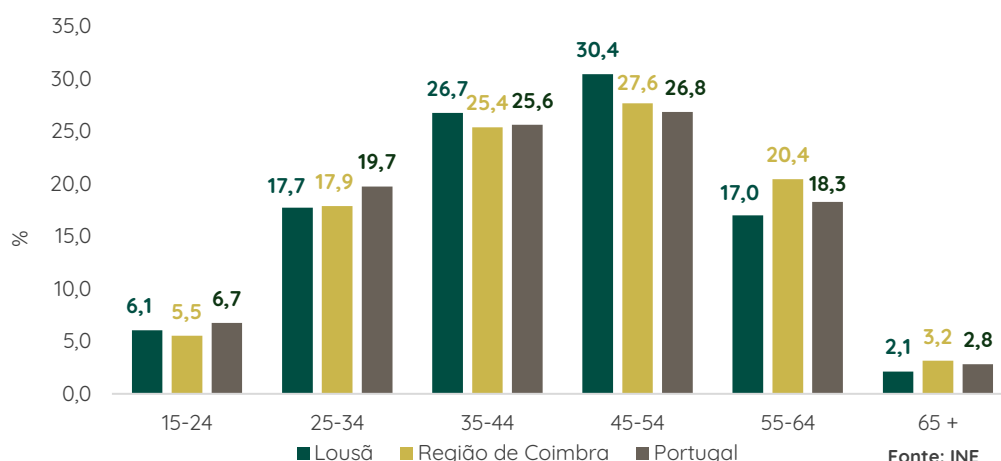


Figura 34. População ativa (%) por grupo etário, por localização geográfica em 2021

Em 2021, a população inativa da Lousã era composta maioritariamente por reformados (58,2%), seguindo-se alunos e estudantes (16,8%) e indivíduos noutras situações (14,1%). Os “domésticos” representavam 7,2%, com clara predominância feminina (93,6%), enquanto os incapacitados correspondiam a 3,7%, com distribuição relativamente equilibrada entre sexos (**Figura 35**). Esta estrutura reflete, por um lado, o forte peso da população envelhecida entre os inativos e, por outro, dinâmicas de género persistentes, que associam sobretudo as mulheres a funções de cuidado e trabalho doméstico. Estes padrões reforçam a necessidade de políticas de

promoção da igualdade de género e de envelhecimento ativo e inclusivo, ajustadas ao perfil demográfico local.

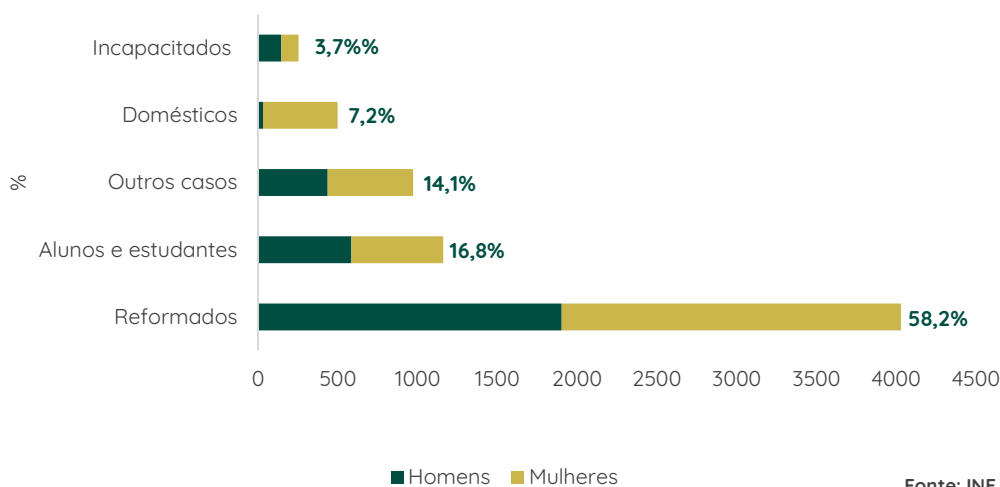


Figura 35. População inativa (n.º e %) por condição face ao trabalho e sexo, na Lousã em 2021

De acordo com os dados apresentados, o município da Lousã registou uma ligeira quebra na **taxa de atividade**²³ entre 2011 e 2021, passando de **47,1% para 46,0%**, o que representa uma diminuição de **1,1 p.p.** (Figura 36). Esta evolução acompanha a tendência nacional, onde se verificou uma descida de **1,0 p.p.** (de 47,6% para 46,6%), e é mais acentuada do que a observada na Região de Coimbra, que apresentou uma quebra de **0,8 p.p.** (de 45,8% para 45,0%). Apesar de continuar a apresentar uma taxa de atividade acima da média regional, a redução registada na Lousã traduz uma pressão crescente sobre o mercado de trabalho, decorrente do envelhecimento demográfico e da redução da população em idade ativa.

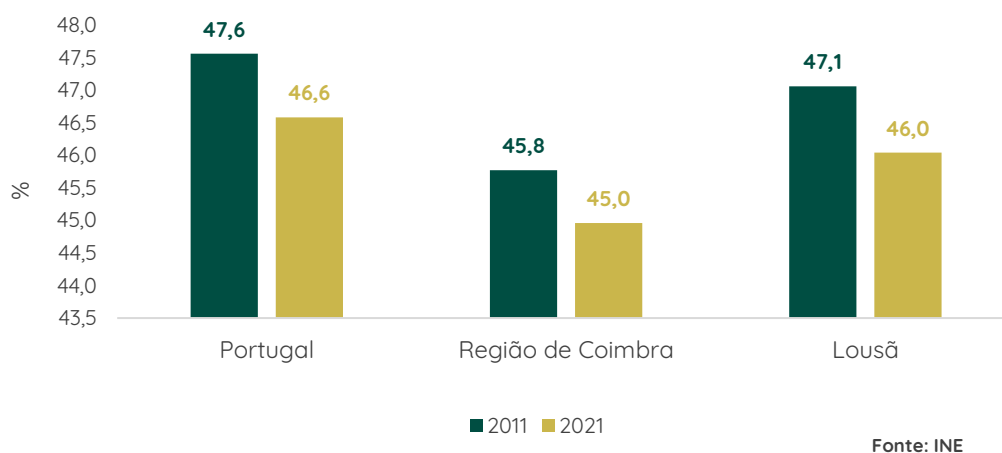


Figura 36. Taxa de atividade (%) por localização geográfica, 2011-2021

²³ Taxa que permite definir o peso da população ativa sobre o total da população. IN: <https://smi.ine.pt>

A análise da **taxa de atividade por freguesia** no município da Lousã em 2021 revela diferenças relevantes na participação da população no mercado de trabalho (**Tabela 8**). A **UF de Lousã e Vilarinho** apresenta a taxa mais elevada (**46,97%**), situando-se **acima da média concelhia (46,0%)**, o que poderá refletir a concentração de serviços, comércio e oportunidades de emprego nesta zona central do município. Em contraste, as freguesias de **Serpins (42,72%)**, **UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio (43,31%)** e **Gândaras (43,47%)** registam **valores abaixo da média**, indicando uma **menor inserção da população no mercado de trabalho**, possivelmente associada a uma estrutura etária mais envelhecida, menor dinamismo económico local ou maiores constrangimentos na mobilidade laboral.

Tabela 8. Taxa de atividade (%) por freguesia, no concelho da Lousã em 2021

Freguesia	Taxa de atividade (%)
Gândaras	43,47
Serpins	42,72
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	43,31
UF da Lousã e Vilarinho	46,97

Fonte: INE

3.7.2. Emprego e estrutura de atividade económica

Ao analisar a evolução da **taxa de emprego**²⁴ entre 2011 e 2021, observa-se uma tendência de crescimento em Portugal e na Região de Coimbra, contrastando com uma ligeira diminuição no município da Lousã (**Figura 37**). A nível nacional, a taxa aumentou **0,61 p.p.** (de **48,51%** para **49,12%**) e na Região de Coimbra registou-se um acréscimo de **0,57 p.p.** (de **47,14%** para **47,71%**). Na Lousã, contudo, verificou-se uma **redução de 0,13 p.p.**, com a taxa de emprego a passar de **49,72% para 49,59%**. Apesar da ligeira descida, a Lousã mantém uma taxa de emprego superior à média nacional e regional, o que revela alguma consolidação do seu tecido económico. Ainda assim, a estagnação do indicador poderá refletir limitações na criação de novos postos de trabalho ou uma saída gradual da população ativa do mercado laboral, fatores que exigem atenção no planeamento de políticas públicas.

²⁴ Taxa que permite definir a relação entre a população empregada e a população em idade ativa (população com 15 e mais anos de idade). IN: <https://smi.ine.pt>

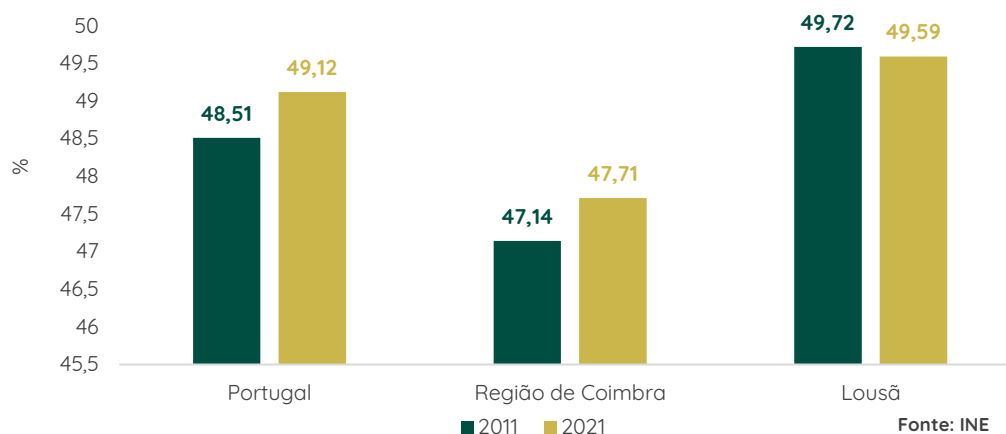


Figura 37. Taxa de emprego (%) por local de residência, em 2011 e 2021

Em 2023, o setor terciário era predominante no município da Lousã, abrangendo 81,2% da atividade económica, seguido do setor secundário (15,1%) e do setor primário (3,7%). As restantes unidades geográficas analisadas apresentavam uma distribuição semelhante, mantendo a mesma tendência (Figura 38).

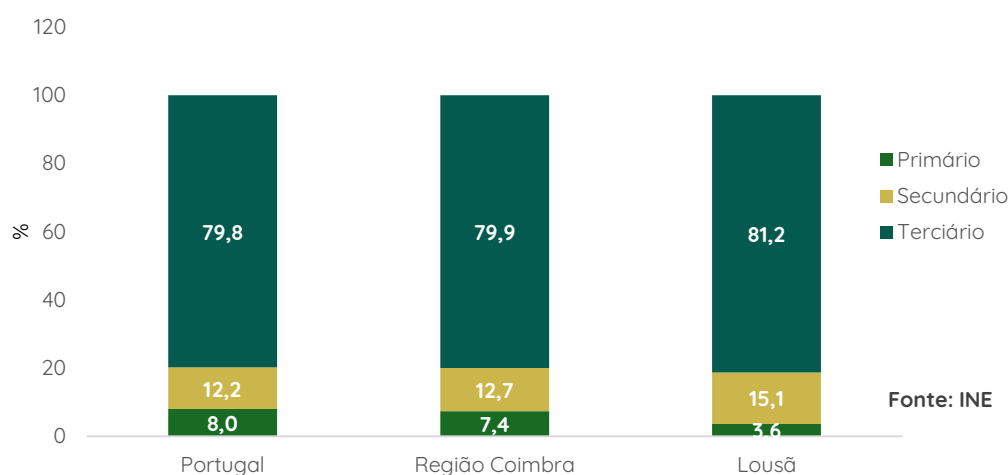


Figura 38. Proporção de empresas por setor de atividade (%) por localização geográfica em 2023

No que respeita à proporção de empresas por setor de atividade, na comparação entre 2013 e 2023, observa-se uma ligeira recomposição da estrutura económica local (Figura 39). Verifica-se uma redução marginal do peso do setor terciário (-0,2 pontos percentuais) e do setor secundário (-0,2 pontos percentuais), em contraste com um acréscimo do setor primário (+0,3 pontos percentuais). Esta evolução, ainda que de pequena magnitude, sugere uma recuperação relativa das atividades primárias no tecido empresarial, enquanto evidencia uma ligeira retração dos setores tradicionalmente mais representativos da economia local.

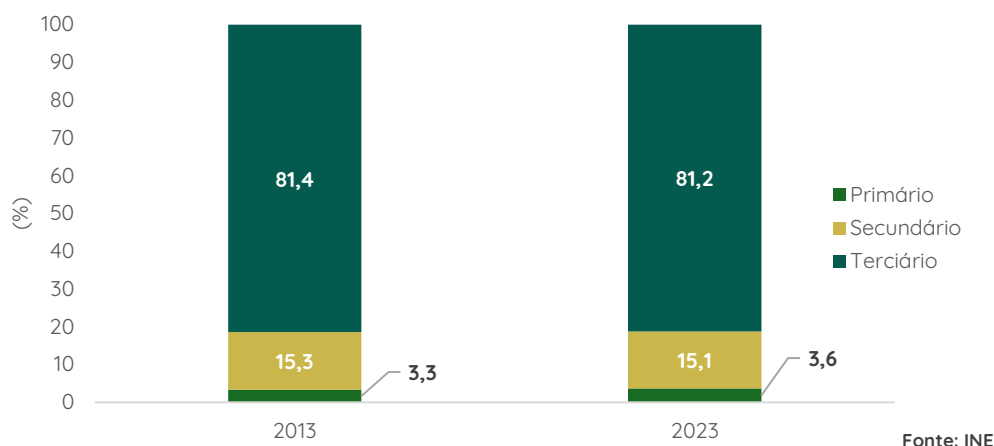


Figura 39. Proporção de empresas por setor de atividade (%) no concelho da Lousã, 2013-2023

Entre 2011 e 2021, a **população empregada na Lousã** apresentou uma evolução diferenciada por setor de atividade e género (**Tabela 9**). O setor primário foi o único a crescer (+15,3%), passando de 203 para 234 trabalhadores, reforçando a predominância masculina (de 67,0% para 69,7%). No setor secundário, verificou-se uma redução de -4,4% (de 1.964 para 1.877), mais acentuada entre os homens, o que levou a uma descida da sua proporção de 73,2% para 68,7% e a um aumento relativo da presença feminina. Já o setor terciário manteve-se praticamente estável (-0,02%), permanecendo o principal empregador, com predominância feminina ligeiramente reforçada (homens de 43,9% para 43,0%). No total, o emprego no município caiu ligeiramente (-0,8%), de 7.371 em 2011 para 7.314 em 2021. A proporção de homens também desceu (de 61,4% para 60,4%), embora continuem a representar a maioria. Esta evolução traduz uma estrutura de emprego estável, com dinamismo no setor primário, reconfiguração gradual no secundário — onde aumenta a participação feminina — e manutenção dos padrões tradicionais no terciário, ainda que com sinais de reforço do papel das mulheres no mercado de trabalho local.

Tabela 9. População empregada (n.º e %) por setor de atividade e sexo, na Lousã em 2011 e 2021

Setor de atividade	Homens		Mulheres		% Homens		Variação total (%)
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	
Primário	136	163	67	71	67,0	69,7	15,27
Secundário	1437	1289	527	588	73,2	68,7	-4,43
Terciário	2287	2236	2917	2967	43,9	43,0	-0,02
Total	3860	3688	3511	3626	61,4	60,4	3,61

Fonte: INE (2011 e 2021)

Entre 2011 e 2021, verificou-se nas freguesias da Lousã um reforço generalizado do setor terciário, que se manteve como principal empregador em todas as unidades territoriais (**Tabela 10**). Os aumentos mais expressivos ocorreram em Gândaras (de

57,5% para 61,5%), Serpins (de 58,7% para 60,5%) e na UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio (de 66,6% para 69,7%), enquanto na UF de Lousã e Vilarinho o peso do setor se manteve praticamente estável (-0,5 p.p.). Em contrapartida, o setor secundário registou quebras em quase todas as freguesias, sobretudo em Gândaras (de 37,5% para 31,4%), sendo a única exceção a UF de Lousã e Vilarinho (+0,3 p.p.). O setor primário apresentou ligeiros crescimentos em todo o município, com maior destaque em Gândaras (de 5,0% para 7,1%) e Serpins (de 3,9% para 5,4%), embora continue a ter um peso residual. Em síntese, confirma-se a tendência de terciarização da economia local, acompanhada pela retração do setor secundário e por uma tímida revitalização das atividades primárias em territórios periféricos.

Tabela 10. População empregada (%) por setor de atividade, por freguesias da Lousã, 2011-2021

Unidade geográfica	Setor primário		Setor secundário		Setor terciário	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Gândaras	5,0	7,1	37,5	31,4	57,5	61,5
Serpins	3,9	5,4	37,4	34,1	58,7	60,5
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	4,6	5,7	28,8	24,6	66,6	69,7
UF de Lousã e Vilarinho	2,2	2,4	24,0	24,3	73,8	73,3

Fonte: INE (2011 e 2021)

Em 2023, a estrutura empresarial da Lousã (**Quadro 2**) evidencia forte predominância dos setores secundário e terciário, com reduzida expressão do setor primário.

- Setor primário: representa 3,7% das empresas, ligado exclusivamente à agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca.
- Setor secundário: corresponde a 15,1% das empresas, absorve 36,9% do emprego e gera 44,3% do volume de negócios. Destacam-se as indústrias transformadoras, responsáveis por 24,7% dos trabalhadores e 33,9% da faturação, constituindo o núcleo industrial dominante. A construção também assume relevância, empregando 11,5% da população ativa e contribuindo com 7,9% do volume de negócios.
- Setor terciário: agrega 81,2% das empresas, 59,7% do pessoal ao serviço e 54,6% do volume de negócios. Sobressaem o comércio por grosso e a retalho e a reparação de veículos (36,4% do volume de negócios), bem como os transportes e armazenagem (6,4%). Outras atividades, como alojamento e restauração, consultoria, serviços de apoio, educação e saúde, têm

expressão no número de empresas e no emprego, mas menor peso económico em termos de faturação.

Em síntese, a economia da Lousã assenta sobretudo no setor secundário, com destaque para a indústria transformadora, e no setor terciário, centrado no comércio.

Quadro 2. Empresas, pessoal ao serviço (n.º e %) e volume de negócios (€ e %) por setor de atividade, na Lousã em 2023

Setor económico	Atividade Económica	Empresa		Pessoal ao Serviço		Volume de negócio	
		n.º	%	n.º	%	€	%
Total		2031	100	4972	100	542454000	100
Primário	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	74	3,7	170*	3,4*	5787492*	1,1*
	Subtotal	74	3,7	170	3,4*	5787492*	1,1*
Secundário	Indústrias extrativas	1	0,0	2*	0,0*	112513*	0,0*
	Indústrias transformadoras	100	4,9	1228	24,7	184052551	33,9
	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	20	1,0	21	0,4	12301248	2,3
	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	3	0,1	10	0,2	1161853	0,2
	Construção	183	9,0	574	11,5	42601937	7,9
	Subtotal	307	15,1	1835	36,9	240230102	44,3
Terciário	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	331	16,3	934	18,8	197299235	36,4
	Transportes e armazenagem	47	2,3	164	3,3	34910165	6,4
	Alojamento, restauração e similares	166	8,2	366	7,4	13459590	2,5
	Atividades de informação e de comunicação	35	1,7	64	1,3	4593773	0,8
	Atividades imobiliárias	65	3,2	98	2,0	14328880	2,6
	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	203	10,0	338	6,8	13460665	2,5
	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	334	16,4	366	7,4	5993577	1,1
	Educação	105	5,2	135	2,7	1047306	0,2
	Atividades de saúde humana e apoio social	161	7,9	238	4,8	6965641	1,3
	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	76	3,7	91	1,8	1583796	0,3
	Outras atividades de serviços	127	6,3	173	3,5	2793778	0,5
	Subtotal	1650	81,2	2967	59,7	296436406	54,6

* Estimado

Fonte: INE

Entre 2013 e 2023, o tecido empresarial da Lousã (**Figura 40**) registou perdas sobretudo no comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos (-7,1 p.p.), na educação (-0,9 p.p.) e nas indústrias transformadoras (-0,6 p.p.). Em contrapartida, destacaram-se ganhos em atividades administrativas e de serviços de apoio (+2,3 p.p.), saúde e apoio social (+1,4 p.p.) e informação e comunicação (+1,0 p.p.).

Esta evolução confirma a progressiva terciarização da economia local, associada ao envelhecimento populacional, à procura de serviços especializados e à digitalização, ainda que subsista a necessidade de reforçar a inovação e a diversificação para assegurar maior resiliência económica.

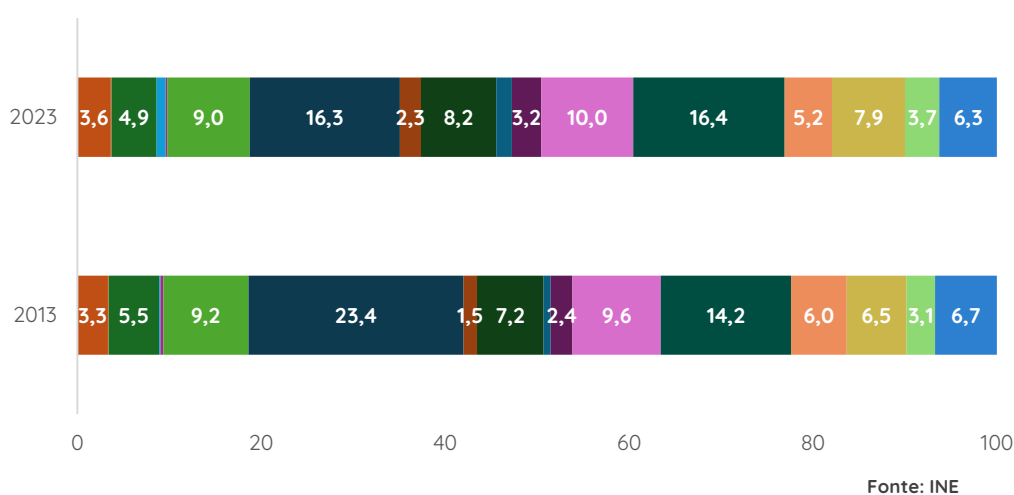


Figura 40. Evolução e proporção das empresas por atividade económica (%), na Lousã

Entre 2013 e 2023, a densidade empresarial da Lousã (**Figura 41**) evoluiu positivamente, passando de 11,3 para 14,7 empresas/km². Apesar de pequenas oscilações, como o recuo em 2020, a tendência foi de crescimento, com aceleração

mais visível entre 2021 e 2023. Em 2023, a Lousã apresentava uma densidade superior à média regional (13,8), mas ainda abaixo da nacional (16,4), situando-se num patamar intermédio no contexto territorial. Este desempenho pode estar relacionado com a dimensão do mercado local, a estrutura urbana e a disponibilidade de infraestruturas e serviços de apoio ao investimento. Importa sublinhar que a densidade empresarial expressa apenas o número de empresas por unidade de área, não refletindo, por si só, o impacto económico ou a qualidade do tecido empresarial. Assim, deve ser analisada em articulação com indicadores como o emprego, o volume de negócios ou a especialização produtiva, de modo a oferecer uma visão mais completa da dinâmica económica do Município.

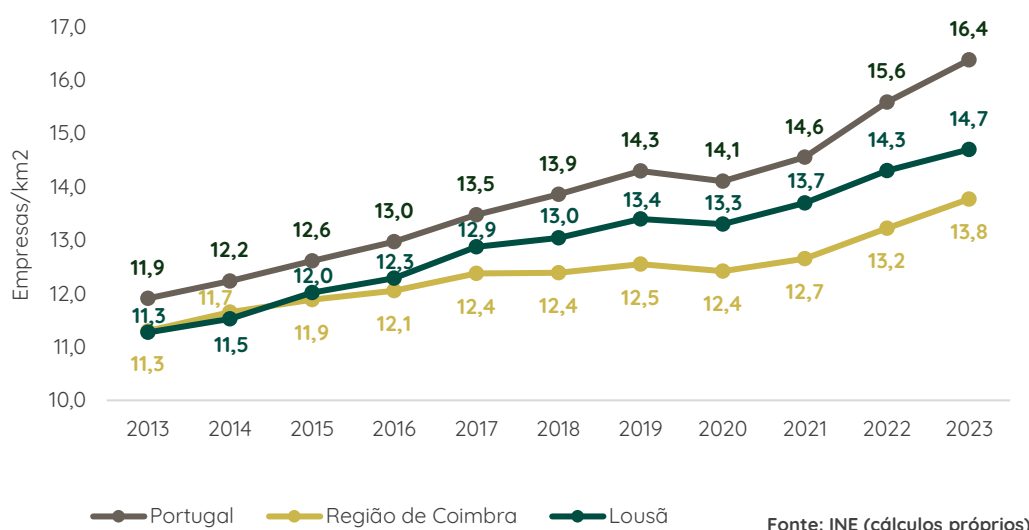
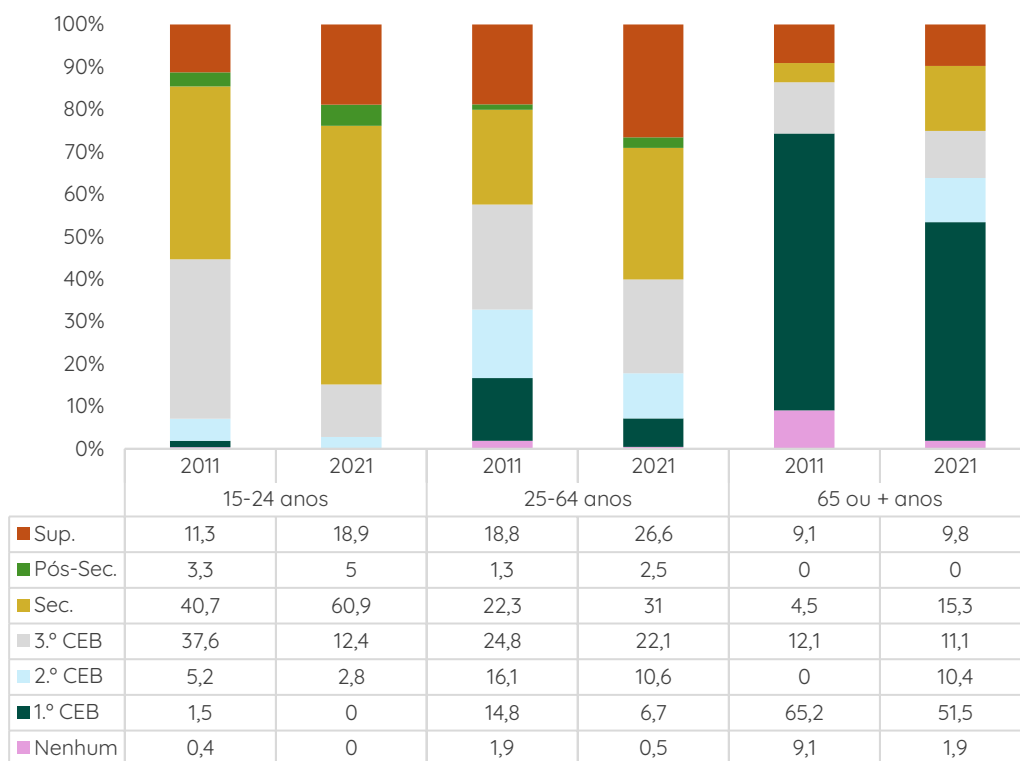


Figura 41. Evolução da densidade territorial das empresas (Emp/km²), por localização geográfica (2013-2023)

No que concerne às **qualificações da população empregada**, por grandes grupos etários, em 2021, verificou-se que (Figura 42):

- **Dos 15 aos 24 anos de idade**, predominam os trabalhadores com ensino secundário completo;
- **Dos 25 aos 64 anos de idade**, em 2011 o nível mais representativo correspondia ao 3.º CEB, enquanto em 2021 passou a prevalecer o ensino secundário.
- **Com 65 ou mais anos de idade** realçam-se os trabalhadores com o 1.º CEB.

Face a 2011, denota-se que a **escolaridade dos trabalhadores tem vindo a aumentar** em todos os grupos etários.



Fonte: INE (Cálculo próprio)

Figura 42. Proporção da população empregada por nível de escolaridade e por grupo etário (%), na Lousã (2011-2021)

3.7.3. Desemprego

Entre 2011 e 2021, observa-se uma diminuição da **taxa de desemprego** em todas as áreas geográficas analisadas (Portugal, Região de Coimbra e Lousã) - **Figura 43**. Em 2021, o município da **Lousã registava uma taxa de desemprego de 6,6%**, valor **superior** ao da **Região de Coimbra (6,0%)**, mas **inferior à média nacional (8,1%)**. Esta evolução representa uma **melhoria significativa face a 2011**, ano em que a taxa de desemprego na Lousã era de **11,0%**. A redução de **4,4 p.p.** ao longo da década revela um percurso de recuperação, embora **menos expressivo** do que o verificado a nível nacional (**-5,1 p.p.**) e regional (**-4,3 p.p.**).

A descida da taxa de desemprego poderá refletir uma **recuperação gradual do mercado de trabalho local**, eventualmente sustentada pela **resiliência de setores como o terciário** e pela **dinamização económica nos anos mais recentes**. No entanto, o facto de a taxa de desemprego da Lousã continuar acima da média regional sugere que o município enfrenta ainda **desafios estruturais em termos de empregabilidade**, nomeadamente ao nível da criação de emprego qualificado e da **capacidade de retenção da população ativa**.

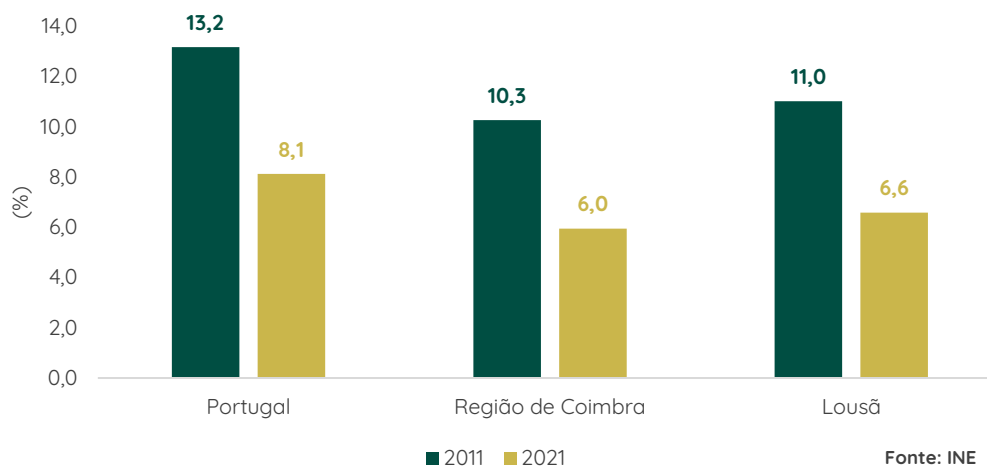


Figura 43. Taxa de desemprego (%) por localização geográfica, 2011-2021

No que diz respeito ao **número de desempregados** inscritos no Centro de Emprego e Formação Profissional, verificou-se um aumento até 2013, seguido de diminuição e novos aumentos em 2020 e 2023. No último ano, o valor registado na Lousã (4,6%) foi superior ao das unidades de referência que seguiram a tendência do município (Figura 44).

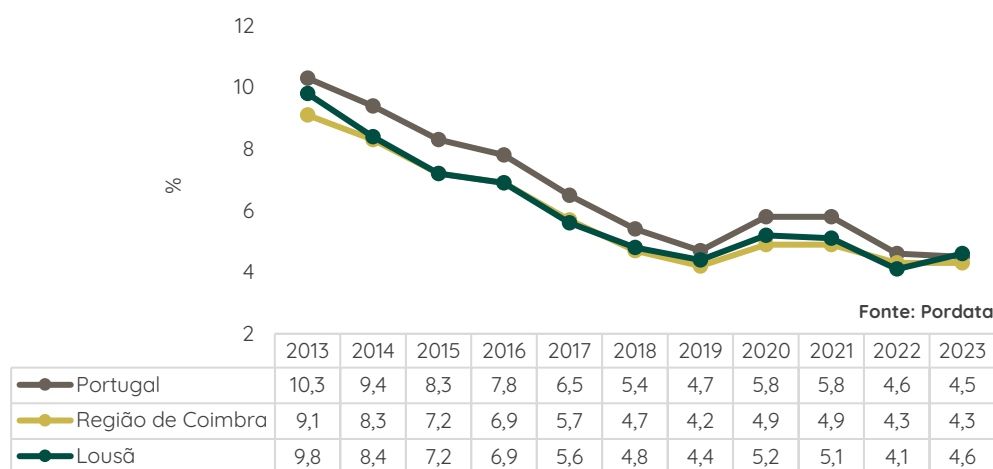


Figura 44. Evolução dos desempregados inscritos no Centro de Emprego e Formação Profissional, no total da população residente com 15 a 64 anos, 2013-2023

Entre 2010 e 2024, o número de desempregados inscritos no centro de emprego da Lousã diminuiu de forma consistente, passando de 727 para 467, o que representa uma redução de 35,8% (Figura 45). Esta evolução traduz sinais positivos no mercado de trabalho local e uma melhoria gradual das condições de empregabilidade no município. Na distribuição por sexo, verifica-se uma aproximação progressiva entre homens e mulheres, ainda que estas continuem a ser o grupo mais afetado. Em 2010, as mulheres representavam 58,7% dos desempregados e os homens 41,3%; em 2024, a proporção passou para 55,0% e 45,0%, respetivamente. Apesar da tendência

global de redução do desemprego e da diminuição da disparidade de género, mantém-se a necessidade de políticas locais que reforcem a inclusão laboral, a valorização da formação e a criação de oportunidades equitativas, particularmente para as mulheres.

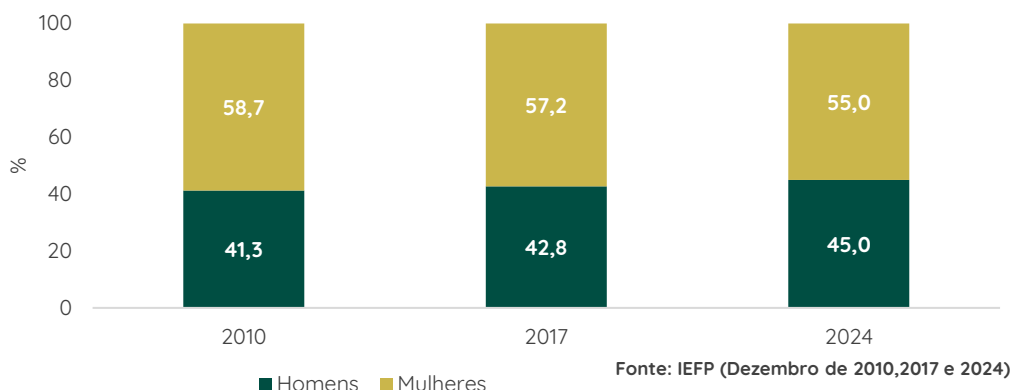


Figura 45. Desempregados (n.º) por sexo (%) inscritos no centro de emprego da Lousã, em 2010, 2017 e 2024

Relativamente ao **tempo de inscrição dos desempregados no centro de emprego da Lousã**, verifica-se que, em 2010 e 2024, a maioria dos inscritos apresentava uma duração inferior a um ano (64,51% e 63,17%, respetivamente). Em 2017, contudo, esta tendência foi interrompida, registando-se um aumento significativo do desemprego de longa duração²⁵, que atingiu 46,39% do total (**Figura 46**). Este comportamento indica maiores dificuldades de reintegração no mercado de trabalho nesse período. A redução verificada em 2024 sugere uma recuperação, possivelmente associada a uma maior capacidade de absorção do mercado de trabalho local e ao impacto das políticas ativas de emprego.

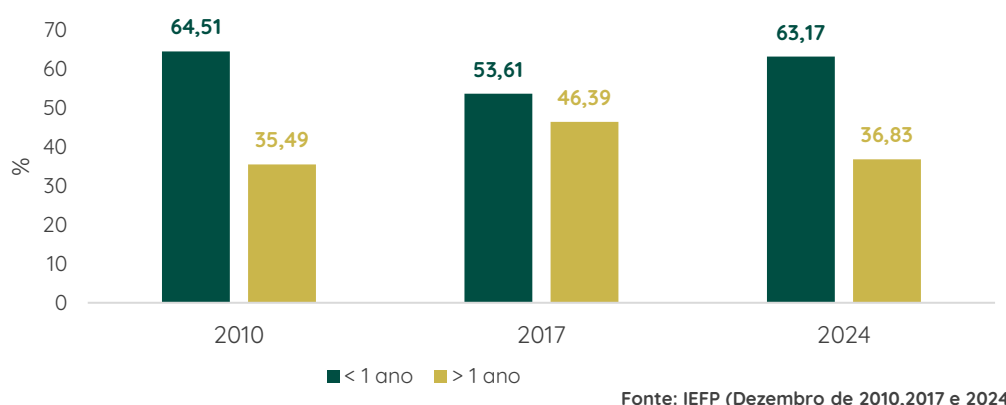
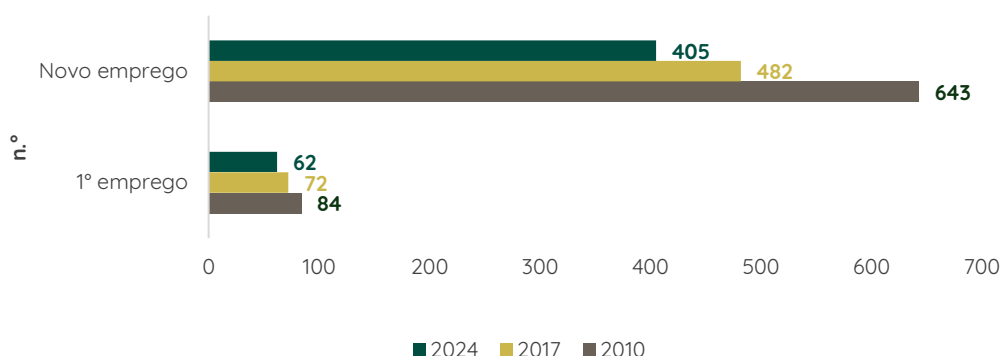


Figura 46. Desempregados (%) por tempo de inscrição no centro de emprego da Lousã, em 2010, 2017 e 2024

²⁵ Considerado desemprego de longa duração pois está à procura de emprego há 12 ou mais meses.

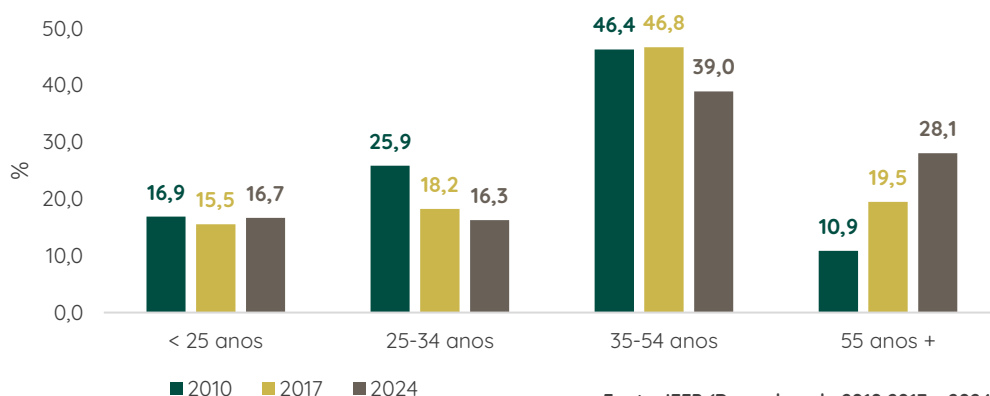
Entre 2010 e 2024, a maioria dos desempregados inscritos no IEFP da Lousã encontrava-se à procura de um novo emprego, ainda que o número absoluto tenha diminuído de 643 para 405 (**Figura 47**). Já os desempregados à procura do primeiro emprego mantiveram-se como minoria, descendo de 84 para 62 no mesmo período, numa trajetória de redução contínua. Esta evolução evidencia que o desemprego incide sobretudo sobre pessoas com experiência profissional, sugerindo dificuldades de reintegração no mercado de trabalho.



Fonte: IEFP (Dezembro de 2010, 2017 e 2024)

Figura 47. Desempregados (n.º) inscritos no centro de emprego da Lousã e situação face à procura de emprego, em 2010, 2017 e 2024

Entre 2010 e 2024, a maioria dos desempregados inscritos no centro de emprego da Lousã situava-se na faixa dos 35–54 anos, embora a sua proporção tenha diminuído de 46,4% para 39,0% (**Figura 48**). Entre os mais jovens, as variações foram menos expressivas: os desempregados com menos de 25 anos mantiveram-se estáveis (16,9% → 16,7%), enquanto o grupo dos 25–34 anos registou uma quebra acentuada (25,9% → 16,3%). Já os 55 anos ou mais aumentaram significativamente, passando de 10,9% em 2010 para 28,1% em 2024, tornando-se a segunda faixa etária mais representada.



Fonte: IEFP (Dezembro de 2010, 2017 e 2024)

Figura 48. Desempregados (%) inscritos, no centro de emprego da Lousã, por faixa etária, em 2010, 2017 e 2024

Entre 2010 e 2024, o perfil de qualificação dos desempregados da Lousã alterou-se significativamente (**Figura 49**). Em 2024, a maioria possui ensino secundário (c. 40%), seguido do ensino superior, enquanto os níveis mais baixos (até 2.º CEB) têm expressão residual. Em 2010, predominavam os desempregados com escolaridade básica (1.º a 3.º CEB). Esta evolução reflete a subida geral das qualificações, mas também evidencia novos desafios para a empregabilidade de indivíduos com formação média e superior, reforçando a necessidade de alinhar oferta formativa e mercado de trabalho local.

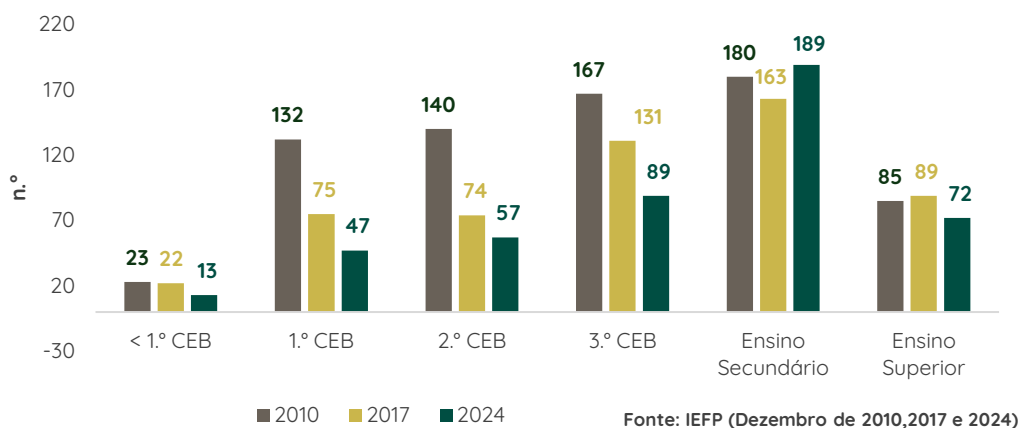


Figura 49. Desempregados (n.º) inscritos, no centro de emprego da Lousã, por nível de escolaridade, em 2010, 2017 e 2024

A análise da taxa de desemprego por freguesia em 2021 (**Tabela 11**) permite concluir que a UF da Lousã e Vilarinho registou uma taxa de 6,6%, ligeiramente superior à média do município (6,59%). As restantes freguesias apresentaram valores igualmente elevados, destacando-se como as mais penalizadas do concelho. Importa ainda salientar que, em todas as freguesias analisadas, a taxa de desemprego é sistematicamente mais elevada entre as mulheres do que entre os homens, evidenciando uma desigualdade de género persistente no acesso ao mercado de trabalho.

Tabela 11. Taxa de desemprego (%) por freguesia da Lousã em 2021

Freguesia	Taxa de desemprego		
	Homens	Mulheres	Total
Gândaras	3,2	10,0	6,4
Serpins	6,2	6,7	6,4
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	6,5	6,3	6,4
UF da Lousã e Vilarinho	5,6	7,7	6,6

Fonte: INE

3.8. Movimentos pendulares

Os dados relativos aos movimentos pendulares no concelho da Lousã revelam um padrão de mobilidade marcado por uma saída líquida diária de população. Concretamente, 22,5% dos residentes deslocam-se diariamente para fora do concelho, enquanto apenas 9,5% de indivíduos provenientes de outros territórios entram na Lousã (**Figura 50**). Este saldo pendular negativo confirma que a Lousã funciona como um território maioritariamente emissor de população ativa, dependente de municípios vizinhos com maior densidade de emprego, ensino e serviços, como Coimbra. Perante este cenário, torna-se essencial adotar estratégias que reforcem a atratividade e a fixação populacional, apostando na criação de emprego, na qualificação da oferta formativa e na melhoria da mobilidade intramunicipal. A valorização dos recursos locais e o incentivo à inovação e ao empreendedorismo poderão contribuir para inverter esta tendência e promover um modelo de desenvolvimento mais equilibrado e sustentável para o concelho.



Fonte: INE

Figura 50. Fluxos pendulares (%) da população estudante ou empregada em 2021

A mobilidade pendular na Lousã em 2021 (**Figura 51**) evidencia a predominância do automóvel particular como principal meio de deslocação, utilizado por 53,4% da população como condutor. Segue-se a deslocação como passageiro (20,2%) e a deslocação a pé (13,6%). O autocarro regista 7,8% e o transporte da empresa ou da escola 2,3%. Os restantes modos apresentam expressão residual, com destaque para o motociclo (1,4%) e a bicicleta (0,7%). Em síntese, a mobilidade pendular na Lousã assenta fortemente no automóvel particular, com reduzida utilização do transporte coletivo e de modos suaves. Esta realidade reflete a dispersão territorial, as limitações da rede pública e a escassez de infraestruturas para alternativas sustentáveis, sublinhando a necessidade de promover soluções de mobilidade mais inclusivas, eficientes e ambientalmente responsáveis.

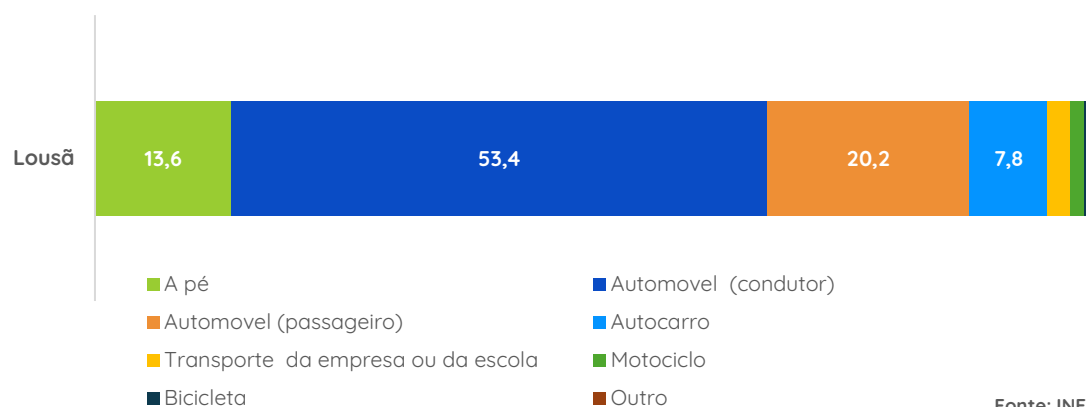


Figura 51. Meio de transporte mais usado (%), no fluxo pendular, na Lousã em 2021

A **Tabela 12** mostra que, em 2021, a duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante na Lousã era superior à média nacional e regional, tanto no transporte individual (19,9 minutos face a 17,8 em Portugal e 18,0 na Região de Coimbra) como no transporte coletivo (37,96 minutos contra 37,8 e 30,6, respetivamente). Estes valores sugerem que, apesar da dependência da mobilidade rodoviária individual, os trajetos na Lousã, são geralmente mais demorados.

Tabela 12. Duração média dos movimentos (min) pendulares da população residente empregada ou estudante, por localização geográfica e tipo de transporte em 2021

Unidade geográfica	Duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante (min)	
	Transporte individual	Transporte coletivo
Portugal	17,81	37,81
Região de Coimbra	18,04	30,63
Lousã	19,92	37,96

Fonte: Censos 2021 (INE)

A análise desagregada da população residente (empregada ou estudante) no concelho da Lousã, perante o local e trabalho ou estudo, com base nos dados dos CENSOS 2021, permite detalhar a seguinte informação:

- ✓ Se o local de trabalho ou estudo se situa na mesma freguesia de residência;
- ✓ Se ocorre deslocação para outra freguesia do concelho;
- ✓ Se ocorre deslocação para outro município, identificando qual.

Em 2021, a maioria dos **estudantes da UF de Lousã e Vilarinho (62,7%) estudavam na mesma freguesia onde residiam**. Na freguesia de Gândaras 50,6% estudavam

noutra freguesia e 44,4% dos estudantes da UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio estudavam noutro município (**Tabela 13** e **Figura 52**).

Tabela 13. Proporção de estudantes (%), por freguesia da Lousã, segundo o local de estudo, em 2021

Freguesia	Na freguesia onde reside	Noutra freguesia do município	Noutro município
Gândaras	19,5	50,6	29,9
Serpins	25,8	41,2	33,0
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio*	13,0*	42,5	44,4
UF de Lousã e Vilarinho	62,7	8,0	29,3
Município	53,3	15,9	30,7

* Embora não existam estabelecimentos de educação ou ensino na UF Foz de Arouce e Casal de Ermio, este dado parece refletir a presença de ensino à distância durante a pandemia de COVID-19.

Fonte: INE (Cálculo próprio)

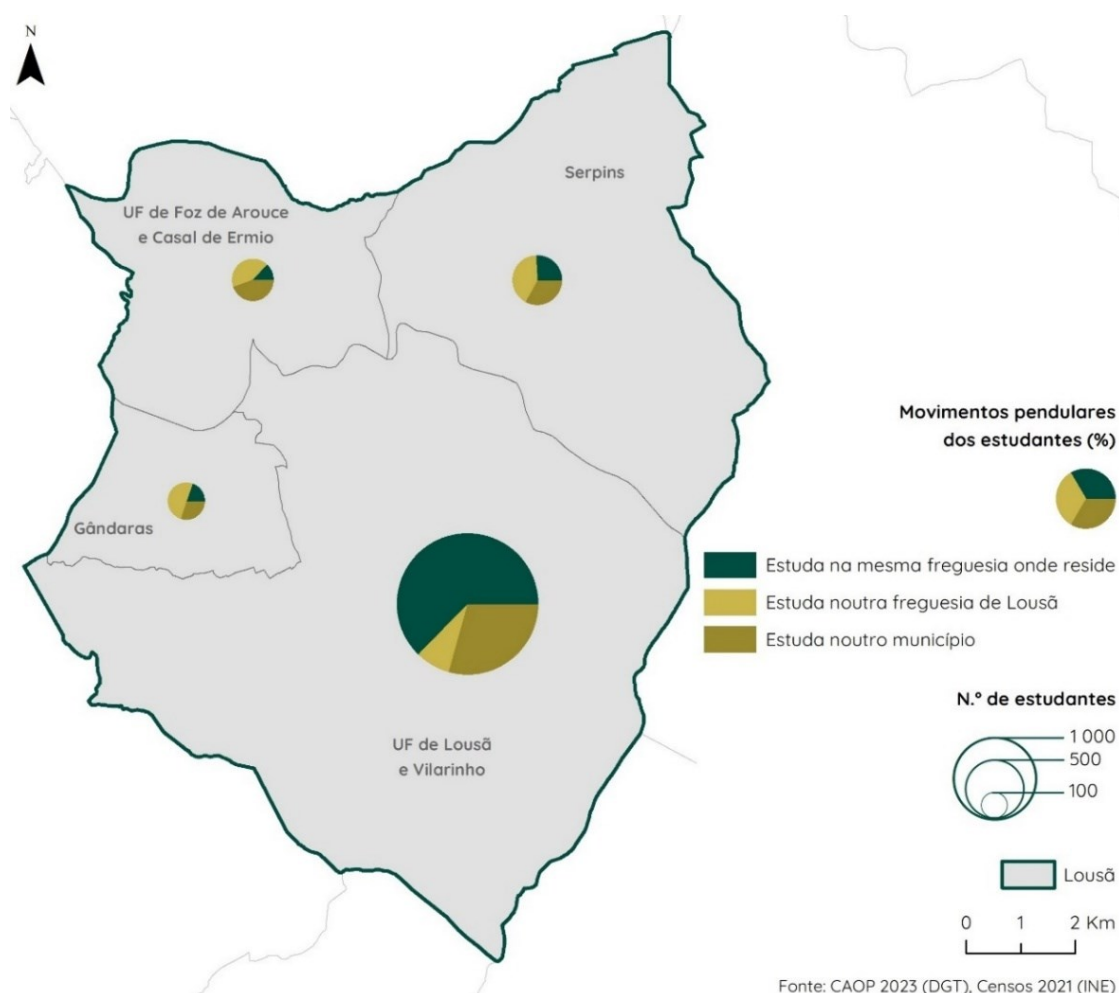


Figura 52. Destino dos movimentos pendulares dos estudantes residentes nas freguesias da Lousã em 2021

Em 2021, a maioria dos estudantes residentes na Lousã que frequentavam estabelecimentos de ensino fora do município dirigia-se para Coimbra, que acolhia 606 alunos, ou 65,7% do total (**Tabela 14**). Este valor confirma a centralidade de

Coimbra como principal polo educativo regional, fruto da diversidade da sua oferta ao nível do ensino secundário, profissional e superior. Os restantes destinos registam valores bastante inferiores, destacando-se os municípios de Miranda do Corvo (7,0%), Vila Nova de Poiares (3,9%) e Lisboa (2,9%); já os de Figueira da Foz, Condeixa-a-Nova e Oliveira do Hospital não ultrapassam os 2,5%. Refira-se, por fim, que a categoria “Outros municípios” concentra 7,0%, revelando uma dispersão residual.

Tabela 14. Destino dos estudantes que estudam fora do município da Lousã (2021)

Município	Nº de estudantes	%
Coimbra	606	65,7%
Miranda do Corvo	65	7,0%
Vila Nova de Poiares	36	3,9%
Lisboa	27	2,9%
Figueira da Foz	20	2,2%
Condeixa-a-Nova	14	1,5%
Oliveira do Hospital	12	1,3%
Cantanhede	11	1,2%
Ansião	11	1,2%
Montemor-o-Velho	10	1,1%
Soure	10	1,1%
Leiria	9	1,0%
Porto	8	0,9%
Alvaiázere	7	0,8%
Aveiro	6	0,7%
Covilhã	6	0,7%
Outros municípios	65	7,0%

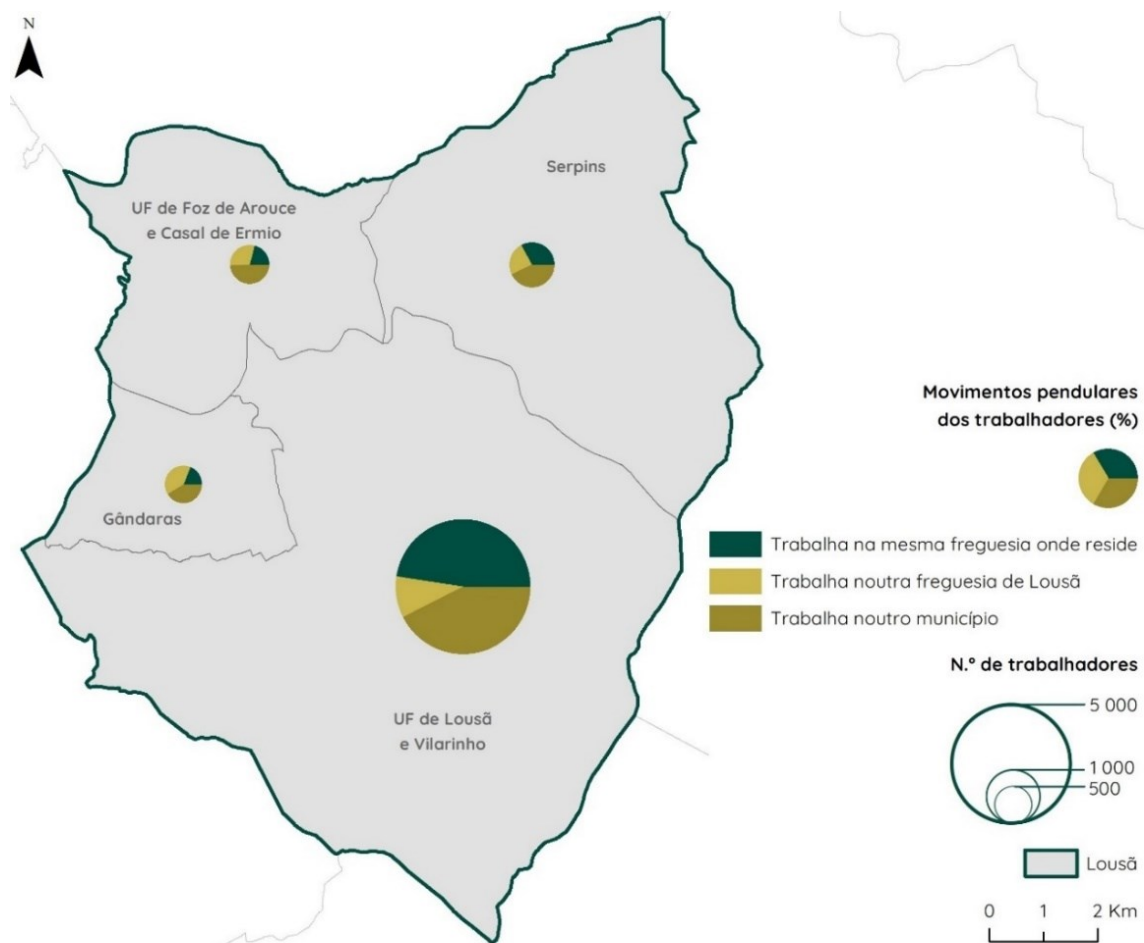
Fonte: INE

Relativamente aos **trabalhadores**, em 2021, verificou-se que a maioria dos da UF de Lousã e Vilarinho **trabalhavam na freguesia onde residiam** (47,6%). Relativamente aos trabalhadores que trabalhavam noutra freguesia do município, 39,5% eram de Gândaras; e 49,2% dos da UF de Foz de Arouce a Casal de Ermiro **trabalhavam noutro município** (Tabela 15 e Figura 53).

Tabela 15. Proporção de trabalhadores (%), segundo o local de trabalho, por freguesia da Lousã em 2021

Freguesia	Na freguesia onde reside	Noutra freguesia do município	Noutro município
Gândaras	19,1	39,5	41,3
Serpins	33,0	23,9	43,1
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	20,9	29,9	49,2
UF de Lousã e Vilarinho	47,6	9,8	42,6
Município	42,8	14,2	43,0

Fonte: INE (Cálculo próprio)



Fonte: CAOP 2023 (DGT), Censos 2021 (INE)

Figura 53. Destino dos movimentos pendulares dos trabalhadores residentes nas freguesias da Lousã, 2021

3.9. Indicadores socioeducativos

No que respeita aos indicadores socioeducativos, a análise da população residente com 15 ou mais anos no município da **Lousã**, com base nos dados de 2021, permite traçar um retrato das qualificações escolares da população (**Tabela 16**). Em termos absolutos, o nível de escolaridade mais representativo continua a ser o 1.º CEB, com 3474 indivíduos distribuídos pelas várias freguesias, refletindo o peso de gerações mais envelhecidas com escolaridade básica, sobretudo em Serpins e na UF de Lousã e Vilarinho, onde se concentra maior população residente.

Contudo, importa salientar que, em conjunto, os residentes do Município com o 3.º CEB, ensino secundário e pós-secundário totalizam 6833 pessoas, superando de forma expressiva os níveis de escolaridade mais baixos e evidenciando uma tendência de progressiva elevação das qualificações. O ensino superior abrange 2465 indivíduos, representando uma parcela relevante da população e reforçando a qualificação da mão de obra local. A UF de Lousã e Vilarinho destaca-se com 2026 residentes com formação superior, evidenciando uma maior concentração de população jovem e qualificada nesta freguesia central.

Tabela 16. População residente com 15 ou mais anos por freguesia e nível de escolaridade em 2021

Freguesias	Nenhum	1.ºCEB	2.º CEB	3.º CEB	Ensino Secundário e Pós-Secundário	Ensino Superior
Gândaras	62	329	102	195	215	93
Serpins	72	443	146	294	358	181
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	60	296	107	214	275	165
UF de Lousã e Vilarinho	490	2406	938	2169	3113	2026
Lousã (total)	684	3474	1293	2872	3961	2465

Fonte: INE

A **taxa de analfabetismo**²⁶ (**Figura 54**) da população residente com 10 anos ou mais no município (2,3%), em 2021, foi **menor** do que a de Portugal (3,1%) e a da Região de Coimbra (3,3%). Comparando com o ano de 2011 todas as unidades geográficas tiveram uma redução da taxa de analfabetismo.

²⁶ Taxa que traduz o peso da população com 10 e mais anos que não sabe ler/escrever sobre a população com 10 e mais anos, num determinado período de referência. Ou seja, população residente com 10 e mais anos (não sabe ler nem escrever) / população residente com 10 e mais anos) * 100. IN: www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0011606&lingua=PT

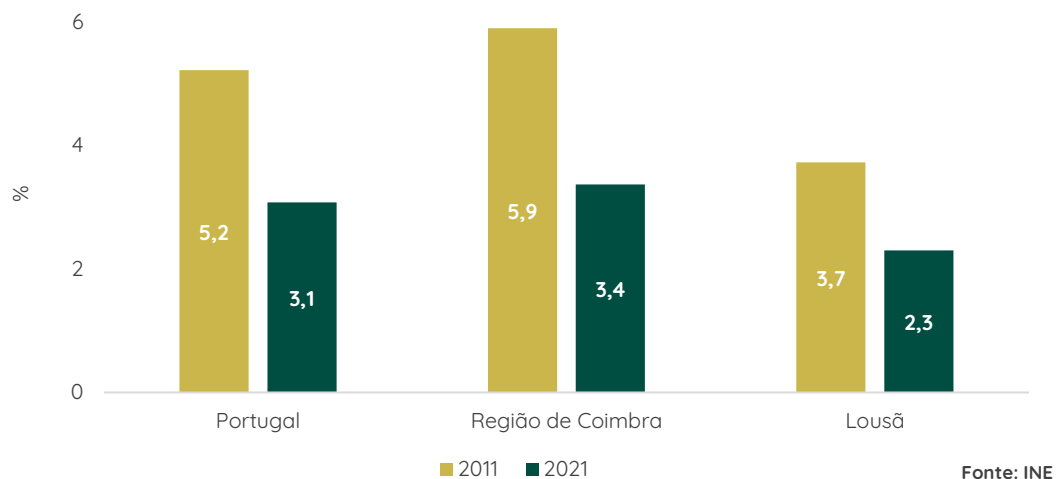


Figura 54. Taxa de analfabetismo, por localização geográfica em 2021

Ao nível concelhio, **as freguesias de Gândaras (3,7%) e Serpins (2,6%)** foram as que contabilizaram uma **taxa de analfabetismo mais alta** em 2021. Em contrapartida, a UF de Lousã e Vilarinho (2,1%) e a UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio (2,2%) registaram os valores mais baixos (**Figura 55**).

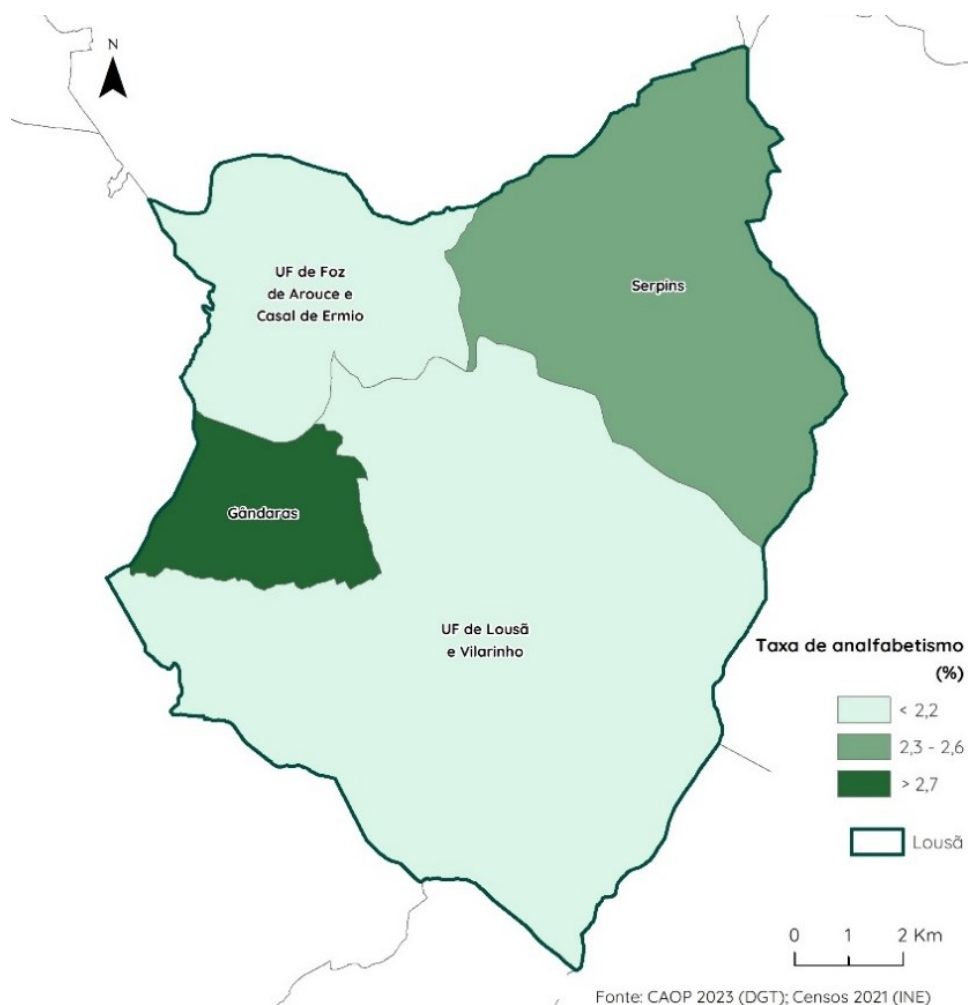


Figura 55. Taxa de analfabetismo, por freguesias da Lousã em 2021

O **número de alunos matriculados** no município da Lousã diminuiu até 2020/2021 e aumentou nos anos seguintes. Em 2023/24 contabilizaram-se **2 503 alunos matriculados** (Figura 56).

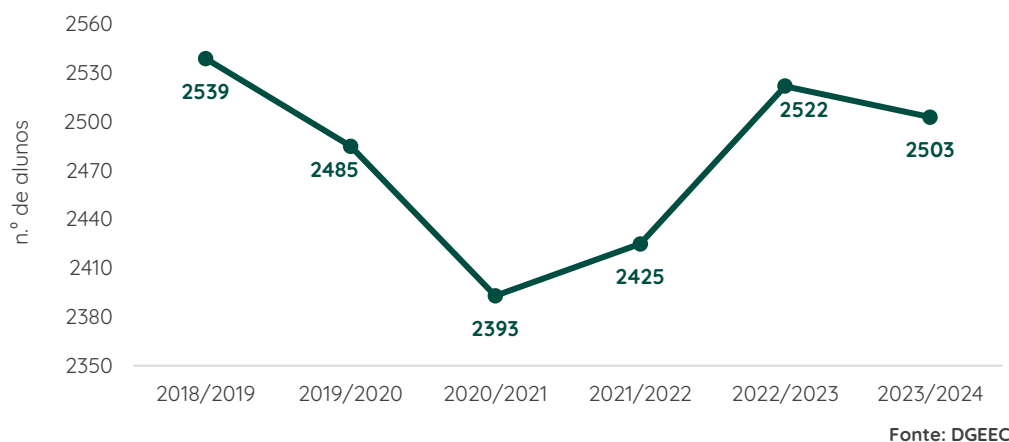
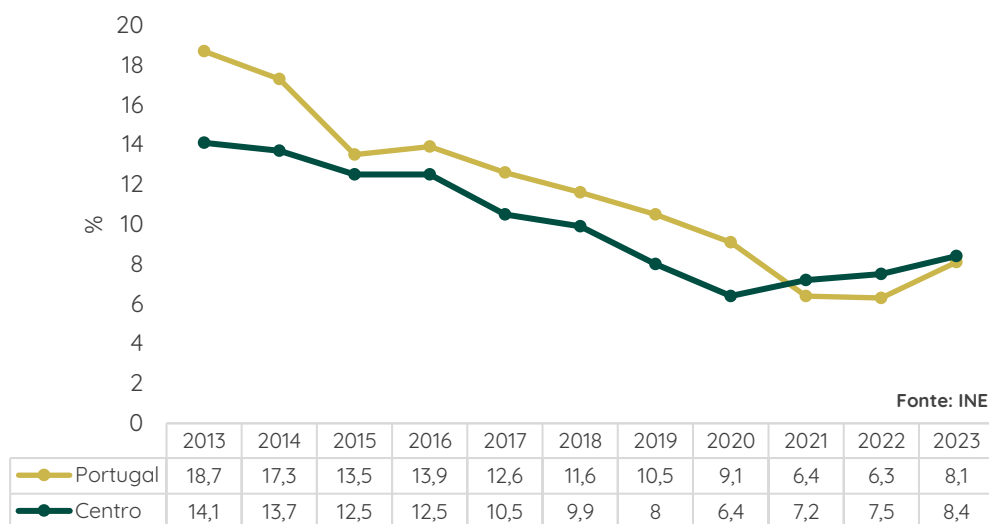


Figura 56. Número de alunos/formandos matriculados, por ano letivo, no município da Lousã

A taxa de abandono precoce de educação e formação²⁷ registou uma trajetória de descida contínua em Portugal (até 2022) e na Região Centro (até 2020). No entanto, em 2023 observa-se uma inversão da tendência, com um aumento dos valores em ambas as unidades geográficas (Figura 57), indicando que o progresso alcançado pode estar a perder impulso.



Nota metodológica: O valor para 2022 da Região Centro foi estimado por interpolação e análise proporcional face à média nacional, situando-se em torno de 7,5%.

Figura 57. Taxa de abandono precoce de educação e formação

²⁷ Taxa que calcula a percentagem de estudantes, dos 18 aos 24 anos, que deixou de estudar sem completar a escolaridade obrigatória (12º ano). Considera a [população entre os 18 e 24 anos, com nível de escolaridade completo até ao 3º CEB, que não está a frequentar nenhum tipo de educação ou formação (formal ou não formal) / população dos 18 aos 24 anos] * 100. IN: www.edustat.pt/indicador?id=354. Este indicador substitui a taxa de abandono escolar que, desde 2011, foi descontinuada pelo INE.

A **taxa de abandono escolar**²⁸ **decreceu** em todas as unidades geográficas consideradas entre 2001 e 2011. Neste último ano, a Lousã registou uma **taxa de 0,7%**, valor inferior aos registados nas restantes unidades geográficas em análise (**Figura 58**).

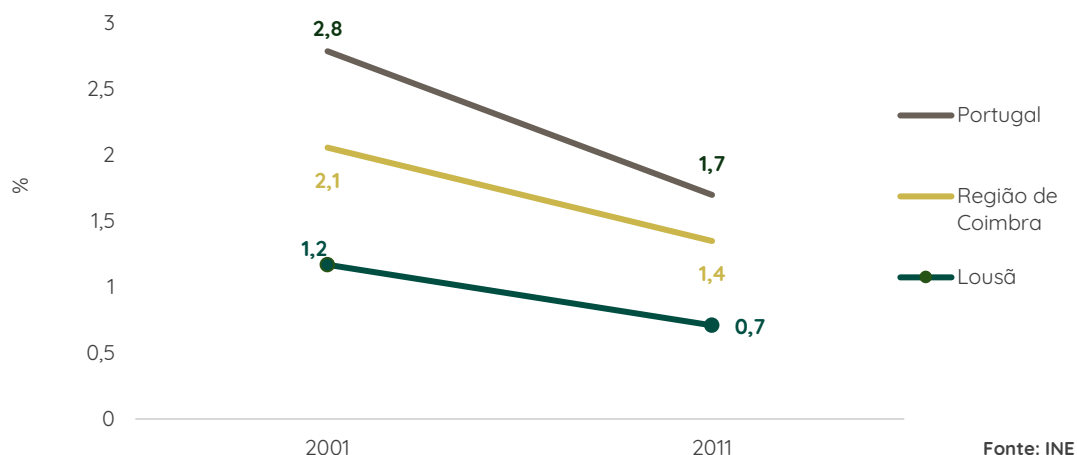


Figura 58. Taxa de abandono escolar, por localização geográfica (2001-2011)

A mesma tendência de diminuição foi igualmente observada ao nível das freguesias ao longo do período em análise. Em 2011, todas as freguesias apresentavam valores superiores à média municipal, com exceção da UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio, que registou uma taxa nula (0%), conforme evidenciado na **Tabela 17**. Este comportamento revelou assimetrias internas, evidenciando que a evolução do indicador não ocorreu de forma homogénea em todo o território concelhio.

Tabela 17. Taxas de abandono escolar (%), por freguesia do concelho da Lousã (2001-2011)

Freguesia	2001	2011
Gândaras	-	1,1
Serpins	1,0	1,0
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	0,7	0,0
UF de Lousã e Vilarinho	1,9	1,0
Município	1,2	0,7

Fonte: INE

²⁸ Define a saída do sistema de ensino antes da conclusão da escolaridade obrigatória, dentro dos limites etários previstos na lei. Calculada como (População residente com idade entre 10 e 15 anos que abandonou a escola sem concluir a escolaridade obrigatória/ População residente com idade entre 10 e 15 anos) * 100. IN: <https://smi.ine.pt/VariavelFisica/Detalhes?id=11644&LANG=PT>. De salientar que foram solicitados dados referentes a 2021 ao INE e que este referiu que não os iria disponibilizar.

4. SISTEMA EDUCATIVO PORTUGUÊS

4.1. Percursos de natureza pré-escolar, escolar e extraescolar

O sistema educativo nacional visa garantir a igualdade de acesso à escola pública, promovendo o sucesso educativo e, por essa via, a igualdade de oportunidades numa escolaridade obrigatória de 12 anos. É regulado pelo Estado através do Ministério que tutela a área da Educação, presentemente denominado Ministério da Educação, Ciência e Inovação. O sistema educativo nacional estrutura-se numa rede composta pelos setores público e privado. A **rede escolar pública** integra os agrupamentos de escolas e as escolas não agrupadas, sendo a sua gestão partilhada entre o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (que define a política educativa) e as autarquias locais (às quais incumbe, entre outras responsabilidades, a construção e a requalificação das infraestruturas escolares). Por sua vez, a **rede privada** inclui estabelecimentos de ensino com e sem fins lucrativos. Os estabelecimentos **com fins lucrativos** podem corresponder ao ensino particular e cooperativo, enquanto os estabelecimentos **sem fins lucrativos** pertencem, maioritariamente, a Instituições Particulares de Solidariedade Social, misericórdias, mutualidades e outras entidades do setor social e solidário, sendo comumente designada por **rede solidária**. Esta configuração visa garantir uma oferta educativa diversificada e complementar, assegurando o acesso universal à educação.

De acordo com a **Lei de Bases do Sistema Educativo**, aprovada pela **Lei n.º 46/86, de 14 de outubro**, na sua versão atualizada²⁹, o sistema educativo português estrutura-se em três componentes: **EPE, educação escolar e educação extraescolar**.

A **educação escolar** compreende os seguintes níveis de ensino:

- **Ensino Básico (EB)**: Organizado em três ciclos sequenciais, com uma via única para todos os alunos, embora algumas escolas integrem cursos artísticos especializados, que acrescentam ao currículo geral uma formação complementar na área artística:
 - **1.º ciclo**, com a duração de 4 anos (grupo etário esperado 6 - 10 anos);
 - **2.º ciclo**, com a duração de 2 anos (grupo etário previsto 10 - 12 anos);

²⁹ <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/16-2023-211573083>

- **3.º ciclo**, com a duração de 3 anos (grupo etário expectável 12 - 15 anos);
- **Ensino Secundário**: Com duração de três anos (idade expectável: 15-17 anos), visa proporcionar aprendizagens diversificadas, adequadas aos interesses dos alunos, quer para prosseguimento de estudos, quer para a inserção na vida ativa. Oferece:
 - **Cursos científico-humanísticos** (CCH);
 - **Cursos profissionais** (CP);
 - **Cursos artísticos especializados** (CAE);
 - Cursos com planos próprios (Cursos científico-tecnológicos).
- **Ensino Pós-Secundário Não Superior**: Inclui formações de especialização tecnológica e profissional, fora do âmbito do ensino superior, dirigidas à qualificação técnica de jovens e adultos.
- **Ensino Superior**: Estruturado segundo os princípios do Processo de Bolonha, inclui os graus de Licenciatura, Mestrado e Doutoramento, estando acessível a quem conclua com sucesso o ensino secundário ou possua habilitação equivalente.

A **educação escolar integra ainda as seguintes modalidades especiais** (artigos 19º a 25º da Lei n.º 46/86, de 14 de outubro):

- **Educação especial** - visa a recuperação e integração socioeducativa dos indivíduos com necessidades educativas específicas devidas a deficiências físicas e mentais; integra atividades dirigidas aos educandos e ações dirigidas às famílias, aos educadores e às comunidades;
- **Formação profissional** - complementa a preparação para a vida ativa iniciada no ensino básico e visa a integração no mundo do trabalho pela aquisição de conhecimentos e competências profissionais, para responder às necessidades nacionais de desenvolvimento e à evolução tecnológica;
- **Ensino recorrente de adultos** - destina-se a quem já ultrapassou a idade escolar obrigatória, ou não teve oportunidade de frequentar o sistema educativo na idade prevista, com especial enfoque na eliminação do analfabetismo;

- **Ensino à distância** - constitui uma modalidade complementar e alternativa à educação escolar, centrada na educação recorrente e na formação contínua de professores;
- **Ensino de português no estrangeiro** - promove a língua e a cultura portuguesas no estrangeiro, incentivando a sua inclusão nos currículos de outros países e apoiando a criação de leitorados em universidades, orientados por docentes portugueses.

A educação escolar inclui ainda:

- **Atividades de ocupação de tempos livres** – complemento de natureza socioeducativa, como apoio à família, assegurando acompanhamento, lazer e atividades específicas durante a indisponibilidade dos responsáveis parentais.

Estrutura organizacional:

Os três primeiros níveis — **EPE, EB e ensino secundário** — podem ser ministrados nas unidades orgânicas de ensino da **rede pública** (constituídas por agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas), e também em estabelecimentos de **ensino particular e cooperativo**. A oferta formativa pode ainda incluir **escolas profissionais**, que podem integrar tanto a rede pública como o setor particular. Os **agrupamentos de escolas** são unidades orgânicas com órgãos próprios de administração e gestão, que integram estabelecimentos de diferentes níveis de ensino e asseguram a continuidade e articulação dos percursos educativos.

A organização e a gestão curricular dos ensinos básico e secundário são reguladas pelo **DL n.º 55/2018, de 6 de julho**³⁰, na versão em vigor. Este diploma estabelece o currículo destes níveis de ensino, bem como os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens, de modo a garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e desenvolvam as capacidades e atitudes que contribuem para alcançar as competências previstas no **Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória**³⁰.

³⁰ <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/55-2018-115652962>

A educação extraescolar³¹

Insere-se na lógica da **educação permanente**, tendo como finalidade **ampliar conhecimentos** e **desenvolver competências pessoais e profissionais**, quer em complemento à formação escolar, quer como forma de suprir a sua ausência. Engloba atividades de **alfabetização, educação de base, atualização cultural e científica**, bem como ações de **iniciação, reconversão e aperfeiçoamento profissional**. Desenvolve-se num quadro **aberto, flexível e diversificado de iniciativas**, podendo assumir modalidades formais e não formais, promovidas por diferentes entidades e ajustadas às necessidades dos indivíduos e da sociedade.

4.2. Outros percursos formativos

Para além das ofertas escolares, existe um conjunto de percursos formativos complementares enquadrados no **Sistema Nacional de Qualificações**³² (SNQ). Estes percursos, que não integram o sistema educativo de natureza escolar, fazem parte da política nacional de qualificações e articulam-se com as ofertas dos níveis básico e secundário. Contribuem para reforçar a ligação entre educação, formação e emprego, promovem a aprendizagem ao longo da vida e respondem às necessidades económicas e sociais do país.

4.2.1. Sistema Nacional de Qualificações

O **SNQ** constitui um sistema integrado de estruturas, instrumentos e modalidades de educação e formação profissional, alinhado com o Quadro Europeu de Qualificações. Os seus objetivos principais são:

- elevar a qualificação de base da população;
- promover percursos flexíveis de progressão escolar e profissional;
- garantir a relevância das ofertas formativas face ao mercado de trabalho;
- reforçar a aprendizagem permanente e a reconversão profissional.

A coordenação do SNQ envolve diversas entidades públicas, com papéis específicos na regulação, implementação e monitorização das ofertas formativas:

- **Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional** – coordenação global do sistema e atualização do Catálogo Nacional de Qualificações;

³¹ <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/1986-34444975-70401007>

³² <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/14-2017-105808927>

- **Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho** (DGERT) – certificação de entidades formadoras;
- **Instituto do Emprego e Formação Profissional** (IEFP) – principal operador público de formação e responsável por várias modalidades;
- **Conselhos Setoriais para a Qualificação, Centros Qualifica** e outros operadores de formação profissional que integram a rede.

As **modalidades enquadradas**³³ neste sistema abrangem formações de natureza escolar, técnica e profissional, dirigidas a diferentes públicos e níveis de qualificação:

- **CP**: formação inicial que confere o nível 4 do **Quadro Nacional de Qualificações** (QNQ), vocacionados para a formação de jovens, privilegiando a sua inserção na vida ativa e permitindo o prosseguimento de estudos (dupla certificação);
- **Cursos de Aprendizagem** (CA): formação de jovens, em alternância, privilegiando a sua inserção na vida ativa e permitindo o prosseguimento de estudos (dupla certificação);
- **CAE**: formação de jovens que confere o nível 2 ou o nível 4 do **QNQ**, orientados na dupla perspetiva da inserção no mundo do trabalho e do prosseguimento de estudos (dupla certificação);
- **Cursos de hotelaria, restauração, turismo e lazer do Turismo de Portugal** (CTP): formação inicial que conferem o nível 4 do **QNQ**, ministrados pelas escolas de hotelaria do **Turismo de Portugal, IP**, que visam a integração profissional no setor do turismo e permitem o prosseguimento de estudos (dupla certificação);
- **Cursos de Educação e Formação para Jovens** (CEF): formação inicial de jovens que confere o nível 2 ou o nível 4 do **QNQ**, que abandonaram ou estão em risco de abandonar o sistema regular de ensino, privilegiando a sua inserção na vida ativa e permitindo o prosseguimento de estudos (dupla certificação);
- **Cursos de Educação e Formação para Adultos** (EFA): formação inicial que confere o nível 2, 3 ou 4 do **QNQ**, que se destina a indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos, não qualificados ou sem qualificação adequada, para

³³ <https://www.dgert.gov.pt/modalidades-de-formacao-profissional>

efeitos de inserção, reinserção e progressão no mercado de trabalho e que não tenham concluído o ensino básico ou o secundário;

- **Cursos de Especialização Tecnológica (CET):** formação inicial que confere o nível 5 do **QNQ**, que visa atribuir uma qualificação com base em formação técnica especializada (certificação profissional);
- **Formações Modulares Certificadas (FM):** unidades de formação de curta duração inseridas no Catálogo Nacional de Qualificações;
- **Formação-Ação (FA):** formação contínua dirigida a empresas e assente na prestação de serviços integrados de formação e consultoria;
- **Outras Ações de Formação Profissional:** ações de formação inicial e contínua realizadas por empresas e inseridas em processos de inovação, modernização e reconversão empresarial, bem como as dirigidas à modernização da Administração Pública.

O **SNQ** integra igualmente os processos de **Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC)**³⁴, que permitem valorizar aprendizagens formais, não formais e informais, possibilitando a obtenção de certificações escolares e/ou profissionais.

A execução destas modalidades envolve uma rede diversificada de entidades:

- **Centros de formação profissional do IEFP**³⁵, responsáveis por CA, cursos de especialização tecnológica, ofertas EFA e FM;
- **Centros Qualifica**³⁶, que asseguram orientação, diagnóstico e encaminhamento de jovens e adultos e promovem processos de RVCC;
- **Entidades formadoras certificadas pela DGERT**³⁷, públicas ou privadas, com capacidade técnica e pedagógica reconhecida para desenvolver formação inicial e contínua em diferentes modalidades do SNQ, prestar consultoria e, em alguns casos, gerir Centros Qualifica.

³⁴ <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/45-2023-207272806>

³⁵ <https://www.dgert.gov.pt/centros-de-formacao-do-iefp>

³⁶ <https://www.qualifica.gov.pt/>

³⁷ <https://balcao.dgert.gov.pt/>

5. OFERTA EDUCATIVA

A oferta escolar do Município da Lousã integra estabelecimentos de educação e ensino pertencentes tanto à rede escolar pública como à rede escolar privada. Esta articulação entre redes visa assegurar uma resposta educativa abrangente, capaz de dar cobertura às necessidades da população em diferentes níveis de ensino, desde a **EPE** até ao **ensino secundário**.

5.1. Rede escolar pública para crianças e jovens

A reorganização da rede escolar municipal da Lousã, através da agregação de unidades orgânicas de ensino já existentes, decorreu em duas fases. No ano letivo de 2010/2011, em cumprimento do enquadramento legal, procedeu-se à agregação do Agrupamento de Escolas (AE) Álvaro Viana de Lemos (horizontal) com o Agrupamento Vertical de Escolas da Lousã, dando origem ao AE da Lousã. Em 2013, este AE integrou ainda a Escola Secundária da Lousã, que à data se encontrava não agrupada, mantendo a designação de AE da Lousã.

A **Portaria n.º 18/2024, de 25 de janeiro**³⁸, resultante do Movimento Anual da Rede Escolar, identifica as unidades orgânicas de ensino da rede pública do Ministério da Educação, constituídas por agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, em funcionamento no ano letivo de 2023/24³⁹. Conforme nela explicitado, a **rede escolar pública** do município da Lousã organiza-se numa unidade orgânica – o **Agrupamento de Escolas da Lousã** (AE da Lousã) – que agrega 9 estabelecimentos de educação e ensino: o Jardim de Infância de Fontainhas, Lousã, doravante designado **Jl de Fontainhas**; o Jardim de Infância de Serpins, Lousã, em diante designado **Jl de Serpins**; o Jardim de Infância do Freixo, Lousã, denominado doravante de **Jl do Freixo**; o Jardim de Infância da Lousã, a partir deste ponto referido como **Jl da Lousã**; a Escola Básica de Santa Rita, Lousã, adiante designada **EB de Santa Rita, Lousã**, cuja oferta inclui EPE e 1.º CEB; a Escola Básica de Casal de Santo António, Lousã, em diante mencionada como **EB de Casal de Santo António**, que oferece 1.º CEB; a Escola Básica n.º 1 da Lousã, a partir deste momento

³⁸ <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/18-2024-838972841/>

³⁹ Nos termos do DL n.º 387/90, de 10 de dezembro, alterado pelo DL n.º 299/2007, de 22 de agosto, a denominação dos estabelecimentos públicos de educação e ensino não superior deve incluir o nome da localidade onde se situam, seguido do concelho, caso a localidade não seja sede de concelho. Contudo, como a presente análise se refere exclusivamente ao concelho da Lousã, optou-se, por razões de economia de espaço em quadros, gráficos e texto, por incluir essa referência apenas quando considerada relevante para a leitura e compreensão da informação.

referida como **EB n.º 1 da Lousã**, que disponibiliza 1.º, 2.º e 3.º CEB; a Escola Básica n.º 2 da Lousã, doravante designada **EB n.º 2 da Lousã**, que leciona 1.º e 2.º CEB; e Escola Secundária da Lousã, denominada a partir deste momento **ES da Lousã**, que ministra 3.º CEB e ensino secundário - CCH e CP. Deste modo, no **Quadro 3** e na

apresentam-se os equipamentos da rede escolar pública municipal, a sua localização e a oferta educativa/formativa que cada um disponibiliza.

Quadro 3. Estabelecimentos de educação e ensino do AE da Lousã em 2023/24

Estabelecimento	Oferta educativa	Freguesia
JI de Fontainhas	EPE	Gândaras
JI de Serpins		Serpins
JI do Freixo		UF de Lousã e Vilarinho
JI da Lousã		
EB de Santa Rita, Lousã	EPE e 1.º CEB	Serpins
EB de Casal de Santo António	1.º CEB	
EB n.º 2 da Lousã	1.º e 2.º CEB	UF de Lousã e Vilarinho
EB n.º 1 da Lousã	1.º, 2.º e 3.º CEB	
ES da Lousã	3.º CEB, secundário (CCH e CP)	

Fonte: Município e DGEEC

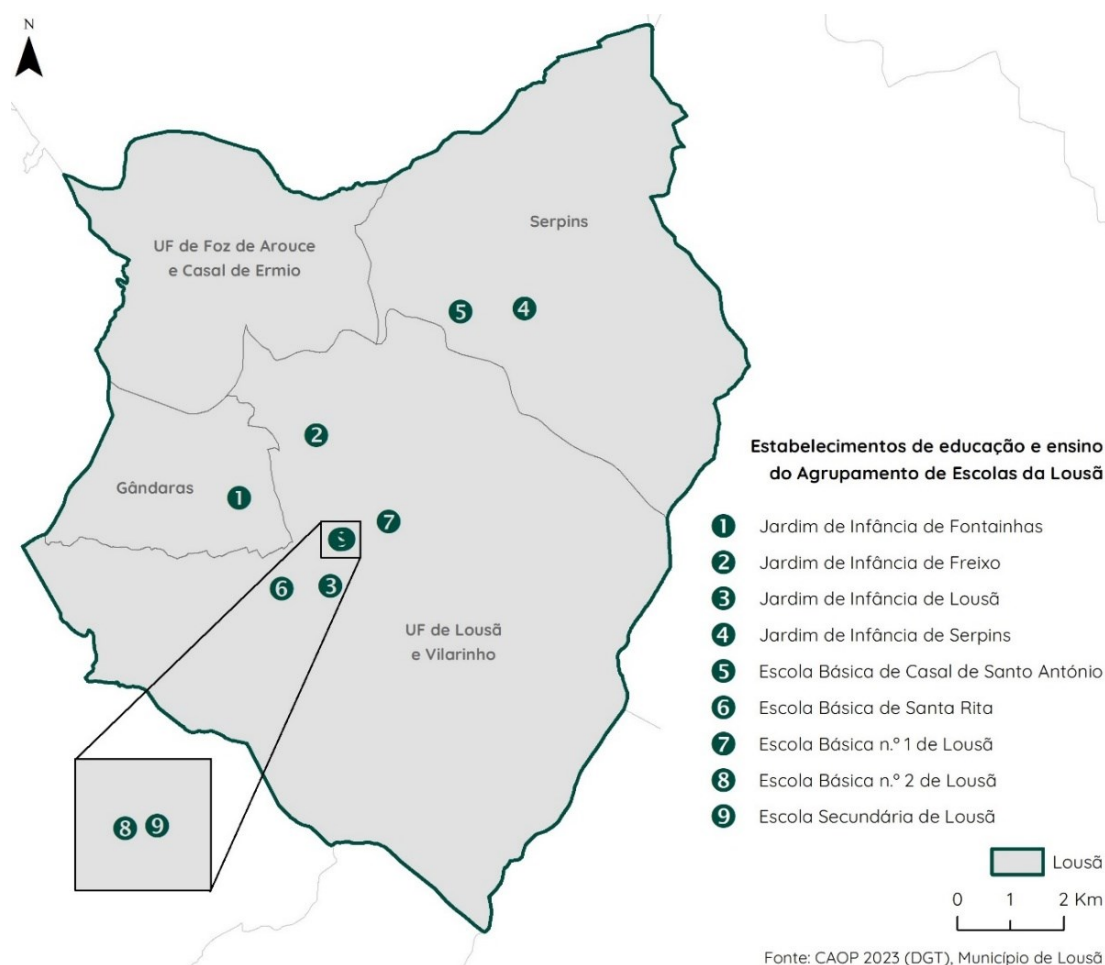


Figura 59. Estabelecimentos de educação e ensino do AE da Lousã

5.1.1. Caracterização do parque escolar

No Município, a maioria dos estabelecimentos de ensino foi concebida especificamente para fins educativos, tendo sido alvo, ao longo do tempo, de intervenções de requalificação e ampliação com o objetivo de melhorar as condições de funcionalidade, conforto e eficiência dos espaços escolares. Uma parte significativa destes edifícios remonta ao período de forte investimento público em infraestruturas educativas promovido durante o Estado Novo, entre a década de 1930 e os anos 1980. As construções desse período assentavam, em geral, em projetos-tipo padronizados, caracterizados por soluções arquitetónicas de traçado simétrico, plantas retangulares e volumetrias simples, de um ou dois pisos, organizadas em núcleos com duas a quatro salas de aula de dimensões semelhantes.

A avaliação global das condições dos estabelecimentos escolares foi realizada com base numa escala qualitativa de três níveis — mau estado, estado razoável e bom estado — permitindo uma leitura sintética e comparável da situação do parque escolar (**Tabela 18**).

No domínio da acessibilidade, persistem algumas barreiras arquitetónicas em determinados edifícios. Contudo, sempre que uma criança com mobilidade condicionada é integrada num desses estabelecimentos, o Município promove as intervenções necessárias para garantir condições de plena acessibilidade, assegurando o direito a uma educação inclusiva, gratuita e universal.

Tabela 18. Principais características dos estabelecimentos de educação e ensino do AE da Lousã

Estabelecimento	Ano	Estado de conservação geral	N.º de pisos	Barreiras arquitetónicas
JI de Fontainhas	1964	Razoável	1	Sim
JI de Serpins	1962	Razoável	1	Sim
JI do Freixo	1961	Bom	1	Sim
JI da Lousã	1982	Bom	1	Sim
EB de Santa Rita, Lousã	1985	Bom	1	Sim
EB de Casal de Santo António	1947	Razoável	1	Sim
EB n.º 2 da Lousã	1984	Razoável	2	Não
EB n.º 1 da Lousã	2014	Bom	2	Sim
ES da Lousã	1988	Razoável	3	Não

Fonte: AE e Município

O **Quadro 4** apresenta a caracterização dos espaços letivos do AE da Lousã, evidenciando não apenas as salas de aula regulares, mas também um conjunto de salas específicas e de apoio que enriquecem a oferta educativa. Esta descrição permite perceber a diversidade de ambientes de aprendizagem disponíveis, bem como a forma como estes espaços contribuem para a dinamização das atividades pedagógicas e para a resposta às diferentes necessidades curriculares e organizacionais educativas.

Quadro 4. Caracterização dos espaços letivos dos estabelecimentos de educação e ensino do AE da Lousã

Escola	Espaços letivos							
	Salas EPE	Salas 1.º CEB (Regulares)	Outras salas regulares	Salas informática	Salas de EVT	Salas de música	Laboratórios	Total
JI de Fontainhas	2	-	-	-	-	-	-	2
JI de Serpins	2	-	-	-	-	-	-	2
JI do Freixo	3	-	-	-	-	-	-	3
JI da Lousã	6	-	-	-	-	-	-	6
EB de Santa Rita, Lousã	4	7	-	-	-	-	-	11
EB de Casal de Santo António	-	4	-	-	-	-	-	4
EB n.º 2 da Lousã	-	12	6	1	2	2	1	24
EB n.º 1 da Lousã	-	10	8	1	2	1	4	26
ES da Lousã	-	-	23	3	2	-	5	33
AE da Lousã	17	33	37	5	6	3	10	111

Fonte: AE e Município

Já o **Quadro 5** apresenta ainda um conjunto alargado de valências do parque escolar, incluindo pavilhões e ginásios desportivos, bibliotecas, auditórios e diversas áreas de apoio essenciais ao funcionamento das escolas. A informação disponibilizada permite avaliar, de forma mais rigorosa, a adequação destas infraestruturas às necessidades pedagógicas, organizacionais e operacionais do quotidiano escolar. Simultaneamente, possibilita identificar eventuais limitações, oportunidades de melhoria e potencialidades associadas à utilização e otimização dos diferentes espaços educativos.

Quadro 5. Outras características dos estabelecimentos de educação e ensino do AE da Lousã

Escolas	Instalações gimnodesportivas			Refeições			Instalações sanitárias			Outros espaços				
	Pavilhão/ Ginásio	Campo de Jogos	Balneários	Bar	Cozinha/ Copa	Refeitório	Adultos	Alunos	Adaptadas	Auditório	Biblioteca	Gabinets	Sala(s) de professores	Recreio
JI de Fontainhas	-	1	-	-	-	1	-	2	1	-	-	-	1	1
JI de Serpins	-	1	-	-	1	1	1	2	1	1	-	-	1	1
JI do Freixo	-	-	-	-	1	1	1	3	1	-	1	-	1	1
JI da Lousã	-	1	-	-	1	1	1	5	1	-	-	-	1	1
EB de Santa Rita, Lousã	-	1	-	-	1	1	1	4	2	1	1	-	1	1
EB de Casal de Santo António	-	-	-	-	1	1	1	4	2	1	1	-	1	1
EB n.º 2 da Lousã	-	2	2	1	1	1	4	6	3	-	1	-	1	1
EB n.º 1 da Lousã	1	2	2	1	1	1	6	19	5	1	1	-	1	1
ES da Lousã	-	1	2	1	1	1	5	9	1	-	1	-	1	1

Fonte: AE e Município

5.1.2. Área de influência dos equipamentos escolares

Equipamentos com EPE e/ou 1.º CEB

Os procedimentos da matrícula e respetiva renovação, bem como as normas a observar na distribuição de crianças e alunos são estabelecidos pelo **DN n.º 6/2018, de 12 de abril**⁴⁰, com as sucessivas alterações introduzidas pelos **DN n.º 5/2020, de 21 de abril**, **DN n.º 10-B/2021, de 14 de abril**, **DN n.º 13/2024, de 23 de agosto**⁴¹.

No ato de matrícula, o encarregado de educação do aluno deve indicar, por ordem de preferência e sempre que possível, 5 estabelecimentos escolares, ficando a escolha do(a) JI/Escola cuja frequência é a pretendida condicionada à existência de vaga, depois de aplicadas as prioridades definidas **no art.º 10.º do DN n.º 6/2018**, na atual redação. Importa referir que, nos termos do n.º 2 do antedito art.º 10.º, a residência do agregado familiar na área de influência do estabelecimento pretendido constitui o 6.º critério de desempate. Este aplica-se quando a utilização

⁴⁰ <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho-normativo/6-2018-115093805>

⁴¹ <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho-normativo/13-2024-885385212>

das prioridades definidas no n.º 1 — centradas essencialmente na idade e na data de nascimento dos candidatos — resultar em situações de igualdade.

Neste contexto, o Guião para a elaboração da carta educativa, (páginas 16 e 17), estabelece os critérios para o cálculo e delimitação das áreas de influência dos equipamentos escolares. Estas áreas são definidas com base no princípio da irradiação, que corresponde ao valor máximo do tempo do percurso ou da distância a percorrer por um aluno entre a sua residência e o estabelecimento de ensino, a pé ou por transporte público, utilizando a rede viária existente.

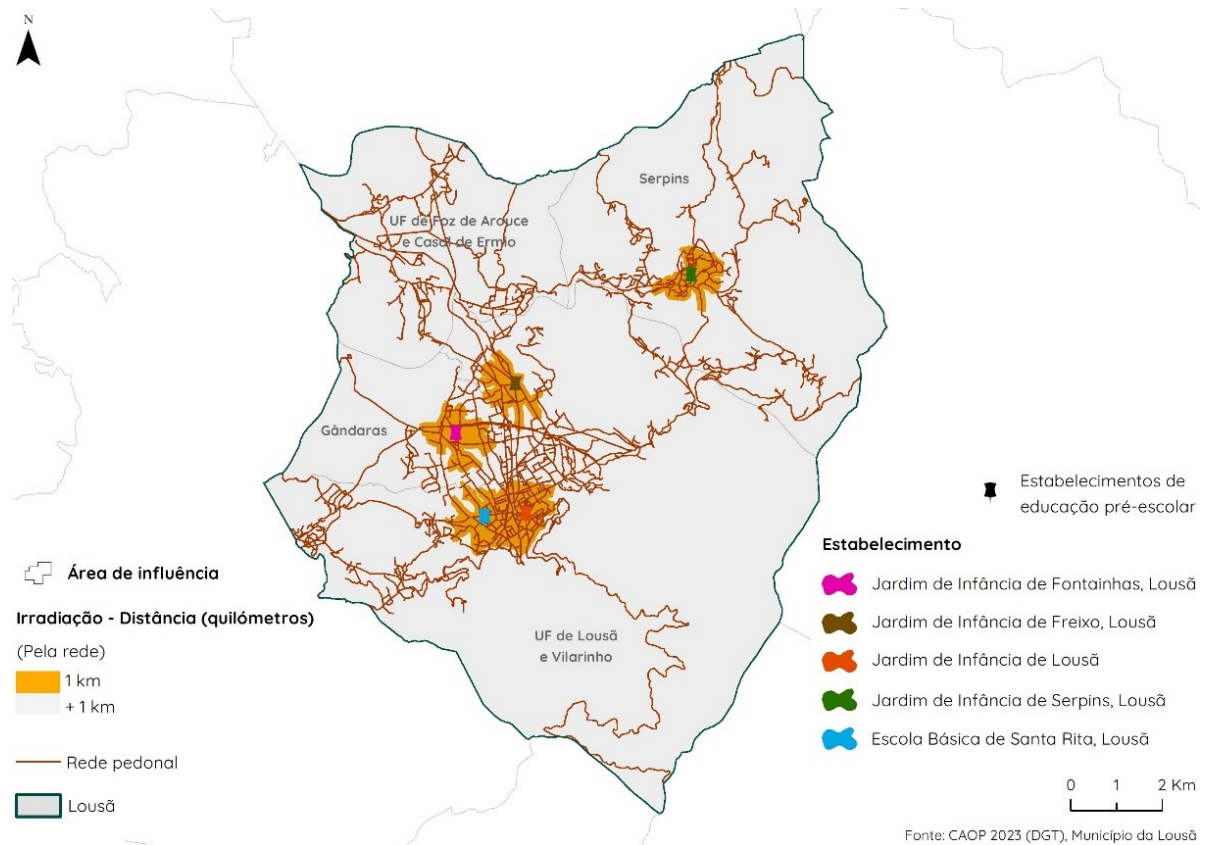
Os critérios definidos variam consoante o tipo de estabelecimento e a oferta educativa existente. Com base neles, foram delimitadas as áreas de influência e de irradiação dos estabelecimentos com oferta de EPE e/ou 1.º CEB, cuja sistematização se apresenta no **Quadro 6**. As **Figuras 60 e 61** ilustram os resultados dessa análise. A partir do exercício verifica-se que a irradiação a pé não abrange todas as freguesias, principalmente a UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio; em contrapartida, revela que a deslocação para os estabelecimentos de ensino, a partir das diferentes freguesias, é possível dentro do limite de 40 minutos.

Quadro 6. Critérios para a definição das áreas de influência e irradiação dos estabelecimentos de educação e ensino com EPE e 1.º CEB

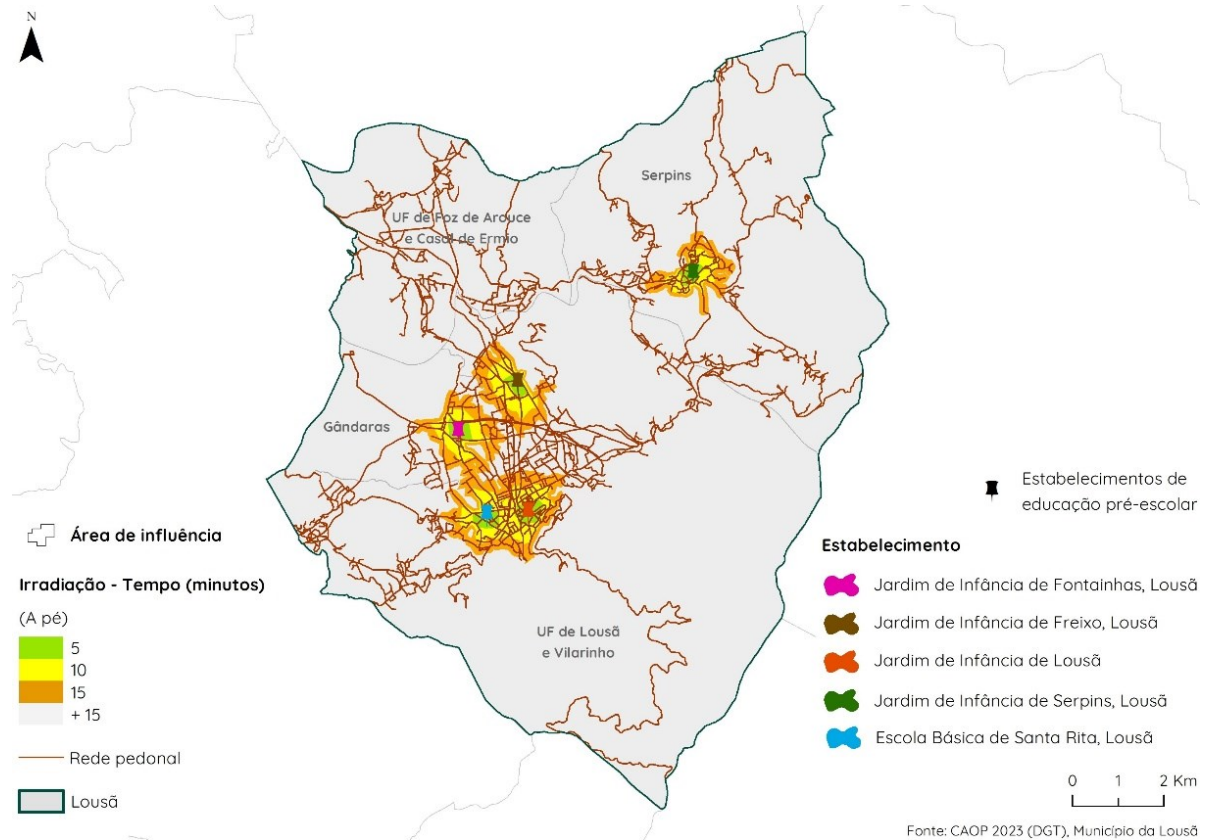
Agrupamento	Escolas	Oferta Educativa	Critérios	
AE da Lousã	JI de Fontainhas	EPE	Distância	1 km
	JI de Serpins			
	JI do Freixo			
	JI da Lousã			
	EB de Santa Rita, Lousã	EPE e 1.º CEB	Tempo	15 minutos a pé
	EB de Casal de Santo António	1.º CEB		40 minutos de transporte
	EB n.º 2 da Lousã			
	EB n.º 1 da Lousã			

Fonte: Guião para a elaboração da Carta Educativa

a) Área de influência dos estabelecimentos de educação e ensino com EPE, pela distância de 1 Km



b) Área de influência dos estabelecimentos de educação e ensino com EPE, pelo tempo (até 15 min. a pé)



c) Área de influência dos estabelecimentos de educação e ensino com EPE, pelo tempo (até 40 min. de transporte)

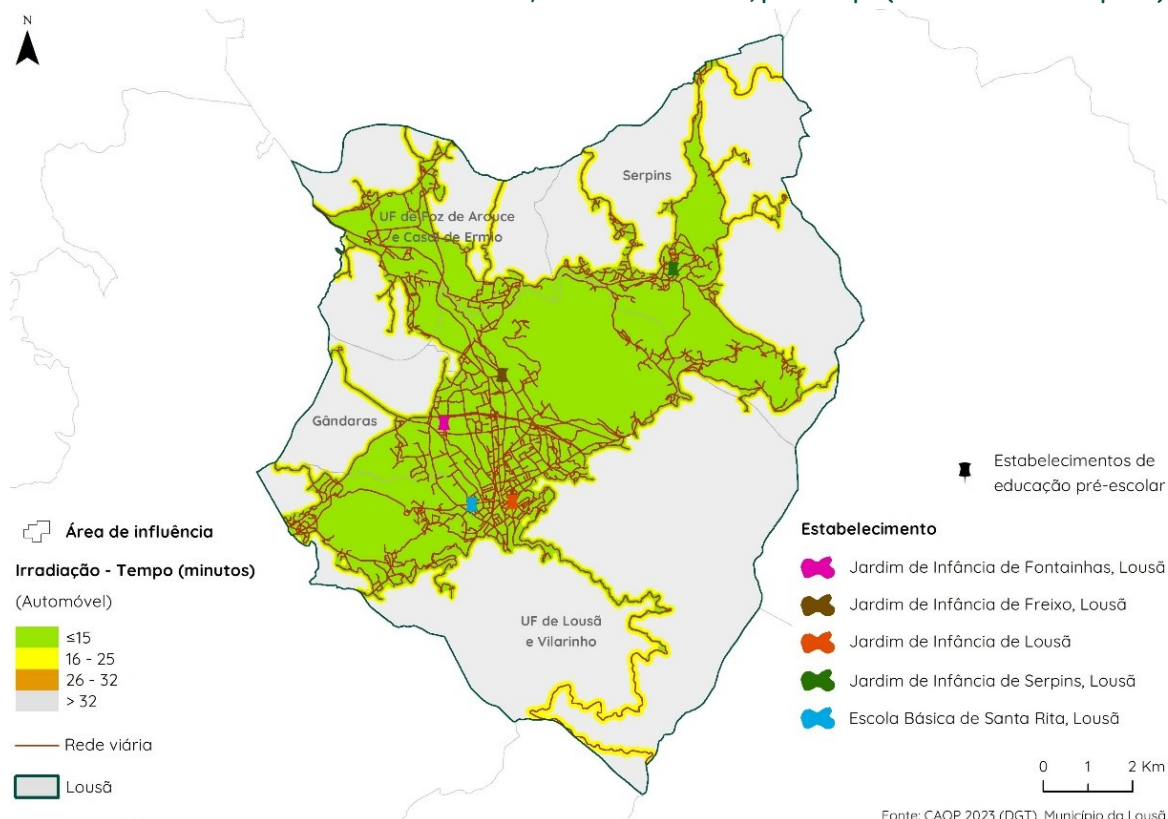
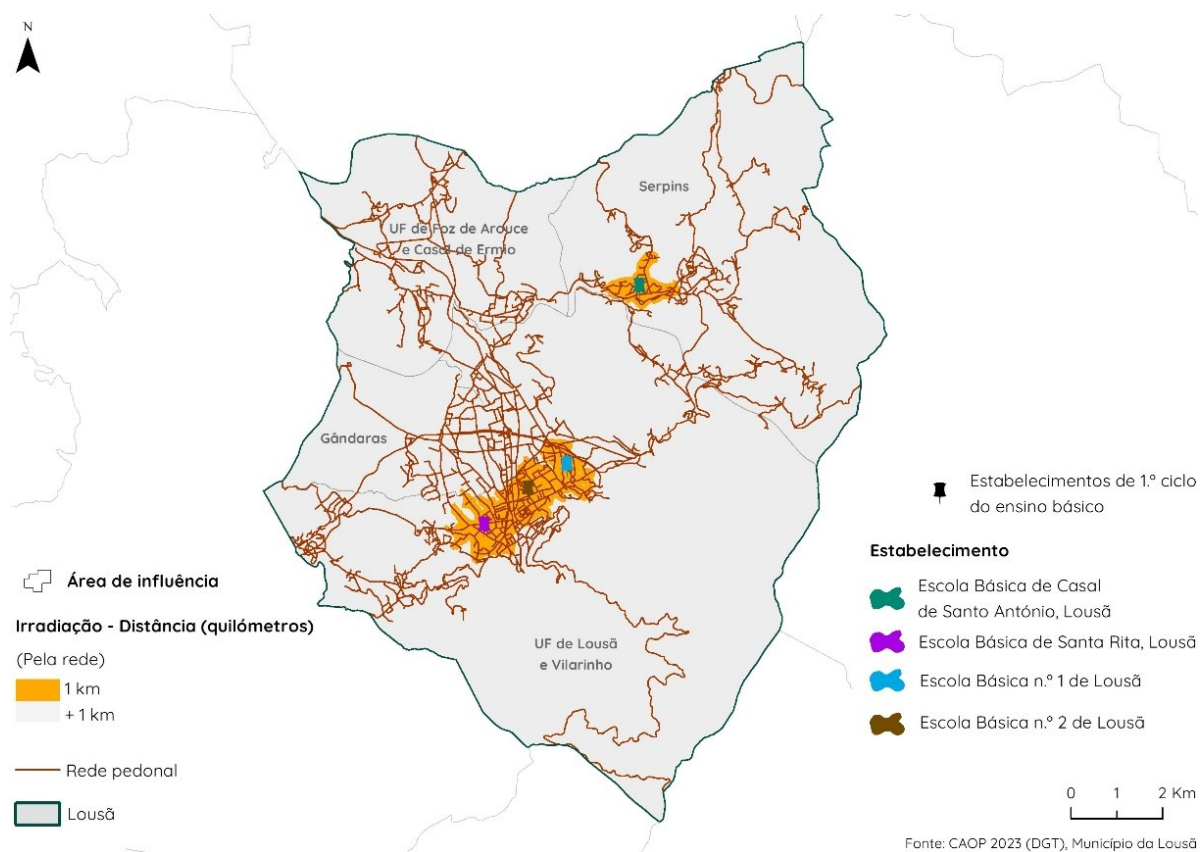
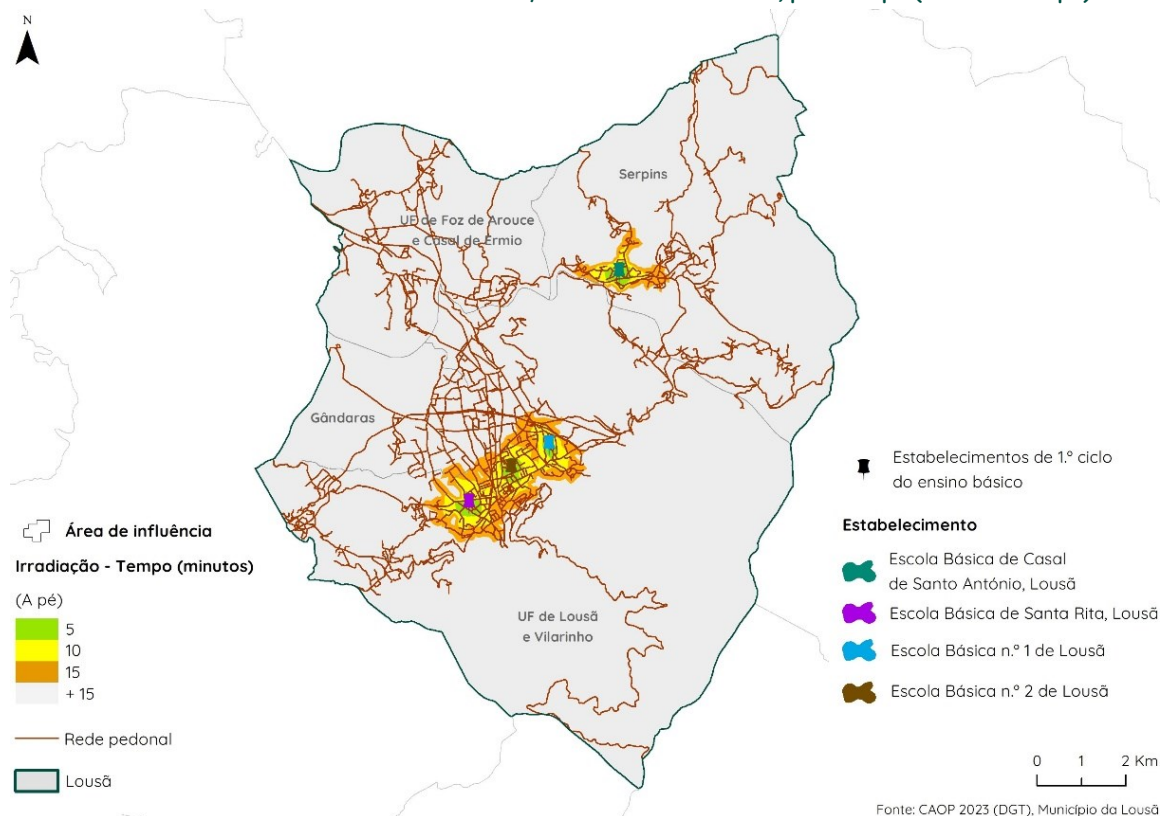


Figura 60. Áreas de influência e irradiação, pela distância, pelo tempo de percurso a pé e por transporte, a partir dos estabelecimentos com oferta de EPE da Lousã

a) Área de influência dos estabelecimentos de educação e ensino com 1.º CEB, pela distância de 1 Km



b) Área de influência dos estabelecimentos de educação e ensino com 1.º CEB, pelo tempo (até 15 min. a pé)



c) Área de influência dos estabelecimentos de educação e ensino com 1.º CEB, pelo tempo (até 40 min. de transporte)

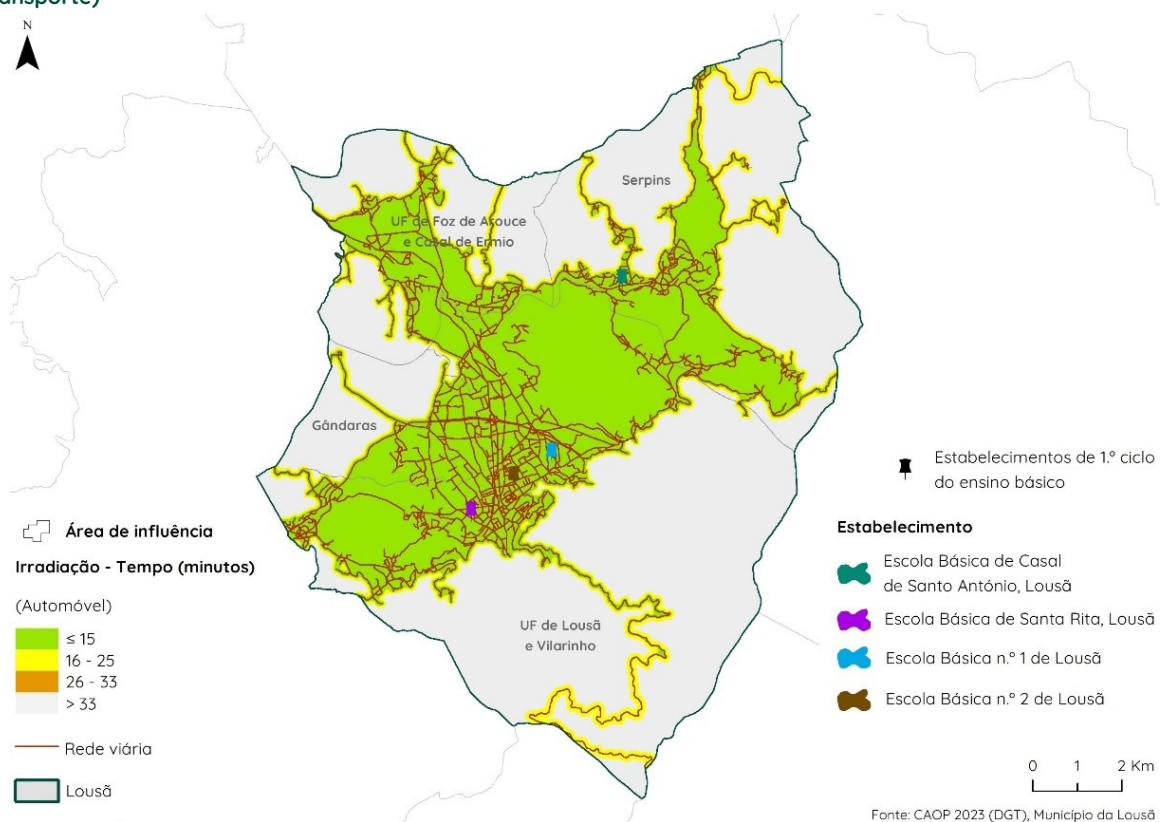


Figura 61. Áreas de influência e irradiação, pela distância, pelo tempo de percurso a pé e por transporte, a partir dos estabelecimentos com oferta de 1.º CEB da Lousã

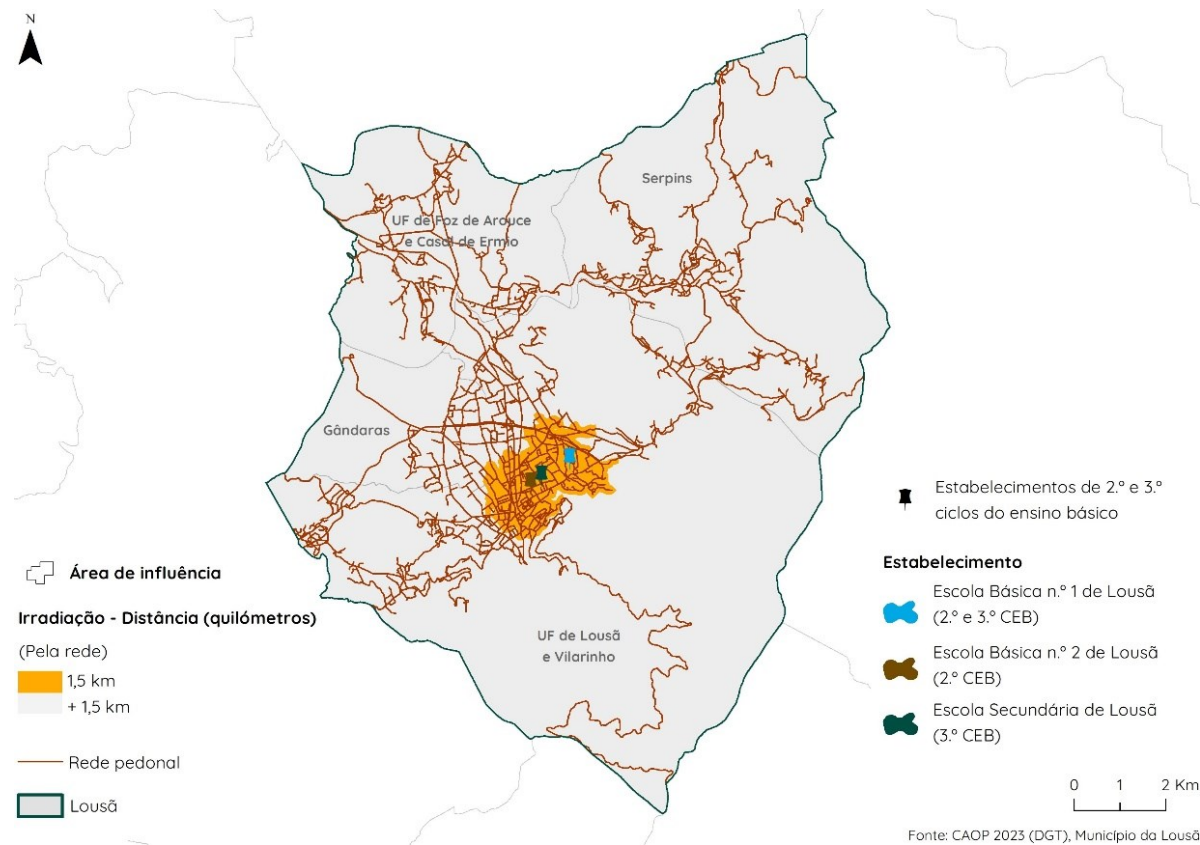
Os critérios definidos variam consoante o tipo de estabelecimento e a oferta educativa existente. Com base neles, foram delimitadas as áreas de influência e de irradiação dos estabelecimentos com oferta de 2.º CEB e 3.º CEB, cuja sistematização se apresenta no **Quadro 7**. A **Figura 62** ilustra os resultados dessa análise. Verifica-se, assim, que a deslocação a pé num intervalo de 30 minutos é limitada, concentrando-se maioritariamente na área urbana do concelho, o que deixa as freguesias periféricas sem acessibilidade nestas condições. Em contrapartida, quando se considera a deslocação com recurso ao transporte, a área de influência alarga-se de forma significativa, passando a abranger a totalidade das freguesias.

Quadro 7. Critérios para a definição das áreas de influência e irradiação dos estabelecimentos de ensino com 2.º e 3.º CEB e/ou secundário

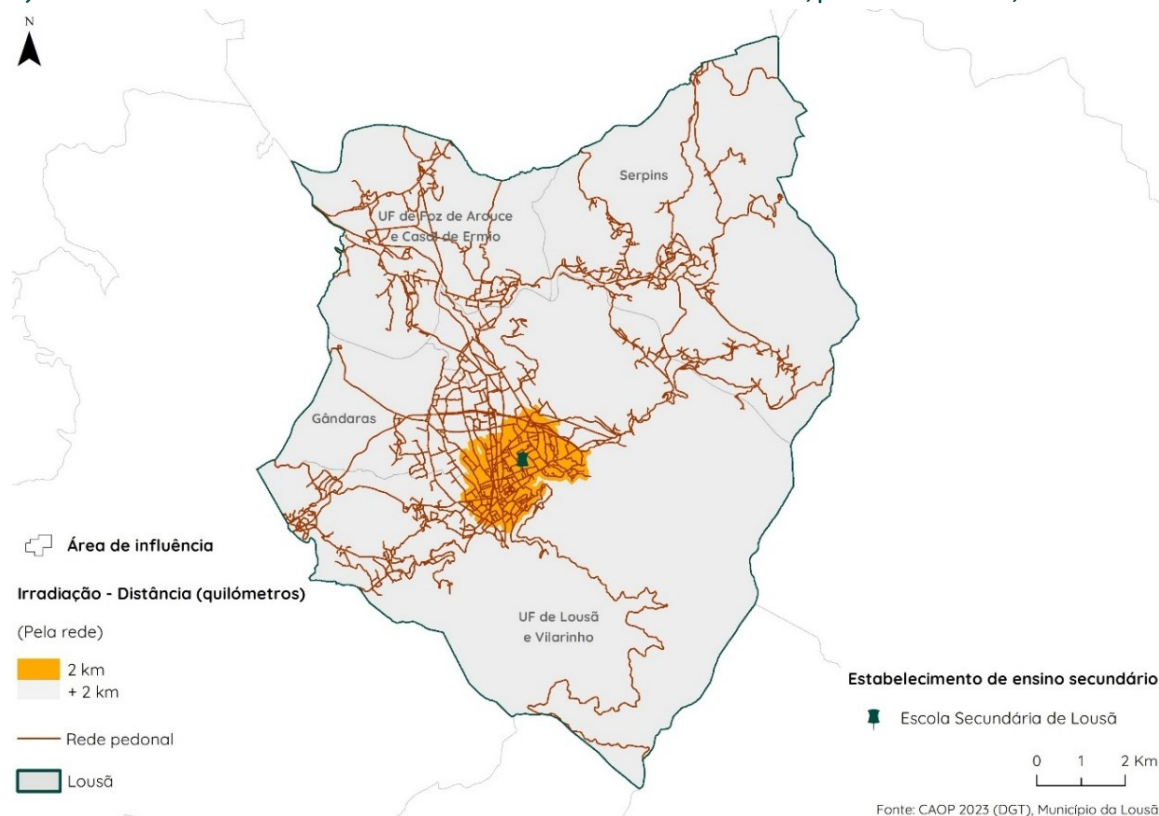
Agrupamento	Escolas	Oferta Educativa	Irradiação máxima	
AE da Lousã	EB n.º 2 da Lousã	2.º e 3.º CEB	Distância	1,5 Km (2.º e 3.º CEB) / 2,0 km (secundário)
	EB n.º 1 da Lousã		Tempo	30 min. a pé
	ES da Lousã	3.º CEB e secundário		60 min. de transporte

Fonte: Guião para a elaboração da Carta Educativa

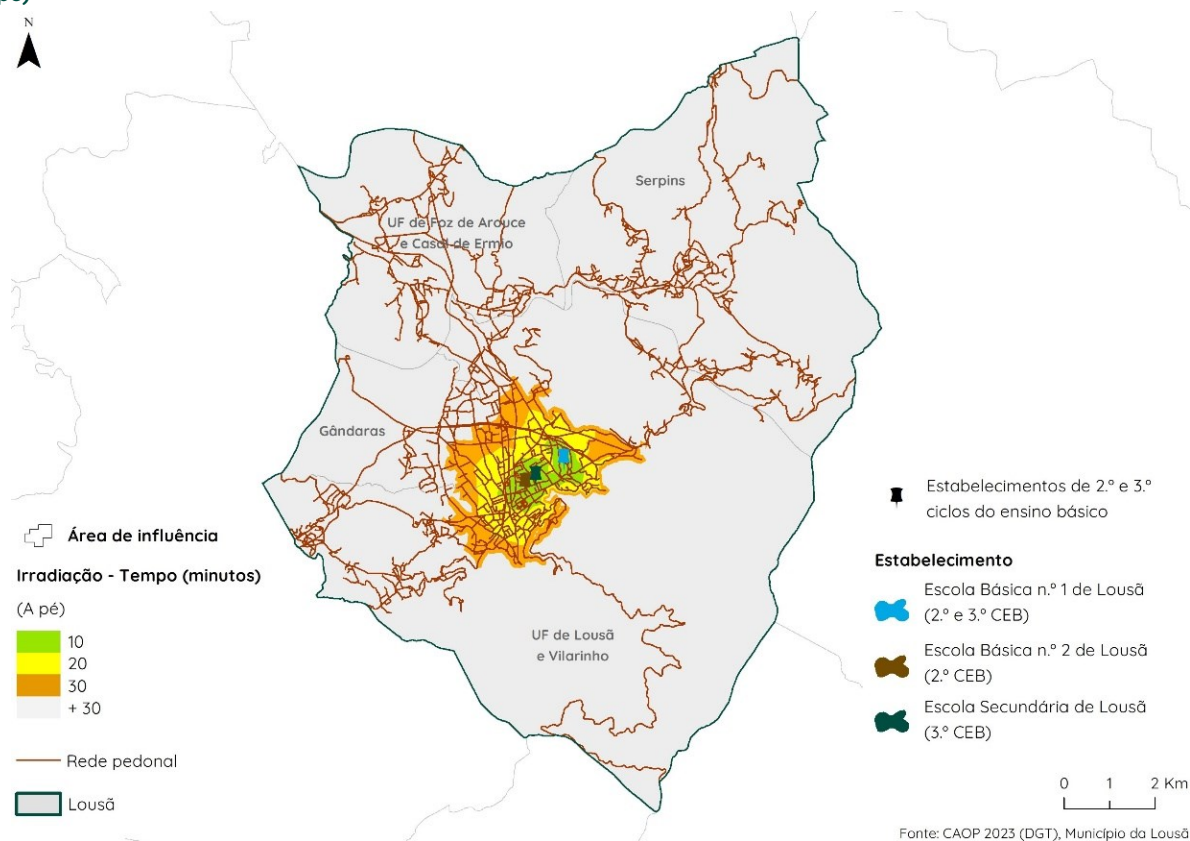
a) Área de influência dos estabelecimentos de ensino com 2.º e 3.º CEB, pela distância de 1,5 Km



b) Área de influência do estabelecimento de ensino com 3.º CEB e secundário, pela distância de 2,0 Km



c) Área de influência dos estabelecimentos de ensino com 2.º e 3.º CEB e/ou secundário, pelo tempo (até 30 min. a pé)



d) Área de influência dos estabelecimentos de ensino com 2.º e 3.º CEB e/ou secundário, pelo tempo (até 60 min. de transporte)

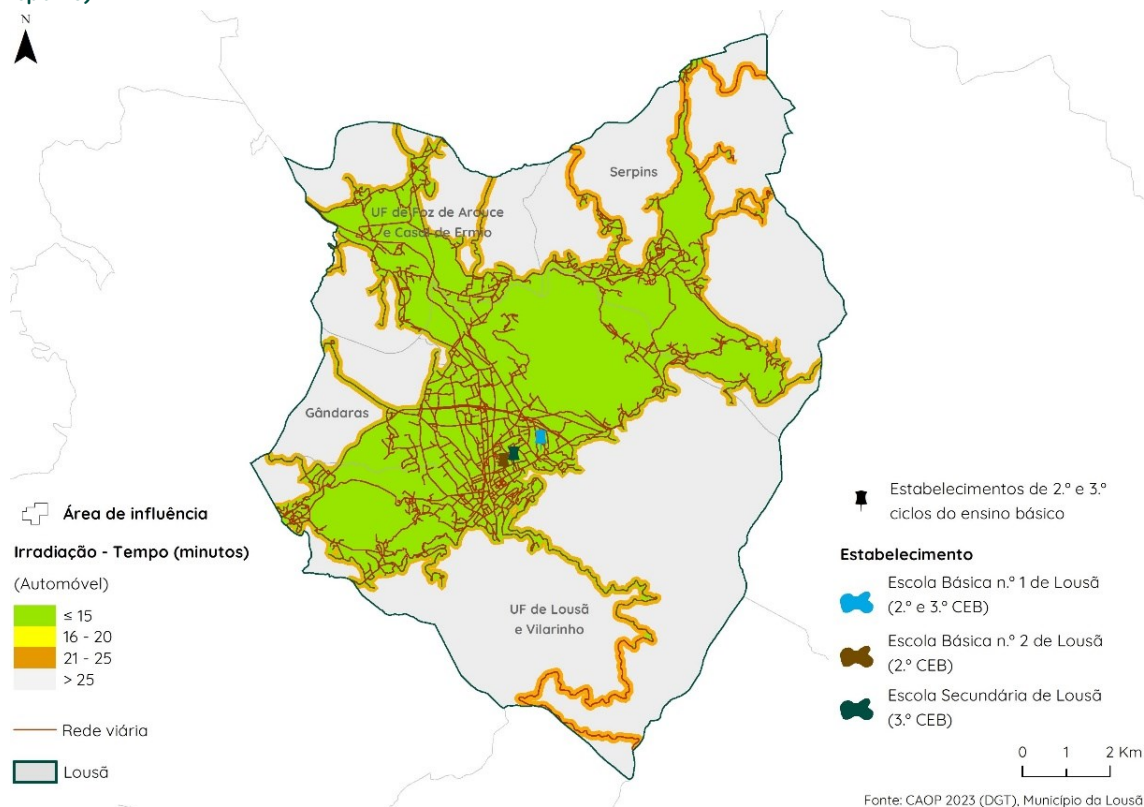


Figura 62. Áreas de influência e irradiação, pela distância, pelo tempo de percurso a pé e por transporte, a partir dos estabelecimentos com oferta de 2.º e 3.º CEB e/ou secundário

Nas tabelas abaixo (**Tabela 19** e **Tabela 20**) apresentam-se as freguesias que integram a área de influência geográfica dos equipamentos escolares do **AE da Lousã**, de acordo com os critérios explanados nos quadros anteriores.

Tabela 19. Freguesias abrangidas, segundo os critérios do Quadro 7, pelos estabelecimentos de educação e ensino com EPE e/ou 1.º CEB da Lousã, e respetiva população-base

Escolas	Irradiação máxima		População-base	Área de influência
JI de Fontainhas	Distância	1 Km	EPE/ Capacidade máxima: 50	Gândaras
	Tempo	15 min. a pé		Concelho da Lousã
		40 min. de transporte		
JI de Serpins	Distância	1 Km	EPE/ Capacidade máxima: 50	Serpins
	Tempo	15 min. a pé		Concelho da Lousã
		40 min. de transporte		
JI do Freixo	Distância	1 Km	EPE/ Capacidade máxima: 75	UF de Lousã e Vilarinho
	Tempo	15 min. a pé		Concelho da Lousã
		40 min. de transporte		
JI de Lousã	Distância	1 Km	EPE/ Capacidade máxima: 150	UF de Lousã e Vilarinho
	Tempo	15 min. a pé		Concelho da Lousã
		40 min. de transporte		
EB de Santa Rita, Lousã	Distância	1 Km	EPE/ Capacidade máxima: 100	UF de Lousã e Vilarinho
	Tempo	15 min. a pé		Concelho da Lousã
		40 min. de transporte		

			1.º CEB/ Capacidade máxima: 168	
EB de Casal de Santo António	Distância	1 Km	1.º CEB/ Capacidade máxima: 96	Serpins/ UF de Lousã e Vilarinho
	Tempo	15 min. a pé 40 min. de transporte		Concelho da Lousã
EB n.º 2 da Lousã	Distância	1 Km	1.º CEB/ Capacidade máxima: 288	UF de Lousã e Vilarinho
	Tempo	15 min. a pé 40 min. de transporte		Concelho da Lousã
EB n.º 1 da Lousã	Distância	1 Km	1.º CEB/ Capacidade máxima: 240	UF de Lousã e Vilarinho
	Tempo	15 min. a pé 40 min. de transporte		Concelho da Lousã

Tabela 20. Freguesias abrangidas, segundo os critérios do Quadro 8 e 9, pelos estabelecimentos de ensino com 2.º e 3.º CEB e/ou ensino secundário da Lousã, e respetiva população-base

Escolas	Irradiação máxima		População-base	Área de influência
EB n.º 2 da Lousã	Distância	1,5 Km	2.º e 3.º CEB/ Capacidade máxima: 364	Gândaras/ UF de Lousã e Vilarinho
	Tempo	30 min. a pé 60 min. de transporte		Concelho da Lousã
EB n.º 1 da Lousã	Distância	1,5 Km	2.º e 3.º CEB/ Capacidade máxima: 504	UF de Lousã e Vilarinho
	Tempo	30 min. a pé 60 min. de transporte		Concelho da Lousã
ES da Lousã	Distância	2,0 km	3.º CEB e secundário/ Capacidade máxima: 952	Gândaras/ UF de Lousã e Vilarinho
	Tempo	30 min. a pé 60 min. de transporte		Concelho da Lousã

5.2. Rede escolar privada

No que se refere à rede privada de estabelecimentos de educação e ensino do município da Lousã, importa destacar um conjunto de instituições que desempenham um papel complementar à oferta pública existente. Estas entidades integram, por um lado, a rede privada solidária, da qual fazem parte a **Associação de Defesa do Idoso e da Criança de Vilarinho** (ADIC), com oferta de EPE, o **Jardim de Infância São José, da Santa Casa da Misericórdia da Lousã** (JI de S. José - SCML), que assegura respostas de Creche e EPE, e o **Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Serpins** (CPSS de Serpins), igualmente com oferta de EPE. Por outro lado, a rede privada independente de natureza lucrativa inclui a **Creche Cantinho dos Sonhos**, que disponibiliza resposta de creche, e a **Status - Escola Profissional da Lousã**, que assegura oferta de ensino profissional. No seu conjunto, estas instituições contribuem para a diversificação da oferta

educativa no concelho, reforçando a cobertura territorial e respondendo a diferentes necessidades da população local (**Quadro 8**).

Quadro 8. Estabelecimentos de educação e ensino da rede privada (solidária e lucrativa) da Lousã

Estabelecimento	Nível de ensino	Freguesia	Natureza
ADIC	EPE	UF de Lousã e Vilarinho	Privada dependente do estado
CPSS de Serpins	Creche	Serpins	
JI de S. José - SCML	Creche, EPE	UF de Lousã e Vilarinho	
Creche Cantinho dos Sonhos	Creche		
Status - Escola Profissional da Lousã	Secundário (Profissional)		Privada independente

Fonte: Município da Lousã

Relativamente à localização destes estabelecimentos, é de referir que na UF de Lousã e Vilarinho⁴² situam-se a ADIC, o JI São José, a Creche Cantinho dos Sonhos e a Escola Profissional da Lousã. O CPSS de Serpins encontra-se na freguesia de Serpins (**Figura 63**).

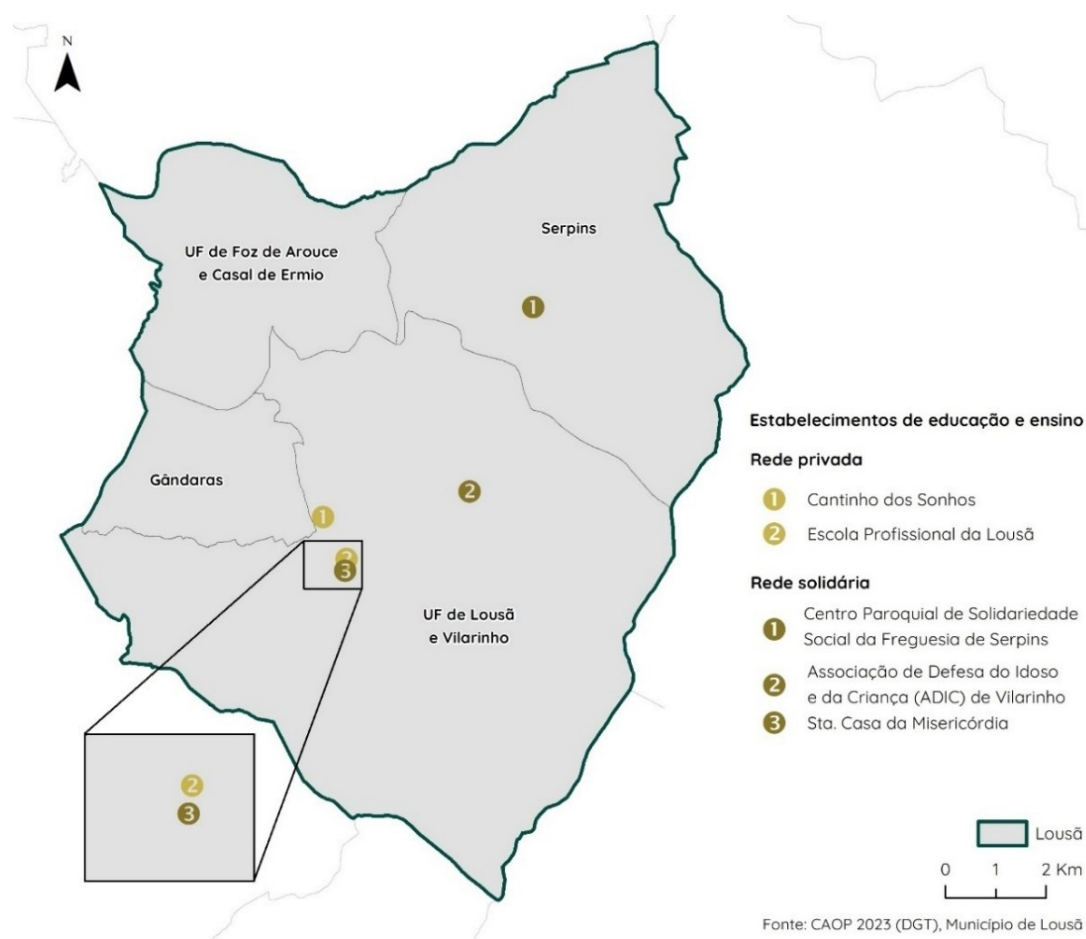


Figura 63. Estabelecimentos de educação e ensino, da rede privada (Solidária e lucrativa), na Lousã

⁴² Remete-se para a nota 6.

6. PROCURA EDUCATIVA

A rede educativa corresponde à organização territorial dos edifícios escolares destinados à educação pré-escolar e aos ensinos básico e secundário, integrando a rede pública e privada, com o objetivo de assegurar a sua coerência com as orientações e metas da política educativa nacional. A necessidade permanente de ajustar a oferta educativa — resultante da evolução da procura, tanto em termos quantitativos (variação demográfica) como qualitativos (novas exigências pedagógicas e sociais), bem como das condições de conservação do parque escolar — exige um processo sistemático e anual de planeamento, monitorização e reconfiguração da rede. Neste enquadramento, procede-se à análise da evolução da procura de educação e formação no município da Lousã.

6.1. Caracterização global da procura educativa

O **Quadro 9** evidencia a evolução do número de crianças e jovens matriculados por nível de ensino, entre os anos letivos de 2019/2020 e 2023/2024.

No caso particular da **EPE**, verifica-se um reforço da frequência na rede pública, com um crescimento de 14,2% (de 303 para 346 crianças), em contraste com a rede privada, onde se registou uma diminuição de 14,6% (de 89 para 76 crianças). Relativamente ao **1.º CEB**, observa-se uma trajetória de decréscimo, com uma redução de 3,6% no número de alunos inscritos (de 580 para 559). Já no **2.º CEB**, a evolução foi praticamente estável, registando-se apenas um ligeiro aumento de 0,3% (de 312 para 313 alunos). No **3.º CEB** (geral), por sua vez, assinala-se uma quebra mais expressiva de 5,1% (de 551 para 523 alunos). No **ensino secundário** da rede pública observaram-se tendências distintas: enquanto nos **CCH** se registou uma ligeira redução do número de alunos (-2,7%; de 260 para 253), nos **CP** verificou-se um crescimento marginal de 1,5% (de 67 para 68 formandos). Na rede privada, destaca-se um aumento significativo de 34,7%, com o número de formandos a crescer de 150 para 202, evidenciando um reforço da procura neste segmento.

No total, a **variação global foi pouco expressiva**, com um aumento global de apenas 0,2%.

Em síntese, os dados apontam para uma transferência gradual de alunos para a EPE da rede pública e para o ensino secundário privado (sobretudo associado à oferta de cursos profissionais), contrastando com a redução registada nos três CEB.

Quadro 9. Evolução global da procura para crianças e jovens, por nível de ensino e oferta (2019/20-2023/24)

Natureza	Nível de ensino	Oferta	Ano letivo					Variação
			2019/2020	2020/21	2021/22	2022/23	2023/24	%
Público	EPE	N/A	303	313	318	298	346	14,2
	1.º CEB	Geral	580	519	509	523	559	-3,6
	2.º CEB	Geral	312	334	317	322	313	0,3
	3.º CEB	Geral	551	522	521	502	523	-5,1
		CEF	12	-	-	-	-	-
		PCA	12	-	-	-	-	-
	Secundário	CCH	260	272	282	290	253	-2,7
		CP	67	65	62	67	68	1,5
	Subtotal		2097	2025	2009	2002	2062	-1,7
Privado	EPE	N/A	89	92	94	93	76	-14,6
	Secundário	CP	150	161	172	187	202	34,7
	Subtotal		239	253	266	280	278	16,3
Total			2336	2278	2275	2282	2340	0,2

Fonte: DGEEC

O **Quadro 10**, relativo à evolução da procura das diferentes ofertas formativas para adultos, revela uma trajetória globalmente irregular entre 2020/2021 e 2023/2024, marcada por oscilações anuais relevantes e por contrastes evidentes entre níveis de ensino e tipologias de oferta.

No **1.º e 2.º CEB**, a procura manteve-se residual e pouco consistente ao longo do período analisado, ocorrendo de forma pontual e maioritariamente associada a **processos RVCC**, sem continuidade estruturada. No **3.º CEB**, observa-se uma procura moderadamente mais expressiva, igualmente centrada nos **processos RVCC**, que atingiu o seu máximo em 2022/2023, seguindo-se uma redução significativa em 2023/2024. Neste nível, os cursos EFA apresentaram um comportamento irregular, alternando entre anos sem registo de procura e períodos de maior adesão.

É no ensino secundário que se concentra, de forma clara, a maior procura de adultos, tanto em cursos EFA como em processos RVCC. Após a quebra verificada em 2020/2021, registou-se um crescimento acentuado até 2022/2023, ano que corresponde ao pico do período em análise, seguido de um recuo em 2023/2024. No conjunto, a evolução da procura total acompanha esta tendência, reforçando o papel central do ensino secundário na dinâmica da educação e formação de adultos.

Quadro 10. Evolução global da procura para adultos, por nível de ensino e oferta (2019/20-2023/24)

Nível de ensino	Oferta	Anos letivos				
		2019/20	2020/21	2021/22	2022/23	2023/24
1.º CEB	Processos RVCC	-	-	1	-	-
2.º CEB	Cursos EFA	-	1	-	-	-
	Processos RVCC	-	-	17	8	3
	Formações modulares	-	-	-	-	1
	Subtotal	-	1	17	8	4
3.º CEB	Cursos EFA	6	12	-	-	11
	Processos RVCC	16	20	20	30	4
	Subtotal	22	32	20	30	15
Secundário	Cursos EFA	68	33	32	79	85
	Processos RVCC	59	49	80	123	59
	Subtotal	127	82	112	202	144
Total		149	115	150	240	163

Fonte: DGEEC

6.1.1. Proveniência de crianças e jovens

A Carta Educativa da Lousã visa planear e ordenar os equipamentos educativos segundo as ofertas de educação e formação necessárias, através do uso eficiente dos recursos disponíveis e tendo em consideração as dinâmicas demográficas e socioeconómicas do município. Analisada a origem dos discentes recebidos nos estabelecimentos de educação e ensino do território, verifica-se que a maioria é proveniente das freguesias do concelho da Lousã, destacando-se a UF de Lousã e Vilarinho com 1637 alunos. Segue-se a freguesia de Serpins com 158 alunos, a de Gândaras com 108 alunos e a UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio com 103 alunos. Relativamente aos alunos provenientes de outros concelhos foram contabilizados 56 (**Tabela 21**).

Tabela 21. Proveniências dos alunos dos estabelecimentos de ensino do AE da Lousã, no ano letivo de 2023/24

Estabelecimento	Nível de ensino	Concelho	Freguesia	N.º de alunos
JI de Fontainhas	EPE	Lousã	Gândaras	8
			UF de Lousã e Vilarinho	38
			UF de Foz Arouce e Casal de Ermio	3
Coimbra		UF da Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu	2	
JI do Freixo		Lousã	UF de Lousã e Vilarinho	50
			Serpins	2
			UF de Foz Arouce e Casal de Ermio	12
		Mirando do Corvo	Mirando do Corvo	1
JI da Lousã		Lousã	UF de Lousã e Vilarinho	98
			Gândaras	3
	UF de Foz Arouce e Casal de Ermio		9	

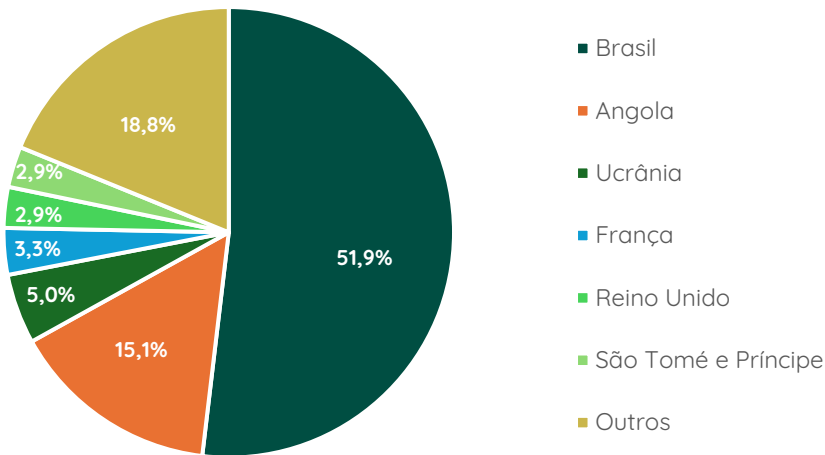
			Serpins	2
		Vila Nova de Poiares	Poiares (Santo André)	1
		Pampilhosa da Serra	Pampilhosa da Serra	1
JI de Serpins		Lousã	Serpins	21
			UF de Foz Arouce e Casal de Ermio	3
			UF de Lousã e Vilarinho	16
EB de Santa Rita, Lousã		Góis	Vila Nova do Ceira	2
			UF de Lousã e Vilarinho	68
			UF de Foz Arouce e Casal de Ermio	2
EB Casal de Santo António		Lousã	Serpins	36
			Gândaras	2
			UF de Foz Arouce e Casal de Ermio	4
			UF de Lousã e Vilarinho	25
EB Santa Rita		Vila Nova de Poiares	Poiares (Santo André)	1
		Lousã	UF de Lousã e Vilarinho	83
			Gândaras	3
			Serpins	2
			UF de Foz Arouce e Casal de Ermio	3
		Miranda do Corvo	Miranda do Corvo	1
		Góis	Vila Nova do Ceira	1
EB n.º 1 da Lousã	1.º CEB	Lousã	UF de Lousã e Vilarinho	120
			UF de Foz Arouce e Casal de Ermio	12
			Gândaras	22
			Serpins	5
		Penela	Espinhil	2
		Miranda do Corvo	Miranda do Corvo	2
EB n.º 2 da Lousã	1.º CEB	Lousã	UF de Lousã e Vilarinho	212
			UF de Foz Arouce e Casal de Ermio	8
			Gândaras	9
			Serpins	5
		Miranda do Corvo	Miranda do Corvo	1
			Semide e Rio Vide	1
EB n.º 1 da Lousã	2.º CEB	Lousã	UF de Lousã e Vilarinho	92
			Serpins	16
			UF de Foz Arouce e Casal de Ermio	7
			Gândaras	14
EB n.º 2 da Lousã	2.º CEB	Vila Nova de Poiares	Poiares (Santo André)	1
		Lousã	UF de Lousã e Vilarinho	164
			UF de Foz Arouce e Casal de Ermio	5
			Gândaras	8
EB n.º 1 da Lousã	3.º CEB	Lousã	Serpins	6
			UF de Lousã e Vilarinho	152
			Serpins	29
			UF de Foz Arouce e Casal de Ermio	15
ES da Lousã	3.º CEB	Vila Nova de Poiares	Poiares (Santo André)	2
		Miranda do Corvo	Miranda do Corvo	1
			Semide e Rio de Vide	1
		Vila Nova de Poiares	Arrifana	1
		Góis	Vila Nova do Ceira	1
		Lousã	UF de Lousã e Vilarinho	273
		Lousã	UF de Foz Arouce e Casal de Ermio	8

	Secundário	Lousã	Serpins	12
		Góis	Vila Nova do Ceira	7
			Góis	3
		Miranda do Corvo	-	1
			Semide e Rio de Vide	5
			Miranda do Corvo	5
		Vila Nova de Poiares	São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	3
			Santo André	6
		Soure	Alfarelos	1
		Arganil	Pombeiro da Beira	1
		Lousã	Gândaras	22
			UF de Lousã e Vilarinho	246
			UF de Foz Arouce e Casal de Ermio	12
			Serpins	22

Fonte: Município da Lousã

6.1.2. Alunos estrangeiros

No ano letivo de 2024/2025, nos estabelecimentos do AE da Lousã matricularam-se **239 alunos de origem estrangeira**. A maioria dos alunos é proveniente do **Brasil (124)**, representando **51,9% do total**. Em seguida, os alunos de **origem angolana** representaram **15,1% (36 alunos)**. Outros países com menores percentagens incluíram a **Ucrânia (5,0%)**, **França (3,3%)**, **Reino Unido e Irlanda do Norte (2,9%)** e **São Tomé e Príncipe (2,9%)**, com números absolutos a variar entre os 7 e 12 matriculados. Por sua vez, o grupo de **“Outros”** representou **18,8% (45 alunos)**, indicando a presença de um grupo diversificado de nacionalidades, embora com menor expressão. A distribuição revela que os alunos falantes da língua portuguesa, especialmente do Brasil e Angola, compõem mais de 67% do total (**Figura 64**).



Fonte: Município

Figura 64. Número de alunos estrangeiros por nacionalidade no AE da Lousã, no ano letivo de 2024/2025

6.2. Caracterização da EPE

Segundo a Direção-Geral de Educação, a **educação pré-escolar**⁴³ — regulamentada pela Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar (**Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro**)⁴⁴ e pelo **DL n.º 147/97, de 11 de junho**⁴⁵ — destina-se a crianças com idades entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico. É ministrada em jardins de infância e encontra-se sob tutela pedagógica do ministério responsável pela área da Educação. Estes estabelecimentos oferecem serviços vocacionados para a **aprendizagem e o desenvolvimento das crianças**, como atividades letivas, de animação e de apoio à família. Todos estes equipamentos são organizados conforme **os interesses e as necessidades das crianças**. As atividades letivas são planeadas e desenvolvidas por **um/a educador/a de infância** que detenha as habilitações legalmente previstas para o efeito.

A frequência da EPE é **facultativa**, pois cabe à família essa mesma decisão, competindo ao Estado contribuir para a universalização da oferta da EPE a partir dos 3 anos. Uma vez que a EPE se destina apenas a crianças a partir dos 3 anos de idade e não abrange a educação em **creche** (destinada a crianças entre os 0 e os 3 anos de idade), e sendo esta considerada um **direito pela Recomendação do Conselho Nacional de Educação**⁴⁶, considerou-se pertinente analisar a oferta de creche existente como um complemento à rede pública. A educação e o cuidado das crianças até aos 3 anos são da responsabilidade do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

6.2.1. Procura de creche

No que se refere à resposta social de creche no município da Lousã, registaram-se, no ano de 2024/25, um total de 138 crianças inscritas (**Tabela 22**). Esta relativa estabilidade pode traduzir não apenas uma procura consistente por parte das famílias, mas também possíveis limitações na capacidade de acolhimento de algumas instituições, em especial daquelas que operam com níveis de ocupação muito elevados. Entre estas, destacam-se a **Jl de S. José - SCML**, ou a **Creche Cantinho dos Sonhos**, todas com taxas de ocupação no máximo. Estas entidades

⁴³ Ao longo do documento, optou-se pela utilização da sigla EPE para designar a educação pré-escolar, excetuando-se os casos em que a designação por extenso é usada em títulos ou na identificação dos normativos que a regulam.

⁴⁴ <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/5-1997-561219>

⁴⁵ <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/147-1997-358959>

⁴⁶ www.cnedu.pt/pt/publicacoes/estudos-e-relatorios/outros/786-educacao-das-criancas-dos-0-aos-3-anos

desempenham um papel crucial na cobertura da rede de creche, concentrando uma proporção significativa das vagas existentes e assegurando a resposta a uma procura particularmente expressiva no território.

Tabela 22. Número de crianças inscritas na creche em 2024/25

Instituição	Valência	2024/25	
		Inscritas	Capacidade
CPSS de Serpins	Creche	31	36
JI de S. José - SCML		74	74
Creche Cantinho dos Sonhos		33	33
Total		138	143

Fonte: Carta Social

6.2.2. Procura educativa de EPE

Entre 2022/23 e 2023/24 o total de crianças aumentou de 298 para 346, traduzindo-se num aumento de 16,1%. Este crescimento deveu-se ao aumento do número de crianças no JI de Fontainhas, que passou de 25 para 50, e no JI de Freixo que passou de 39 para 66. Por outro lado, a EB de Santa Rita, Lousã, e o JI de Serpins registaram subidas ligeiras (2 alunos em ambos os casos), enquanto o JI de Lousã foi o único estabelecimento a registar uma diminuição, passando de 124 para 116 alunos. Estes dados revelam uma tendência global positiva (**Figura 65**).

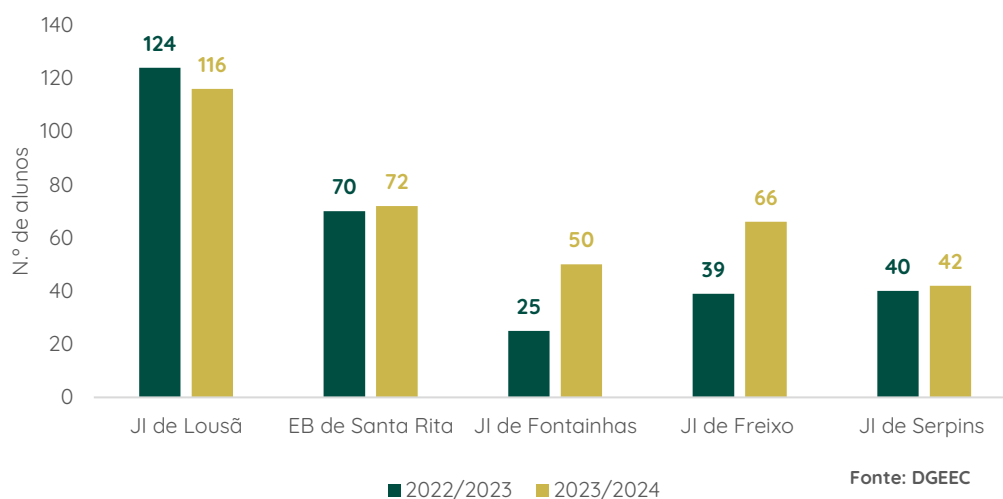


Figura 65. Número de crianças inscritas na EPE, da rede pública da Lousã, em 2022/23 e 2023/24

Entre os anos letivos de 2022/23 e 2023/24, a procura da rede privada registou uma redução, com o número total de crianças inscritas a diminuir de 93 para 76, correspondendo a uma quebra de 18,3%. Esta evolução foi sobretudo determinada pela diminuição significativa de alunos no JI de S. José – SCM, que perdeu 16

crianças, enquanto o JI da ADIC apresentou uma variação residual, passando de 25 para 24 inscritos (**Figura 66**), reforçando o carácter supletivo da oferta privada face à rede pública.

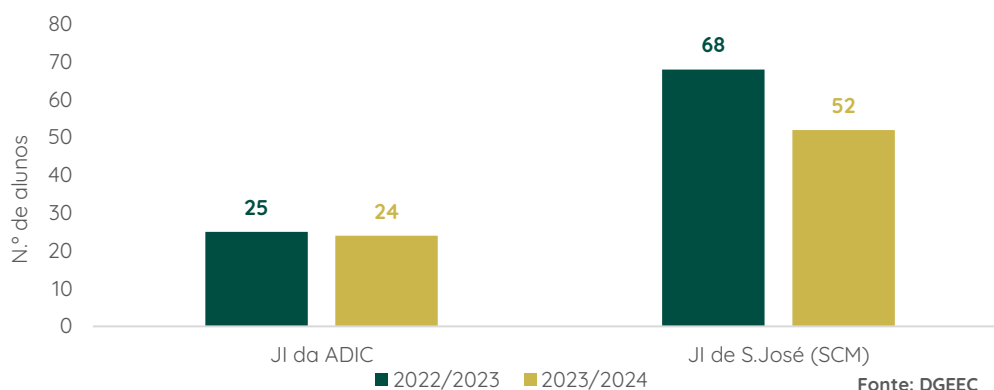


Figura 66. Número de crianças inscritas na EPE, da rede privada da Louçã, em 2022/23 e 2023/24

6.2.3. Capacidade instalada e ocupação atual da EPE

A análise da capacidade de resposta dos estabelecimentos de educação e ensino, face ao número de alunos matriculados, depende do ajustamento entre as características da população residente e a capacidade de acolhimento de cada estabelecimento, tendo em consideração os critérios legais para a constituição de grupos e turmas. O regime aplicável encontra-se definido no **Despacho Normativo (DN) n.º 10-A/2018, de 19 de junho**⁴⁷, com as alterações introduzidas pelo **DN n.º 16/2019, de 4 de junho**⁴⁸, e pelo **DN n.º 6/2022, de 16 de fevereiro**⁴⁹, e pelo **DN n.º 2/2024, de 24 de janeiro**⁵⁰. No que respeita à EPE, o **art.º 3.º, n.º 1**, do referido **DN n.º 10-A/2018** estabelece que os grupos são constituídos por um **mínimo de 20** e um **máximo de 25 crianças**. Nos termos do n.º 2 do mesmo artigo, os grupos da EPE são constituídos pelo número mínimo de 20 crianças, a que se refere o número anterior, sempre que em relatório técnico-pedagógico, seja identificada como medida de acesso à aprendizagem e à inclusão a necessidade de integração da criança em grupo reduzido, não podendo este admitir mais de 2 nestas condições.

Para efeitos da presente análise, a taxa de ocupação⁵¹ foi calculada com base no número mínimo (20) e no número máximo legal de crianças por grupo (25).

⁴⁷ <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho-normativo/10-a-2018-115552668/>

⁴⁸ <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho-normativo/16-2019-122497599/>

⁴⁹ <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho-normativo/6-2022-179188086/>

⁵⁰ <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho-normativo/2-2024-838659732/>

⁵¹ Relação entre a capacidade do estabelecimento e o número de alunos; considera-se excesso de lotação quando a taxa atinge ou ultrapassa 100%.

O cálculo teve ainda por base o número total de salas por estabelecimento, independentemente de estarem ou não em funcionamento no ano letivo em análise, assumindo-se que cada sala tem capacidade para acolher até 25 crianças.

Importa, contudo, referir que, embora os alunos com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão estejam incluídos no total de inscritos, não foram tidas em conta as implicações dessas medidas na redução da capacidade efetiva por sala, o que poderá traduzir-se numa sobrevalorização das taxas de ocupação.

A análise da **Tabela 23** evidencia níveis de ocupação diferenciados nos estabelecimentos de EPE da rede pública da Lousã. O **JI de Fontainhas** destaca-se como o equipamento com maior pressão de procura, apresentando uma taxa de ocupação de 125,0% no cenário de 20 alunos por sala e de 100,0% no limite de 25 alunos, refletindo uma utilização plena da capacidade instalada. O **JI de Freixo** regista igualmente valores elevados, com 110,0% e 88,0%, respetivamente. O **JI da Lousã** apresenta taxas próximas do limite máximo, com 96,7% no cenário mais restritivo e 77,3% no mais flexível, evidenciando uma ocupação elevada, ainda com alguma margem de absorção. O **JI de Serpins** ultrapassa a capacidade teórica no cenário de 20 alunos por sala (105,0%), descendo para 84,0% quando considerado o limite de 25 alunos, traduzindo uma pressão moderada. A **EB de Santa Rita, Lousã**, apresenta uma taxa de ocupação elevada no cenário de 20 alunos (90,0%) e mais equilibrada no de 25 alunos (72,0%).

No conjunto dos estabelecimentos que oferecem EPE do **AE da Lousã**, verifica-se que a taxa média de ocupação se situa em 101,8% no cenário de 20 alunos por sala e em 81,4% no de 25 alunos, revelando uma utilização global elevada da rede e situações pontuais de sobrelotação que requerem uma gestão criteriosa na distribuição de alunos.

Tabela 23. Taxa de ocupação dos estabelecimentos com EPE do AE da Lousã, no ano letivo e 2023/24

Estabelecimento	N.º de salas	Capacidade máxima	Grupos	N.º de alunos	Taxa de ocupação	
					20 alunos/sala	25 alunos/sala
JI de Fontainhas	2	50	2	50	125%	100%
JI de Freixo	3	75	3	66	110%	88,0%
JI da Lousã	6	150	6	116	96,7%	77,3%
JI de Serpins	2	50	2	42	105%	84,0%
EB de Santa Rita, Lousã	4	100	4	72	90,0%	72,0%
Total AE	17	425	17	346	101,8%	81,4%

Fonte: AE e DGEEC

6.3. Caracterização do 1.º CEB

O 1.º CEB é parte integrante da educação escolar obrigatória, que se organiza em diferentes níveis de ensino. Representa o primeiro patamar do percurso educativo formal, com a duração de quatro anos, e destina-se, em regra, a crianças com idades entre os 6 e os 10 anos. Esta etapa corresponde à fase de aquisição das aprendizagens fundamentais, sendo estruturada como uma via única para todos os alunos. O currículo⁵² centra-se no desenvolvimento de competências básicas nas áreas da leitura, escrita, cálculo e expressão, podendo, pontualmente, ser complementado por oferta formativa específica, como os cursos artísticos especializados. Enquanto base estruturante do percurso escolar, o 1.º CEB assume um papel determinante na consolidação dos alicerces cognitivos, sociais e emocionais, essenciais ao sucesso educativo e à formação integral da criança.

6.3.1. Procura educativa de 1.º CEB

Entre 2022/23 e 2023/24, o número total de alunos nos estabelecimentos da rede pública **aumentou** ligeiramente **de 523 para 559**. A EB n.º 1 da Lousã registou o crescimento mais expressivo, passando de 116 para 167 alunos. Também ocorreram aumentos na EB de Santa Rita, Lousã - de 87 para 92 alunos - e na EB de Casal de Santo António - de 60 para 68 alunos. Em contrapartida, a EB n.º 2 da Lousã apresentou uma descida de 260 para 232 alunos, sendo a única escola a registar uma diminuição de procura (**Figura 67**).

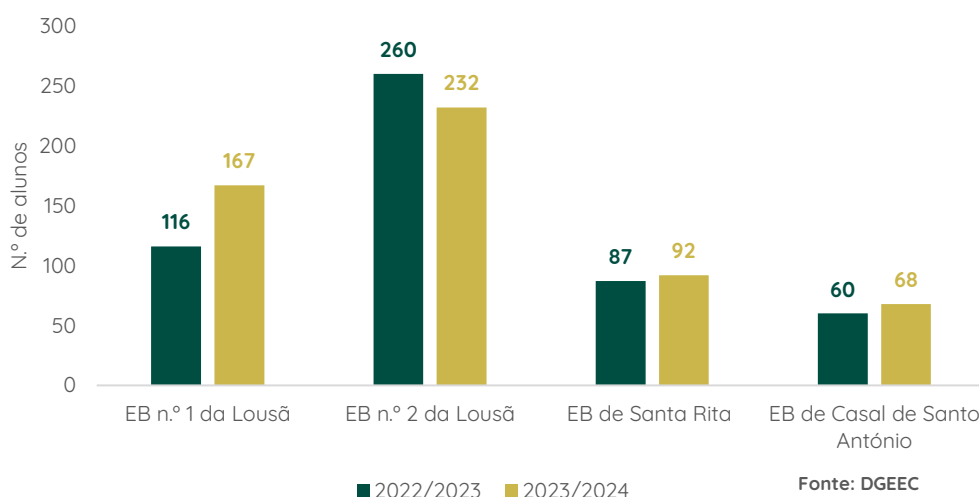


Figura 67. Número de alunos inscritos no 1.º CEB por estabelecimento da rede escolar pública da Lousã, em 2022/23 e 2023/24

⁵² Direção-Geral da Educação (DGE). (2016). Aprendizagens Essenciais – 1.º CEB. Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.dge.mec.pt>

6.3.2. Capacidade instalada e ocupação atual do 1.º CEB

A análise da capacidade de resposta dos estabelecimentos de educação e ensino face ao número de alunos matriculados exige a articulação entre as características da população residente e a capacidade de acolhimento de cada escola, tendo por base os critérios legais para a constituição de grupos e turmas. O regime aplicável está consagrado no **DN n.º 10-A/2018, de 19 de junho**, com as alterações introduzidas pelo **DN n.º 16/2019, de 4 de junho**. Este último veio alterar os artigos 6.º, 7.º e 11.º do antedito DN n.º 10-A/2018, estabelecendo a aplicação progressiva da redução do número de alunos por turma a todos os anos de escolaridade dos 1.º, 2.º e 3.º CEB, bem como do ensino secundário geral.

Sem prejuízo das exceções legalmente previstas, as turmas do 1.º CEB passaram a ter um limite máximo de 24 alunos, devendo a análise da rede escolar municipal desse ciclo de ensino considerar o atual enquadramento normativo. O referido Despacho prevê ainda situações excecionais, permitindo a constituição de turmas com 20 alunos sempre que no relatório técnico-pedagógico de um aluno seja identificada, como medida de acesso à aprendizagem e à inclusão, a necessidade da sua integração numa turma reduzida, não podendo esta receber mais de 2 alunos nessas condições. Adicionalmente, no caso de turmas mistas — que integram alunos de dois ou mais anos de escolaridade — o número de alunos é reduzido para 18 nos estabelecimentos de lugar único e para 22 nos restantes.

Para efeitos da presente análise, a taxa de ocupação foi calculada considerando 20 o número mínimo e 24 o número máximo de alunos por turma, não se levando em conta as situações excecionais previstas no normativo, dada a sua variabilidade e imprevisibilidade. O cálculo teve ainda por base o número total de salas por estabelecimento, independentemente de estarem ou não em funcionamento no ano letivo em análise, assumindo-se que cada sala tem capacidade para acolher até 24 crianças. Importa, contudo, referir que, embora os alunos com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão estejam incluídos no total de inscritos, não foram tidas em conta as implicações dessas medidas na redução da capacidade efetiva por sala, o que poderá traduzir-se numa sobrevalorização das taxas de ocupação.

A análise da **Tabela 24** evidencia uma utilização global moderada dos estabelecimentos de 1.º CEB do **AE da Lousã** no ano letivo de 2023/24. A taxa média de ocupação é de 84,7% no cenário de 20 alunos por sala, descendo para 70,6% quando considerado o limite de 24 alunos, o que revela alguma margem de

capacidade disponível na rede. Ao nível dos estabelecimentos, a **EB n.º 2 da Lousã** apresenta a taxa de ocupação mais elevada, com valores próximos do limite, enquanto a **EB de Casal de Santo António** e a **EB n.º 1 da Lousã** registam níveis intermédios e semelhantes. Em contraste, a **EB de Santa Rita, Lousã** evidencia as taxas mais baixas de ocupação, traduzindo maior disponibilidade de capacidade. No seu conjunto, os dados apontam para uma rede relativamente equilibrada, ainda que com diferenças na pressão de procura entre estabelecimentos, reforçando a importância de uma gestão articulada da rede escolar para otimizar a utilização da capacidade existente.

Tabela 24. Taxa de ocupação dos estabelecimentos com 1.º CEB do AE da Lousã, no ano letivo e 2023/24

Estabelecimento	N.º de salas	Capacidade máxima	Turmas	N.º de alunos	Taxa de ocupação	
					20 alunos/sala	24 alunos/sala
EB de Santa Rita, Lousã	7	168	5	92	65,7%	54,8%
EB de Casal de Santo António	4	96	4	68	85,0%	70,8%
EB n.º 1 da Lousã	10	240	9	167	83,5%	69,6%
EB n.º 2 da Lousã	12	288	12	232	96,7%	80,6%
Total AE	33	792	30	559	84,7%	70,6%

Fonte: AE e DGEEC

6.4. Caracterização dos 2.º e 3.º CEB e ensino secundário

O 2.º CEB abrange os 5.º e 6.º anos de escolaridade e marca uma transição importante para uma organização disciplinar mais especializada, com diferentes docentes por área. O 3.º CEB inclui o 7.º, 8.º e 9.º anos, aprofundando os conhecimentos e promovendo a autonomia e o pensamento crítico dos alunos. Em termos organizacionais, ambos os ciclos podem estar integrados numa Escola Básica, podendo o 3.º CEB funcionar em articulação com o ensino secundário em Escolas Secundárias. O ensino secundário corresponde aos 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade e representa o último nível da escolaridade obrigatória. Estrutura-se em diferentes percursos — como os CCH, os CP, os CA ou artísticos especializados — permitindo aos alunos consolidar competências e orientar o seu percurso formativo, seja para o prosseguimento de estudos superiores, seja para a qualificação profissional e entrada no mercado de trabalho.

6.4.1. Procura educativa de 2.º e 3.º CEB

Entre os anos letivos de 2022/23 e 2023/24, registou-se uma ligeira diminuição do número de alunos inscritos nas duas escolas do município com oferta de 2.º CEB. Na **EB n.º 1 da Lousã**, o total de alunos passou de 139 para 132, enquanto na **EB n.º 2 da Lousã** se verificou uma redução mais residual, de 183 para 181 alunos. Apesar desta variação negativa, os valores observados não configuram uma quebra estrutural da procura, antes apontando para uma situação de relativa estabilização da população escolar neste nível de ensino. Esta evolução sugere que a procura pelo 2.º CEB se mantém globalmente estável no concelho, refletindo dinâmicas demográficas consolidadas (**Figura 68**).

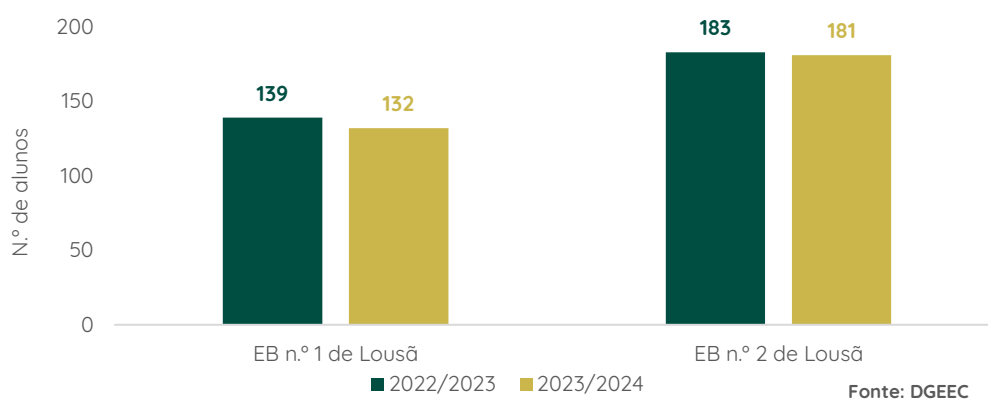


Figura 68. Número de alunos inscritos no 2.º CEB, por estabelecimento da rede escolar pública da Lousã, em 2022/23 e 2023/24

No que respeita ao **3.º CEB**, observa-se uma evolução positiva das frequências escolares entre os anos letivos de 2022/23 e 2023/24 (**Figura 69**). Na **EB n.º 1 da Lousã** registou-se um ligeiro acréscimo do número de alunos, que passou de 212 para 215, enquanto na **ES da Lousã** — que dispõe igualmente deste nível de ensino — o aumento foi mais expressivo, passando de 290 para 308 discentes.

No conjunto das duas escolas, o total de alunos do 3.º CEB cresceu de 502 para 523, o que traduz uma tendência consistente de crescimento neste ciclo de ensino. Esta evolução sugere um reforço da procura e uma maior retenção dos alunos no sistema educativo local, podendo refletir dinâmicas demográficas favoráveis ou uma maior atratividade das ofertas educativas existentes.

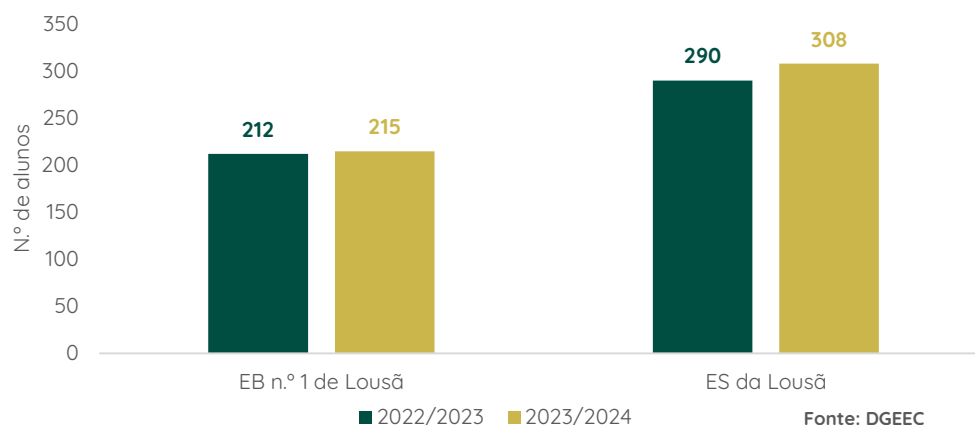


Figura 69. Número de alunos inscritos no 3.º CEB, por estabelecimento da rede escolar pública da Louçã em 2022/23 e 2023/24

6.4.2. Procura educativa do ensino secundário

CCH

A oferta de **CCH** é assegurada pela **ES da Louçã** e totalizava, no ano letivo de 2023/24, **253 alunos matriculados** (Tabela 25). A análise da distribuição pelos diferentes cursos evidencia uma clara predominância do curso de Ciências e Tecnologias, que concentra 129 estudantes e se afirma como a opção com maior capacidade de atração. Segue-se o curso de Línguas e Humanidades, com 85 alunos, enquanto o curso de Ciências Socioeconómicas apresenta uma procura mais reduzida (39). Esta distribuição traduz padrões diferenciados de escolha educativa, refletindo simultaneamente as preferências dos alunos e as perspetivas de prosseguimento de estudos e de inserção profissional associadas a cada área de formação.

Tabela 25. Número de estudantes inscritos no ensino secundário (CCH) por oferta formativa da ES da Louçã, em 2023/24

Oferta disponível de CCH	N.º de jovens	
	n.º	%
Ciências e Tecnologias	129	51,0
Ciências Socioeconómicas	39	15,4
Línguas e Humanidades	85	33,6
Total	253	100

Fonte: DGEEC

CP

Os **CP** constituem uma alternativa de formação de nível secundário, caracterizada por uma ligação estreita ao contexto laboral e pela obtenção de uma dupla certificação — escolar (nível secundário) e profissional (nível 4). Esta via profissionalizante visa preparar os jovens para a integração no mercado de trabalho, através do desenvolvimento de competências e conhecimentos técnicos que lhes permitam responder de forma eficaz às exigências e dinâmicas do setor profissional. A análise da **Tabela 26** evidencia que a oferta de ensino secundário profissional no concelho da Lousã no ano letivo 2023/24 é maioritariamente assegurada pela rede privada, que concentrava 74,8% dos alunos inscritos, correspondendo a 202 estudantes, enquanto a rede pública representava 25,2%, com 68 alunos. Na **rede pública**, a **ES da Lousã** apresenta uma distribuição assimétrica entre os cursos, destacando-se o curso de Técnico/a de Eletrónica, Automação e Computadores, com 49 alunos (18,2%), face ao curso de Técnico/a de Gestão, que reúne 19 alunos (7,0%). Por sua vez, **na rede privada**, a **Escola Profissional da Lousã** concentra um número significativo de alunos em todos os cursos ministrados, com particular destaque para os cursos de Técnico/a de Multimédia (21,5%) e Técnico/a de Desporto (21,1%), seguidos de Técnico/a de Comunicação - Marketing, Relações-Públicas e Publicidade (17,0%) e de Programador/a de Informática (15,2%). No seu conjunto, os dados confirmam o papel determinante da iniciativa privada na oferta profissionalizante do concelho, contribuindo de forma decisiva para a diversificação da formação ao nível do ensino secundário, em complementaridade com a rede pública.

Tabela 26. Número de estudantes inscritos no ensino secundário (CP) por curso da Lousã, em 2023/24

Natureza	Estabelecimento	Curso	N.º de jovens	
			n.º	%
Público	ES da Lousã	Técnico/a de Eletrónica, Automação e Computadores	49	18,2
		Técnico/a de Gestão	19	7,0
	Total (Rede pública)		68	25,2
Privado independente	Escola Profissional da Lousã	Programador/a de Informática	41	15,2
		Técnico/a de Comunicação - Marketing, Relações-Públicas e Publicidade	46	17,0
		Técnico/a de Desporto	57	21,1
		Técnico/a de Multimédia	58	21,5
	Total (Rede privada)		202	74,8
Total CP			270	100

Fonte: DGEEC

STATUS - Escola Profissional da Lousã

A **Tabela 27** retrata a evolução da procura pelos cursos profissionais da **Escola Profissional da Lousã** entre os anos letivos de 2019/20 e 2023/24, evidenciando a sua relevância no reforço e na diversificação da oferta profissionalizante do concelho e da região. Ao longo do período em análise, observa-se um crescimento sustentado da procura, confirmando a crescente atratividade desta via formativa.

O número total de alunos inscritos aumentou de 150 para 202, o que corresponde a um acréscimo global de 34,7%, refletindo o fortalecimento do posicionamento da escola no contexto educativo local. Entre os **cursos ministrados**, destaca-se o de **Programador/a de Informática**, que apresenta a evolução mais expressiva, passando de 7 alunos em 2019/2020 para 41 em 2023/24. Os cursos de **Técnico/a de Multimédia e de Técnico/a de Comunicação - Marketing, Relações-Públicas e Publicidade** registam igualmente uma trajetória globalmente positiva, com aumentos consistentes da procura, apesar de algumas oscilações intermédias. Por sua vez, o curso de **Técnico/a de Desporto** mantém níveis de procura elevados e relativamente estáveis ao longo dos cinco anos analisados, evidenciando uma procura consolidada.

No último ano letivo, a variação global positiva de 8,0% face a 2022/23 reforça a tendência recente de crescimento deste estabelecimento de ensino.

Tabela 27. Evolução da procura pelos CP da Escola Profissional da Lousã entre 2019/20 e 2023/24

Curso	Anos letivos					Var. (%)	
	19/20	20/21	21/22	22/23	23/24	22/23-23/24	19/20-23/24
Programador/a de Informática	7	21	31	39	41	5,1	485,7
Técnico/a de Comunicação - Marketing, Relações-Públicas e Publicidade	42	32	31	40	46	15,0	9,5
Técnico/a de Desporto	54	57	57	55	57	3,6	5,6
Técnico/a de Multimédia	47	51	53	53	58	9,4	23,4
Total	150	161	172	187	202	8,0	34,7

Fonte: DGEEC

6.4.3. Indicadores de empregabilidade dos CP

De acordo com o **Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para o Ensino e Formação Profissional**⁵³, as escolas devem acompanhar o percurso dos

⁵³ <https://www.dgert.gov.pt/eqavet-quadro-de-referencia-europeu-de-garantia-da-qualidade-para-o-ensino-e-formacao-profissional/>

diplomados dos cursos profissionais pelo menos um ano após a conclusão do curso. Este acompanhamento incide sobre a situação profissional (trabalho por conta de outrem, trabalho por conta própria, procura ativa de emprego ou estágio profissional) e/ou académica (prosseguimento de estudos no ensino pós-secundário ou superior, outras situações ou situação desconhecida).

No que respeita ao **AE da Lousã**, é de referir que a monitorização⁵⁴ do percurso dos diplomados nos últimos cinco anos e a previsão para os ciclos de formação em curso ou programados encontram-se em atualização.

A informação disponível relativamente aos indicadores de empregabilidade dos diplomados dos cursos profissionais do AE da Lousã respeita aos ciclos de formação 2017/2020 e 2018/2021 (**Quadro 11**). A taxa de empregabilidade registada nos dois ciclos formativos apresenta diferenças, sendo de 82,6% em 2017/2020 e de 18,2% em 2018/2021; a taxa de procura do primeiro emprego entre os diplomados no ciclo de 2017/2020 foi de 4,3% (uma vez que a maioria se encontrava a trabalhar ou a prosseguir estudos); já a percentagem de diplomados no ciclo de 2018/2021 à procura do primeiro emprego subiu para 59,1% (dado que a taxa de empregados foi inferior à observada entre os diplomados no ciclo formativo anterior), assim como a proporção dos formados que prosseguiram estudos, que passou de 13,0% para 22,7%.

Quadro 11. Situação dos diplomados dos cursos profissionais do AE da Lousã

Ciclo de estudos	Taxa de diplomados empregados	Taxa de diplomados à procura do primeiro emprego	Alunos que abandonaram o curso antes de o concluir	Taxa de prosseguimento de estudos
2017/2020	82,6%	4,3%	7,7%	13,0%
2018/2021	18,2%	59,1%	14,2%	22,7%

Fonte: AE da Lousã

No que respeita à Escola Profissional da Lousã, a informação disponível sobre os indicadores de empregabilidade dos diplomados dos cursos profissionais reporta-se aos ciclos de formação de 2017/2020 e 2018/2021 (**Quadro 12**).

A taxa de empregabilidade registada apresenta diferenças significativas entre os dois ciclos, situando-se em 19,3% no período de 2017/2020 e aumentando para 32,6% em 2018/2021. Em sentido inverso, a taxa de diplomados à procura do primeiro

⁵⁴ Os relatórios de monitorização ficam disponíveis ao público em: <https://escolas.aglousa.com/eqavet/>

emprego diminuiu de forma expressiva, passando de 35,5% no ciclo de 2017/2020 para 2,2% em 2018/2021. Paralelamente, verificou-se um aumento muito significativo da proporção de diplomados que prosseguiram estudos, que passou de 16,1% para 47,8%.

Quadro 12. Situação dos diplomados dos cursos profissionais da Escola Profissional da Lousã

Ciclo de estudos	Taxa de diplomados empregados	Taxa de diplomados à procura do primeiro emprego	Taxa de prosseguimento de estudos	Taxa de diplomados em situação desconhecida	Taxa de diplomados noutras situações
2017/2020	19,3%	35,5%	16,1%	16,1%	12,9%
2018/2021	32,6%	2,2%	47,8%	10,9%	6,5%

Fonte: STATUS – Escola Profissional da Lousã

6.4.4. Capacidade instalada e ocupação atual dos 2.º e 3.º CEB e secundário

A análise da capacidade de resposta dos estabelecimentos de educação e ensino face ao número de alunos matriculados exige a articulação entre as características da população residente e a capacidade de acolhimento de cada escola, com base nos critérios legais de constituição de grupos e turmas.

O regime aplicável encontra-se definido no **DN n.º 10-A/2018, de 19 de junho**, na redação vigente, diploma que estabelece os limites mínimo e máximo do número de alunos que os grupos e as turmas dos diferentes níveis/ciclos de educação e de ensino podem receber. No que respeita aos 2.º e 3.º CEB e ao ensino secundário geral institui que as turmas são constituídas por um número mínimo de 24 alunos e um máximo de 28. Na circunstância de acolherem alunos com NE, cujos relatórios técnico-pedagógicos identifiquem a sua integração em turma reduzida, como medida potenciadora de aprendizagem e de inclusão, as turmas serão constituídas por 20 alunos nos 2.º e 3.º CEB e por 24 no ensino secundário geral, não podendo acolher mais de 2 nas condições atrás descritas. No que respeita aos cursos profissionais, é de referir que nos termos dos números 7 a 9 do art.º 6.º do atrás citado DN n.º 10-A/2018, de 19 de junho, as turmas do 1.º ano são constituídas por um mínimo de 22 alunos e um máximo de 28 (limites estes aplicáveis em todos os anos do ciclo de formação nos estabelecimentos integrados nos TEIP); já nos 2.º e 3.º anos, esses valores situam-se entre 24 e 30 alunos. Excecionam-se as turmas dos cursos profissionais de Música, de Interpretação e Animação Circenses, de Intérprete de Dança Contemporânea, de Cenografia, Figurinos e Adereços, de Luz, Som e Efeitos

Cénicos e de Técnico/a de Produção e Tecnologias da Música, da Área de Educação e Formação de Artes do Espetáculo, em que o limite mínimo é de 14 alunos. Diga-se, por fim, que o n.º 11 do art.º 6.º do mesmo Despacho, determina que, em se tratando de turmas que acolham alunos com NE, em cujos relatórios técnico-pedagógicos seja identificada a sua integração em turma reduzida como medida de acesso à aprendizagem e à inclusão, serão constituídas por 20 alunos, não podendo incluir mais de 2 nessas condições. Para efeitos de análise da capacidade instalada nos equipamentos escolares que asseguram a oferta dos **2.º e 3.º CEB** e do **ensino secundário**, a taxa de ocupação foi calculada com base no intervalo entre 24 e 28 alunos por turma, não se considerando as situações excecionais, dada a sua variabilidade e imprevisibilidade. O cálculo teve ainda como referência o número total de salas por estabelecimento, independentemente de estarem efetivamente em uso no ano letivo analisado, assumindo-se que cada sala comporta até 28 alunos. Importa, no entanto, referir que, embora os alunos abrangidos por medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão estejam incluídos no total de matriculados, não foram consideradas as implicações dessas medidas na redução da capacidade efetiva por sala, o que poderá conduzir a uma sobrevalorização das taxas de ocupação.

A **Tabela 28** evidencia uma utilização moderada dos estabelecimentos com 2.º e 3.º CEB e ensino secundário do **AE da Lousã**, no ano letivo de 2023/24. A taxa média de ocupação é de 74,2% no cenário de 24 alunos por turma, reduzindo-se para 63,6% quando considerado o limite de 28, o que confirma a existência de capacidade disponível. Entre os estabelecimentos, a EB n.º 1 da Lousã apresenta os níveis de ocupação mais elevados, enquanto a ES da Lousã regista valores intermédios. Por outro lado, a EB n.º 2 da Lousã evidencia as taxas mais baixas. Globalmente, a rede revela-se equilibrada, embora com diferenças na pressão da procura entre escolas.

Tabela 28. Taxa de ocupação dos estabelecimentos com 2.º e 3.º CEB e/ou secundário do AE da Lousã, no ano letivo e 2023/24

Estabelecimento	N.º de salas	Capacidade máxima	Turmas	N.º de alunos	Taxa de ocupação	
					24 alunos/sala	28 alunos/sala
EB n.º 1 da Lousã	18	504	17	347	80,3	68,8
EB n.º 2 da Lousã	13	364	9	181	58,0	49,7
ES da Lousã	34	952	29	629	77,1	66,1
Total AE	65	1820	55	1157	74,2	63,6

Fonte: AE e DGEEC

6.5. Educação e formação para adultos

O Centro de Emprego e Formação Profissional do Pinhal Interior Norte (Serviço de Emprego da Lousã)⁵⁵ desenvolve ações formativas, incluindo CA, cursos EFA, FM e FA, com o objetivo de qualificar e reforçar as competências dos trabalhadores ativos do setor público e privado no concelho. No município da Lousã, a oferta educativa inclui CP, CEF, RVCC e EFA, dinamizados pelo AE, por entidades formadoras certificadas, pela DGERT e por outras entidades promotoras (**Quadro 13**).

Os cursos EFA, os processos RVCC e FM destinam-se a público adulto e constituem percursos flexíveis, de duração variável, orientados para o desenvolvimento de competências sociais, científicas e profissionais, essenciais tanto para o exercício de uma atividade profissional como para a conclusão da escolaridade básica ou secundária.

Quadro 13. Oferta educativa disponível por entidades formadoras

Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã - ARCIL	
- Desenvolvimento pessoal	- Floricultura e jardinagem
- Comércio	- Silvicultura e caça
- Construção e reparação de veículos a motor	- Serviços de apoio a crianças e jovens
- Materiais (indústrias da madeira, cortiça, papel, plástico, vidro e outros)	- Trabalho social e orientação
- Produção agrícola e animal	- Hotelaria e Restauração
- Cuidados de Beleza	
CWA, Lda.	
- Comércio	- Informática na ótica do utilizador
- Contabilidade e fiscalidade	

Fonte: Município da Lousã e DGERT

É importante destacar que a oferta destes cursos não é constante ao longo dos anos letivos analisados, uma vez que nem todas as entidades as disponibilizam em todos os períodos. Relativamente às FM, verifica-se que apenas no ano letivo de 2023/24 foram lecionadas pela Escola Profissional da Lousã, contando com a participação de um único aluno. Nos anos anteriores não se registou a oferta desta formação, evidenciando uma interrupção ou ausência do curso nos períodos letivos precedentes.

⁵⁵ <https://iefp.pt/centroemprego?id=275035>

Os cursos EFA foram dinamizados pelo Centro de Emprego e Formação Profissional do Pinhal Interior Norte (Lousã) e também pela Associação Concretizar (Lousã) em 2020/21 e 2022/23. A oferta de cursos EFA apresenta-se irregular ao longo dos anos, com algumas formações a ocorrerem apenas em anos pontuais. Destaca-se o curso de Técnico/a Auxiliar de Saúde, que registou o maior número de participantes num único ano (42). Esta variação reflete a adaptação das entidades formadoras à procura existente. Em 2023/24 registou-se um total de 96 alunos nesta modalidade de ensino (**Figura 70**).

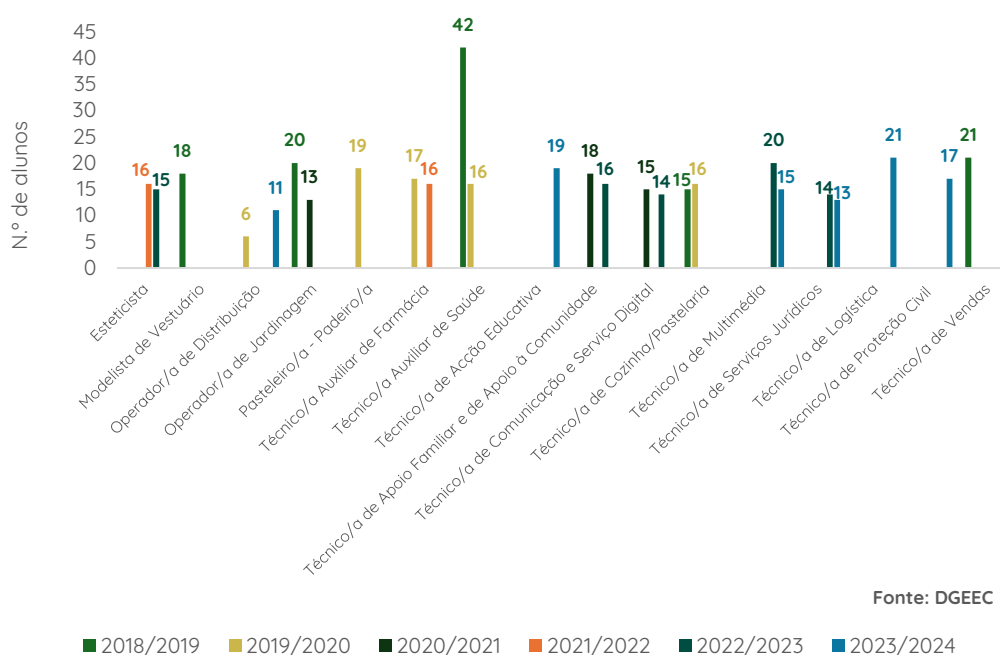


Figura 70. Evolução do número de formandos nos cursos EFA, por curso, na Lousã

A **Escola Profissional da Lousã** dispõe de um **Centro Qualifica**⁵⁶, especializado na qualificação de adultos e no desenvolvimento de processos de RVCC (**Tabela 29**). A evolução da procura por este tipo de processos, entre os anos letivos de 2019/20 e 2023/24, evidencia um comportamento irregular.

Após uma ligeira diminuição nos primeiros anos do período em análise, a procura registou um crescimento muito significativo em 2021/22 e, sobretudo, em 2022/23, ano em que atingiu o valor máximo de 161, impulsionado maioritariamente pelos processos de nível secundário. Em 2023/24 verifica-se, contudo, uma quebra, com o total a descer para 67, aproximando-se dos valores registados no início do período analisado.

⁵⁶ <https://www.centroqualifica.pt/rvcc.html>

Tabela 29. Evolução da procura dos processos RVCC na Escola Profissional da Lousã (2019/20-2023/24)

Oferta		Anos letivos				
		19/20	20/21	21/22	22/23	23/24
RVCC	1.º CEB	-	-	1	-	-
	2.º CEB	-	-	17	8	4
	3.º CEB	16	20	20	30	4
	Secundário	59	49	80	123	59
	Total	75	69	118	161	67

Fonte: DGEEC

6.5.1. Outros percursos (formação superior)

O ensino superior assume um papel fundamental no desenvolvimento das competências avançadas necessárias à valorização do capital humano e à promoção da inovação, sendo igualmente determinante nas dinâmicas socioeconómicas regionais. Dessa forma, importa compreender como este nível de ensino se insere na realidade local do município da Lousã (**Quadro 14**).

O Instituto Politécnico de Coimbra (IPC) inaugurou, a 4 de junho de 2024, as novas instalações da Lousã Green School, um polo que funciona como hub de formação na área das operações florestais e do desenvolvimento sustentável. Desde a abertura do estabelecimento de ensino, vem decorrendo a lecionação de Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP), Pós-Graduações e Microcredenciações, com a colaboração das unidades orgânicas do IPC.

Quadro 14. Formação superior no município da Lousã

Unidade orgânica de ensino	Ano letivo	Designação do Curso	Número de matriculados	Número de diplomados
ESTGOH	2022/23	Pós-Graduação em Cadastro Predial (Tipologia B)	21	20
		Pós-Graduação em Cadastro Predial (Tipologia E)	17	17
	2023/24	Pós-Graduação em Cadastro Predial (Tipologia E)	60	59
		Pós-Graduação em Cadastro Predial (Tipologia E) - 2.º edição	60	59
		Microcredenciação em Regime Jurídico do Cadastro Predial	22	22
		Pós-Graduação em Cadastro Predial (Tipologia B)	17	17
	2024/25	Pós-Graduação em Cadastro Predial (Tipologia E)	30	29
		Pós-Graduação em Cadastro Predial (Tipologia B)	30	30
		Pós-Graduação em Cadastro Predial (Tipologia E) - 2.º edição	28	28
	ISEC	2023/24	CTeSP de Redes e Sistemas Informáticos	17
2024/25		CTeSP de Redes e Sistemas Informáticos	21	-
Total			323	292

Fonte: Município da Lousã

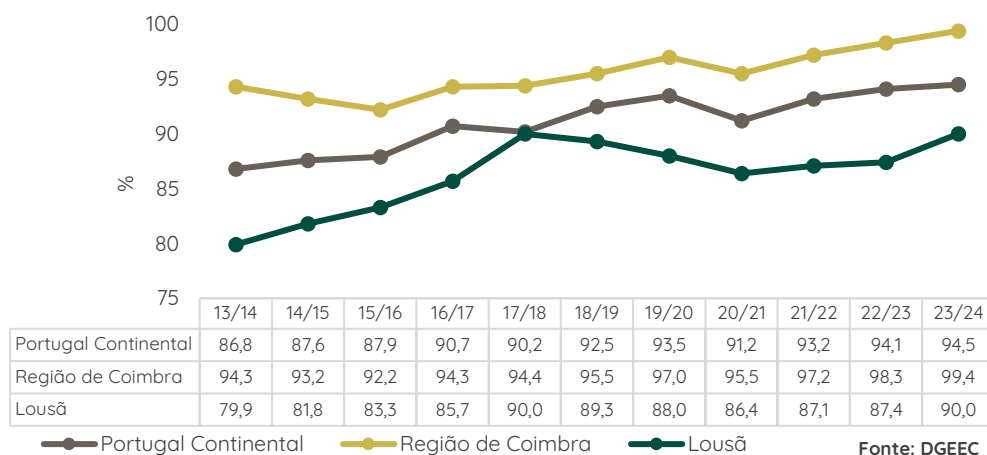
7. SUCESSO EDUCATIVO

O sucesso escolar no município é analisado com base em indicadores que permitem aferir a eficácia e a qualidade dos percursos educativos dos alunos. Para esse efeito, são considerados os resultados da avaliação externa, nomeadamente as provas e exames nacionais, enquanto medida objetiva do desempenho académico, assim como os indicadores de retenção e desistência, que oferecem uma perspetiva complementar sobre a continuidade e o aproveitamento dos alunos no sistema educativo. Esta abordagem integrada possibilita a identificação de padrões de sucesso e de fragilidade ao longo do percurso escolar, contribuindo para a definição de medidas de melhoria e estratégias de intervenção ajustadas às dinâmicas e necessidades específicas do território.

7.1. Escolarização

7.1.1. Taxa real de escolarização

Na Lousã, a **taxa real de pré-escolarização**⁵⁷, aumentou até 2017/18 e de 2020/21 em diante, mas foi sempre **inferior** ao das restantes unidades geográficas de referência. No último ano letivo em análise, o município registou uma taxa de 90% (Figura 71).



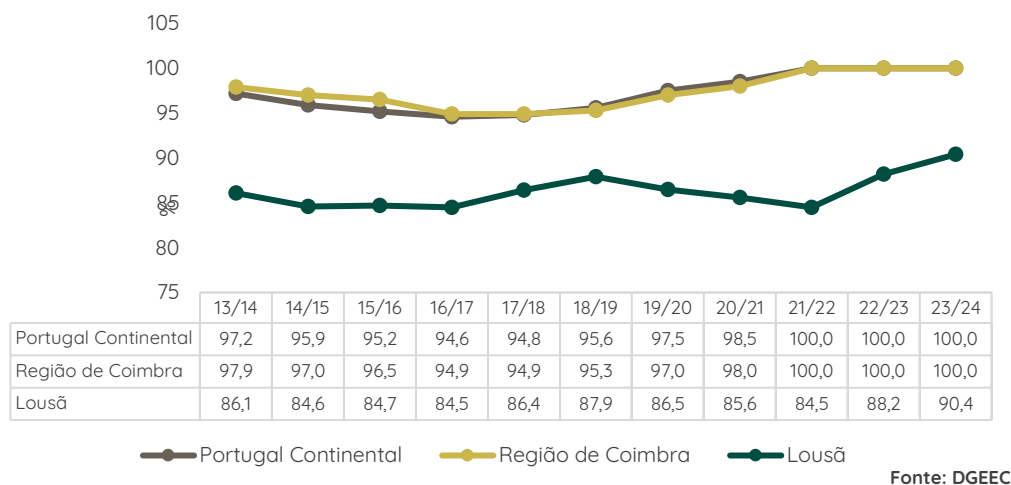
**Aumento da
taxa real de
escolarização
na EPE**

Figura 71. Evolução da taxa real de pré-escolarização, por localização geográfica (2013/14-2023/24)

No que respeita à **taxa real de escolarização do 1.º CEB** observada no concelho é de referir, que no período em análise, apresentou sempre valores inferiores aos das

⁵⁷ A taxa real de escolarização é a relação percentual entre o número de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, em idade normal de frequência desse ciclo, e a população residente dos mesmos níveis etários. IN: https://pessoas2030.gov.pt/wp-content/uploads/sites/19/2023/08/EducacaoEmNumeros_2023.pdf

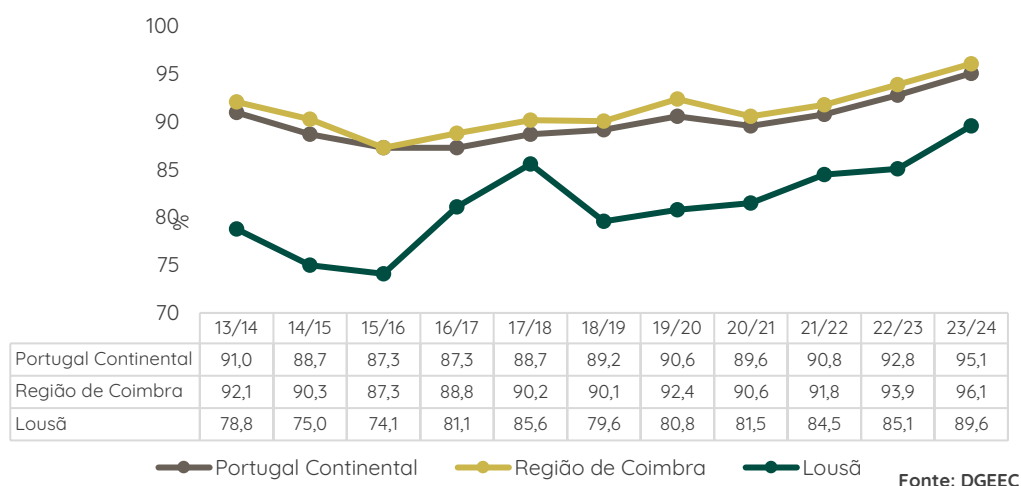
restantes unidades geográficas de referência. Em 2023/24, o município registou uma taxa de 90,4% (**Figura 72**).



Taxa real de escolarização no 1.º CEB inferior às unidades de referência

Figura 72. Evolução da taxa real de escolarização no 1.º CEB, por localização geográfica (2013/14-2023/24)

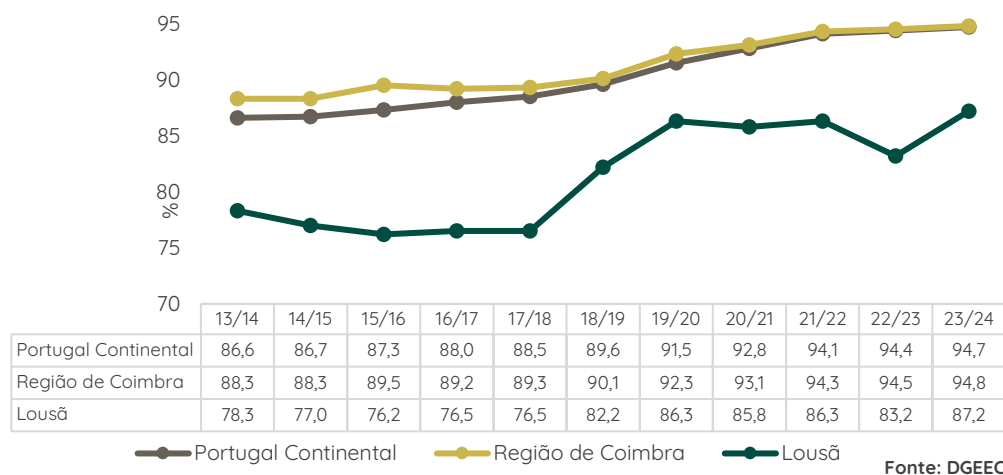
Relativamente à **taxa real de escolarização do 2.º CEB** na Lousã, observa-se, ao longo do período analisado, uma tendência global de crescimento, embora marcada por algumas oscilações. Apesar desta evolução positiva, os valores registados mantiveram-se sempre inferiores aos das unidades territoriais de comparação. No ano letivo de 2023/24, a taxa real de escolarização atingiu os 89,6% (**Figura 73**).



Aumento da taxa real de escolarização do 2.º CEB

Figura 73. Evolução da taxa real de escolarização no 2.º CEB, por localização geográfica (2013/14-2023/24)

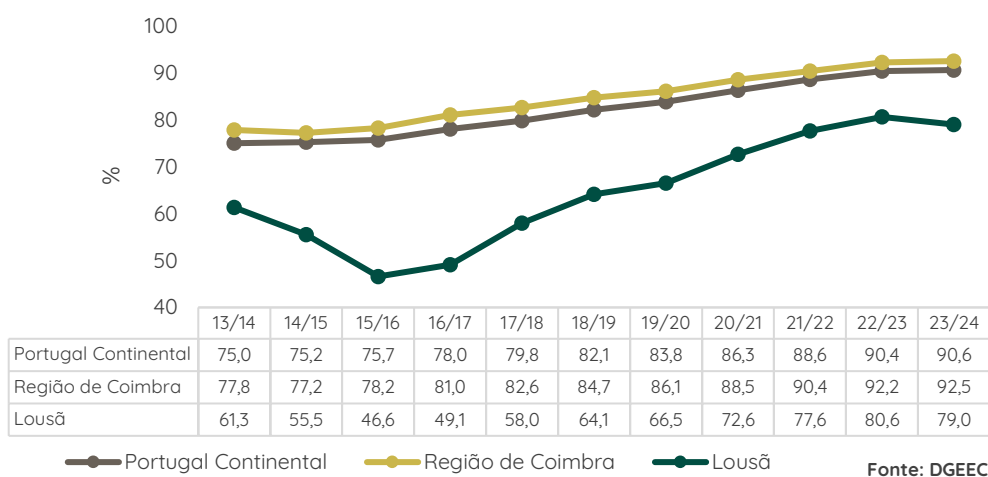
Analisando o mesmo indicador, para o **3.º CEB**, verificou-se um crescimento, até 2021/22, seguido de diminuição no ano letivo seguinte, voltando a aumentar para 87,2% em 2023/24. No sentido inverso, as restantes unidades de referência mantiveram um aumento contínuo registando valores sempre acima daqueles que se observaram para o município (**Figura 74**).



Aumento da taxa real de escolarização do 3.º CEB, até 2023/24

Figura 74. Evolução da taxa real de escolarização no 3.º CEB, por localização geográfica (2013/14-2023/24)

Por fim, no que respeita à **taxa real de escolarização do ensino secundário**, registou-se na Lousã uma diminuição até ao ano letivo de 2015/2016, seguida de um crescimento contínuo até ao final do período analisado, atingindo 79%. Nas restantes unidades geográficas de referência, a evolução foi marcada por um aumento progressivo ao longo de todo o intervalo considerado (**Figura 75**).



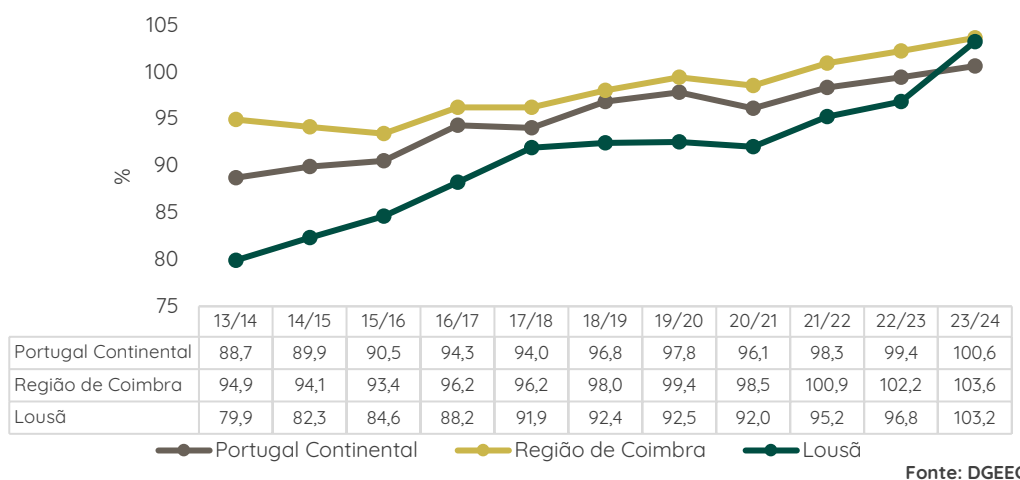
Aumento da taxa real de escolarização do ensino secundário, desde 2015/2016

Figura 75. Evolução da taxa real de escolarização no ensino secundário, por localização geográfica (2013/14-2023/24)

No que concerne à **taxa bruta de pré-escolarização**⁵⁸ do município, observa-se um crescimento no período analisado, terminando com 103,2%. Nas restantes unidades geográficas o cenário foi semelhante, mas os valores apresentados foram sempre

⁵⁸ Proporção da população residente que está a frequentar um grau de ensino, relativamente ao total da população residente do grupo etário correspondente às idades normais de frequência desse grau de ensino. IN: www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0003915&lingua=PT

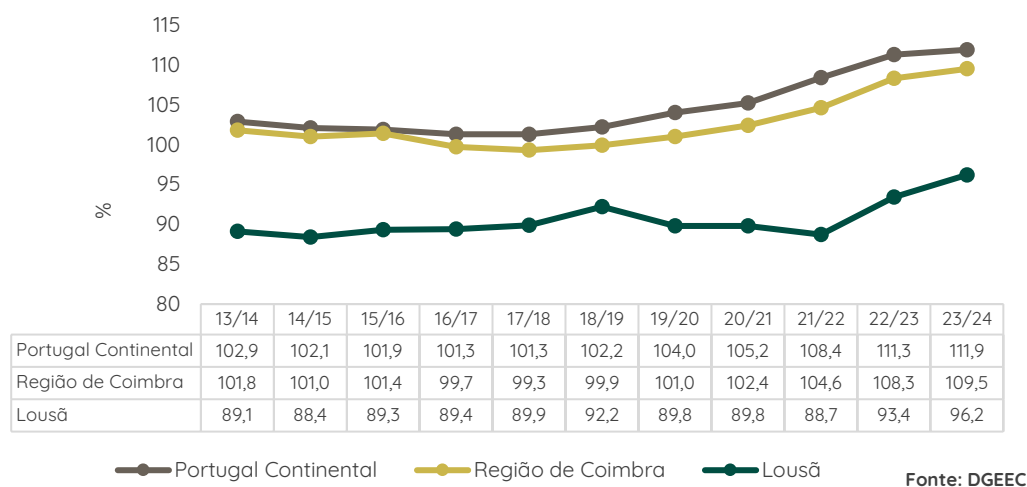
superiores, exceto no último ano letivo em que superou Portugal Continental (**Figura 76**).



Aumento da taxa bruta de escolarização da EPE

Figura 76. Evolução da taxa bruta de pré-escolarização, por localização geográfica (2013/14-2023/24)

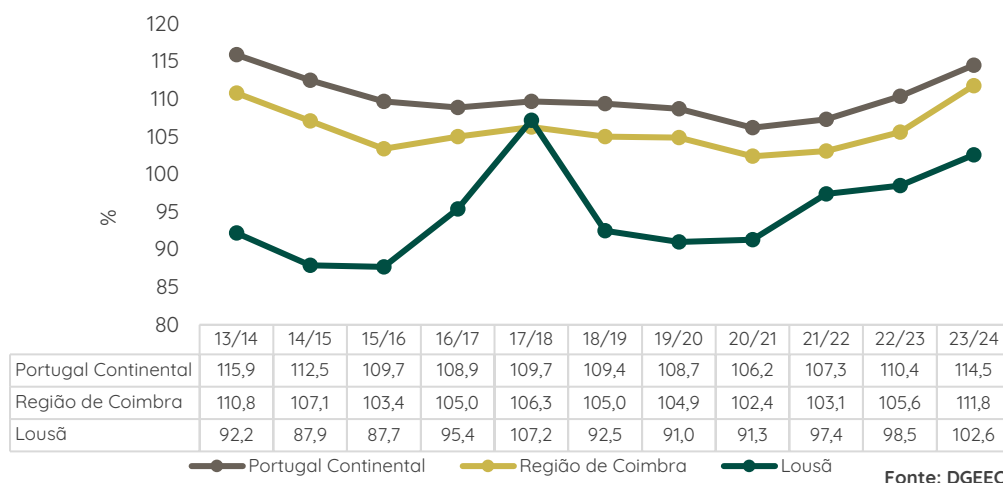
Globalmente a **taxa bruta de escolarização no 1.º CEB**, no município aumentou, tal como nas restantes unidades geográficas. No ano letivo de 2023/24 o município da Lousã atingiu 96,2%. Quando comparada com as restantes unidades geográficas, o município assinalou valores inferiores no período analisado (**Figura 77**).



Aumento da taxa bruta de escolarização do 1.º CEB

Figura 77. Evolução da taxa bruta de escolarização no 1.º CEB, por localização geográfica (2013/14-2023/24)

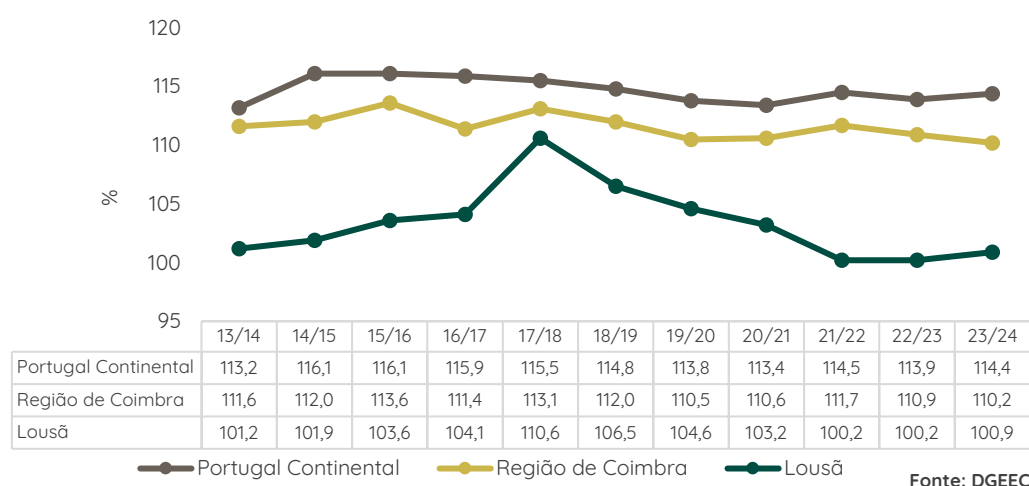
No que se refere à **taxa bruta de escolarização no 2.º CEB**, os valores oscilaram bastante no período em análise e mantiveram-se sempre inferiores aos das restantes unidades, com exceção de 2017/2018 em que o município registou um valor superior ao da Região de Coimbra. Em 2023/24 o município da Lousã tinha uma taxa bruta de escolarização de 102,6% (**Figura 78**).



Aumento da taxa bruta de escolarização do 2.º CEB

Figura 78. Evolução da taxa bruta de escolarização no 2.º CEB, por localização geográfica (2013/14-2023/24)

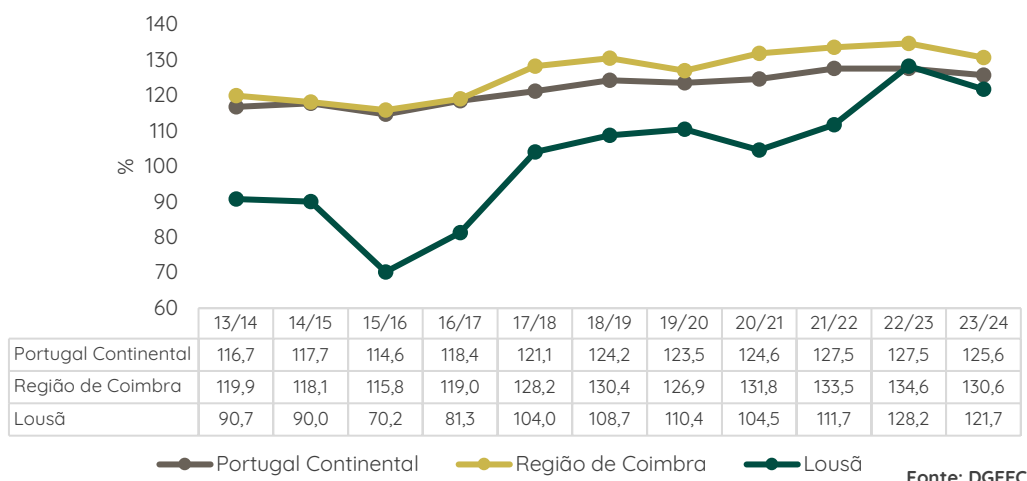
A **taxa bruta de escolarização do 3.º CEB** tem vindo a **diminuir** desde o ano letivo **2017/2018**, mantendo-se **abaixo dos valores** registados nas restantes unidades geográficas. Apesar desta tendência, em 2023/24, o município da Lousã registou uma taxa de **100,9%** (**Figura 79**).



Estabilização da taxa bruta de escolarização do 3.º CEB, nos últimos 3 anos letivos

Figura 79. Evolução da taxa bruta de escolarização no 3.º CEB, por localização geográfica (2013/14-2023/24)

A **taxa bruta de escolarização do ensino secundário** na Lousã registou uma queda até 2015/2016, seguida de um aumento, atingindo 121,7% no último ano letivo analisado. Comparativamente às unidades de referência, os valores do município mantiveram-se sempre inferiores, exceto em 2023/24, quando ultrapassaram os de Portugal Continental (**Figura 80**).



A taxa bruta de escolarização do ensino secundário superou o valor de Portugal, em 2022/23

Figura 80. Evolução da taxa bruta de escolarização no ensino secundário, por localização geográfica (2013/14-2023/24)

7.2. Transição e conclusão

A **taxa de transição/conclusão**⁵⁹ registou uma evolução positiva em todos os níveis de ensino ao longo da última década (Figura 81). No **1.º CEB**, observou-se um aumento consistente e gradual desde 2013/14 até 97,7% em 2023/24. Tendência semelhante verificou-se no **2.º CEB**, onde a taxa cresceu para 96,2%, refletindo uma melhoria significativa dos resultados académicos. No **3.º CEB**, a progressão foi ainda mais expressiva, passando de 82,5% para 96,7%. Também no **ensino secundário** se registou uma evolução assinalável, com a taxa a aumentar de 80,3% para 93,5%.

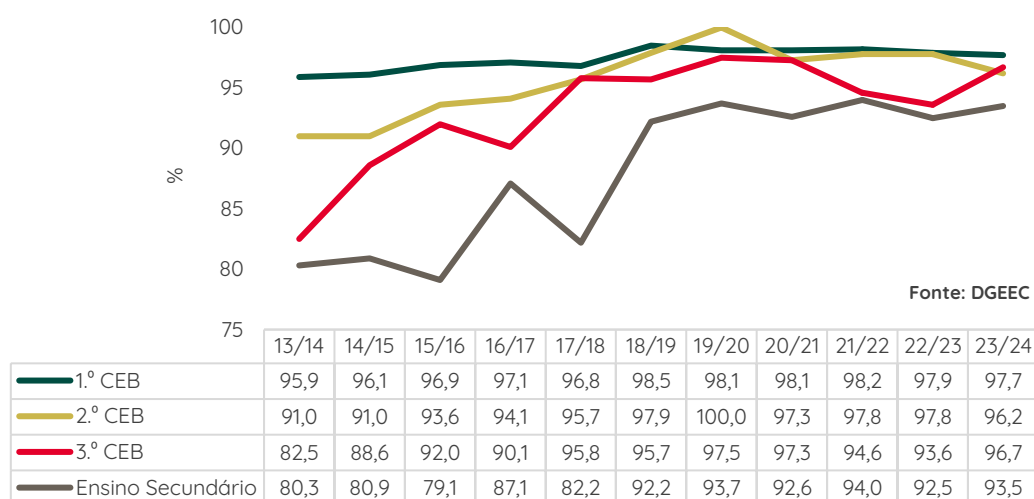


Figura 81. Evolução da taxa de transição/conclusão, por ciclo de estudos e ano letivo, na Lousã

⁵⁹ Percentagem de alunos de um dado nível de ensino que, no final do ano letivo, obtêm aproveitamento (ou seja, podem transitar para o ano de escolaridade seguinte) a dividir pelos alunos matriculados no referido nível de ensino, nesse ano letivo, IN: www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0007821&lingua=PT

7.3. Retenção e desistência

Quanto às taxas de retenção/desistência⁶⁰ (Figura 82), no município da Lousã, observa-se, ao longo do período analisado, uma tendência global de diminuição em todos os ciclos de ensino. No ano letivo de 2023/24, o ensino secundário apresentou a taxa mais elevada, fixando-se nos 6,5%, enquanto o 1.º CEB registou o valor mais baixo, com 2,3%, refletindo níveis de retenção mais reduzidos nos primeiros anos de escolaridade.

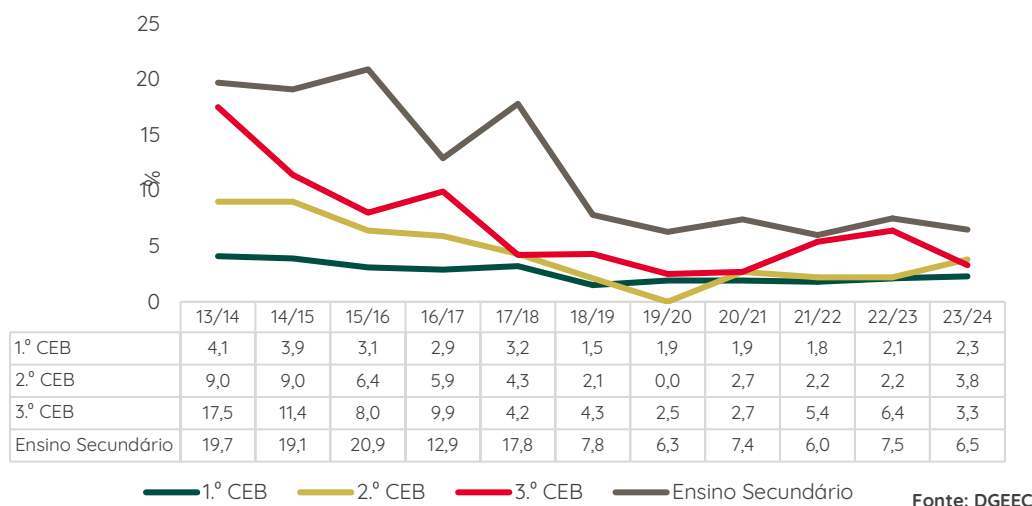


Figura 82. Evolução da taxa de retenção/desistência, por ciclo de estudos e ano letivo, na Lousã

7.4. Avaliação externa: resultados escolares

A realização de provas e exames nacionais – aplicados anualmente e avaliados com base em critérios de classificação comuns – permite uma avaliação externa regular do desempenho escolar dos alunos e das próprias escolas, constituindo, assim, um instrumento privilegiado de monitorização das aprendizagens e do próprio sistema educativo.

Segundo o **DL n.º 55/2018, de 6 de julho**, na redação em vigor, a avaliação das aprendizagens nos **ensinos básico**⁶¹ e **secundário**⁶² compreende a realização de:

⁶⁰ Percentagem de alunos de um dado nível de ensino que permanecem, por razões de insucesso ou de tentativa voluntária de melhoria de qualificações, no mesmo ano de escolaridade a dividir pelos alunos matriculados no referido nível de ensino, nesse ano letivo, IN: www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0003891&lingua=PT

⁶¹ Regulamentada pela Portaria n.º 223-A/2018, de 3 de agosto (<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/223-a-2018-115886163>)

⁶² Regulamentada pela Portaria n.º 226-A/2018, de 7 de agosto (<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/226-a-2018-115941646>) e pelo Despacho Normativo n.º 10-A/2021, de 22 de março (<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho-normativo/10-a-2021-159994003>)

provas de aferição (nos 1.º, 2.º e 3.º CEB), provas de final de ciclo (no ensino básico) e exames finais nacionais (no ensino secundário).

No que diz respeito à **população estudantil afeta ao município da Lousã**, a **Tabela 30** representa as classificações médias obtidas nas provas finais do 3.º CEB nas disciplinas de Português e Matemática, realizadas em 2019 e no período compreendido entre 2022 e 2024. Tal como em outros contextos nacionais, não há dados disponíveis para os anos de 2020 e 2021, devido à interrupção dos exames provocada pela pandemia de COVID-19.

Em 2024, na disciplina de **Português**, os alunos da **EB n.º 1 da Lousã** obtiveram uma média de **50,8%**, abaixo da média nacional (**58,4%**). Já os alunos da **ES da Lousã** registaram uma média de **56,6%**, valor também inferior ao nacional, mas mais próximo da média do país. Na disciplina de **Matemática**, os resultados de 2024 evidenciam um contraste mais significativo entre as duas escolas do município: a **ES da Lousã** destacou-se com uma média de **63,7%**, superando claramente a média nacional (**49,9%**). Por sua vez, a **EB n.º 1 da Lousã** alcançou **50,3%**, ligeiramente acima da média do país. O cenário demonstra um desempenho sólido da **ES da Lousã** em Matemática no ano de 2024, enquanto os resultados em Português, embora razoáveis, ficaram aquém da média nacional em ambas as escolas analisadas.

Tabela 30. Classificações (escala de 0 a 100%) médias das provas de final de ciclo (9.º ano), no município da Lousã

Unidades geográficas	Português – 3.º CEB						Matemática – 3.º CEB					
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2019	2020	2021	2022	2023	2024
EB n.º 1 da Lousã	54,6			46,2	55,0	50,8	54,3			47,4	39,4	50,3
ES da Lousã	61,4			51,9	53,9	56,6	52,1			46,1	35,8	63,7
Portugal	59,7	-	-	54,8	59,9	58,4	54,1	-	-	45,4	42,6	49,9

Fonte: DGE

No que respeita às classificações dos exames nacionais do 12.º ano nas disciplinas de Português e Matemática A, realizados em 2024, os alunos da **ES da Lousã** alcançaram uma média de 113,2 pontos em Português e de 112,0 pontos em **Matemática A**. Importa salientar que, nesse ano, a média obtida em **Português** ficou ligeiramente abaixo do valor nacional, fixado em 114,7 pontos, enquanto em Matemática A, a escola apresentou um desempenho superior à média nacional, que se situou nos 111,4 pontos (**Tabela 31**).

Estes resultados evidenciam um desempenho particularmente positivo da **ES da Lousã** na disciplina de Matemática A, contrastando com uma prestação globalmente equilibrada, embora marginalmente inferior, na disciplina de Português.

Tabela 31. Classificações (escala de 0 a 200) médias dos exames nacionais (12.º ano), no município da Lousã

Unidades geográficas	Português						Matemática A					
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2019	2020	2021	2022	2023	2024
ES da Lousã	113,0	114,0	110,3	106,8	112,0	113,2	109,6	144,0	104,9	129,2	115,5	112,0
Portugal	107,6	117,6	119,2	112,1	107,6	114,7	101,0	130,3	102,8	114,0	101,0	111,4

Fonte: DGE

7.5. Situação do município face às metas da atual política governamental

Conforme referido no **guião para a elaboração das Cartas Educativas**, “qualquer programa educacional assume como objetivo central o envolvimento dos Agrupamentos de Escolas, Escolas não Agrupadas e respetivas comunidades educativas na concretização dos compromissos nacionais e internacionais em matéria de política educativa.” Esta orientação assenta em **princípios de convergência internacional**, com destaque para o **Quadro Estratégico para a Europa 2030** e o **Projeto Metas Educativas 2021**, da **Organização dos Estados Ibero-Americanos**. Neste contexto, a **definição de metas** e a respetiva **monitorização** constituem instrumentos essenciais para alinhar a **ação local** com esses compromissos estratégicos.

Para esse efeito, foram definidos **dois indicadores-chave**:

- Os **resultados nas provas nacionais** (provas de 9.º ano e exames de Português e Matemática A do 12.º ano);
- As **taxas de retenção e desistência** ao longo da escolaridade.

Dado que estes indicadores já foram analisados, apresenta-se de seguida um quadro síntese (**Quadro 15**) com as metas estabelecidas pelo Município.

Quadro 15. Indicadores relativos às provas e exames nacionais e às taxas de retenção e desistência, no ano letivo 2023/24

Indicador			Média nacional	Município	Meta a 5 anos
Provas finais 9.º ano (%)	EB n.º 1 da Lousã	Português	58,4	50,8	Melhorar os resultados obtidos e atingir a média nacional
		Matemática	49,9	50,3	Consolidar os bons resultados e manter-se acima da média nacional
	ES da Lousã	Português	58,4	56,6	Melhorar os resultados obtidos e atingir a média nacional
		Matemática	49,9	63,7	Consolidar os bons resultados e manter-se acima da média nacional
Exames nacionais secundário	ES da Lousã	Português	114,7	113,2	Melhorar os resultados obtidos e atingir a média nacional
		Matemática A	111,4	112,0	Consolidar os bons resultados e manter-se acima da média nacional
Taxa de retenção e desistência (%)	Ensino Básico	1.º CEB	1,9	2,3	Atingir os valores a nível nacional no 1.º e 2.º CEB e consolidar o valor no 3.º CEB
		2.º CEB	3,6	3,8	
		3.º CEB	6,2	3,3	
	Ensino Secundário		9,8	6,5	Alcançar uma média abaixo dos 5%

Fonte: DGE, DGEEC e AE

8. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva constitui uma missão central dos sistemas educativos a nível global, refletindo o compromisso de responder à diversidade das necessidades de todos os alunos. Assenta em três dimensões fundamentais: a ética, que consagra princípios e valores; a política, que orienta a ação das escolas e comunidades; e a pedagógica, que define práticas de ensino. Neste sentido, assume-se como fator determinante para o sucesso escolar e para a construção de territórios verdadeiramente inclusivos. Neste enquadramento, o presente capítulo caracteriza os alunos que beneficiam de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, com base em indicadores recolhidos no Município da Lousã durante o ano letivo de 2023/24.

O **DL n.º 54/2018, de 6 de julho** alterado pela **Lei n.º 116/2019, de 13 de setembro**,⁶³ e pelo **DL n.º 62/2023, de 25 de julho**,⁶⁴ definiu princípios e normas a aplicar por todos os estabelecimentos educacionais das redes pública, privada, cooperativa e solidária. Assim, a comunidade educativa deve reconhecer e valorizar a diversidade das crianças e jovens, adotando práticas inovadoras, ajustando o ensino às necessidades de cada aluno e mobilizando os recursos indispensáveis para garantir a plena aprendizagem e participação.

Neste quadro, a educação inclusiva procura promover a igualdade de oportunidades, o sucesso educativo e a capacidade de resposta à diversidade de necessidades, através de uma abordagem multinível sustentada em medidas integradas de suporte à aprendizagem. Valoriza-se o desenho universal para a aprendizagem, privilegiando ambientes acessíveis e eficazes para todos.

Em articulação com o **Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória**, que deve ser alcançável por todos, ainda que através de percursos diferenciados, esta visão integrada, holística e contínua do percurso escolar implica redefinir responsabilidades e competências das equipas multidisciplinares, no que respeita à identificação, aplicação e monitorização das medidas. Neste processo, destaca-se o acompanhamento da sua eficácia e o envolvimento ativo de todos os agentes educativos, assegurando a consolidação de uma escola inclusiva e democrática.

⁶³ <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/21-2008-249230>

⁶⁴ <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/62-2023-216154388>

8.1. Recursos específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão

No âmbito do **DL n.º 54/2018, de 6 de julho**, na redação atual⁶⁵ concretizam-se, a nível escolar, os recursos que asseguram a efetivação da educação inclusiva. Para dar resposta à diversidade de necessidades dos alunos, cada estabelecimento de ensino deve constituir uma equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva (EMAEI), responsável pela definição, aplicação, acompanhamento e avaliação das medidas de suporte à aprendizagem.

Assim, esta equipa multidisciplinar integra⁶⁶:

- ✓ Elementos permanentes (1 docente que coadjuva o diretor, 1 docente de educação especial, 3 membros do conselho pedagógico com funções de coordenação pedagógica de diferentes níveis de educação e ensino, e 1 psicólogo);
- ✓ Elementos variáveis (docente titular de grupo/turma ou o diretor de turma do aluno, outros docentes do aluno, técnicos do Centro de Recursos para a Inclusão e outros técnicos que intervêm com o aluno).

Para além destas equipas, estão ainda previstos outros **recursos específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão**, nomeadamente:

- Centros de apoio à aprendizagem (CAA)⁶⁷;
- Escolas de referência do domínio da visão⁶⁸;
- Escolas de referência para a educação bilingue⁶⁹;
- Escolas de referência para a Intervenção Precoce na Infância (IPI)⁷⁰;
- Centros de Recursos de TIC para a Educação Especial (CRTIC)⁷¹;
- Centros de Recursos para a Inclusão (CRI)⁷².

⁶⁵ <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/54-2018-115652961>

⁶⁶ Visa contribuir para a igualdade de oportunidades, promoção do sucesso educativo e responder à diversidade de necessidades dos alunos. Possui como linhas orientadoras a abordagem multinível através da organização de um conjunto integrado de medidas de suporte à aprendizagem e privilegia o desenho universal para a aprendizagem na construção de ambientes de aprendizagem acessíveis e efetivos para todos os alunos. Promovendo a visão holística contemplada no Perfil do Aluno à saída da escolaridade obrigatória.

⁶⁷ www.dge.mec.pt/centro-de-apoio-aprendizagem

⁶⁸ www.dge.mec.pt/escolas-de-referencia-no-dominio-da-visao

⁶⁹ www.dge.mec.pt/escolas-de-referencia-para-educacao-bilingue

⁷⁰ www.dge.mec.pt/escolas-de-referencia-para-intervencao-precoce-na-infancia

⁷¹ https://www.dgeste.mec.pt/wp-content/uploads/2018/05/ISE_CRTIC_21_22.pdf

⁷² <https://www.dge.mec.pt/centros-de-recursos-para-inclusao-cri>

8.1.1. Recursos existentes no Município

No Município, o AE da Lousã dispõe de uma **EMAEI** e de um **CAA**, em funcionamento na escola-sede do Agrupamento. As EMAEI, de composição diversificada, asseguram uma intervenção integrada e colaborativa entre os diversos intervenientes no processo educativo, desempenhando funções de planeamento, acompanhamento e apoio à concretização da educação inclusiva. O CAA é assegurado por docentes com responsabilidades atribuídas nesta área, pelos Professores de Educação Especial em exercício no Agrupamento, bem como por psicólogos, técnicos do CRI e assistentes operacionais afetos a estas funções. No Agrupamento, existe ainda uma **Unidade de Ensino Estruturado para a Educação de Alunos com Perturbações do Espectro do Autismo** e uma **Unidade de Apoio Especializado destinada a alunos com multideficiência e surdo cegueira**, com o objetivo de promover a sua participação nas atividades curriculares, através de metodologias e estratégias de intervenção interdisciplinares. Contudo, a **Escola de referência no domínio da Visão** localiza-se no **AE Coimbra Centro**, abrangendo a EPE, o ensino básico e o ensino secundário. Relativamente às **IPI**, a referência para o Município corresponde à Equipa Local de Intervenção de Vila Nova de Poiares/Lousã, em articulação com o **CRI** da Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã (ARCIL). A **Escola de Referência para a Educação Bilingue** situa-se igualmente no **AE Coimbra Centro**, enquanto o **CRTIC** de referência para a Lousã se localiza no **AE Coimbra Sul**.

8.2. Medidas de suporte à inclusão e à aprendizagem

O antedito **DL n.º 54/2018**, de 6 de julho, conhecido como **Diploma para a Educação Inclusiva**, estabelece a necessidade de garantir a todos os alunos oportunidades de aprendizagem efetivas, promovendo uma visão abrangente da escola e do processo de ensino e aprendizagem. Reconhece-se que qualquer aluno pode necessitar, em algum momento, de **medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão**, reforçando a importância de considerar o **perfil individual de aprendizagem** e de orientar a intervenção pedagógica para a **diferenciação**.

Estas medidas visam assegurar **equidade e igualdade de oportunidades** no acesso ao currículo e na progressão escolar. Para tal, o diploma organiza as respostas numa **abordagem multinível**, estruturada em três níveis de intervenção: **universais**, **seletivas** e **adicionais**.

- **Medidas Universais (nível 1)** – aplicam-se a todos os alunos e destinam-se a promover a participação e a melhoria das aprendizagens. Incluem práticas como diferenciação pedagógica, acomodações curriculares, enriquecimento curricular, promoção de comportamentos pró-sociais e intervenções em pequenos grupos. Estas medidas não dependem da identificação de necessidades específicas e resultam de avaliações ou rastreios realizados ao longo do ano letivo.
- **Medidas Seletivas (nível 2)** – destinam-se a alunos que necessitam de apoio não garantido pelas medidas universais. Requerem a elaboração de um Relatório Técnico-Pedagógico e podem incluir percursos curriculares diferenciados, adaptações curriculares não significativas, apoio psicopedagógico, antecipação ou reforço das aprendizagens e apoio tutorial.
- **Medidas Adicionais (nível 3)** – aplicam-se a situações de maiores dificuldades, persistentes e significativas, ao nível da comunicação, interação, cognição ou aprendizagem, que exigem recursos especializados. Com base em relatório técnico-pedagógico fundamentado, podem contemplar frequência do ano de escolaridade por disciplinas, adaptações curriculares significativas, plano individual de transição, metodologias de ensino estruturado e desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social.

8.2.1. Crianças e jovens com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão

No **AE da Lousã**, entre os anos letivos de 2021/22 e 2023/24 observa-se uma evolução diferenciada do número de alunos com NE. Na EPE, registou-se uma diminuição entre 2021/22 e 2022/23, de 14 para 11 alunos, seguida de um aumento significativo em 2023/24, atingindo os 24 alunos. No 1.º CEB verifica-se igualmente um crescimento expressivo, com o número de alunos a aumentar de 30 em 2020/21 para 48 em 2023/24, evidenciando um reforço da procura por respostas de apoio neste nível de ensino. Nos níveis de 2.º e 3.º CEB observam-se flutuações ao longo do período em análise, terminando o ano letivo de 2023/24 com 38 e 59 alunos, respetivamente. Também no ensino secundário se registou um aumento significativo, passando de 11 para 49 alunos, o que reflete uma maior identificação e acompanhamento das necessidades educativas neste nível de escolaridade.

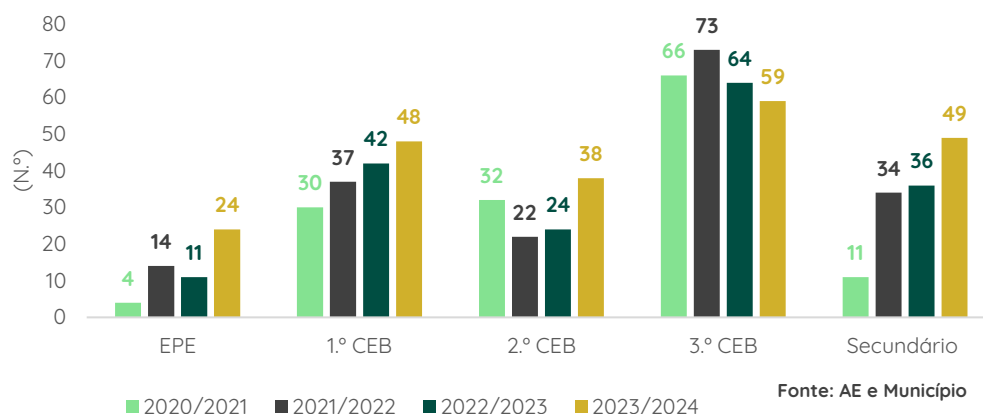


Figura 83. Evolução do número de alunos NE por nível de ensino do AE da Lousã, entre 2021/22 e 2023/24

A análise da **Tabela 32** permite caracterizar a distribuição dos alunos do **AE da Lousã** que, no ano letivo de 2023/24, beneficiaram de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, por nível de educação e ensino. Do total de 2062 alunos inscritos, 163 beneficiaram de medidas seletivas, correspondendo a 7,9%, enquanto 55 alunos usufruíram de medidas adicionais, o que representava 2,7% do total. Ao nível da **EPE**, registam-se apenas medidas seletivas, abrangendo 24 alunos. No 1.º CEB, as medidas seletivas abrangem 38 alunos (6,8%), apresentando uma taxa de eficácia de 84%, enquanto as medidas adicionais aplicaram-se a 10 alunos (1,8%), com eficácia total. No 2.º CEB observou-se uma maior incidência de medidas seletivas, que abrangeram 29 alunos (9,3%), com uma eficácia de 90,7%, sendo igualmente atribuídas medidas adicionais a 9 alunos (2,9%). No 3.º CEB, as medidas seletivas foram aplicadas a 48 alunos (9,2%), enquanto as medidas adicionais foram atribuídas a 11 alunos (2,1%). No ensino secundário, verifica-se uma incidência equilibrada entre medidas seletivas e adicionais, abrangendo respetivamente 24 alunos (7,5%) e 25 alunos (7,8%), ambas com eficácia de 100%.

Tabela 32. Número de alunos com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão do AE da Lousã, por valência, no ano letivo de 2023/24

Oferta	Total de alunos	Medidas seletivas			Medidas adicionais		
		n.º de alunos	% de alunos	Eficácia (%)	n.º de alunos	% de alunos	Eficácia (%)
EPE	346	24	6,9%	-	-	-	-
1.º CEB	559	38	6,8%	84%	10	1,8%	100%
2.º CEB	313	29	9,3%	90,7%	9	2,9%	100%
3.º CEB	523	48	9,2%	96,4%	11	2,1%	100%
Secundário	321	24	7,5%	100%	25	7,8%	100%
Total	2062	163	7,9%	-	55	2,7%	-

Fonte: AE e Município da Lousã

9. APOIOS E COMPLEMENTOS EDUCATIVOS

9.1. Atividades de animação e apoio à família

As **Atividades de Animação e Apoio à Família**⁷³ (AAAF) têm como objetivo acompanhar as **crianças de EPE antes e/ou depois do período diário das atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas atividades** (pausas letivas).

No **AE da Lousã**, a maioria das crianças inscritas nos estabelecimentos de educação da rede pública frequenta os serviços de acolhimento e de prolongamento de horário, evidenciando a relevância destas respostas no apoio às famílias. As taxas de participação no acolhimento situam-se entre os 68% e os 77,8%, registando-se a maior adesão na **EB de Santa Rita, Lousã** (77,8%) e a menor no **JI de Fontainhas** (68%).

Por sua vez, o serviço de prolongamento de horário apresenta níveis de frequência ainda mais elevados, variando entre 80,2% e 100%. O valor máximo verifica-se no **JI de Serpins**, onde a totalidade das crianças usufrui deste serviço, enquanto a EB de Santa Rita, Lousã regista a percentagem mais baixa (**Tabela 33**), ainda assim reveladora de uma adesão significativa.

Tabela 33. Número de crianças que utilizaram os serviços de AAAF, no ano letivo de 2023/24

Estabelecimento	N.º de crianças inscritas em EPE	AAF			
		Acolhimento		Prolongamento	
		N.º total	% de crianças	N.º total	% de crianças
JI de Fontainhas	50	34	68,0	45	90,0
JI de Serpins	42	31	73,8	42	100,0
JI da Lousã	116	86	74,1	93	80,2
JI do Freixo	66	51	77,3	55	83,3
EB de Santa Rita, Lousã	72	56	77,8	59	81,9
Total	346	258	74,6	294	85,0

Fonte: Município da Lousã

⁷³ Definida pela Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/644-a-2015-70095687>

9.2. Atividades de enriquecimento curricular

As **AEC**⁷⁴ destinam-se aos alunos do 1.º CEB e são “atividades de carácter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural que incidam, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia na educação”.

A análise dos dados apresentados na **Tabela 34** evidencia que, em todos os estabelecimentos, a frequência das AEC é praticamente universal. Destacam-se, em particular, as atividades “Caixa de Música” e “English Kids”, que registam níveis de participação elevados na generalidade das escolas do AE, refletindo uma forte adesão por parte dos alunos e das respetivas famílias. Adicionalmente, a atividade desportiva “Trampolim” apresenta-se como uma das opções mais procuradas, evidenciando-se como uma preferência transversal entre os alunos.

Tabela 34. Número de alunos do 1.º CEB que se inscreveram nas AEC, no ano letivo de 2023/24

Equipamento	N.º de alunos inscritos	Domínio/Atividade	N.º de alunos que frequentam	% de crianças a frequentar
EB n.º 1 da Lousã	167	Caixa de Música	152	91,0
		Cri`Art	120	71,9
		Trampolim	152	91,0
	109	English Kids (1.º e 2.º anos)	101	92,7
EB n.º 2 da Lousã	232	Caixa de Música	228	98,3
		Cri`Art	220	94,8
		Trampolim	226	97,4
	112	English Kids (1.º e 2.º anos)	111	99,1
EB Casal de Santo António	68	Caixa de Música	65	95,6
		Cri`Art	62	91,2
		Trampolim	67	98,5
	33	English Kids (1.º e 2.º anos)	31	93,9
EB de Santa Rita, Lousã	92	Caixa de Música	91	98,9
		Cri`Art	82	89,1
		Trampolim	91	98,9
	47	English Kids (1.º e 2.º anos)	44	93,6

Fonte: Município da Lousã

⁷⁴ IN: Despacho n.º 7255/2018, de 31 de julho, <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho/7255-2018-115811903>

9.3. Componente de apoio à família

A **Componente de Apoio Família**⁷⁵ (CAF) integra atividades que asseguram o acompanhamento dos alunos do 1.º CEB antes ou depois das componentes curriculares e das AEC, bem como nos períodos de interrupção letiva.

O serviço de Acolhimento consiste na receção, supervisão e dinamização de atividades de entretenimento para os alunos no estabelecimento de ensino, enquanto o Prolongamento de Horário assegura o acompanhamento dos alunos após as AEC, através do desenvolvimento de atividades de carácter lúdico, desportivo e cultural.

Nos estabelecimentos do **AE da Lousã**, a adesão aos serviços da **CAF** apresenta variações entre escolas (**Tabela 35**). A **EB de Casal de Santo António** regista a maior percentagem de alunos a beneficiar dos serviços de acolhimento e prolongamento de horário, com uma taxa de adesão de 48,5%. Seguem-se a **EB de Santa Rita, Lousã**, com 38% de adesão ao acolhimento e 43,5% ao prolongamento de horário, e a **EB n.º 2 da Lousã**, onde 35,3% dos alunos frequentam ambas as modalidades. Por sua vez, a **EB n.º 1 da Lousã** contabiliza um total de 59 alunos beneficiários dos serviços, considerando em conjunto as duas modalidades.

Tabela 35. Número de crianças que utilizam os serviços de CAF, no ano letivo de 2023/24

Estabelecimento	N.º de alunos inscritos no estabelecimento	CAF			
		Acolhimento		Prolongamento de horário	
		N.º total de crianças	% de crianças	N.º total de crianças	% de crianças a beneficiar
EB n.º 1 da Lousã	167	59	35,3	59	35,3
EB n.º 2 da Lousã	232	82	35,3	82	35,3
EB Casal de Santo António	68	33	48,5	33	48,5
EB Santa Rita, Lousã	92	35	38,0	40	43,5
Total	559	209	37,4	214	38,3

Fonte: Município da Lousã

⁷⁵ Ver nota 74

9.4. Atividades de ocupação dos tempos livres

De acordo com a **Lei n.º 46/86, de 14 de outubro**, na sua versão consolidada, que aprova a Lei de Bases do Sistema Educativo, as **atividades de ocupação de tempos livres** (ATL) devem valorizar a participação das crianças e jovens na sua organização, desenvolvimento e avaliação, promovendo o enriquecimento cultural e cívico, a educação física e desportiva, a educação artística e a inserção na comunidade (artigo 51.º).

Assim, constituem respostas sociais dirigidas a crianças e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos não letivos, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção: acompanhamento/inserção, prática de atividades específicas e multiactividades⁷⁶.

Os principais objetivos destes equipamentos são:

- Criar um ambiente favorável ao desenvolvimento de cada criança ou jovem, de forma a ser capaz de se situar e expressar num clima de compreensão, respeito e aceitação de cada um/a;
- Colaborar na socialização de cada criança ou jovem, através da participação na vida em grupo;
- Favorecer a relação entre família, escola, comunidade e estabelecimento, com vista a uma valorização, aproveitamento e rentabilização de todos os recursos do meio;
- Proporcionar atividades integradas num projeto de animação sociocultural, em que as crianças possam escolher e participar voluntariamente, tendo em conta as características dos grupos e como base o maior respeito pela pessoa;
- Melhorar a situação social e educativa e a qualidade de vida das crianças e dos jovens;
- Potenciar a interação e a integração social das crianças e jovens com deficiência, em risco e em exclusão social e familiar.

No município da Lousã, este serviço é assegurado por três instituições: o Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Serpins, a ARCIL e a Cáritas Diocesana de Coimbra, no âmbito de uma parceria estabelecida entre a Câmara

⁷⁶ www.seg-social.pt/criancas-e-jovens

Municipal e estas entidades (**Tabela 36**). As atividades desenvolvem-se maioritariamente no parque escolar existente e, durante o período letivo, todos os CATL funcionam entre as 7h30 e as 8h30 e no período da tarde, das 16h30 às 19h00, assegurando uma resposta complementar de apoio às famílias ao longo do dia escolar.

Tabela 36. Número de jovens a frequentar a resposta de CATL no município da Lousã em 2025

Estabelecimento	Freguesia	Jovens inscritos	Capacidade
Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Serpins	Serpins	34	35
CATL das Fontainhas (ARCIL)	Gândaras	33	35
CATL da Escola Básica de Santa Rita, Lousã (ARCIL)	UF de Lousã e Vilarinho	38	40
CATL EB n.º 1 da Lousã (ARCIL)	UF de Lousã e Vilarinho	66	70
Centro de ATL da ES da Lousã (Cáritas)	UF de Lousã e Vilarinho	45	80
Centro de ATL da EB n.º 2 da Lousã (Cáritas)	UF de Lousã e Vilarinho	80	40
CATL da EB N.º 2 da Lousã (ARCIL)	UF de Lousã e Vilarinho	60	60

Fonte: Carta Social

9.5. Ação social escolar

A **Ação Social Escolar** (ASE) constitui um conjunto de medidas destinadas a garantir a igualdade de oportunidades no acesso à educação e à aprendizagem, promovendo o sucesso escolar entre as crianças da educação pré-escolar e os alunos do ensino básico e secundário pertencentes a agregados familiares com dificuldades económicas.

Os apoios da **ASE** distribuem-se por três escalões (A, B e C), definidos em função dos rendimentos do agregado familiar, abrangendo áreas como alimentação, aquisição de material escolar, transporte, visitas de estudo, alojamento e seguro escolar. Contudo, a maior parte dos apoios destina-se aos escalões A e B.

Na sequência da transferência de competências em matéria de educação para os municípios — aprovada pelo **DL n.º 21/2019, de 30 de janeiro** —, cabe às Câmaras Municipais a organização e gestão dos procedimentos de atribuição dos apoios e complementos educativos, com exceção da distribuição gratuita e reutilização dos manuais escolares, que permanece sob responsabilidade do Ministério da Educação e dos agrupamentos de escolas.

Assim, os **municípios** são responsáveis por:

- **Gerir o fornecimento de refeições** nos estabelecimentos de educação pré-escolar, ensino básico e secundário;
- Implementar medidas de **apoio à família**, como a “**Escola a Tempo Inteiro**”, que integra as **AAAF** na EPE e a **CAF** no 1.º CEB, definidas em articulação com os agrupamentos de escolas e ajustadas às necessidades dos alunos e das famílias.

Para além destas medidas, prevê-se ainda:

- Distribuição gratuita de fruta às crianças da EPE⁷⁷;
- Distribuição gratuita de leite às crianças da educação pré-escolar e aos alunos do 1.º CEB⁷⁸;
- Distribuição gratuita de manuais escolares para todos os alunos do ensino obrigatório⁷⁸;
- Reforço da oferta de refeições durante as interrupções letivas do Natal e da Páscoa para beneficiários da ASE⁷⁹;
- Apoio ao transporte escolar, incluindo o transporte de alunos com Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão⁸⁰;
- Comparticipação nas visitas de estudo para alunos do 1.º ciclo abrangidos pelos escalões A e B⁸¹;
- Apoio à aquisição de material escolar⁸¹.

A **ASE** abrange também os auxílios económicos (apoio à aquisição de material escolar) e as refeições escolares para os alunos com Escalão A ou B de abono de família, bem como para crianças/alunos com NE ou com Escalão B, cujos progenitores se encontrem em situação de desemprego involuntário há mais de três meses.

Além dos apoios referidos previstos na legislação em vigor, o município da Lousã reforça esses mesmos apoios com as seguintes iniciativas:

- Aquisição de material pedagógico e didático para todos os alunos do 1.º CEB;
- Transportes de apoio complementar às atividades curriculares;

⁷⁷ <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/37-2024-839900710>

⁷⁸ <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho/921-2019-118385204>

⁷⁹ <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho/7255-2018-115811903>

⁸⁰ <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/2009-114453849-114459698>

- Lanche no período da manhã e/ou no período da tarde, para os/as estudantes que se encontram a frequentar as AAAF.

9.5.1. Beneficiários de ASE

Feito o **enquadramento legal da ASE**, importa agora apresentar o estudo evolutivo do número de alunos que dela beneficiaram no período compreendido pelos anos letivos de 2018/19 a 2023/24.

Entre 2018/2019 e 2021/2022, o escalão A e B registaram uma diminuição do número de alunos beneficiários. Nesse período o escalão A passou de 432 para 283 alunos (-34,5%), porém, a partir de 2022/2023, o número aumentou para 337, tendo registado em 2023/24 um total de 343 beneficiários. Por sua vez, o Escalão B registou uma diminuição contínua entre 2018/2019 e 2022/2023, passando de 399 para 283 beneficiários. No entanto, em 2023/24 deu-se um novo aumento para 293 alunos (**Figura 84**).

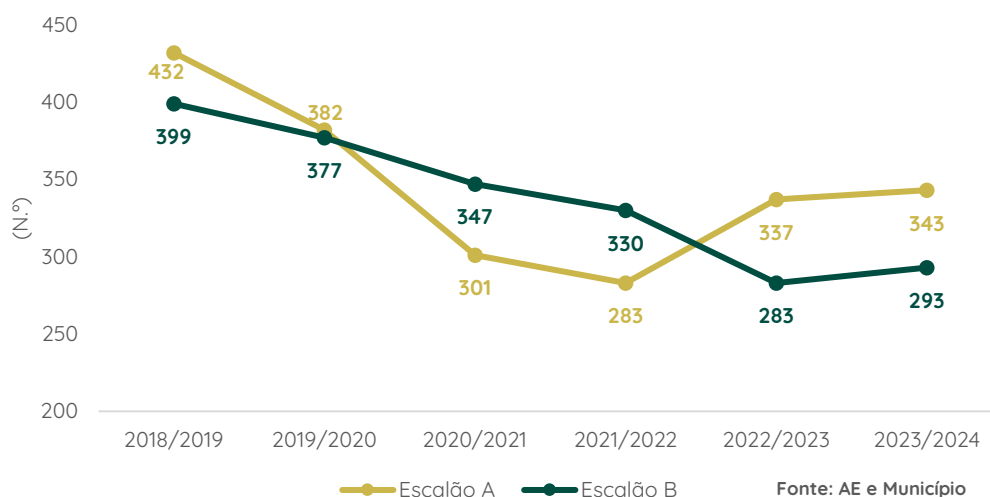


Figura 84. Evolução do número de alunos a beneficiar de ação social escolar no AE da Lousã, por ano letivo e tipo de escalão

A **Figura 85** revela o número de beneficiários [com e sem necessidades educativas (NE)] por escalão de apoio e nível de ensino, no ano letivo 2023/24. Verifica-se que nesse ano o maior número de apoiados ocorreu no escalão A. Este escalão registou os valores mais altos comparativamente com o escalão B em todos os níveis de ensino principalmente no 1.º CEB (100) e no 3.º CEB (81). O número de beneficiários com necessidades educativas foi inferior em todos os níveis de ensino face aos alunos beneficiários sem NE. No entanto, o valor mais elevado de beneficiários nessas condições ocorreu no 3.º CEB (35).

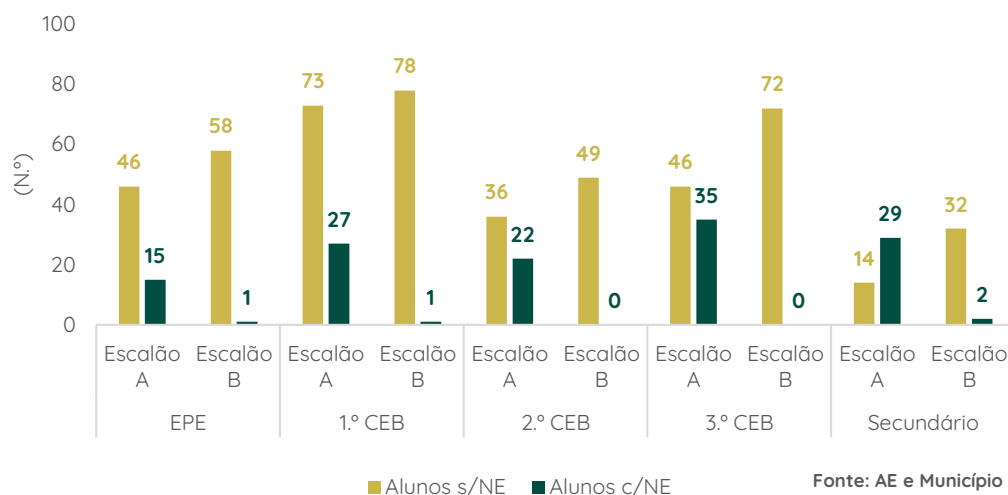


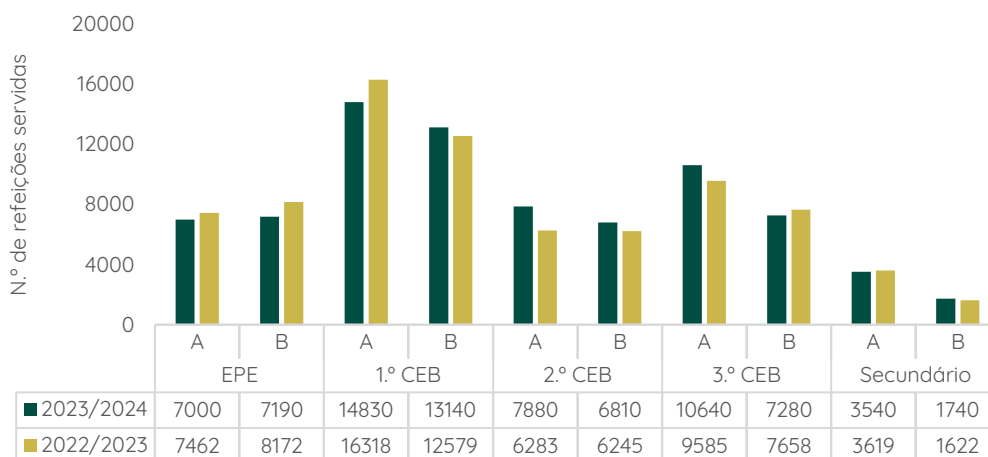
Figura 85. N.º de alunos sem NE e com NE a beneficiar de ação social escolar no AE da Lousã por nível de ensino, no ano letivo de 2023/24

9.6. Refeições escolares

No ano letivo de 2023/24, a distribuição do número de refeições escolares servidas evidencia diferenças significativas entre os vários níveis de ensino. Em quase todos os estabelecimentos, a confeção e o fornecimento das refeições foram assegurados localmente, com exceção do JI de Fontainhas. O **1.º CEB** concentrou o maior volume de refeições servidas, totalizando 27 970 refeições, das quais 14 830 respeitantes ao escalão A e 13 140 ao escalão B, embora se registre uma diminuição de 927 refeições face ao ano letivo anterior.

Seguiu-se o **3.º CEB**, com um total de 17 920 refeições, o que representa um aumento de 677 refeições relativamente a 2022/23, evidenciando uma maior adesão ao serviço. O **2.º CEB** registou igualmente um acréscimo significativo, totalizando 14 690 refeições (7 880 do escalão A e 6 810 do escalão B), mais 2 162 refeições do que no ano letivo precedente.

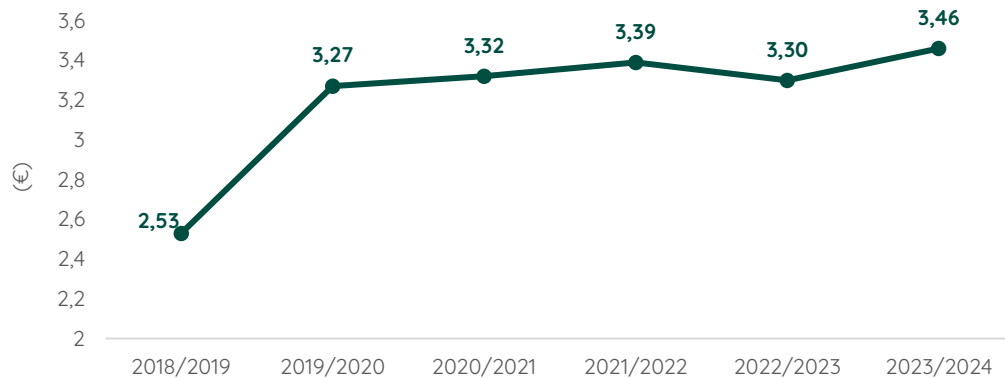
Por sua vez, a EPE contabilizou 14 190 refeições em 2023/24, correspondentes a 7 000 do escalão A e 7 190 do escalão B, verificando-se uma redução de 1 444 refeições face ao ano anterior. O ensino secundário apresentou o menor número de refeições servidas, com 5 280 em 2023/24, valor próximo do registado em 2022/23 (5 241), refletindo uma procura mais reduzida neste nível de ensino (**Figura 86**).



Fonte: AE e Município

Figura 86. Número de refeições escolares servidas no AE da Louçã (2023-2024)

Entre 2018/19 e 2023/24, o custo médio por refeição aumentou de 2,53€ para 3,46€, evidenciando uma tendência geral de aumento do preço, embora tenham ocorrido oscilações. O aumento foi mais acentuado de 2018/19 (2,53€) para 2019/20 (3,27€). Em 2022/2023 ocorreu uma ligeira redução para 3,30€, mas no ano seguinte voltou a subir para 3,46€, refletindo fatores como inflação, aumento dos preços dos alimentos e outros motivos associados (Figura 87).



Fonte: AE e Município

Figura 87. Custo médio em € por refeição no AE da Louçã, entre 2018/19 e 2023/24

9.7. Transportes escolares

O **transporte escolar** consiste no serviço de transporte entre o local de residência e os **estabelecimentos de ensino da rede pública** (da educação pré-escolar ao ensino secundário), com o objetivo de assegurar a **igualdade de oportunidade de acesso à educação**, incluindo os alunos abrangidos por medidas adicionais no âmbito da educação inclusiva.

Segundo o DL n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual, este serviço é gratuito para os alunos que:

- ✓ Residam a mais de 3 Km entre a morada e a escola da sua área de residência;
- ✓ Tenham dificuldades de locomoção e que beneficiem de medidas ao abrigo da educação inclusiva;
- ✓ Possuam necessidades específicas e que têm um Plano Individual de Transição (PIT).

No ano letivo de 2023/24, o município assegurou o transporte de alunos com um total de 12 veículos e 2 adaptados para o transporte de alunos com necessidades específicas. Os encargos financeiros com este serviço refletiram um total de 382 839,17€, tendo sido a maior parcela destinada à empresa “Transdev Interior, SA” no montante de 302 365,84 €, seguidamente da “ETAC”, com 68 270,99 €. Outros prestadores incluíram a “Caminhos de Portugal EPE”, com um montante atribuído de 4 287,66 €, a “Arcil” com 2 828,48 €, a “Vladimiro Ferreira Patrício” com 3.828,00 € e “Pedro Miguel Francisco Lindão” com 1 258,20€.

Entre 2018/2019 e 2023/24 o total de despesas anuais com transporte escolar apresentou variações. Entre 2018/19 e 2019/20 observa-se uma redução acentuada, seguida de um forte aumento em 2020/2021, atingindo 342 832,81€. Nos dois anos seguintes, verifica-se uma ligeira tendência decrescente, culminando em 292 317,36 € em 2022/23. Em 2023/24 registou-se o valor mais elevado até então, com 382 839,17€ (**Figura 88**).

Estes dados evidenciam os recursos mobilizados para garantir o transporte escolar no concelho durante o referido período.

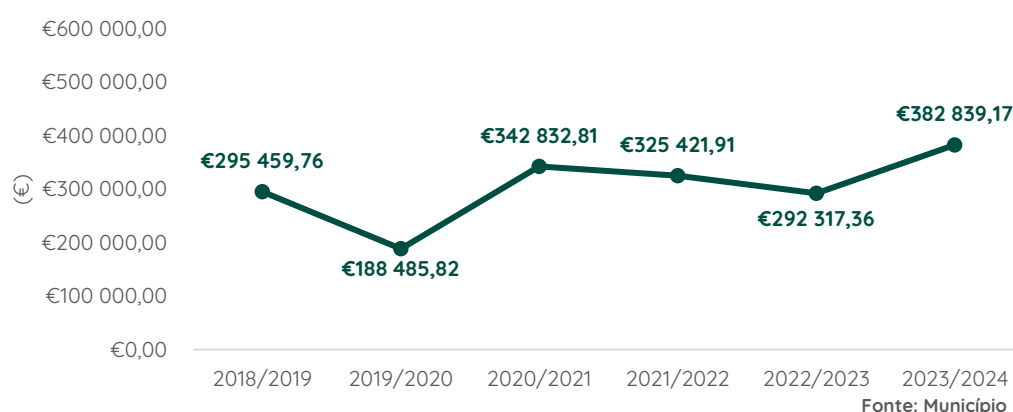
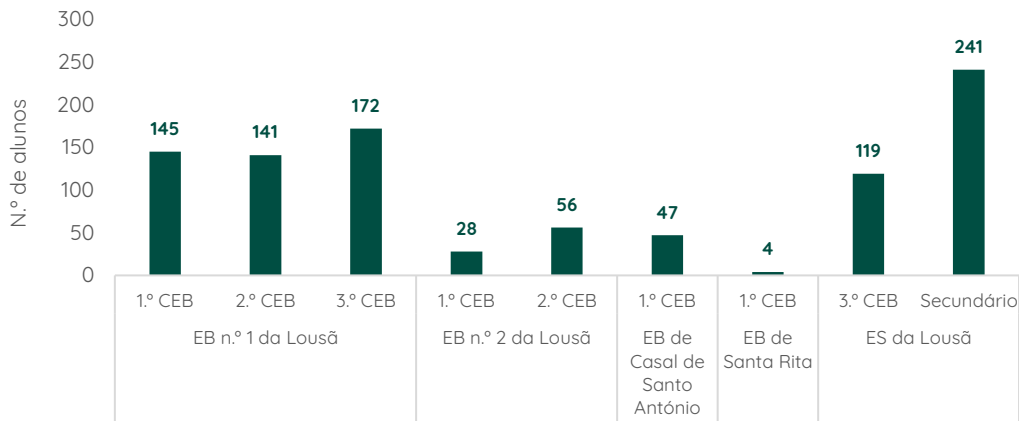


Figura 88. Evolução das despesas (€) com transporte escolar, entre 2018/19 e 2023/24

Em 2023/24 totalizaram-se 953 alunos abrangidos pelo serviço de transporte escolar, distribuídos por cinco estabelecimentos de ensino: 458 da EB n.º 1 da Lousã,

84 da EB n.º 2 da Lousã, 47 da EB de Casal de Santo António, 4 da EB de Santa Rita, Lousã, e 360 da ES da Lousã (**Figura 89**).



Fonte: Município

Figura 89. Número de alunos do município da Lousã que utilizaram o transporte escolar no ano letivo de 2023/24, por estabelecimento de educação da rede pública

9.8. Recursos digitais

Com base nos dados do ano letivo de 2023/24 (**Tabela 37**), foram contabilizados 377 computadores distribuídos pelas diferentes escolas, todos com acesso à internet. Na EPE, registaram-se 21 equipamentos, enquanto nos restantes níveis de ensino, a EB de Casal de Santo António dispunha de 12 computadores, a EB n.º 1 da Lousã de 81 e a EB n.º 2 da Lousã de 73. A ES da Lousã concentrava o maior número de equipamentos, com um total de 179 computadores.

Tabela 37. Caracterização do parque informático dos estabelecimentos de educação e ensino da rede pública em 2023/24

Estabelecimento	Nível de educação e ensino	N.º de computadores	Acesso à internet
JI da Lousã	EPE	6	Sim
JI das Fontainhas	EPE	3	
JI do Freixo	EPE	5	
JI de Serpins	EPE	3	
EB Casal de Santo António	1.º CEB	12	
EB de Santa Rita, Lousã	EPE e 1.º CEB	15	
EB n.º 1 da Lousã	1.º, 2.º e 3.º CEB	81	
EB n.º 2 da Lousã	1.º e 2.º CEB	73	
ES da Lousã	3.º CEB e Secundário	179	

Fonte: AE e Município

A maioria dos alunos dos três CEB e do ensino secundário do AE da Lousã possui computador e acesso à internet em casa, totalizando 1 339 discentes nessas

condições. A adesão ao Kit Escola Digital é maioritariamente positiva, no entanto 73 alunos prescindiram do Kit digital e 89 ainda não têm um Kit atribuído (**Tabela 38**).

Tabela 38. Alunos com acesso a equipamentos informáticos nos estabelecimentos da rede pública, no domicílio em 2023/24

Estabelecimento	Nível de ensino	N.º de alunos com computadores	Acesso à internet	N.º de alunos que prescindiram do Kit	N.º de alunos sem Kit
EB Casal de Santo António	1.º CEB	39	Sim	2	3
EB de Santa Rita, Lousã	1.º CEB	81		1	2
EB n.º 1 da Lousã	1.º, 2.º e 3.º CEB	387		18	14
EB n.º 2 da Lousã	1.º e 2.º CEB	349		1	13
ES da Lousã	3.º CEB e Secundário	483		51	57

Fonte: AE e Município

9.9. Desporto escolar

O Desporto Escolar tem como finalidade promover o acesso a uma prática desportiva regular e de qualidade, contribuir para o sucesso escolar dos alunos, incentivar estilos de vida saudáveis e reforçar valores e princípios associados a uma cidadania ativa. O **Quadro 16** apresenta as modalidades disponibilizadas por escalão, bem como o número de participantes em 2023/24 e o número de treinos semanais realizados.

Quadro 16. Modalidades por escalão, e número de treinos semanais do AE da Lousã

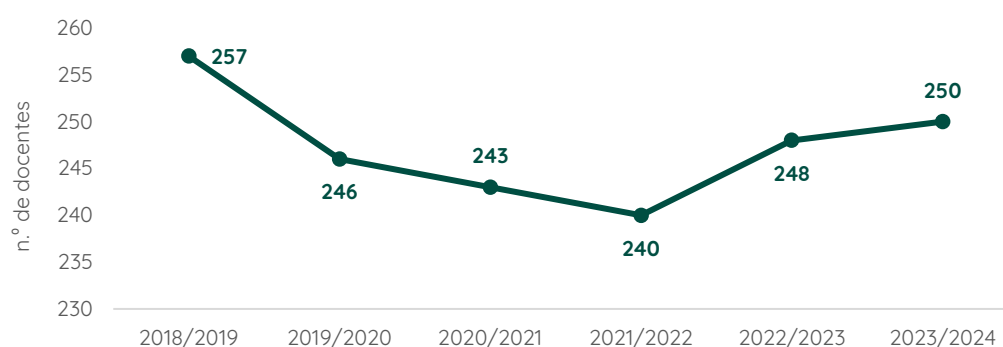
Modalidades	Escalão	N.º de treinos semanais	N.º de participantes
Atletismo	Vários (misto)	2	18
Boccia	Equipa A	4	27
Futsal	Infantis B (misto)	4	62
	Iniciado (masculino)	2	
Voleibol	Infantis B (misto)	4	122
	Juvenis (feminino)	2	
	Iniciados (feminino)	1	
Xadrez	Vários (misto)	3	56
DE Sobre Rodas	Vários (misto)	3	18
Total			303

Fonte: AE da Lousã

10. RECURSOS HUMANOS

10.1. Pessoal docente

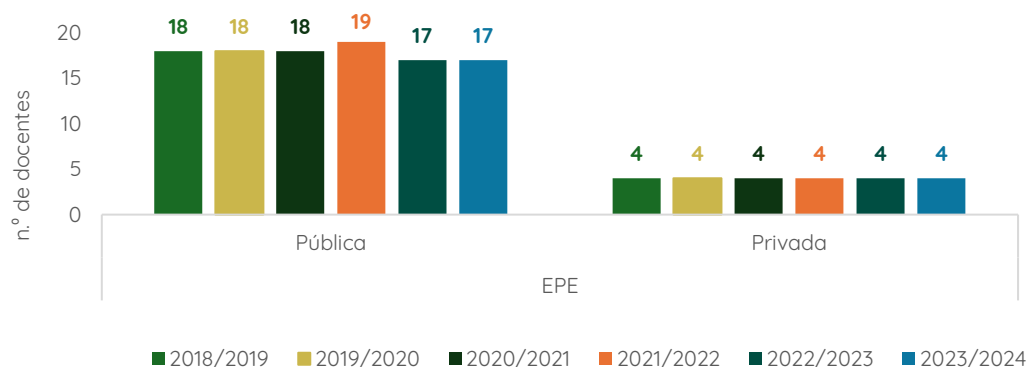
Entre 2018/19 e 2023/24, o número de docentes manteve-se globalmente estável, oscilando entre 240 e 257 (**Figura 90**). O valor mais elevado ocorreu em 2018/19, com 257 docentes, seguindo-se uma diminuição gradual até ao mínimo de 240 em 2021/22. A partir desse ano verificou-se uma inversão da tendência, com um aumento para 248 docentes em 2022/23 e 250 em 2023/24.



Fonte: DGEEC

Figura 90. Número de docentes ao serviço nos estabelecimentos de educação e ensino (rede pública e privada), por ano letivo, na Lousã

O número de docentes da EPE na rede pública manteve-se estável ao longo do período analisado, oscilando entre 17 e 19. Em 2021/22 registou-se um ligeiro aumento, atingindo o valor máximo de 19, seguido de uma redução para 17 nos anos seguintes. Na rede privada, o número de docentes manteve-se constante em todos os anos, com 4 docentes, refletindo estabilidade na oferta e na procura deste setor (**Figura 91**).



Fonte: DGEEC

Figura 91. Evolução do número de docentes ao serviço nos estabelecimentos de educação e ensino (EPE), da Lousã

No período analisado, o número de docentes do 1.º CEB na rede pública apresentou variações. Em 2018/19 registou-se o valor mais elevado, com 45 docentes, seguido

de uma redução para 40 em 2019/20 e para 38 em 2020/21, valor que se manteve até 2021/22. Em 2022/23 verificou-se um ligeiro aumento para 41 docentes, regressando a 38 no ano seguinte (**Figura 92**).

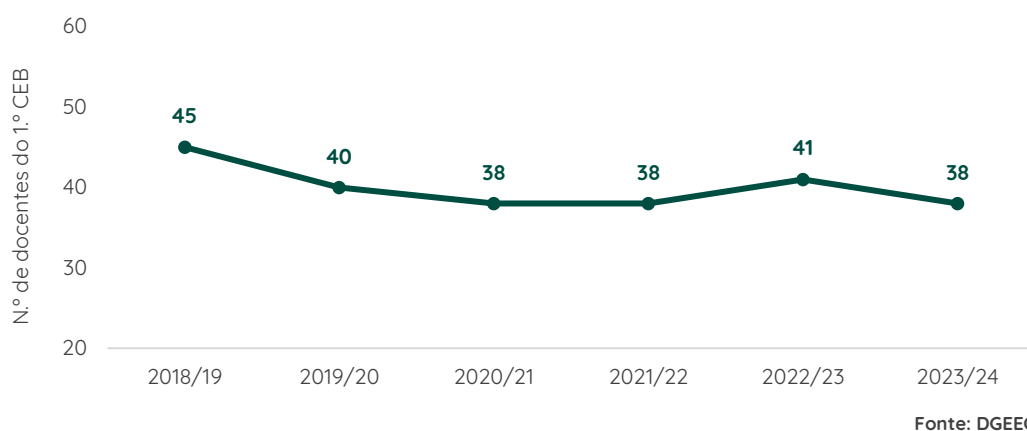


Figura 92. Número de docentes ao serviço no 1.º CEB nos estabelecimentos de ensino público da Lousã

Relativamente ao 2.º CEB, o número de docentes manteve-se globalmente estável, variando entre 27 e 35 (**Figura 93**). Em 2022/23 registou-se a diminuição mais acentuada, de 35 para 27 docentes, seguindo-se um aumento para 33 no ano seguinte. No 3.º CEB e Ensino Secundário, os valores também se mantiveram estáveis, oscilando entre 104 e 113 docentes, com o mínimo em 2021/22 (104) e o máximo em 2022/23 (113).

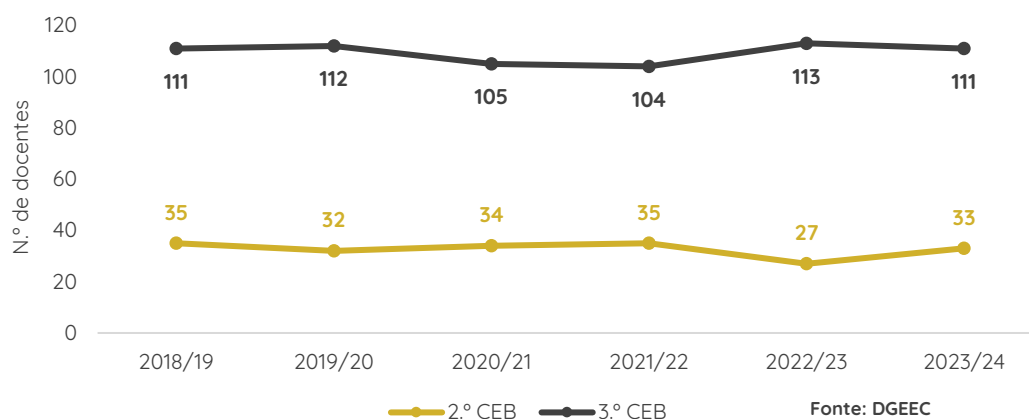


Figura 93. Número de docentes ao serviço nos estabelecimentos de educação e ensino, no 2.º e 3.º CEB, na Lousã

Entre 2018/19 e 2023/24, o número de formadores na Escola Profissional da manteve-se sem alterações significativas. Em 2018/19 registaram-se 23 formadores, seguindo-se uma redução para 20 em 2019/20. Em 2020/21 verificou-se um ligeiro aumento para 21, seguido de uma nova diminuição para o valor mínimo de 17 em

2021/22. Nos dois anos seguintes registaram-se aumentos, com 19 formadores em 2022/23 e 22 em 2023/24 (**Figura 94**).

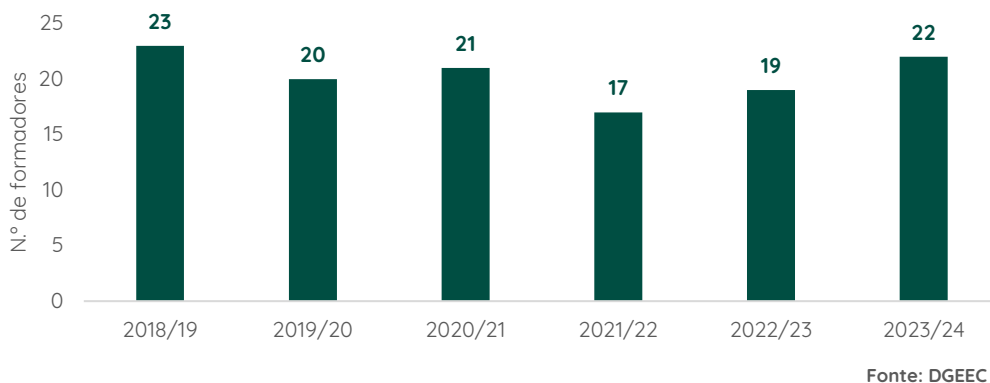


Figura 94. Número de docentes ao serviço na STATUS - Escola Profissional da Lousã

Entre 2018/19 e 2023/24, ocorreram oscilações no número de docentes na educação especial. Na rede pública, o número variou entre 19 em 2019/20 e 27 em 2022/23. Em 2023/24 verificou-se uma descida para 21 docentes. No setor privado, os valores foram poucos expressivos tendo-se registado entre 2018/19 e 2020/21 apenas 1 docente e daí em diante não se verificou docentes na rede privada (**Figura 95**).

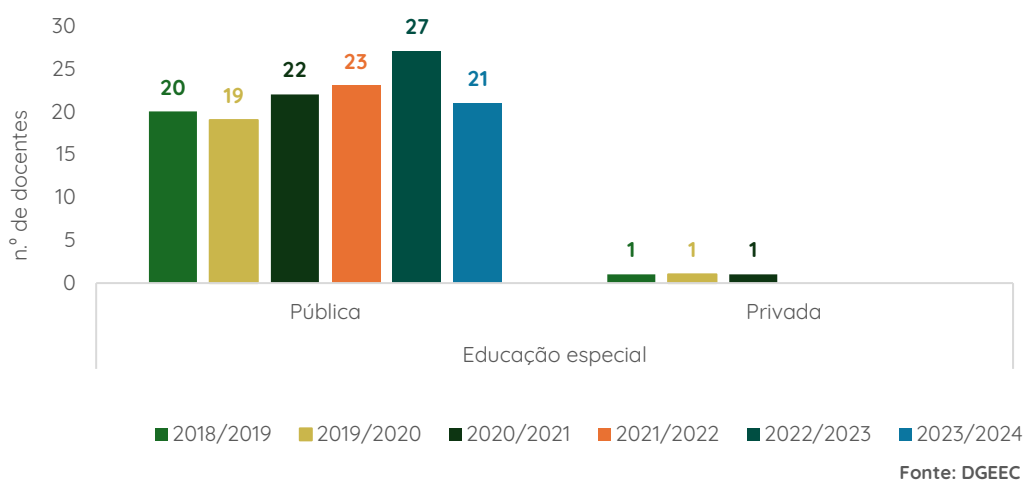
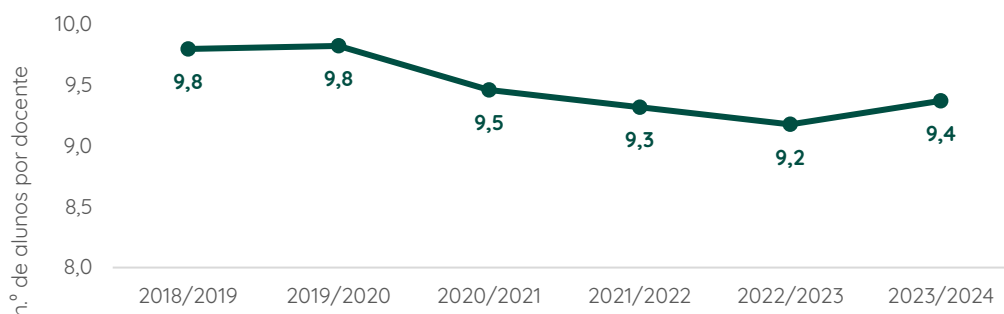


Figura 95. Número de docentes de educação especial nos estabelecimentos de educação e ensino da Lousã

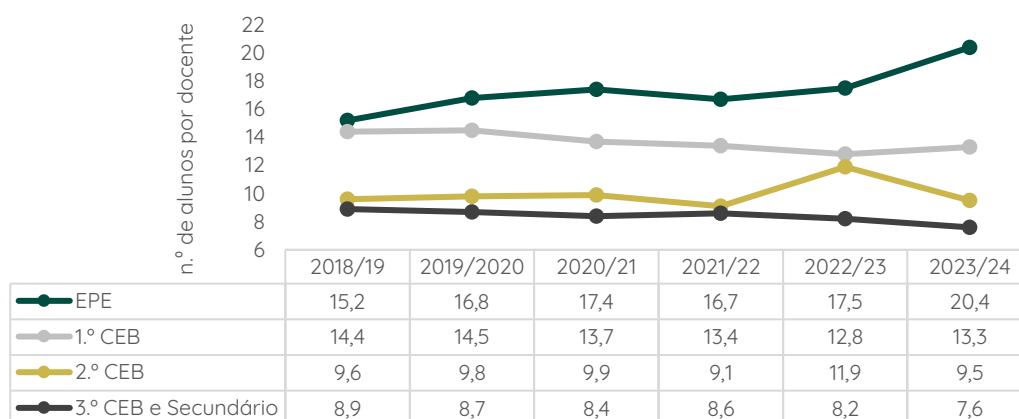
Entre os anos letivos de 2018/19 e de 2023/24, o rácio alunos/docente apresentou uma tendência globalmente decrescente, passando de 9,8 para o valor mínimo de 9,2 em 2022/23. Em 2023/24 verificou-se uma ligeira subida para 9,4, interrompendo a trajetória de redução contínua observada desde 2020/21 (**Figura 96**).



Fonte: DGEEC

Figura 96. Rácio alunos/docente, por ano letivo, no município da Lousã

Ao analisar o rácio alunos/docente por nível de ensino, observam-se tendências distintas (Figura 97). Na EPE, verifica-se uma trajetória crescente, de 15,2 em 2018/19 para 20,4 em 2023/24, destacando-se um aumento acentuado no último ano. No 1.º CEB, a tendência é decrescente, passando de 14,4 para 13,3 no mesmo período. O 2.º CEB apresenta maior volatilidade, diminuindo de 9,6 em 2018/19 para 9,1 em 2021/22, aumentando para 11,9 no ano seguinte e voltando a descer para 9,5 em 2023/24. No 3.º CEB e Secundário regista-se uma redução progressiva, de 8,9 em 2018/19 para 7,6 no final do período analisado. A análise do rácio alunos/docente por nível de ensino revela dinâmicas distintas associadas a diferentes realidades educativas. O aumento na EPE aponta para maior pressão sobre os recursos humanos, com possíveis efeitos no acompanhamento individual. Em contraste, a redução no 1.º CEB e, sobretudo, no 3.º CEB e Secundário sugere melhores condições de ensino. A volatilidade no 2.º CEB evidencia alguma instabilidade na distribuição de docentes ou no número de alunos. Em conjunto, estes resultados sublinham a importância de uma gestão equilibrada do rácio, adequada às especificidades de cada nível de ensino, como fator determinante da qualidade educativa.



Fonte: DGEEC

Figura 97. Rácio alunos/docente, por ciclo de estudos, no município da Lousã

De seguida, analisa-se a distribuição etária dos docentes dos diferentes níveis de educação e ensino em exercício no AE da Lousã no ano letivo de 2023/24. Os dados da **Tabela 39** evidenciam a predominância de grupos etários mais elevados, destacando-se os docentes com 60 ou mais anos, num total de 64, como o grupo mais representativo. Na EPE, dos 17 educadores de infância, 14 (82%) têm 55 ou mais anos; no 1.º CEB, 21 dos 42 docentes (50%) situam-se nessa faixa etária; no 2.º CEB, 18 dos 33 docentes (54%) apresentam igualmente 55 ou mais anos; por fim, no 3.º CEB e ensino secundário, 68 dos 111 docentes têm mais de 55 anos. Estes dados revelam um envelhecimento do corpo docente nos estabelecimentos públicos da Lousã, particularmente acentuado na EPE, sendo importante, face a este cenário, torna-se, assim, essencial um planeamento estratégico que promova a renovação geracional, a atração de novos docentes e a valorização da carreira, garantindo a sustentabilidade e a qualidade do sistema educativo a médio e longo prazo.

Tabela 39. Docentes por grupo etário e nível de ensino na rede pública escolar do município da Lousã

Nível de ensino	Faixa etária									Total
	24 ou menos anos	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60 ou +	
EPE	0	0	0	1	1	0	1	6	8	17
1.º CEB	0	0	0	2	4	8	7	9	12	42
2.º CEB	0	1	0	0	4	3	7	10	8	33
3.º CEB e Secundário	1	2	2	5	5	9	19	32	36	111
Total	1	3	2	8	14	20	34	57	64	203

Fonte: DGEEC

Relativamente ao vínculo contratual dos docentes em 2023/24, a maioria dos profissionais dos diferentes níveis de ensino integrava o Quadro de Pessoal do AE, com maior concentração no 3.º CEB e no Ensino Secundário (92). Entre os docentes contratados, 11,8% estavam na EPE, 19% no 1.º CEB, 12,1% no 2.º CEB e 17,1% no 3.º CEB e Secundário (**Figura 98**).

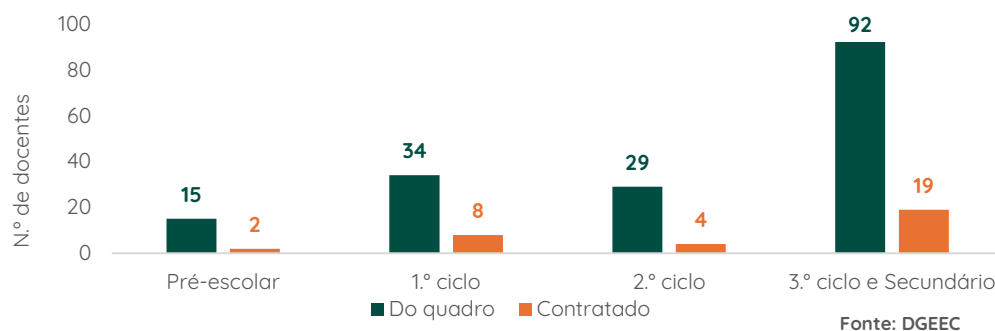


Figura 98. Docentes por tipo de contrato e ciclo de ensino na rede pública do município da Lousã em 2023/24

Em 2023/24 (**Tabela 40**), a distribuição de docentes por grupo de recrutamento no 2.º CEB evidencia maior concentração em Matemática e Ciências da Natureza (8 docentes) e Português e Estudos Sociais/História (7). Os grupos com menor número de docentes foram Português e Inglês (1) e Educação Visual e Tecnológica (3).

Tabela 40. Docentes por grupo de recrutamento do 2.º CEB no AE da Lousã em 2023/24

Grupo de recrutamento	n.º de docentes
200. Português e Estudos Sociais/ História	7
220. Português e Inglês	1
230. Matemática e Ciências da Natureza	8
240. Educação Visual Tecnológica	3
250. Educação Musical	6
260. Educação Física	4
Outros	4

Fonte: DGEEC

Relativamente ao 3.º CEB e ao ensino secundário, em 2023/24, a distribuição de docentes por grupo de recrutamento revelou maior concentração em Português (17), Matemática (14) e Biologia e Geologia (11) – **Figura 99**. Seguiram-se Educação Física (10), Inglês (9), Física e Química (8), Geografia (8) e Economia e Contabilidade (7). Os grupos com menor número de docentes foram Filosofia, Informática e Educação Tecnológica (3 cada), Francês (1) e Outros (4).

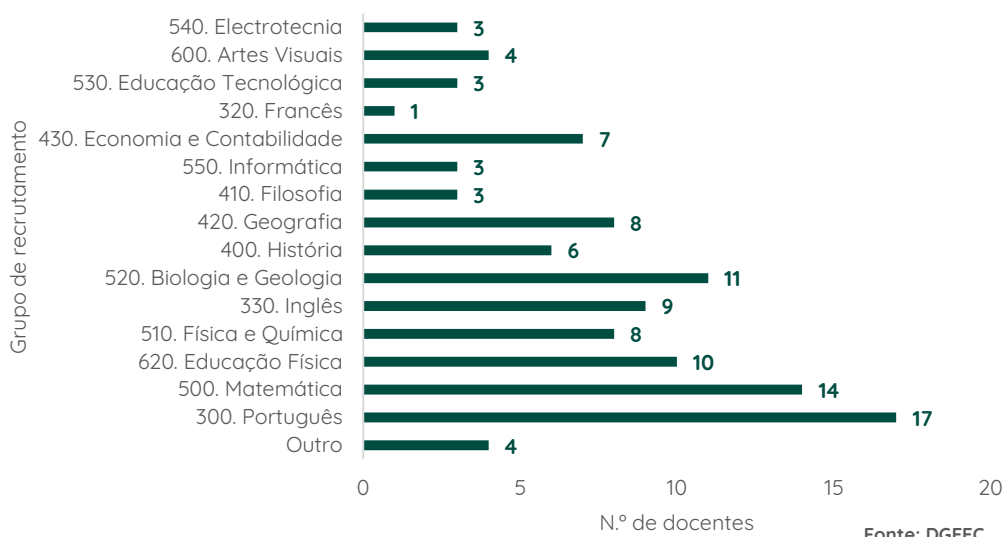


Figura 99. Docentes por grupo de recrutamento do 3.º CEB /ou secundário no AE da Lousã em 2023/24

10.2. Pessoal não docente

Entre os anos letivos de 2019/2020 e 2023/2024, o número de pessoal não docente oscilou entre 95 e 114. Observa-se um aumento inicial, de 106 em 2019/2020 para 114 em 2020/2021, seguido de uma redução até 2022/2023 (95), e de uma recuperação em 2023/2024, ano em que se registaram 103 efetivos. No conjunto, a evolução revela uma tendência globalmente estável, apesar de pequenas flutuações ao longo do período (**Figura 100**).

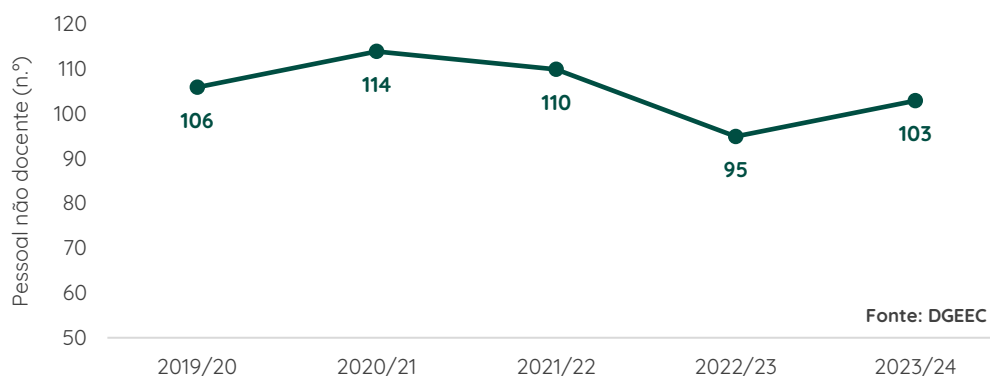


Figura 100. Pessoal não docente (n.º) por ano letivo no AE da Lousã

Relativamente ao pessoal não docente em exercício no AE da Lousã em 2023/24, destaca-se que o grupo mais numeroso correspondia aos profissionais **sem nível atribuído** (29), seguido dos afetos ao **1.º CEB** (20). Registavam-se ainda 19 profissionais no acompanhamento de alunos com necessidades educativas, 15 na **EPE**, outros 20 para o **2.º, 3.º CEB e ensino secundário** (**Figura 101**).

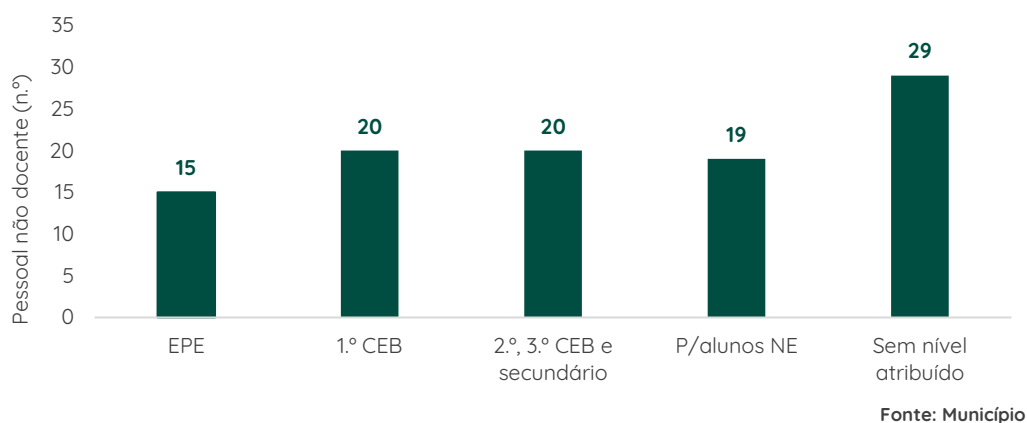


Figura 101. Número de pessoal não docente, por ciclo de estudo, no AE da Lousã no ano letivo de 2023/24

Em 2023/24, o pessoal não docente era maioritariamente constituído por profissionais com mais de 45 anos (82), representando 79,6% do total (**Figura 102**). Torna-se, assim, fundamental um planeamento estratégico que promova a

renovação geracional, a atração de novos funcionários e a valorização da carreira, assegurando a sustentabilidade e a qualidade do sistema educativo a médio e longo prazo.

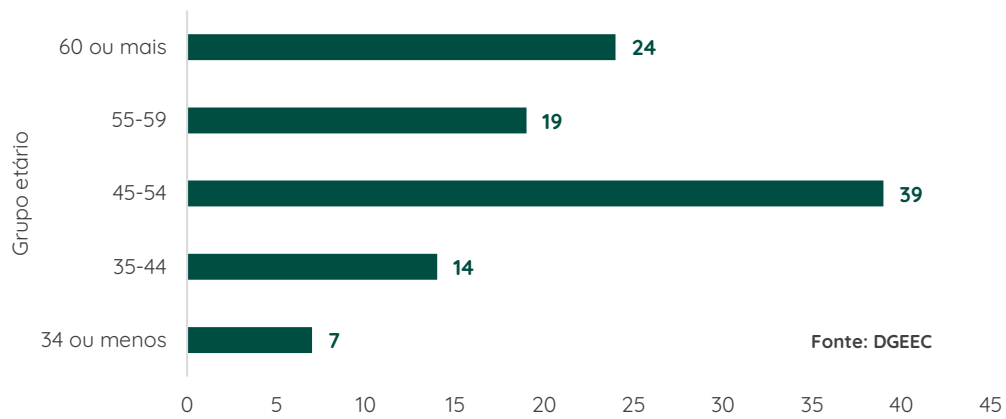


Figura 102. Número de pessoal não docente, por grupo etário, no AE da Lousã no ano letivo de 2023/24

11. PROJETOS EDUCATIVOS E MUNICIPAIS

O Município desenvolve em articulação com o AE da Lousã e a CIM-RC, um conjunto diversificado de iniciativas e projetos educativos que abrangem diferentes áreas do conhecimento e procuram responder aos interesses, necessidades e contextos dos alunos. Estas iniciativas contribuem para o enriquecimento das aprendizagens, a promoção de competências transversais e a valorização da formação integral dos estudantes. Os projetos atualmente implementados encontram-se sistematizados e destacados no **Quadro 17**.

Quadro 17. Projetos educativos do concelho da Lousã

Projetos educativos	Descrição
Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras	Rede de municípios portugueses que aderiram à Asociación Internacional de Ciudades Educadoras (AICE) e partilham os princípios da Carta das Cidades Educadoras. O principal objetivo da rede é promover a troca de boas práticas e a colaboração entre os municípios para desenvolver políticas locais que coloquem a educação como eixo central de todas as ações municipais.
Escola Segura Net	Promove o uso responsável e seguro da internet.
Eco-Escolas (ABAE)	Encoraja o desenvolvimento de atividades que visam a melhoria de desempenho ambiental das escolas.
Plano Nacional da Leitura	Destinado a promover a leitura, desenvolvimento de competências de literacia e incentivar hábitos de leitura ao longo da vida em todos os níveis de ensino.
Rede Biblioteca Escolar	A Rede de Bibliotecas da Lousã disponibiliza recursos de informação e autoformação.
Plano Nacional das Artes	Promove o acesso à cultura e às expressões artísticas, integrando as artes na educação e na vida das escolas.
Plano Nacional do Cinema	Promove o gosto pelo cinema nas escolas, desenvolvendo a literacia fílmica e divulgando obras cinematográficas nacionais, através de filmes e recursos pedagógicos gratuitos disponíveis para os docentes.
Lousã Edu Lab	Promover a utilização pedagógica das novas tecnologias, explorando abordagens inovadoras em sala de aula e em articulação com a família e a comunidade.
Lousã Living Lab	Criado em 2010, este projeto permitiu equipar todas as salas do 1.º CEB com quadros interativos substituindo, em grande parte, o quadro tradicional. Com o apoio de empresas como Microsoft, Promethean, Critical Software e Grupo LeYa, a estratégia inovadora do AEL foi apresentada no congresso mundial da Microsoft, em Los Angeles, como case study, levando à integração do agrupamento, em 2011, na Rede Mundial de Escolas Inovadoras da Microsoft.
Classplash – música, tecnologia e línguas	Projetos na área da Educação Musical, nomeadamente a Plataforma Oratio Classroom e o jogo educativo Flute Master, que permitem aos alunos do 1.º ao 6.º ano aprender música de forma interativa, desenvolver competências rítmicas, de leitura de pauta e de utilização de recursos digitais. O projeto inclui ainda aplicações como Rhythmic Village e Cornelius Composer, que facilitam a composição musical e a aprendizagem de instrumentos, sendo utilizadas tanto em aulas presenciais como em ensino à distância.
eTwinning	O eTwinning é um programa europeu que promove a cooperação entre escolas e parceiros de diferentes países. Tem incidido em diferentes temáticas, tais como preservação do ambiente, estilos de vida saudável, promoção de hábitos de leitura, competências digitais, ocupação dos tempos livres, gastronomia e património, entre outros.
ERASMUS+	Estimula o envolvimento do AE em projetos de cooperação/intercâmbio com escolas europeias.

Clube Ciência Viva na Escola	O Clube Ciência Viva na Escola é um espaço educativo e aberto à comunidade, que promove a ciência e a tecnologia através de atividades práticas, colmatando a falta de um laboratório de Geologia.
Educação para a Saúde (PES)	Visa o desenvolvimento de competências das crianças e dos jovens, permitindo-lhes confrontarem-se positivamente consigo próprios, construir um projeto de vida e serem capazes de fazer escolhas individuais, conscientes e responsáveis.
Escola Promotora de Literacia (EPL)	Desenvolve estratégias e práticas destinadas a desenvolver e consolidar as competências de leitura, escrita e comunicação dos alunos
Academia de Líderes Ubuntu	Programa de educação que desenvolve competências socioemocionais e de liderança, promovendo cidadania ativa, inclusão e transformação social.
“Heróis da Fruta”	Visa incentivar o consumo de fruta, promovendo hábitos alimentares saudáveis.
Parlamento dos Jovens	Conhecer e respeitar os princípios fundamentais da sociedade democrática e os direitos, garantias e liberdades.
Orçamento Participativo	Mecanismo de participação que permite propor, discutir e decidir sobre a alocação de parte do orçamento em projetos ou iniciativas que considerem importantes para a comunidade escolar.
Assembleia Municipal dos Jovens	Permite aos estudantes envolver-se na vida cívica local, propor ideias e projetos, e debater temas de interesse para a comunidade, promovendo o exercício da cidadania ativa e o desenvolvimento de competências democráticas.
Lousã Recicla+	Projeto que visa promover a separação de resíduos e a reciclagem junto da comunidade escolar, incentivando práticas sustentáveis e responsáveis.
Happy Code	A metodologia passa por uma abordagem STEAM (“Science, Technology, Engineering, Arts and Math”) e abordam temáticas como programação, criação de jogos, aplicações e websites, robótica e inteligência artificial, promovendo a criatividade através da produção e edição de vídeos, imagens, animações e música. Projeto apoiado pela empresa J. Carranca Redondo, no âmbito do PADDE.
“Toque & Tom and more”	Oferece atividades lúdicas de Música, Expressão Físico-Motora e Inglês aos Jardins de Infância da Lousã, visando desenvolver autonomia, socialização e competências motoras e musicais.
Desporto escolar	Fomentar a prática de desporto na comunidade escolar a partir de grupos-equipa de atletismo, futsal, voleibol, desporto adaptado e xadrez.

Fonte: AE e Município

12. MEDIDAS DE COMBATE AO ABANDONO E AO INSUCESSO ESCOLAR

O município da Lousã tem vindo a apostar em vários projetos e iniciativas que visam a prevenção do abandono escolar precoce, a promoção do acesso educativo e a inclusão. Estes projetos mobilizam diferentes agentes educativos e estruturas de apoio, promovendo respostas adaptadas às necessidades da comunidade escolar.

A **“Equipa Multidisciplinar da Lousã”**⁸¹ foi criada com o intuito de apoiar, potenciar e desenvolver o sucesso escolar das crianças. Encontra-se afeta à Câmara Municipal da Lousã e ligada ao “Plano Intermunicipal de Prevenção do Abandono Escolar e Promoção do Sucesso Educativo da Região de Coimbra” que promove em conjunto com o AE da Lousã atividades que visam o sucesso educativo. A equipa **inclui** 5 profissionais, uma técnica de educação, uma técnica em educação do ensino básico, uma técnica docente com especialização em Mindfulness, uma técnica de psicomotricidade e um terapeuta da fala. Deste projeto fazem parte os seguintes:

- **Programa Crescer a Ler - Literacia Emergente:** destina-se a todas as crianças da EPE da Lousã, com o objetivo de prevenir dificuldades na linguagem e literacia, promover a compreensão, comunicação e prestar apoio na transição para o 1.º CEB. A abordagem passa pela avaliação de competências linguísticas, realização de sessões educativas semanais, formações com docentes e sessões de literacia familiar;
- **Programa Crescer Feliz na Escola - Mindfulness - Meditar e Relaxar para Concentrar:** destina-se a alunos do 1.º CEB e assume como objetivo o desenvolvimento de competências socioeconómicas a partir da meditação e Mindfulness, valorizando a construção da autoestima, criação de bases para a responsabilidade, liberdade, autonomia, empatia, cidadania, espírito crítico e inovação para alcançar melhores condições de aprendizagem e de vida. O programa prevê a realização de sessões semanais com turmas do 1.º CEB e sessões mensais com famílias.

Outras das medidas criadas para combater o abandono e insucesso escolar na Lousã é o **Projeto (C)ASA-** Capacitar, Aprender a Ser Autónomo⁸². Integra-se no

⁸¹ <https://escolas.aglousa.com/our-team/equipa-multidisciplinar/>

⁸² <https://escolas.aglousa.com/our-team/casa/>

Plano Intermunicipal de Prevenção do Abandono Escolar da Região de Coimbra, com a finalidade de apoiar crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social e se encontram na transição para a vida adulta. Este projeto é desenvolvido na EB n.º 2 da Lousã, mas é extensível a todo o AE da Lousã.

O projeto “**CapA – Capacitar Aprendizagens**”⁸³ foi criado com o intuito de promover o sucesso escolar, a partir da disponibilização de material tecnológico para apoio à aprendizagem dos alunos. O projeto é dirigido, em particular, a estudantes com dificuldades de aprendizagem, permitindo que, através da utilização de robótica e programação, combinadas com ambientes criativos na escola e na sala de aula, se potencialize uma aprendizagem mais eficaz, aumente a motivação e se desenvolva um sentido prático das competências adquiridas. Adicionalmente, está prevista a utilização da aplicação Academia My Polis, com o objetivo de incentivar a participação dos jovens no espaço escolar, nomeadamente nas áreas da Igualdade de Género e da Educação para os Media. O projeto resulta de uma parceria entre a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIMRC), a Câmara Municipal da Lousã e o Agrupamento de Escolas da Lousã, visando o desenvolvimento de um modelo pedagógico inovador inspirado nos EduLabs.

Relativamente aos **Serviços de Psicologia e Orientação** (SPO) prestados nos estabelecimentos de ensino da rede pública, estes são assegurados e articulados pelo AE da Lousã consoante o nível de ensino e necessidades identificadas. Na EPE e no 1.º CEB o apoio psicológico não se encontra diretamente associado de forma permanente, pelo que o apoio é efetuado por psicólogos afetos à EB n.º 1 da Lousã e à EB n.º 2 da Lousã. A intervenção nestes estabelecimentos encontra-se dependente da sinalização dos alunos para os SPO e da validação da EMAEI, revelando uma resposta proporcional às necessidades identificadas. Nos estabelecimentos dos 2.º CEB e 3.º CEB ocorre a afetação de 1 psicólogo por cada estabelecimento e no caso da ES da Lousã existem 2 psicólogos fixos.

⁸³ <https://escolas.aglousa.com/our-team/ambientesinovadores/>

13. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

Educação pré-escolar:

Oferta existente:

O município da Lousã dispõe de uma rede de estabelecimentos de EPE, distribuída entre as redes pública e privada:

- Ao nível da rede pública, existe um AE que dispõe dessa oferta: AE da Lousã que tem 5 estabelecimentos.
- Esta rede é complementada por 2 estabelecimentos da rede privada, dos quais:
 - 1 oferece simultaneamente resposta de creche e de EPE;
 - 1 oferece apenas resposta de EPE.
- Com exceção da UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio, todas as freguesias possuem estabelecimentos com oferta de EPE;
- Relativamente à capacidade da rede pública, estão em funcionamento 17 salas de educação pré-escolar nos diferentes estabelecimentos com esta valência.

Procura:

- Nos últimos anos letivos, tem-se registado uma tendência de aumento do número de crianças inscritas nos estabelecimentos de educação e ensino com oferta de EPE, da rede escolar pública, com exceção do ano letivo de 2022/23, tendo ocorrido nesse ano uma ligeira descida.

Ocupação dos estabelecimentos:

No ano letivo de 2023/24, verificaram-se taxas de ocupação elevadas na maioria dos estabelecimentos da rede pública:

- O JI de Fontainhas atingiu os 100% de ocupação;
- Os JI de Freixo, e o JI de Serpins registaram taxas superiores a 80%;
- O JI da Lousã (77,3%) e a EB de Santa Rita, Lousã (72,0%) registaram taxas mais baixas;

Condições físicas dos estabelecimentos:

- De um modo geral, os estabelecimentos de EPE apresentam um estado de conservação bom ou razoável. As instalações existentes revelam-se globalmente adequadas ao desenvolvimento das atividades educativas, não

tendo sido identificadas carências estruturais significativas que comprometam o seu funcionamento.

1.º CEB

Oferta existente:

- O concelho da Lousã dispõe de quatro estabelecimentos de ensino público com oferta de 1.º CEB, integrados no AE da Lousã. Estes estabelecimentos localizam-se nas freguesias de Serpins e na UF da Lousã e Vilarinho. Relativamente à capacidade instalada, os equipamentos escolares disponibilizam um total de 33 salas, adequadas ao funcionamento das atividades letivas.

Procura:

- O número de alunos inscritos no 1.º CEB registou uma tendência de decréscimo entre 2018/19 e 2021/22. A partir de 2022/23 verifica-se uma inversão de tendência, com indícios de recuperação.
- Relativamente ao desempenho escolar, a taxa de transição/conclusão no 1.º CEB registou uma evolução positiva entre 2013/14 e 2023/24 apesar de terem ocorrido períodos de descida e anos de recuperação.

Ocupação dos estabelecimentos:

- As taxas de ocupação nos estabelecimentos do 1.º CEB mantiveram-se abaixo dos 100%.
- A EB n.º 2 da Lousã é o estabelecimento que apresenta a maior taxa de ocupação, fixando-se em 80,6%, correspondente a uma média de 24 alunos por sala.

Condições físicas dos estabelecimentos:

- Todos os estabelecimentos deste ciclo apresentam um estado de conservação bom ou razoável. As instalações são consideradas adequadas para o desenvolvimento das atividades letivas, não tendo sido identificadas carências estruturais significativas.

2.º e 3.º CEB e secundário

Oferta existente:

No município da Lousã, a oferta pública dos 2.º e 3.º CEB e do ensino secundário (geral e profissional) é assegurada pelo AE da Lousã.

- **A rede pública** agrega 1 estabelecimento de ensino que pode acomodar até 18 turmas do 2.º e do 3.º CEB (a EB n.º 1 da Lousã); outro que pode receber 13 turmas do 2.º CEB (a EB n.º 2 da Lousã) e, ainda, outro (a ES da Lousã) com capacidade de acolhimento para 34 turmas do 3.º CEB e do ensino secundário (CCH e CP).
- **A rede privada** integra um estabelecimento de ensino cuja oferta formativa consiste essencialmente em cursos profissionais (a Status – Escola Profissional da Lousã).

Procura:

- Nos estabelecimentos da rede pública o número de alunos diminui entre 2018/19 e 2019/20, tendo ocorrido uma inversão de tendência em 2020/21, mas que foi interrompida em 2023/24. Por outro lado, a rede privada registou ao longo de todo o período em análise aumentos consecutivos na procura por modalidade de ensino que oferece.
- Relativamente ao desempenho escolar, nas taxas de transição/conclusão dos 2.º e 3.º CEB e dos cursos de ensino secundário verificou-se um aumento significativo em 2023/24 face a 2013/2014, demonstrando uma evolução positiva dos percursos escolares, dos alunos afetos a esses ciclos/níveis de ensino.

Ocupação dos estabelecimentos:

- As taxas de ocupação dos estabelecimentos dos três níveis de ensino mantiveram-se todas abaixo dos 100%, apesar da ES da Lousã apresentar uma taxa mais elevada comparativamente com as restantes Escolas.

Condições físicas dos estabelecimentos:

- De forma global, os estabelecimentos destes níveis de ensino apresentam um bom a razoável estado de conservação, com instalações adequadas ao funcionamento pedagógico.
- No caso da ES, embora o estado das instalações seja considerado razoável, destaca-se uma fragilidade, nomeadamente os equipamentos das salas de informática.

DIAGNÓSTICO PROSPETIVO

14. CENÁRIOS DEMOGRÁFICOS

No contexto do **planeamento e ordenamento do território**, bem como da definição de **redes e equipamentos**, torna-se essencial uma **análise prospetiva** das dinâmicas que influenciam, **direta ou indiretamente**, os temas em estudo, complementando a caracterização da situação atual.

No caso específico da **Carta Educativa**, a **evolução da população em idade escolar** constitui um fator determinante para as dinâmicas escolares. Assim, o planeamento eficaz da **rede e da oferta educativa** a médio prazo (por exemplo, **num horizonte de 10 anos**) exige a antecipação da evolução demográfica e da distribuição espacial dessa população, bem como da correspondente procura escolar.

14.1. Método de projeção populacional utilizado

Uma das metodologias mais fiáveis para prever tendências populacionais é o método de componentes em coortes (**Figura 103**). Este método baseia-se em dados censitários e estatísticos, refletindo as dinâmicas de mudança demográfica, nomeadamente nas componentes da fecundidade, mortalidade e migrações. A sua utilização permite projetar com maior rigor a evolução da população por grupos etários e sexos, sendo amplamente aplicada no apoio à tomada de decisão em políticas de planeamento territorial e educativo.



Figura 103. Esquema simplificado da projeção por coortes

Neste contexto, optou-se por utilizar as projeções demográficas da **CCDRC até 2030**⁸⁴, desenvolvidas em parceria com a Universidade de Aveiro e a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Estas projeções, com ano base de 2021, têm como referência os dados definitivos dos CENSOS e consideram grupos etários quinquenais, abrangendo os 100 municípios da Região Centro. De acordo com a nota metodológica disponibilizada, o modelo adotado integra duas componentes:

- **População fechada**, que considera apenas o saldo natural (nascimentos e óbitos);
- **População aberta**, que incorpora o efeito das migrações.

Ambas as componentes têm por base dados do **INE**, incluindo registos anuais de nascimentos e óbitos, complementados com informação da **DGEEC**. As migrações foram estimadas por grupo etário, com base em dados históricos e num cenário macroeconómico que assume um crescimento anual do PIB de 2% e da produtividade de 1,5%.

Para os indivíduos com menos de 40 anos, o modelo utiliza como indicador da presença de famílias migrantes o número de alunos estrangeiros matriculados no ensino básico (6-10 anos), entre os anos letivos de 2020/21 e 2023/24. Para os restantes grupos etários, são ponderados fatores como as oportunidades de emprego, os movimentos de retorno e, no caso dos maiores de 65 anos, os efeitos da mobilidade de regresso. A migração não é considerada para indivíduos com 85 ou mais anos. Foi ainda aplicado um coeficiente de amortecimento, que pressupõe uma redução progressiva das migrações ao longo do próximo quinquénio.

Contudo, importa enquadrar estas projeções como um **exercício prospetivo**, dependente de pressupostos económicos e demográficos, o que implica um grau significativo de incerteza — especialmente quando os resultados são desagregados por território e grupo etário. Esta incerteza é particularmente acentuada à escala municipal, dada a volatilidade dos fluxos migratórios, frequentemente influenciados por dinâmicas conjunturais e por assimetrias entre territórios vizinhos. Acresce que a utilização de dados relativos a alunos estrangeiros pode subestimar os fluxos migratórios, ao não captar a presença de imigrantes sem filhos em idade escolar ou alterações na mobilidade estudantil.

⁸⁴ CCDRC, IP, Universidade de Aveiro e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (2024). Projeções demográficas até 2030 para a Região Centro. Coimbra: CCDRC, IP.

14.2. Projeções da população geral e em idade escolar

Com base na população projetada, apresenta-se a seguinte informação para o ano de 2030:

- Projeção do total da população residente do município da Lousã;
- Projeção da população residente do concelho da Lousã por grandes grupos etários (0-19; 20-64; 65 ou mais anos);
- Projeção da população em idade escolar, por grupos etários quinquenais (0-4; 5-9; 10-14; 15-19 anos).

A **Tabela 41** evidencia uma ligeira redução populacional no município da Lousã entre 2011 e 2021, passando de 17604 para 17006 residentes. No entanto, as projeções para 2030 apontam para uma recuperação, estimando-se um aumento da população para 18645 indivíduos. Observa-se uma diminuição da população em idade ativa (20-64 anos), que passou de 10787 indivíduos em 2011 para 9986 em 2021. Para 2030, prevê-se uma inversão desta tendência, com um crescimento para 10416 indivíduos. A população jovem (0-19 anos) também registou uma redução no mesmo período, passando de 3660 para 3132 indivíduos, sendo projetada uma ligeira recuperação para 3163 em 2030. Em contrapartida, a faixa etária dos 65 ou mais anos deverá continuar a crescer de forma significativa, aumentando de 3157 indivíduos em 2011 para 5066 em 2030. Estes dados confirmam uma tendência de envelhecimento demográfico no município da Lousã, embora com indícios de recuperação no número total de residentes e na população ativa na próxima década.

Tabela 41. População residente na Lousã, por grupos etários, projetada até 2030

Grupos etários	2011	2021	Projeção a 2030
0-19	3 660	3 132	3 163
20-64	10 787	9 986	10 416
65 ou mais anos	3 157	3 888	5 066
Total	17 604	17 006	18 645

Fonte: INE e projeções CCDRC, IP, UA e FEUC, 2024

A **Figura 104** apresenta as projeções populacionais por grupo etário da população em idade escolar no concelho da Lousã, evidenciando sinais de estabilização e ligeira recuperação nas faixas etárias mais jovens (0-4 e 5-9 anos), após a acentuada redução verificada entre 2011 e 2021. Destaca-se o grupo dos 0-4 anos (creche e EPE), que passou de 899 indivíduos em 2011 para 640 em 2021, prevendo-se uma subida para 687 em 2030, o que poderá sinalizar uma inversão da tendência

de declínio da década anterior. O grupo dos 5-9 anos deverá manter-se relativamente estável entre 2021 e 2030, variando entre 736 e 739 indivíduos, apesar da redução significativa face a 2011 (921). Quanto aos grupos dos 10-14 e 15-19 anos, registam-se evoluções distintas: o primeiro deverá continuar a diminuir ligeiramente até 2030 (de 881 para 822 indivíduos), enquanto o segundo evidencia uma tendência de crescimento, passando de 875 jovens em 2021 para 915 em 2030.



Fonte: INE e projeções CCDRC, IP, UA e FEUC, 2024

Figura 104. População em idade escolar (0-19 anos) projetada até 2030

14.3. Impactos na rede educativa e parque escolar

Os dados relativos aos cenários prospetivos da demografia da Lousã apontam para uma possível estabilização da população em idade escolar nos escalões etários mais jovens, evidenciando sinais consistentes de recuperação demográfica. Contudo, mantêm-se desafios associados à diminuição de alguns grupos etários intermédios, o que poderá condicionar, a médio prazo, a organização, a dimensão e a distribuição da oferta educativa no Município.

Perante este enquadramento, o concelho da Lousã é chamado a definir e implementar uma estratégia que valorize a coesão territorial e reconheça a escola como um serviço público estruturante e um elemento central da vida comunitária local. Qualquer eventual reorganização da rede educativa deverá ser objeto de uma análise criteriosa, conciliando ganhos de eficiência com a salvaguarda de uma oferta educativa de proximidade, designadamente através do reforço de medidas

de apoio, como o transporte escolar, e da dinamização de projetos educativos diferenciadores e inovadores. Em paralelo, a requalificação, modernização e valorização dos equipamentos educativos existentes assumem um papel determinante, não só na melhoria das condições de ensino e aprendizagem, mas também na sua integração em dinâmicas mais amplas de desenvolvimento educativo, cultural e comunitário. Esta abordagem é fundamental para reforçar a atratividade do concelho junto de famílias jovens, promovendo a sua fixação e a renovação demográfica.

Neste contexto, torna-se essencial assegurar uma monitorização contínua da evolução demográfica e das respetivas implicações no sistema educativo local, garantindo que as decisões de planeamento sejam orientadas por princípios de proximidade, equidade, qualidade e sustentabilidade, fundamentais para o futuro do concelho da Lousã e da região envolvente.

15. MATRIZ SWOT

Após a análise do diagnóstico elaborado e considerando os contributos recolhidos nas reuniões realizadas com os diferentes intervenientes, procedeu-se à elaboração de uma análise SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats), com o objetivo de fundamentar a definição das intervenções prioritárias a implementar na rede educativa da Lousã (**Quadro 18**). Esta análise permitiu identificar, de forma sistematizada, **os principais pontos fortes e fracos associados ao funcionamento interno da rede**, bem como as **oportunidades e ameaças decorrentes de fatores externos que poderão influenciar o seu desenvolvimento**. O cruzamento destes elementos oferece uma base estratégica sólida para orientar decisões futuras ao nível do planeamento educativo, contribuindo para a promoção de uma rede mais coesa, eficiente e adaptada às necessidades atuais e projetadas da população escolar.

Quadro 18. Análise SWOT do sistema educativo da Lousã

 Pontos fortes	✓ Crescimento recente do número de alunos matriculados, sinalizando atratividade e dinamismo demográfico; ✓ Melhoria dos resultados escolares, refletida no aumento das taxas de transição e conclusão; ✓ Oferta educativa e formativa diversificada, capaz de responder a diferentes perfis e necessidades dos alunos; ✓ Relações de proximidade e colaboração eficaz entre o Município, as instituições educativas e a comunidade escolar; ✓ Existência de múltiplos projetos educativos orientados para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem.	 Pontos fracos	✓ Prevê-se uma recuperação demográfica moderada no concelho, apesar de se manter uma tendência clara de envelhecimento da população, que continua a marcar de forma significativa a estrutura demográfica local; ✓ Desigualdade territorial no acesso a equipamentos educativos, especialmente em freguesias rurais ou mais periféricas; ✓ Dependência de transporte escolar em algumas zonas, o que pode limitar a participação em atividades extracurriculares e criar barreiras à frequência regular; ✓ Alguns estabelecimentos educativos com baixas taxas de ocupação.
 Oportunidades	✓ Ambiente favorável à imigração, contribuindo para o rejuvenescimento da população em idade escolar; ✓ Disponibilização de apoios diversos aos alunos e às respetivas famílias; ✓ Descentralização de competências na área da educação, permitindo uma gestão mais próxima e eficiente; ✓ Impacto positivo na qualificação da população e na melhoria da empregabilidade; ✓ Riqueza e diversidade do património natural, cultural e histórico do Município.	 Ameaças	✓ Alterações frequentes na regulamentação e organização do Sistema Educativo; ✓ Aumento de fenómenos de exclusão e vulnerabilidade social; ✓ Despovoamento das zonas rurais e periurbanas; ✓ Desequilíbrios demográficos; ✓ Envelhecimento da população residente; ✓ Instabilidade ou constrangimentos no financiamento público da educação; ✓ Tendência para o envelhecimento do pessoal docente e não docente.

PLANO DE AÇÃO

16. BALANÇO DA EXECUÇÃO

Após a caracterização do cenário de partida, a avaliação da execução das medidas definidas na Carta Educativa de primeira geração constitui um procedimento incontornável na revisão deste documento. Procede-se, no **Quadro 19**, a um balanço das medidas propostas na Carta Educativa anteriormente homologada.

Quadro 19. Balanço das medidas implementadas na Carta Educativa anteriormente homologada

Escola	Intervenção prevista	Data de execução	Observações
JI da Lousã ⁸⁵	Requalificação do JI da Lousã	11/08/2016 a 17/07/2017	A operação teve como objetivo dotar o espaço de melhores condições físicas, proporcionando maior conforto e segurança tão importante para o processo de aprendizagem. Estas propostas, além de melhorarem as condições físicas do Jardim de Infância foram realizadas para um aumento significativo da sua eficiência energética, quer nos gastos económicos, quer na proteção do ambiente. Investimento de cerca de 72 mil euros.
EB de Santa Rita, Lousã ⁸⁶	Requalificação da EB de Santa Rita, Lousã	11-08-2016 a 14-08-2019	Consistiu em trabalhos de substituição do piso danificado de linóleo, por vinílico, colocação de tetos falsos, pinturas, substituição da cobertura existente em fibrocimento por chapa de sandwich e aplicação/substituição de lâmpadas Led. Investimento de cerca de 140 mil euros.
JI de Serpins ⁸⁷	Remoção e substituição da cobertura do JI de Serpins	20-11-2020 a 22-12-2020	Consistiu na remoção e substituição da cobertura do JI de Serpins de modo a devolver as condições de segurança e conforto do edifício, que tem como utilizadores a comunidade escolar. Investimento de cerca de 25 mil euros.
JI do Freixo ⁸⁸	Requalificação do Jardim de Infância do Freixo	13/09/2021 a 31/12/2022	Consistiu na qualificação e modernização do parque escolar, nomeadamente na EPE, através intervenções nas infraestruturas e equipamentos, reforçando a capacidade de oferta em termos de instalações e equipamentos, garantido sempre as melhores condições para o processo de ensino/aprendizagem, em complemento das ações de melhoria da qualidade do sistema. Investimento de cerca de 180 mil euros.
Construção da EB n.º 1 da Lousã	Construção da EB n.º 1 da Lousã	2009 a 2013	Construção de raiz da EB n.º 1 da Lousã, proporcionando ao município um estabelecimento de ensino com oferta integrada do 1.º ao 3.º CEB.

Fonte: Município da Lousã

No período compreendido entre a homologação da 1.ª Carta Educativa municipal (2006) e a apresentação da Carta Educativa atualizada, registou-se o encerramento progressivo de vários estabelecimentos de educação e ensino, bem como a

⁸⁵ cm-lousa.pt/atividades-municipais/projetos-cofinanciados-pela-eu/requalificacao-do-ji-da-lousa

⁸⁶ cm-lousa.pt/atividades-municipais/projetos-cofinanciados-pela-eu/requalificacao-da-eb1-ji-santa-rita

⁸⁷ cm-lousa.pt/atividades-municipais/projetos-cofinanciados-pela-eu/remocao-substituicao-da-cobertura-do-jardim-infancia-serpins

⁸⁸ cm-lousa.pt/investimento-no-ensino-pre-escolar-basico-secundario-requalificacao-do-jardim-infancia-do-freixo

reestruturação de outros, que passaram a assegurar uma oferta integrada de EPE e 1.º CEB. Com efeito, a rede pública escolar municipal, que então integrava 23 edifícios (14 escolas e 9 jardins de infância), conta atualmente com apenas 9 (5 escolas e 4 jardins de infância). Importa salientar que um dos pressupostos determinantes deste reajustamento foi o encerramento de escolas do 1.º CEB com frequência inferior a 21 alunos, limiar definido para esse efeito pela **Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010, de 14 de junho**⁸⁹. Entre 2007 e 2011, verificou-se o encerramento de três escolas básicas — a EB de Matas, a EB de Prilhão e a EB de Pegos. Posteriormente, entre 2014 e 2016, cessaram funções a EB de Casal de Ermio, a EB de Fontainhas, a EB de Foz de Arouce, a EB de Freixo, a EB de Levegadas, a EB de Ponte Velha, a EB de Serpins e a EB de Vilarinho, bem como os jardins de infância de Foz de Arouce, de Levegadas e de Ponte Velha, consolidando a reorganização e racionalização da rede educativa municipal.

17. ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO

A Carta Educativa é um instrumento de **orientação estratégica** (planeamento e ordenamento) com um horizonte temporal de **10 anos**. Neste quadro temporal, este documento, em momento algum poderá ser dado como concluído, devendo ser **analisado e revisto** por todos os atores e agentes educativos **sempre que necessário**. A Carta Educativa deverá, pois, ser considerada um **instrumento flexível** e, dada a sua **complexidade e multidimensionalidade** (diversas variáveis e pressupostos em presença) poderá ser necessário proceder a **reajustamentos no futuro** para uma resposta mais **eficaz, adequada e atempada** a novos enquadramentos, como por exemplo:

- Alterações das dinâmicas demográficas, económicas, sociais, entre outras;
- Reorientações do sistema educativo;
- Novo contexto de responsabilidades e competências municipais;
- Disponibilidades financeiras.

Assim, de acordo com o diagnóstico apresentado a estratégia de intervenção visa:

- Assegurar a cobertura da totalidade da população a escolarizar nos diferentes níveis e modalidades de ensino;

⁸⁹ <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/44-2010-335419/>

- Manter o equilíbrio espacial entre a oferta e a procura escolar;
- Garantir condições de ensino e de aprendizagem adequadas às exigências educativas atuais, cada vez mais amplas e abrangentes;
- Proporcionar condições de igualdade de acesso a uma educação/formação de qualidade para todos os alunos;
- Contribuir para a diminuição do abandono escolar precoce e para a promoção do sucesso educativo dos alunos;
- Melhorar a qualidade de vida da população residente no município.

Desta forma, partindo de um **processo participativo**, através do qual os parceiros educativos locais tiveram a possibilidade de contribuir para a **definição de propostas de intervenção** que se traduzem em medidas concretas com o intuito de **combater as fragilidades** identificadas no diagnóstico, identificaram-se algumas medidas de acordo com os seguintes eixos:

- **Eixo 1** – Requalificar os equipamentos de EPE e do Ensino Básico e Secundário;
- **Eixo 2** – Promover a qualidade e o sucesso educativo e formativo nas escolas do município;
- **Eixo 3** – Incentivar a oferta de ensino profissionalizante no município, perseguindo as áreas prioritárias.

As ações e projetos previstos serão desenvolvidos em **conformidade com os planos plurianual e anual do AE**, documentos estruturantes nos termos da lei.

17.1. Eixo 1: Requalificar os equipamentos de educação pré-escolar e do ensino básico e secundário

Quadro 20. Requalificação dos Equipamentos de EPE, Ensino Básico e Secundária no município da Lousã

Ação/Projeto	Tipologia de intervenção	Estabelecimento	Execução	Fundamentação	Custo global estimado
Requalificação da ES da Lousã	Ampliação/requalificação	ES da Lousã	2022-2026	A infraestrutura escolar a intervir está identificada no Anexo 1, do Acordo Setorial estabelecido com a ANMP, considerada como Prioridade 2 com necessidades de intervenção urgentes. Reforça-se ainda que este equipamento foi inaugurado em 1988, contando em 2024, com 36 anos de existência, sem ter	10 M€

				tido intervenções de impacto. Os trabalhos a efetuar prendem-se essencialmente com a reestruturação e remodelação dos edifícios existentes, designadamente o Bloco A, B, C (Administrativo), Pavilhão Gimnodesportivo e arranjos exteriores. Serão ainda propostas novas ampliações e ajustes nos espaços existentes, mais concretamente, na Biblioteca, na sala de ensino especial, no arquivo e no auditório. Para além da empreitada, será ainda apetrechada com novos equipamentos educativos, informáticos e básicos.	
Requalificação da EB n.º 2 da Lousã	Ampliação/requalificação	EB n.º 2 da Lousã	2022-2026	A infraestrutura escolar a intervir está identificada no Anexo 1, do Acordo Setorial estabelecido com a ANMP, considerada como Prioridade 3 com necessidades de intervenção prioritárias. Os trabalhos a efetuar prendem-se essencialmente com a reestruturação e remodelação dos edifícios existentes, designadamente o Bloco A (Administrativo/Aulas), Bloco B (Aulas), Bloco C (Refeitório), Bloco D (Aulas), Bloco E (Multiusos), Pavilhão Gimnodesportivo e arranjos exteriores. Serão ainda propostas novas ampliações e ajustes nos espaços existentes mais concretamente na Biblioteca e na sala multiusos. Para além da empreitada, será ainda apetrechada com novos equipamentos educativos, informáticos e básicos.	10 M€
Requalificação do JI de Serpins	Ampliação/requalificação	JI de Serpins	2025-2026	A infraestrutura escolar necessita de uma requalificação, passando a mesma pela melhoria do conforto térmico, redução de consumos energéticos/emissões e pela criação de condições que propiciem novas práticas de ensino.	250 mil €
Requalificação do JI de Fontainhas	Ampliação/requalificação	JI de Fontainhas	2027	A infraestrutura escolar necessita de uma requalificação, passando a mesma pela melhoria do conforto térmico, redução de consumos energéticos/emissões e pela criação de condições que propiciem novas práticas de ensino.	100 mil €

Fonte: Município da Lousã

17.2. Eixo 2: Promover a qualidade e o sucesso educativo e formativo nas escolas do Município

Quadro 21. Promoção da qualidade e o sucesso educativo e formativo nas escolas no município da Lousã

#	Designação do projeto educativo	Promotor	Escolas	Nível de ensino	Resultado a atingir
1	Reforço das condições e qualidade da educação inclusiva, diferenciadora e adaptada às necessidades específicas das unidades de apoio a crianças e jovens com necessidades educativas.	Município/ AE da Lousã/ Status-Escola Profissional da Lousã	Todos	EPE, 1.º, 2.º, 3.º CEB e Ensino Secundário	Visa garantir o pleno desenvolvimento e aprendizagem de todos os estudantes. Ao priorizar a educação inclusiva estamos a construir uma sociedade mais igualitária e a proporcionar oportunidades educativas a cada aluno, garantindo, desta forma, que todos podem desenvolver o seu potencial máximo sem que ninguém seja deixado para trás.
2	Promover o empoderamento e a autonomia dos jovens com o enriquecimento das competências pessoais, sociais e profissionais.	Município/ AE da Lousã/ Status-Escola Profissional da Lousã	EB n.º 1 da Lousã; ES da Lousã; Status-Escola Profissional	3.º CEB e Ensino Secundário	Pretende-se criar um programa educacional, workshop ou mentoria que capacite e prepare os jovens para os desafios do mundo contemporâneo. O investimento no desenvolvimento integral dos jovens capacitá-los-á para enfrentarem as exigências da vida pessoal, social e profissional e a tornarem-se agentes de mudança da sociedade em que se inserem, fortalecendo as suas bases e tornando-a mais resiliente, inclusiva e próspera.
3	Promover e conceber atividades e estratégias tendentes à diminuição da indisciplina em ambiente escolar.	Município/ AE da Lousã/ Status-Escola Profissional da Lousã	Todos	EPE, 1.º, 2.º, 3.º CEB e Ensino Secundário	Pretende-se promover e conceber atividades e estratégias para diminuir a indisciplina em ambiente escolar, criando um ambiente propício à aprendizagem, ao respeito mútuo e ao desenvolvimento integral dos alunos. Neste âmbito, serão implementados programas de educação socioemocional, entre outros.
4	Criar um programa de valorização do território, do património rural e construído para promover a ligação dos estudantes ao local onde nasceram e a futura fixação no interior	Município/ AE da Lousã/ Status-Escola Profissional da Lousã	Todos	EPE, 1.º, 2.º, 3.º CEB e Ensino Secundário	Com o intuito de fixar a população escolar em territórios de baixa densidade, será desenvolvido um plano de suporte às famílias que visa a criação de condições favoráveis à sua fixação. A baixa densidade não pode ser sinónimo de abandono, pelo que serão identificadas medidas que permitam alavancar e potenciar os territórios de baixa densidade numa perspetiva de valorização do potencial de desenvolvimento sustentável.

5	Construir o plano de ação anual do Projeto Educativo Municipal.	Município/ AE da Lousã/ Status- Escola Profissional da Lousã	Todos	EPE, 1.º, 2.º, 3.º CEB e Ensino Secundário	O Projeto Educativo Municipal deve continuar a ser entendido como um plano estratégico para o desenvolvimento do município, de natureza multissetorial, assente numa cultura colaborativa de trabalho em rede, sistemática e coerente, alavancada por comunidades de aprendizagem dinâmicas e proativas, unidas em torno da identificação de prossecução de objetivos comuns. Anualmente, deve ser construído um Plano de Ação Anual que visará operacionalizar o Projeto Educativo Municipal do ano letivo que se perspetiva iniciar.
6	Criar ferramentas pedagógicas e comportamentos indutores/motivadores do processo de ensino-aprendizagem.	Município/ AE da Lousã/ Status- Escola Profissional da Lousã	Todos	EPE, 1.º, 2.º, 3.º CEB e Ensino Secundário	Visa proporcionar um ambiente educacional estimulante e eficaz através do desenvolvimento de ferramentas pedagógicas e comportamentos indutores/motivadores de ensino/aprendizagem. As ferramentas a desenvolver terão como objetivo promover o envolvimento dos alunos, despertando o seu interesse pelo conhecimento e facilitar a assimilação de conteúdos.
7	Promover as competências para a literacia financeira e o empreendedorismo.	Município/ AE da Lousã/ Status- Escola Profissional da Lousã	EB n.º 1 da Lousã; EB n.º 2 da Lousã; ES da Lousã; Status- Escola Profissional	2.º, 3.º CEB e Ensino Secundário	Pretende-se preparar os alunos para os desafios cada vez mais exigentes do mundo financeiro e profissional. O desenvolvimento precoce da literacia financeira e do empreendedorismo permitirá capacitar os estudantes para tomarem decisões financeiras responsáveis, entenderem o valor do dinheiro e a explorarem os caminhos do empreendedorismo.
8	Relevar o papel das Associações de Pais na valorização da escola, da educação e combate ao insucesso escolar.	Município/ AE da Lousã/ Status- Escola Profissional da Lousã	Todos	EPE, 1.º, 2.º, 3.º CEB e Ensino Secundário	É fundamental fortalecer a parceria entre a família e a escola, promovendo um ambiente educacional mais colaborativo e enriquecedor. O envolvimento dos pais contribui para o sucesso escolar dos alunos, fortalece a comunidade escolar e reforça a importância da educação como um pilar fundamental para o desenvolvimento humano.
9	Desenvolver um Programa Municipal de Ocupação de Jovens.	Município/ AE da Lousã	EB n.º 1 da Lousã, EB n.º 2 da Lousã e	2.º e 3.º CEB	Criação de um Programa Municipal de Ocupação de Jovens com o intuito de criar um modelo de apoio às

			ES da Lousã		famílias que têm filhos a frequentar o 2.º e 3.º CEB.
10	Criar ou dar continuidade a um Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar.	Município/ AE da Lousã/ Status-Escola Profissional da Lousã	Todos	EPE, 1.º, 2.º, 3.º CEB e Ensino Secundário	É necessário e indispensável a permanência e alargamento das equipas multidisciplinares a apoiarem as escolas no que se refere ao combate ao insucesso escolar, pelo que se considera essencial dar continuidade ou criar novos planos inovadores de combate ao insucesso escolar.
11	Apetreçamento com mobiliário e material didático, de qualidade e diferenciador.	Município/ AE da Lousã/ Status-Escola Profissional da Lousã	Todos	EPE, 1.º, 2.º, 3.º CEB e Ensino Secundário	O mobiliário e material didático utilizado pelos alunos deve ser adequado à sua função e dimensionado de acordo com o grupo etário respetivo por forma a proporcionar um ambiente de aprendizagem estimulante e eficaz. O mobiliário adequado permitirá proporcionar conforto e ergonomia aos estudantes e os materiais didáticos de qualidade oferecerão recursos visuais interativos e práticos que despertarão o interesse e a participação ativa dos alunos. Desta forma, estaremos a proporcionar um ambiente propício à aprendizagem através da estimulação da criatividade e, ao mesmo tempo, a preparar melhor os nossos alunos para os desafios do futuro.
12	Promover a troca de experiências didático-pedagógicas e de projetos inovadores entre os docentes e técnicos de educação do município.	Município/ AE da Lousã/ Status-Escola Profissional da Lousã	Todos	EPE, 1.º, 2.º, 3.º CEB e Ensino Secundário	Com esta medida pretende-se criar as condições necessárias (seminário, congresso, ou outro tipo de encontro) para a partilha de conhecimentos e experiências criando um ambiente colaborativo e enriquecedor que fortaleça a qualidade da educação e estimule o desenvolvimento profissional dos docentes e técnicos de educação do município.
13	Reforçar os mecanismos de ajustamento entre a oferta de formação/educação e a procura de qualificações pelo mercado de trabalho.	Município/ AE da Lousã/ Status-Escola Profissional da Lousã	EB n.º 1 da Lousã; ES da Lousã; Status-Escola Profissional	3.º CEB e Ensino Secundário	Fortalecer a conexão entre a oferta de formação/educação e a procura de qualificações pelo mercado de trabalho através de mecanismos de análise contínua das tendências do mercado, identificação das competências e habilitações mais procuradas e atualização dos currículos educacionais e formativos de acordo com a procura verificada.
14	Reforço das condições da AAAF e AEC, promovendo	Município/ AE da Lousã	Escolas com oferta	EPE e 1.º CEB	Esta medida pretende reforçar as infraestruturas,

	competências sociais, criatividade e comunicação.		de EPE e 1.º CEB		recursos humanos e materiais da AAAF e das AEC, garantindo melhores condições para o desenvolvimento das crianças. O foco incide na promoção das competências sociais, criatividade e comunicação, proporcionando experiências mais dinâmicas, inclusivas e enriquecedoras, que contribuam para o crescimento pessoal e educativo dos alunos.
15	Sensibilização e Formação sobre os Direitos dos Cidadãos	Município/ AE da Lousã/ Status-Escola Profissional da Lousã	ES da Lousã; EP da Lousã; Status-Escola Profissional	Ensino Secundário	Implementação de ações de formação para transmitir noções básicas sobre os direitos dos cidadãos, promovendo uma maior consciência cívica, participação ativa e respeito pelos valores democráticos. Estas iniciativas visam capacitar os participantes para o exercício dos seus direitos e deveres, fortalecendo a cidadania e a inclusão social.

17.3. Eixo 3: Incentivar a oferta de ensino profissionalizante no Município, perseguindo as áreas prioritárias

Quadro 22. Objetivos para o incentivo à oferta de ensino profissionalizante na Lousã

#	Designação do projeto educativo	Promotor	Escolas	Nível de ensino	Resultado a atingir
1	Desenvolver um Programa Municipal de Orientação Vocacional e Profissional.	Município/ AE da Lousã/ Status-Escola Profissional da Lousã	EB n.º 1 da Lousã; ES da Lousã; Status-Escola Profissional	3.º CEB e Ensino Secundário	Todas as pessoas são diferentes e têm diferentes interesses e preferências. Quem tenha interesse e preferência em optar por prosseguir os seus estudos numa lógica mais profissionalizante deve ter ao seu dispor oferta educativa de qualidade, que dê resposta aos seus objetivos e plano de vida. Neste sentido, pretende-se promover um programa de orientação vocacional e profissional que apoie os jovens na definição dos seus objetivos e planos de vida.
2	Dignificar o ensino profissional e adequar a oferta educativa ao mercado laboral, promovendo percursos de sucesso.	Município/ AE da Lousã/ Status-Escola Profissional da Lousã	EB n.º 1 da Lousã; ES da Lousã; Status-Escola Profissional	3.º CEB e Ensino Secundário	Com esta medida pretende-se estimular a relação entre o ensino técnico-profissional e o meio empresarial, bem como com as associações empresariais e sindicatos.
3	Promover ofertas de cursos de cariz profissionalizante.	Município/ AE da Lousã/	EB n.º 1 da Lousã;	3.º CEB e Ensino Secundário	Com esta medida pretende-se criar ofertas que promovam o ensino técnico-profissional como

		Status-Escola Profissional da Lousã	ES da Lousã; Status-Escola Profissional		hipótese real de os jovens prosseguirem os estudos numa lógica vocacional, em paridade com o ensino científico-humanístico. É um ensino mais próximo das empresas, sendo parte da formação exercida, precisamente, em contexto laboral. Nesse contexto, é importante também o envolvimento dos parceiros sociais (associações empresariais e sindicatos), no sentido de promover a qualidade da oferta formativa e da sua real adesão às necessidades sentidas do ponto de vista económico.
4	Promover um Plano de Formação Contínua (aprendizagem ao longo da vida).	Município/ AE da Lousã/ Status-Escola Profissional da Lousã	EB n.º 1 da Lousã; ES da Lousã; Status-Escola Profissional	3.º CEB e Ensino Secundário	Ao longo da vida, uma pessoa tem interesse em ir desenvolvendo os seus conhecimentos e as suas competências, de forma a manter-se atualizada atendendo às necessidades conjunturais do local onde trabalha e do mercado de trabalho em geral. Pode ainda ter interesse ou ser confrontada com a necessidade de adquirir novas competências e novos conhecimentos, em novas áreas. Assim, será desenvolvido um Plano de Formação Contínua que dê resposta a estas necessidades em articulação estreita com as empresas e com os parceiros sociais.
5	Criar ou consolidar o Ensino Artístico, especialmente na oferta do ensino secundário e viabilizar o ensino articulado para as áreas da música	Município/ AE da Lousã	Todos	EPE, 1.º, 2.º, 3.º CEB	O ensino artístico desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da criatividade, expressão e sensibilidade dos estudantes. Ao criar ou fortalecer esta oferta educativa, enriquecemos o percurso escolar, promovendo o crescimento pessoal e cultural dos alunos e contribuindo para uma sociedade mais criativa, inclusiva e harmoniosa.
6	Desenvolver projetos que visam o incentivo e divulgação do Ensino Profissional.	Município/ AE da Lousã/ Status-Escola Profissional da Lousã	EB n.º 1 da Lousã; ES da Lousã; Status-Escola Profissional	3.º CEB e Ensino Secundário	Esta medida tem como objetivo a valorização do ensino profissional e o combate ao estigma a este associado através do desenvolvimento de projetos e campanhas de sensibilização sobre a importância deste tipo de ensino.
7	Definir a rede de oferta profissional.	Município/ AE da Lousã/ Status-Escola Profissional da Lousã	EB n.º 1 da Lousã; ES da Lousã; Status-Escola Profissional	3.º CEB e Ensino Secundário	Promover a existência de uma rede de escolas especializadas para o ensino técnico-profissional, ao nível de material pedagógico e de recursos humanos e técnicos.
8	Promover a oferta de formação profissional	Município/ AE da Lousã/	EB n.º 1 da Lousã;	3.º CEB e Ensino Secundário	Esta medida visa diversificar e adaptar a formação profissional, tornando-a mais inclusiva e

	em modalidades mais inclusivas.	Status-Escola Profissional da Lousã	ES da Lousã; Status-Escola Profissional		acessível a todos os públicos. Pretende-se criar modalidades flexíveis que respondam às necessidades de diferentes perfis de alunos, promovendo a igualdade de oportunidades e a integração no mercado de trabalho.
9	Criar espaços práticos para cursos profissionais.	Município/AE da Lousã/Status-Escola Profissional da Lousã	EB n.º 1 da Lousã; ES da Lousã; Status-Escola Profissional	3.º CEB e Ensino Secundário	Esta medida pretende equipar as escolas com oficinas e espaços de aprendizagem prática, permitindo que os formandos desenvolvam competências técnicas diretamente aplicáveis à sua futura profissão, promovendo um ensino mais dinâmico e alinhado com as exigências do mercado de trabalho.

18. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

A **implementação da Carta Educativa** deve incluir um **processo estruturado de monitorização e avaliação**, garantindo a adaptação às **novas dinâmicas do território** e às **orientações do sistema educativo**. Este acompanhamento contínuo permite identificar **ajustes e reorientações necessárias**, assegurando que as decisões tomadas refletem as reais necessidades da comunidade educativa.

Para esse efeito, é essencial definir **indicadores estratégicos** que possibilitem a **avaliação e validação das opções implementadas**, nomeadamente:

- **Indicadores de contextualização** – Avaliam o **grau de concretização dos objetivos definidos** e o seu contributo para as metas estabelecidas. Estes indicadores devem ser **coerentes com os objetivos das políticas públicas** e fornecer um enquadramento claro sobre a evolução do território e do sistema educativo;
- **Indicadores de realização** – Permitem medir a **implementação e eficácia da Carta Educativa**, tanto ao nível **estratégico** como **operacional**, acompanhando a execução das medidas previstas.

Os **indicadores de monitorização** da Carta Educativa contemplam os seguintes domínios:

- **Envolvente territorial** – Transformações demográficas e socioeconómicas que influenciam a rede educativa.
- **Oferta e procura de ensino** – Ajustamento da rede escolar face às necessidades da população.

- **Propostas de intervenção** – Avaliação da implementação das medidas previstas na Carta Educativa

Assim, os indicadores de resultado/contextualização serão os seguintes:

Indicadores de contexto	Periodicidade
População residente	Anual
Densidade populacional	
Taxa bruta de natalidade	
Taxa bruta de mortalidade	
Saldo natural	
Índice de envelhecimento	
Índice de dependência de jovens	
Índice de dependência de idosos	
Índice de dependência total	
Taxa de crescimento migratório	
Saldo migratório	
População residente com nacionalidade estrangeira	
Pendularidades dos estudantes e dos trabalhadores	Decenal
Taxa de analfabetismo	
População empregada por nível de escolaridade	
Empresas por setor de atividade	Anual
Empresas, volume de negócios e pessoal ao serviço das empresas	
População empregada por conta de outrem com ensino superior	
Desempregados inscritos no Centro de Emprego e Formação Profissional e respetivo perfil	
Taxa de desemprego	
Procura educativa por nível de educação e ensino	
Proveniência dos estudantes por ciclos de estudo	
Taxas de ocupação dos estabelecimentos escolares por nível de ensino	
Taxas reais e brutas de escolarização por ciclos de estudo	
Taxas de transição/conclusão por ciclos de estudo	
Taxas de retenção/desistência por ciclos de estudo	
Resultados escolares da avaliação externa	
Alunos com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão por ciclo de estudos	
Procura na AAAF, CAF, AEC e CATL	
Beneficiários de ação social escolar por ciclo de estudos	
Recursos humanos (Pessoal docente e não docente)	

Já os **indicadores de realização** (propostas de intervenção) encontram-se sistematizados no quadro seguinte:

Quadro 23. Indicadores de realização

Eixo	Indicador de realização	Meta
Eixo I – Requalificar os equipamentos de EPE e do Ensino Básico e Secundário	O plano de intervenções nas infraestruturas escolares do município, a executar entre 2026 e 2035, inclui ações de construção, ampliação, requalificação e conservação, com foco na modernização, melhoria do conforto térmico e eficiência energética, em alinhamento com a estratégia ambiental e de sustentabilidade municipal.	2026-2035 De acordo com o financiamento disponível
Eixo II – Promover a qualidade e o sucesso educativo e formativo nas escolas do concelho	Número de iniciativas implementadas com impacto na fixação da população residente e na criação de um ambiente educativo inclusivo, empreendedor e valorizador do sucesso escolar, nomeadamente através de programas de apoio às famílias, projetos educativos inovadores e ações que reforcem a atratividade e a permanência dos alunos no sistema de ensino do concelho.	2026-2035
Eixo III – Incentivar a oferta de ensino profissionalizante no concelho, perseguindo as áreas prioritárias	Incentivar e promover o ensino profissional.	2026-2035

Para levar a cabo as tarefas de **recolha e compilação da informação base** que permitirá calcular os indicadores diretamente associados à execução da Carta Educativa, deverão ser criadas **fichas-modelo** a disponibilizar aos parceiros. Assim, anualmente, o município, dispondo de toda a informação necessária, procederá ao seu **tratamento e análise**, produzirá conteúdos específicos que permitam **definir objetivos e recursos a utilizar**, que vão de encontro às linhas de orientação da Carta Educativa ou que, em alguns casos, impliquem a sua reformulação. Este documento de base, será o suporte principal para a disponibilização de informação através de outras ferramentas (website, newsletter, ...).

Para uma **monitorização** efetiva, a nível de **recursos humanos**, é essencial que haja a participação de **um técnico afeto aos serviços/divisão de educação**, para recolher e tratar de forma sistemática a informação considerada relevante, de **técnicos de outros departamentos/serviços**, como por exemplo de planeamento ou de ação social, e do **Conselho Municipal de Educação**, podendo alguns membros fazer o acompanhamento. Já a nível **técnico**, para facilitar a ação/intervenção, é importante o **recurso de ferramentas** como os SIG (Sistemas de Informação Geográfica) ou a **outros dispositivos de gestão de informação** para gerir a informação necessária. De qualquer modo, a **base de dados** utilizada para suporte

aos trabalhos da Carta Educativa deve ser considerada como ponto de partida para o lançamento do processo de monitorização.

Considerando todas as variáveis a acompanhar regularmente, deve ser estruturada uma **base de informação dinâmica de suporte**, devem-se estabilizar os conteúdos, os circuitos e a frequência de transferência de informação entre o Ministério da Educação, as escolas do concelho e os Serviços de Educação da autarquia, e que se articule com os municípios vizinhos, no sentido de melhor calibrar as deslocações dos alunos entre concelhos, numa lógica de gestão partilhada da rede escolar. Note-se os benefícios desta abordagem, nomeadamente em termos de redução dos tempos e custos na recolha e tratamento de informação, na disponibilização dos resultados e no rápido acesso e consulta dos mesmos.

A definição de **instrumentos de recolha de informação** verifica-se essencial no contexto de monitorização da presente Carta Educativa, no sentido de colmatar qualquer lacuna informativa e de reconhecimento dos princípios basilares neste processo.

Para a consecução dos resultados expectáveis, torna-se essencial o envolvimento e articulação entre os **diferentes departamentos / serviços do Município, o AE da Lousã, os estabelecimentos de educação e ensino da rede privada e as juntas de freguesia**.

Em termos de **responsabilidades** a assumir no decorrer deste procedimento de monitorização, todo o processo deve ser **centrado no município**, suportado pelo fortalecimento de relações de colaboração e articulação entre os vários departamentos / serviços da autarquia. Não obstante, a atualização anual dos dados deve ser avaliada e validada pelos **organismos tutelados pelo Ministério da Educação** (DGEEC e DGEstE), complementarmente ao trabalho desenvolvido pelo técnico responsável pelo processo de monitorização.

19. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação afirma-se como uma área estratégica para o **Município da Lousã**, constituindo um eixo estruturante das políticas de desenvolvimento local, coesão territorial e promoção da cidadania. Neste contexto, a rede educativa tem evoluído de forma articulada com as dinâmicas demográficas e com as orientações nacionais de reorganização do sistema de ensino, procurando assegurar eficiência, qualidade e adequação funcional das respostas educativas.

Importa, contudo, reconhecer que a rede educativa ultrapassa a relação entre oferta e procura, assumindo-se como um instrumento essencial de fixação populacional, promoção da equidade territorial e valorização do capital humano, especialmente relevante em territórios de menor densidade. A acessibilidade aos estabelecimentos de ensino e as condições de mobilidade no percurso casa–escola desempenham, assim, um papel determinante na garantia do direito à educação, na igualdade de oportunidades e na sustentabilidade social e económica das comunidades locais.

Esta visão estratégica é reforçada pelo compromisso do Município ao ter ratificado a Carta das Cidades Educadoras e ter aderido, em 2017, à Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras, integrada numa rede internacional que reúne cerca de 500 cidades de 37 países. Assim, a Lousã, reforça o seu reconhecimento a educação como um processo transversal, desenvolvido para além da escola e envolvendo o território, as instituições e a comunidade. Neste quadro, a valorização e modernização do parque escolar, articuladas com uma estratégia ativa de mobilidade escolar, assumem-se como elementos centrais de uma abordagem integrada, garantindo um serviço educativo de proximidade, melhorando a qualidade de vida das famílias e reforçando a atratividade residencial do concelho.

Neste enquadramento, a Carta Educativa da Lousã afirma-se como um instrumento estratégico de planeamento, orientação e monitorização das políticas educativas municipais, sustentado em princípios de proximidade, equidade, qualidade e sustentabilidade. A sua implementação deverá ser acompanhada por uma avaliação contínua, assegurando a capacidade de adaptação às transformações demográficas, sociais e educativas e reforçando o papel da educação como pilar central do desenvolvimento integrado e sustentável do concelho, em articulação com o planeamento educativo, a mobilidade e as políticas de coesão territorial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAOP - Carta Administrativa Oficial de Portugal, Direção Geral do Território (DGT), 2023 - www.dgterritorio.gov.pt/cartografia/cartografia-tematica/caop.
- CCDRC, IP, Universidade de Aveiro e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (2024). Projeções demográficas até 2030 para a Região Centro. Coimbra: CCDRC, IP.
- CIM-RC - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra - www.cim-regiaodecoimbra.pt.
- DGE - Direção Geral da Educação - www.dge.mec.pt.
- DGEEC - Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência - www.dgeec.mec.pt/np4/dgeec.
- INE - Instituto Nacional de Estatística - www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE.
- Ministério da Educação, DGEstE, IGeFE, DGEEC (2021). Carta Educativa - Guião para a Elaboração. Lisboa;
- Município da Lousã (2025) <https://www.cm-lousa.pt>.
- Pordata - www.pordata.pt.

Estudos:

- **Comissão Europeia.** (2021). Visão a longo prazo para as zonas rurais da UE: Por zonas rurais mais fortes, conectadas, resilientes e prósperas até 2040. Bruxelas: Comissão Europeia.
- **Isaksson, Z.** (2023). The political effects of rural school closures – Evidence from Sweden. Journal of Rural Studies, 100. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2023.103009>.
- **Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.** (2020). Learning in rural schools: Insights from PISA and TALIS. Paris: OECD Publishing.
- **Villa, M., Solstad, KJ. and Andrews, T.** (2021). Rural schools and rural communities in times of centralization and rural–urban migration. Journal of Rural Studies, 88, 441–445. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2021.09.005>.

Legislação:

Leis

- Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, Diário da República n.º 237, 1.ª série.
- Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro, Diário da República n.º 34, 1.ª série – A.
- Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto. Diário da República n.º 157, 1.ª série.
- Lei n.º 116/2019, de 13 de setembro, Diário da República n.º 176, 1ª série.
- Lei n.º 16/2023, de 10 de abril. Diário da República n.º 70, 1.ª série.

Decreto-Lei

- DL n.º 147/97, de 11 de junho. Diário da República n.º 133, 1.ª série – A.
- DL n.º 7/2003, de 15 de janeiro. Diário da República n.º 12, 1.ª série – A.

- DL n.º 396/2007, de 31 de dezembro. Diário da República n.º 251, 1.ª série.
- DL n.º 299/2007 de 22 de agosto. Diário da República n.º 161/2007, 1.ª série.
- DL n.º 14/2017, de 26 de janeiro. Diário da República n.º 19, 1.ª série.
- DL n.º 54/2018, de 6 de julho. Diário da República n.º 129, 1.ª série.
- DL n.º 55/2018, de 6 de julho. Diário da República n.º 129, 1.ª série.
- DL n.º 21/2019, de 30 de janeiro. Diário da República n.º 21, 1.ª série.

Portarias

- Portaria n.º 474/2010, de 8 de julho. Diário da República n.º 131, 1.ª série.
- Portaria n.º 208/2013, de 26 de junho. Diário da República n.º 121, 1.ª série.
- Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto. Diário da República n.º 164, 2.ª série.
- Portaria n.º 232/2016, de 29 de agosto. Diário da República n.º 165, 1.ª série.
- Portaria n.º 272-A/2017, de 13 de setembro. Diário da República n.º 177, 1.ª série.
- Portaria n.º 223-A/2018, de 3 de agosto. Diário da República n.º 149, 1.º Suplemento, 1.ª série.
- Portaria n.º 226-A/2018, de 7 de agosto. Diário da República n.º 151, 1.º Suplemento, 1.ª série.
- Portaria n.º 232-A/2018, de 20 de agosto. Diário da República n.º 159, 1.º Suplemento, 1.ª série.
- Portaria n.º 235-A/2018, de 23 de agosto. Diário da República n.º 162, 1.º Suplemento, 1.ª série.
- Portaria n.º 102/2020, de 24 de abril. Diário da República n.º 81, 1.ª série.
- Portaria n.º 61/2022, de 31 de janeiro. Diário da República n.º 21, 1.ª série.
- Portaria n.º 62/2022, de 31 de janeiro. Diário da República n.º 21, 1.ª série.
- Portaria n.º 65/2022, de 1 de fevereiro. Diário da República n.º 22, 1.ª série.
- Portaria n.º 66/2022, de 1 de fevereiro. Diário da República n.º 22, 1.ª série.
- Portaria n.º 70/2022, de 2 de fevereiro. Diário da República n.º 23, 1.ª série.
- Portaria n.º 86/2022, de 4 de fevereiro. Diário da República n.º 25, 1.ª série.
- Portaria n.º 206/2022, de 19 de agosto. Diário da República n.º 160, 1.ª série.
- Portaria n.º 45/2023, de 10 de fevereiro. Diário da República n.º 30, 1.ª série.

Despachos, Despachos Conjuntos e Despachos normativos

- Despacho Conjunto n.º 453/2004, de 27 de julho. Diário da República n.º 175, 2.ª série.
- Despacho n.º 9752-A/2012, de 18 de julho. Diário da República n.º 138, 1.º Suplemento, 2.ª série.
- Despacho Normativo n.º 10-A/2018, de 19 de junho. Diário da República n.º 116, 1º Suplemento, 2.ª série.
- Despacho n.º 7255/2018, de 31 de julho. Diário da República n.º 146, 2.ª série.

- Despacho n.º 8326/2018, de 27 de agosto. Diário da República n.º 164, 2.ª série.
- Despacho n.º 7798/2023, de 28 de julho. Diário da República n.º 146, 2.ª série.
- Despacho Normativo n.º 6/2018, de 12 de abril, alterado pelo Despacho Normativo n.º 10-B/2021, de 14 de abril e pelo Despacho n.º 4506-A/2023, de 13 de abril. Diário da República n.º 73/2023, 1.º Suplemento, 2.ª série.
- Despacho Normativo n.º 16/2019, de 4 de junho. Diário da República n.º 107, 2.ª série.
- Despacho Normativo n.º 5/2020, de 21 de abril. Diário da República n.º 78, 2.ª série.
- Despacho Normativo n.º 10-A/2021, de 22 de março. Diário da República n.º 56, 2.º Suplemento, 2.ª série.
- Despacho Normativo n.º 6/2022, de 16 de fevereiro. Diário da República n.º 33, 2.ª série.
- Despacho Normativo n.º 2/2024, de 24 de janeiro. Diário da República n.º 17, 2.ª série.
- Despacho Normativo n.º 13/2024, de 23 de agosto. Diário da República n.º 163, 2.ª série.

Declarações de retificação

- Declaração de Retificação n.º 51/2019, de 7 de outubro. Diário da República n.º 192, 1.ª série.
- Declaração de Retificação n.º 11/2022, de 14 de março. Diário da República n.º 51, 1.ª série.

Resoluções

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010, de 14 de junho. Diário da República n.º 113, 1.ª série.

ANEXOS

Anexo 1 – Constituição do CME

Presidente da Câmara Municipal

Presidente da Assembleia Municipal

Vereador com o pelouro da Educação

Representante de todas as Juntas de Freguesia

Pedro Balhau (Diretor do AE)

Maria Leonor Costa Simões (Pessoal docente do Ensino Secundário)

Miguel Ângelo Almeida Gaspar de Matos (Pessoal docente do Ensino Básico)

Sílvia Carrilho (Pessoal docente do 1.º CEB)

Maria Guilhermina Menezes Antunes (Pessoal docente do Pré-Escolar)

Ana Paula Magro (Representante do Conselho Pedagógico do AE)

Manuela Lopes (Porta-voz 1.º, 2.º e 3.º CEB da EB1) e **Elisabete Pires** (Porta-voz do Secundário) ambas da Associações de Pais e Encarregados de Educação. Suplentes:

Raquel Faria e **Rui André Lopes** (Porta-voz Pré-Escolar e 1.º CEB)

Catarina Lemos (Associações de Estudantes Porta-voz: ES da Lousã)

Rigoberto Correia (representante da DGEstE – Direção de Serviços Região Centro)

Carla Coimbra (Diretora da Unidade de Planeamento e Desenvolvimento Regional da CCDRC)

Paula Gonçalves (ACTIVAR – Coordenadora de Projetos) e **Fernanda Vaz** (ACTIVAR-Diretora Técnica), IPSS com atividade na área da Educação

Elisabete Serrada (Delegada do Centro de Saúde)

Anabela Moreira Dengucho (Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Coimbra - Técnica Superior de Serviço Social)

João Domingues (Diretor IEFP) – **Tayoga** (Coordenadora do Núcleo de Promoção e Acompanhamento do Centro de Emprego e Formação Profissional do Pinhal Interior Norte) Suplente **Diamantino Santos**

Catarina Durão (Diretora Regional do Centro do IPDJ) e **Dra. Celeste Moura** (Técnica de Juventude)

Cabo José Neves (GNR – Serviço de Programas Especiais - Escola Segura). Nota: 2.º

Sargente Vieira (Comandante do Posto da GNR Lousã); **Capitão Portugal** (Comandante do Destacamento da GNR Lousã)

Nelson Tiago (Presidente ARCIL Suplente **Cristina Silva** ou **João Canossa Dias**)

Patrícia Duarte (Direção da STATUS, Suplente Luís Fernandes)

Gabriel Pedroso (Presidente da Associação de Estudantes da STATUS - Escola Profissional da Lousã – Representante dos alunos)

A definir (Personalidade de Reconhecido mérito na área, conforme a especificidade das matérias o justificar)